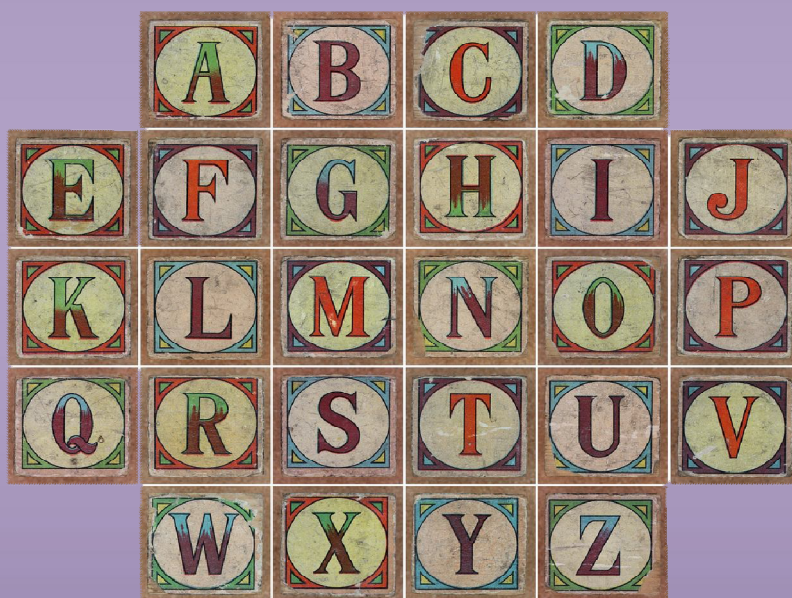


Ieda Maria Alves  
Ana Maria Ribeiro de Jesus  
(Organizadoras)

# OS ESTUDOS LEXICAIS EM DIFERENTES PERSPECTIVAS



VOLUME V

# **OS ESTUDOS LEXICAIS EM DIFERENTES PERSPECTIVAS**

## **Volume V**

---

Ieda Maria Alves  
Ana Maria Ribeiro de Jesus  
(Orgs.)

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
São Paulo  
2015

## **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

REITOR: Marco Antonio Zago  
VICE-REITOR: Vahan Agopyan

## **FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

DIRETOR: Sérgio França Adorno de Abreu  
VICE-DIRETOR: João Roberto Gomes de Faria

## **COMISSÃO ORGANIZADORA**

COORDENAÇÃO GERAL: Ieda Maria Alves

REVISÃO: Ieda Maria Alves  
Ana Maria Ribeiro de Jesus

CAPA E DIAGRAMAÇÃO: Ana Maria Ribeiro de Jesus

## **COMISSÃO CIENTÍFICA**

Aderlande Pereira Ferraz  
André Crim Valente  
Antonio Luciano Pontes  
Claudio Cesar Henriques  
Elis de Almeida Cardoso  
Ieda Maria Alves  
Mariangela de Araújo  
Maria Aparecida Barbosa

Catálogo na Publicação (CIP)

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

---

E82 Os estudos lexicais em diferentes perspectivas [livro eletrônico] : volume V / organizado por Ieda Maria Alves, Ana Maria Ribeiro de Jesus. -- São Paulo : FFLCH/USP, 2015.  
6410,24 Kb ; PDF.

Trabalhos apresentados durante o 9. Colóquio Os Estudos Lexicais em Diferentes Perspectivas, realizado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, nos dias 10 e 11 de dezembro de 2013.

Modo de acesso: <http://www.fflch.usp.br/dlc/neo/livros.php>  
ISBN 978-85-7506-270-8

1. Lexicologia. 2. Neologismos lexicais. 3. Lexicografia. 4. Morfologia (Linguística). I. Colóquio Os Estudos Lexicais em Diferentes Perspectivas. II. Alves, Ieda Maria, coord. III. Jesus, Ana Maria Ribeiro de, coord.

CDD 469.798

## SUMÁRIO

Apresentação	
<i>Ieda Maria Alves</i> .....	6
▪ O léxico: campo minado, área conflituosa, palco de sedução e depósito de recortes	
<i>John Robert Schmitz</i> .....	9
▪ Participípios atemáticos do PB: paradigmas, sincretismo e diacronia	
<i>Paulo Chagas de Souza</i> .....	29
▪ A notação etimológica e a Morfologia Histórica	
<i>Mário Eduardo Viaro</i> .....	58
▪ Tradução e lexicografia bilíngue	
<i>Adriana Zavaglia, Marion Celli, Gisele Galafacci</i> .....	89
▪ A terminologia da doutrina espírita	
<i>Celina Márcia de Souza Abbade</i> .....	107
▪ Neologia em <i>corpora</i> especializados: o caso das ciências aeroespaciais	
<i>Ana Maria Ribeiro de Jesus</i> .....	120
▪ A neologia em combinatória: sintaxe, semântica e pragmática na configuração dos termos da área de Educação do Campo	
<i>Fernanda Mello Demai</i> .....	143
▪ Datações e significados dos nomes designativos de profissionais em -nte e -dor	
<i>Anielle Aparecida Gomes Gonçalves</i> .....	152
▪ Comparação entre cognatos em -mento	
<i>Érica Santos Soares de Freitas</i> .....	168
▪ <i>Asteris(ti)co</i> (*), um exemplo de cruzamento entre sufixos	
<i>Nilsa Areán-García</i> .....	177
▪ História dos nomes de doces em português: elementos para a revisão dos étimos e para um estudo lexical diacrônico	
<i>Mariana Giacomini Botta</i> .....	187

▪ Formações em <i>-ivo</i> e problemas de datação	
<i>Solange Peixe Pinheiro de Carvalho</i> .....	199
▪ Variação linguística na obra <i>Amar é crime</i> : a linguagem obscena no léxico de Marcelino Freire	
<i>Elenice Alves da Costa</i> .....	208
▪ Considerações em torno do conceito de aportuguesamento	
<i>Vito Manzolillo</i> .....	216

## APRESENTAÇÃO

Ieda Maria Alves

Os textos reunidos nesta publicação representam o quinto volume da série *Os Estudos Lexicais em Diferentes Perspectivas*. O volume representa uma seleção dos textos apresentados por ocasião do IX Colóquio Os Estudos Lexicais em Diferentes Perspectivas, realizado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo nos dias 10 e 11 de dezembro de 2013. De maneira análoga às edições anteriores, os textos representam diversas facetas dos estudos relativos ao Léxico, com trabalhos referentes à Neologia, à Morfologia, à Lexicologia, à Lexicografia e à Terminologia.

No texto intitulado *O léxico: campo minado, área conflituosa, palco de sedução e depósito de recortes*, John Robert Schmitz analisa como as palavras podem ser enfocadas e servir a diferentes finalidades, expressando ódio (campo minado), desprezo (área conflituosa, com ênfase no polêmico projeto de lei no. 1676 de 1999 de Aldo Rebelo), amor (palco de sedução) e representando, conseqüentemente, um elemento de poder. Discorre, também, sobre o desenvolvimento dos estudos lexicais no Brasil nas últimas décadas, ressaltando o número representativo de publicações com base nesses estudos.

Vários trabalhos são dedicados à análise morfológica.

Paulo Chagas de Souza, em *Particípios atemáticos do PB: paradigmas, sincretismo e diacronia*, estuda os particípios atemáticos do português do Brasil. O quadro teórico adotado é representado por uma teoria baseada no uso que atribui papel central à analogia na elaboração do conhecimento linguístico dos falantes, rejeita níveis sintáticos subjacentes e considera a diacronia uma fonte importante de explicação dos fenômenos linguísticos.

Mário Eduardo Viaro, em *A notação etimológica e a Morfologia Histórica*, apresenta reflexões e soluções a respeito da utilização de um método etimológico adequado aos problemas enfrentados pela Linguística Histórica. Esse método revela-se de particular interesse para a Morfologia Histórica e para os estudos de sincronias pretéritas.

A Morfologia Histórica está também presente em outros estudos, que analisam diferentes sufixos do português.

Anielle Aparecida Gomes Gonçalves, em *Datações e significados dos nomes designativos de profissionais em -nte e -dor*, oferece um panorama das formações de nomes de profissionais em -nte e em -dor no português, do ponto de vista da forma, da provável data de formação e da acepção original. Em *Comparação entre cognatos em -mento*, Érica Santos Soares de Freitas estuda aspectos diacrônicos, semânticos e etimológicos do sufixo latino -mentum por meio das palavras derivadas com esse afixo a partir de algumas línguas românicas (francês, castelhano, italiano e português), resgatando

algumas formas não registradas no latim ou verificando entre elas alguns empréstimos.

Com base nas noções de cruzamento vocabular e na teoria do reconhecimento de padrões, Nilsa Areán-García apresenta, em *Asteris(ti)co* (\*), *um exemplo de cruzamento entre sufixos*, uma análise da palavra *asterístico* do ponto de vista do uso do sufixo -ístico(a) em detrimento de -isco(a). O sufixo -ivo é estudado por Solange Peixe Pinheiro de Carvalho, que, no texto intitulado *Uma análise do sufixo -ivo*, analisa o emprego do mencionado sufixo em unidades lexicais com ele formadas, na língua portuguesa, em outras línguas românicas, em línguas minoritárias faladas na Itália e na França e ainda em línguas do ramo germânico.

Em *Tradução e lexicografia bilíngue*, Adriana Zavaglia, Marion Celli e Gisele Galafacci expõem um estudo em que enfatizam a importância do uso de *corpora* em trabalhos lexicográficos. Tomando como exemplo o par de línguas português-francês, as autoras apresentam, a partir de pesquisas sobre palavras gramaticais já realizadas ou em andamento, uma reflexão sobre a relação entre a tradução e a lexicografia bilíngue.

O volume apresenta também vários trabalhos dedicados aos estudos terminológicos.

Em *A terminologia da doutrina espírita*, Celina Márcia de Souza Abbade estuda as criações lexicais da doutrina espírita introduzida por Allan Kardec, com base nas cinco obras que iniciaram a codificação dessa doutrina: O livro dos Espíritos (1857), O livro dos Médiuns (1859), O Evangelho segundo o Espiritismo (1863), O céu e o inferno (1865) e A Gênese (1868). A proposta da autora procura trazer à tona as unidades lexicais criadas pelos espíritos que guiaram Allan Kardec, com o intuito de explicar fenômenos ou coisas já existentes e ainda não nomeadas ou, se já nomeadas, utilizadas com outras significações.

Ainda no âmbito dos estudos diacrônicos da Terminologia, o trabalho de Mariana Giacomini Botta, intitulado *História dos nomes de doces em português: elementos para a revisão dos étimos e para um estudo lexical diacrônico*, realiza um estudo etimológico e léxico-semântico diacrônico do campo semântico da confeitaria, com ênfase nas denominações dos doces.

Adotando uma perspectiva sincrônica, dois trabalhos conjugam os estudos da Neologia e da Terminologia.

Nessa perspectiva, o estudo *Neologia em corpora especializados: o caso das ciências aeroespaciais*, de Ana Maria Ribeiro de Jesus, busca registrar e analisar os neologismos que são empregados, em *corpus* especializado, pelos cientistas da área da Astronomia. Sendo a Astronomia um campo de estudo com constantes descobertas e reanálises, sua terminologia reflete essas novas orientações, o que, conseqüentemente, tem motivado a criação de vários termos. Também de caráter sincrônico é o estudo apresentado por Fernanda Mello Demai, *A neologia em combinatória: sintaxe, semântica e pragmática na configuração dos termos da área de Educação do Campo*, em que a pesquisadora analisa as relações entre os tipos de neologia sintagmática e semântica na configuração dos termos da área da Educação do Campo. Essa área, de recente criação, apresenta uma terminologia que está se constituindo ao mesmo tempo em que a área se consolida.

Em *Considerações em torno do conceito de aportuguesamento*, o pesquisador Vito Manzolillo estuda a terminologia do empréstimo linguístico e

de termos relacionados a esse conceito, como purismo, decalque, retroversão, estrangeirismo, xenismo, empréstimo semântico, anglicismo e galicismo, dentre outros. Expõe, de forma crítica, o conceito de aportuguesamento com base no ponto de vista de autores que têm se dedicado à discussão desse tema.

Um estudo sobre o léxico em *corpus* literário é apresentado por Elenice Alves da Costa. Em *Variação linguística na obra Amar é crime: a linguagem obscena no léxico de Marcelino Freire*, a pesquisadora analisa chulismos e palavras consideradas de baixo calão e a relação que essas unidades lexicais estabelecem com a identidade social dos personagens da obra *Amar é crime*, de Marcelino Freire.

Aos leitores, desejamos boa leitura.

Dezembro de 2015



## O LÉXICO: CAMPO MINADO, ÁREA CONFLITUOSA, PALCO DE SEDUÇÃO E DEPÓSITO DE RECORTES

John Robert SCHMITZ  
Universidade Estadual de Campinas  
john.schmitz@uol.com.br

“Vamos deletar as palavras que nos incomodam, os costumes que nos irritam, as pessoas que nos atrapalham e, quem sabe, iniciar uma campanha de queima de livros. De autores, seria um segundo passo.” Lya Luft, *Vamos queimar os dicionários*, *Veja*, 14.03.2012, p. 22.

**RESUMO:** Nesta apresentação, examinamos vários aspectos do léxico que constam do título. O “campo minado” refere-se a instâncias de crítica hostil a indivíduos, geralmente de formação educacional restrita, que pronunciam ou escrevem erradamente itens lexicais. A “área conflituosa” abrange dois pontos de tensão entre alguns usuários do português. O primeiro é entre Jorge (2002b) e Schmitz (2002) com respeito à presença de verbetes de língua estrangeira nos dicionários, especialmente de palavras de origem inglesa. O segundo ponto é relacionado ao polêmico projeto de lei no. 1676 de 1999, que contribuiu para um debate entre vários pesquisadores da sociedade brasileira (FARACO (Org.), 2001), (LOPES DA SILVA; RAJAGOPALAN (Orgs.), 2004), (ALMEIDA, 2006) e (ASSIS PETERSON, 2008). O “palco de sedução” é inspirado no trabalho de GRIJELMO (2000), que argumenta que as palavras “constituem um elemento de poder porque moldam a mente de quem as recebe”. O “depósito de recortes” (ANTUNES, 2007) reflete o grande desenvolvimento das disciplinas de lexicografia, lexicologia e terminologia nas universidades, nos últimos quinze anos, que tem contribuído para um avanço no estudo do léxico, como componente da língua nacional, o que anteriormente foi praticamente ignorado, pois os estudiosos enfatizavam a fonética, a morfologia e a gramática (sintaxe).

**PALAVRAS-CHAVE:** Preconceito linguístico; Palavras de origem estrangeira no português; Palavras como manipuladores do pensamento; Recortes lexicais; Legitimação do léxico como linha de pesquisa.

### INTRODUÇÃO: DEFININDO O LÉXICO

*O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (edição eletrônica) fixa a datação do ingresso do vocábulo *léxico* no idioma no ano de 1836, registrado no *Novo dicionário crítico e etymológico da Língua Portuguesa*, publicado em

Paris pelo lexicógrafo Francisco Solano Constâncio. Para dar início a esta reflexão sobre vocábulos, palavras e termos, apresentamos as acepções apresentados pelo próprio Dicionário Houaiss.

Eis as múltiplas definições do vocábulo *léxico* na referida obra:

1. Dicionário de línguas clássicas antigas;
2. Dicionário bilíngue (latim, grego e um vernáculo, um calepino);
3. Dicionário padrão, normalmente em ordem alfabética;
4. O repertório total das palavras existentes numa língua;
5. Relação das palavras empregadas com sentido diferente do da língua comum, com as respectivas explicações, ou relação das palavras usadas por um autor ou por um determinado grupo social;
6. Componente da gramática internalizada do falante que contém todo o seu conhecimento lexical, as palavras que conhece, com sua pronúncia, significado e as características sintáticas para seu emprego numa sentença;
7. Conjunto dos lexemas da língua (no sentido saussuriano), oposto ao conjunto dos vocábulos que ocorreram no discurso.

É instrutivo observar as palavras usadas pelo Houaiss. Observamos que a palavra *dicionário* foi empregada três vezes no verbete; os vocábulos *repertório*, *relação* e *conjunto* uma vez. Com respeito à acepção número 6, destacamos a palavra *componente*, provavelmente inspirada na teoria gerativo-transformacional, que funciona como metáfora, pois a referida abordagem linguística considera a linguagem como uma grande “máquina” com vários componentes: o fonológico, o morfológico, o sintático e o semântico. Outras metáforas contemplam a linguagem como se fosse um aparelho eletrônico, um mecanismo, um engenho como um computador. Nota-se que a acepção 6 é a única que se refere às “características sintáticas” específicas para uso num determinado enunciado. Com respeito à definição 7, existem alguns problemas para os eventuais leitores. Primeiro, pressupõe-se que os utentes conheçam o trabalho de Ferdinand Saussure. A acepção apresenta o termo *lexia* e o epônimo *saussuriano*, itens provavelmente desconhecidos por alguns dos leitores, mas felizmente o leitor mais persistente pode encontrá-los registrados na obra. Para o consulente geral, a definição poderia ser mais clara se fosse explicitada que o “sentido saussuriano” se refere ao sistema abstrato “langue” e os “vocábulos que ocorrem no discurso” se referem à língua em uso, isto é, “parole”.

No grego, *leikos* significa “sobre palavras” e origina-se de *lexis* (“palavra”) relacionado ao verbo *legein* (“falar”). Daí se vê que o vocábulo *léxico* se refere à fala e ao uso das palavras em diferentes *situações sociais* (grifo nosso) por parte de interlocutores.

Destacamos na última sentença as palavras “situações sociais” porque o léxico é de fato a parte bem mais “sociável” ou mais comunitária da linguagem humana. Diríamos que questões concernentes ao léxico ocasionam, em certas instâncias, mais disputas ou até brigas entre os usuários do que com respeito à sintaxe (gramática), à pronúncia de determinadas palavras ou à grafia delas. Alguns exemplos: as pessoas são aconselhadas a “medir a língua” ou medir as palavras que elas empregam nas suas diferentes interações

cotidianas. Com respeito a um indivíduo “falastrão” ou uma pessoa “falastrona”, pode ser que tenha “uma língua de víbora” e, como consequência, ouve-se o comentário “que língua tem Fulana!”, “Puxa, Beltrano tem uma língua, cuidado com ele.” Estas considerações nós levam à primeira parte desta apresentação.

## O LÉXICO: UM CAMPO MINADO

No que diz respeito ao uso do léxico por parte dos usuários do português, recorreremos à metáfora “campo minado” porque os que empregam determinada palavra precisam ser atentos para não serem criticados duramente. Em certos casos, existe certa crueldade por parte dos indivíduos que criticam os seus próximos. Mofar-se dos “deslizes” das pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar é uma postura preconceituosa e injusta. Eis alguns exemplos: em vez de dizer “arrocho salarial”, o usuário produz “abrocho salarial” ou quem pronuncia “probrema” em vez de problema e quem erra na pronúncia ou na grafia e fala (ou escreve) “precisa-se de foncinária” ou “iveja é arma dos pregriscosos” facilmente se torna alvo de zombaria (José Simão, 2013). Na verdade, é difícil conter o riso, mas os exemplos denunciam graves problemas com o ensino ou “não ensino” do português nas escolas e também mostram que existem cidadãos que não tiveram o direito de estudar.

Muito diferente é a manipulação do léxico propositalmente para provocar um efeito humorístico, o que ocorre quando a linguagem é usada para fins lúdicos e muitos usuários gostam de “brincar” com o idioma com a finalidade de alegrar o ambiente, “tirar do sério” os colegas e amigos e assim levam humor “a sério”. Na novela *Síndrome do Destino* (2005), a personagem Giovanni Improtta (o saudoso intérprete José Wilker) brinca com o idioma e cria bordões divertidos: “Minha boca é um túmbalo” e “Me deixou com os quatro pnéis arriados”. Neste caso, não se trata de um campo minado, prestes a explodir porque todos sabem que o ator está brincando quando diz: “É felomenal.” (SÁ; COSTA, 2004)

## CAMPO MINADO: UM MITO PERSISTENTE ENTRE ALGUNS LEIGOS

O sociolinguista inglês Peter Trudgill tece comentários sobre um mito no livro intitulado *Language Myths*, elaborado por Bauer e Trudgill (1998). Transcrevemos um trecho do capítulo “The meaning of words should not be allowed to change or vary” [Não deveria ser permitido que o significado das palavras mudem ou variem (tradução nossa)]. Eis aqui a reflexão do sociolinguista que nos interessa:

Um número de pessoas parece acreditar que o fato de que as línguas mudam os significados das palavras é infeliz. Elas creem que a mudança na linguagem é inerentemente indesejável e que deveríamos medir forças com a finalidade de impedir a referida mudança porque a mudança pode ser perigosa e confusa. Na verdade, o que deve ser combatido é

qualquer indício de que palavras começam a mudar o seu significado.

Surpreendentemente, o mito a que Trudgill se refere está presente na concepção da linguagem tida por leigos instruídos (na área de jornalismo, teatro e literatura). Walcyr Carrasco (2008, p. 198) e Ruy Castro (2013, p. A 3) compartilham a crença de que não se deve permitir que as palavras se desgastem. O primeiro autor comenta: “Minha vontade é voltar a usar os termos com a força que eles têm:...”. O segundo autor pergunta: “Não haverá um limite para a capacidade de uma palavra se submeter via tortura a um novo significado?” A postura dos dois autores é essencialista, pois, segundo eles, os vocábulos deveriam permanecer com o seu significado inicial (ou “original”). A possibilidade de haver novos significados mostra a própria economia dos idiomas, pois seria difícil de adquirir ou de aprender um idioma se houvesse uma única palavra para cada objeto e para cada conceito.

## O LÉXICO: UMA ÁREA CONFLITUOSA

Ora, a presença de diferentes palavras numa língua determinada pode acabar em posturas de conflito e discursos emotivos e agressivos. A presença de palavras estrangeiras ou “alienígenas” no português ocasiona inconformidade e até atritos por certos usuários que acreditam que o idioma nacional está sendo desfigurado pela “invasão” de estrangeirismos, especialmente os de origem inglesa. A primeira instância desta disputa sobre a presença de estrangeirismos é a crítica do jornalista e gramático Fernando Jorge (2002) ao *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Para o autor, o Dicionário se submeteu à língua inglesa por ter registrado vocábulos como *impeachment, indoor, inlay, inning, insider, insight* e *interview*, entre outros. Jorge (2002a, p. 64) não aceita o registro da palavra inglesa *inning*. O articulista escreve:

Tal substantivo se refere à divisão do tempo de uma partida de beisebol ou de críquete. Indago ao amigo leitor: o beisebol e o críquete, jogos de ingleses e americanos, são populares em nosso país? Não, nunca foram.

Não é tão simples porque o Brasil é um país complexo que apresenta muitas surpresas(boas!), mesmo para os brasileiros. É perigoso generalizar, pois existem duas páginas na rede de computadores que mostram que as duas modalidades esportivas não estão ausentes no cenário brasileiro<sup>1</sup>. A sigla *cbbs* refere-se à Confederação Brasileira de Beisebol e Softbol.

Schmitz (2002, p. 68), em resposta a Jorge (2002a), argumenta: “Quem consulta o dicionário à procura de palavras estrangeiras deseja ver definições de palavras encontradas em livros, jornais e revistas.” Parece que os comentários feitos por Schmitz (2002) colocou o jornalista na defensiva (Jorge, 2002b) porque se sentiu obrigado a afirmar: “Influências culturais, eu já disse em outro artigo, são inevitáveis. Não sou inimigo de nenhum povo, de nenhuma nação.” (p. 59)

Com base nas considerações sobre a interação entre Jorge (2002a), Jorge (2002b) e Schmitz (2002), não há dúvida de que vocábulos e termos técnicos de origem estrangeira levam os usuários a ter divergências. É irônico que as palavrinhas que usamos se tornem “protagonistas de discórdia”.

É compreensível que certos falantes do português, em particular, cidadãos comuns, sem muita instrução formal, podem considerar que o português seja “pobre” e “inferior” face ao inglês ou ao francês entre outros idiomas que têm “emprestado” muitos vocábulos à língua portuguesa. Subjacente a esta linha de pensamento, existem posturas de medo do “outro” e do receio de perder o “nosso”. Mas a apreensão com o diferente não é privativa do “homem do campo” ou do “povo” em geral, pois há indivíduos de formação universitária que também consideram a presença de estrangeirismos como uma ameaça à identidade brasileira. Deparamo-nos com um artigo do jornalista Simas Filho (1988) que propõe a substituição de palavras de origem estrangeira em uso no português (Coluna A) para outras (Coluna B), como se vê na figura 1:

Coluna A	Coluna B
Blazer	japona
dial	painel
charter	fretado
tweeter	alto falante para agudos
woofer	alto falante para graves
outdoor	painel

**Figura 1** (cf. SIMAS FILHO, 1988)

Em resposta ao jornalista Simas Filho, tecermos os seguintes comentários sobre os problemas do léxico:

As propostas infelizmente não são nada viáveis, pois *blazere japona* se referem a tipos diferentes de indumentária. O vocábulo *painel* não procede porque o vocábulo *dial* é dicionarizado e incorporado ao português. Para os que trabalham na indústria aeronáutica, *charter* é uma coisa e *fretado* é outra. A palavra *outdoor* é registrada e usada sem problemas pelas pessoas que trabalham na área de propaganda e marketing. As palavras *woofer* e *tweeters* são consagradas na área de música e o “alto falante para agudos/graves funciona como uma definição ou uma tradução. (SCHMITZ, 1988).

É interessante observar que a interação entre Simas Filho e Schmitz aconteceu onze anos (1988!) antes do segundo embate sobre o léxico que ocorreu em 1999, com a apresentação, pelo então deputado Aldo Rebelo, do projeto de lei 1676/1999 sobre “a promoção, proteção e defesa e o uso da língua portuguesa”. É importante observar que as recomendações do Artigo 2 poderiam ser procedentes, mas não acusam nenhuma implementação específica, pois o objetivo central do projeto é proibir o uso de estrangeirismos. Elas funcionam como mero enfeite:

- I. *melhorar as condições de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa em todos os graus, níveis e modalidades da educação nacional;*
- II. *incentivar o estudo e a pesquisa sobre os modos normativos e populares da expressão oral e escrita do povo brasileiro;*
- III. *realizar campanhas e certames educativos sobre o uso da língua portuguesa, destinados a estudantes, professores e cidadãos em geral;*
- IV. *incentivar a difusão do idioma português, dentro e fora do País;*
- V. *fomentar a participação do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.*

Afianço que Aldo Rebelo, como “homem político” de formação universitária(jornalismo), sem sombra de dúvida, ao propor o projeto, tinha algum conhecimento pelo menos do trabalho das universidades públicas e particulares nas áreas de linguística e de educação. Não é concebível que o então congressista não estivesse consciente do trabalho dos gramáticos da língua portuguesa e mais tarde dos linguistas que se formaram no País e fora, ao longo das décadas de 70, 80 e 90 do século passado. Pensamos nos nomes de Evanildo Bechara, Rodrigues Lapa, Gladstone de Mello, Manuel Said Ali, Teodoro Henrique Maurer e Mattoso Câmara. Parece que o projeto ignora todo o conhecimento produzido ao longo dos anos com respeito ao ensino de português como língua materna e passa por cima da comunidade acadêmica.

A imposição de multas e a ameaça de encarceramento dos indivíduos que cometem “práticas” abusivas, enganosas ou danosas com a utilização de estrangeirismos não coaduna com uma sociedade democrática onde existe a plena liberdade de expressão.

## **PROJETO DE LEI PROBLEMÁTICO, MAS COM SALDO POSITIVO!**

Em retrospectiva, cabe observar que o projeto de lei 1676/1999 teve resultados positivos no âmbito da sociedade brasileira em geral. Houve muito debate, ocasionou muita polêmica com indivíduos a favor e outros contra, o que é próprio de uma sociedade democrática.

O saldo positivo, para a sociedade brasileira, é o fato de que o léxico do português “entrou em cena como protagonista”, graças à publicação de três livros dedicados aos estrangeirismos.

O primeiro texto foi elaborado pela Associação de Linguística Aplicada do Brasil que tem por título *Boletim da ALAB* (Ano 4, n. 4, julho/2000. O volume contém oito (8) artigos dos seguintes especialistas: Schlatter e Garcez, Guedes, Schmitz, Zilles, Bagno, Fiorin, Finatto e Possenti, além da “Apresentação” de Motta-Roth. Com respeito ao léxico, Fiorin (2000, p. 69-70) escreve:

Pode-se verificar que a invasão lexical, objeto de preocupação do projeto de lei do deputado Aldo Rebelo, não está, de modo algum, afetando o fundo léxico comum do português. Nenhuma

das palavras mencionadas por ele em seu projeto está fazendo desaparecer termos do fundo léxico comum.

O segundo texto (FARACO (Org.), 2001) tem por título *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. O volume contém oito (8) ensaios dos seguintes autores: Garcez e Zilles, Faraco, Bagno, Schmitz, Fiorin, Guedes, Zilles, Possenti e o prefácio de Faraco. Com respeito ao léxico, Possenti (165-166) comenta:

Sobre a incapacidade de comunicação que a invasão dos estrangeirismos provocará em “nosso homem simples do campo”: certamente, é verdade que, hoje, um camponês, não compreenderá a palavra “printar”, p. ex., mas é porque não usa computador, e não porque o termo vem do inglês ou porque é camponês. Certamente, no entanto, saberá o que é um “play-off”, se for um torcedor que ouve jogos no rádio ou os vê pela TV.

O terceiro texto, organizado por Lopes da Silva e Rajagopalan (2004), intitulado *A Linguística que nos faz falhar* (2004a), foi o mais polêmico, mas teve um grande impacto e contribuiu para o estudo mais intensivo do léxico do português. Vamos por partes: (a) O texto inicial é o gerador do volume, pois Rajagopalan escrevera alguns anos antes um artigo em inglês publicado na revista *Journal of Language and Politics* (2002): “National languages as flags of allegiance or the Linguistics that failed us: a close look at emergent linguistic chauvinism in Brazil” [Línguas nacionais como bandeiras patrióticas, ou a Linguística que nos deixou na mão, tradução de Lopes da Silva]; (b) O volume consta de 27 artigos, além da “Introdução” pelo primeiro organizador (Lopes da Silva) e um texto final de Rajagopalan intitulado “Resposta aos meus debatedores” (2004b); (c) O mérito do livro é que os organizadores convidaram, por um lado, leigos fora da área da linguagem e pesquisadores estrangeiros e brasileiros, por outro, para debater com Rajagopalan sobre a questão dos estrangeirismos; (d) Muito feliz foi o convite a Aldo Rebelo para contribuir com um artigo “ Idioma e Política” (p. 44-47); (e) Muito louvável é o espírito internacional do livro, pois 12 diferentes países são representados e cinco regiões do mundo: Ásia, Meio-Oriente, Europa e a América do Norte e a América do Sul. Reunir num único volume de textos traduzidos para o idioma nacional junto com textos escritos diretamente em português é bom para a visibilidade do Brasil, a língua portuguesa e os próprios pesquisadores brasileiros; (f) Finalmente, o volume apresenta uma diversidade de opiniões, alguns a favor de medidas contra a presença de estrangeirismos e a maior parte contra a interferência governamental por via legislativa do uso de estrangeirismos. Ora, diferenças de opinião sobre a presença ou não de estrangeirismos em determinados idiomas não vão desaparecer. Haverá divergências sempre.

Muito mais importante com respeito ao léxico é, sem sombra de dúvida, o intrigante título da obra: *A linguística que nos faz falhar: investigação crítica*. Cabe perguntar: Qual é essa falha? A linguística brasileira falhou mesmo? Quando e onde falhou? Na resposta aos diferentes debatedores, Rajagopalan

declara (p. 219) ter “muita simpatia pela posição defendida pelo então deputado Aldo Rebelo”. E Rajagopalan explica:

Continuo a achar que seu projeto de lei padece de uma série de equívocos, alguns dos quais brilhantemente expostos por alguns dos nossos colegas linguistas – entre eles, o próprio Faraco, Fiorin, Bagno, Possenti e Garcez. Por outro lado, também não dou toda a razão e esses mesmos colegas linguistas que, no meu modo de entender, fizeram e continuaram a fazer uma tremenda confusão entre duas metas, a meu ver, nitidamente distintas.

Parafraseamos as duas metas destacadas por Rajagopalan. Com respeito à primeira, o autor diz que os linguistas falharam por não conversar diretamente com os leigos (“os milhões de cidadãos”) sobre “a ameaça representada pela enxurrada de estrangeirismos” ficando enclausurados nos respectivos gabinetes. Parece que o autor aceita a ideia de que os estrangeirismos são uma “ameaça” para o idioma e para a soberania nacional. No que diz respeito à segunda, o autor acusa os colegas de cuidar de seus próprios interesses para garantir espaço ou “lugar nas discussões acerca da política linguística”. O autor conclui que os linguistas ignoraram os leigos, preferindo ganhar espaço e poder nos debates públicos sobre o projeto de lei. Mas Rajagopalan vai mais longe, pois ele afirma que “... a própria disciplina tem como um dos pilares de sustentação a postura de que o leigo não sabe de nada e, conseqüentemente, nada tem a nos ensinar.” (p. 220). Por esta razão, segundo o autor, a disciplina contribuiu para o “fracasso”, mesmo com o encaminhamento do documento “Requerimento dos Linguistas ao Senado da República”, assinado pelos representantes da ABRALIN, ALAB e ANPOLL. Queremos acreditar que a referida carta contribuiu para uma reflexão mais ponderada pelos congressistas.

Observamos alguns problemas com o quadro apresentado pelo coautor do livro *A Linguística que nos faz falhar*.

1. Do ponto de vista prático, consideramos que seria muito difícil os linguistas entrarem em contato com “milhares de cidadãos” para ouvi-los e depois interagir com todos eles. Obviamente os linguistas não teriam condições de ficar nas esquinas das grandes cidades, tentando conversar com os transeuntes sobre o destino do português e da linguagem. Do ponto de vista prático, nem todos os cidadãos estão dispostos a ouvir o que os especialistas vêm a dizer e preferem ficar com suas próprias crenças e atitudes. A linguística é diferente das outras disciplinas. Quando determinadas pessoas precisam de um médico, advogado ou psicólogo, elas se submetem às determinações dos respectivos profissionais que foram contratados. É verdade que todos os cidadãos têm “um pouco de linguista”, pois compartilham crenças e atitudes sobre o idioma que eles falam. Consideram a idioma como propriedade. Para ser justo, o projeto de lei proporcionou para os usuários do português uma excelente oportunidade de tecer comentários sobre o idioma nacional. Pode-se conjecturar que nenhum outro projeto proposto pelo Poder Legislativo chegou a ser debatido com tanta amplitude e tenha levado à publicação de



livros (alguns já citados) e a uma pletera de artigos, dissertações de mestrado e teses de doutoramento.

2. Quando Rajagopalan se refere à disciplina Linguística, cogitamos que ele esteja pensando num modelo linguístico específico, nomeadamente a linguística gerativo-transformacional, que de fato não aborda o uso da linguagem no âmbito social.
3. No contexto brasileiro, a disciplina Linguística, em comparação com outros países do mundo, chegou a ser incorporada ao currículo das universidades brasileiras bastante tarde, isto é, na década de 60, e o seu des2envolvimento somente foi acelerado graças à implantação de cursos de pós-graduação na área no final dos anos 60 e ao longo da década de 70. Houve inicialmente certa tensão entre alguns gramáticos e linguistas, mas cabe observar que gramáticos renomados como Pasquale Cipro Neto (2011) posicionaram-se contra o projeto de lei.
4. Os resultados dos debates em torno do projeto de lei por parte de vários segmentos da sociedade brasileira (jornalistas, publicitários, tradutores, advogados, professores de uma variedade de disciplinas, universitários e estudantes) mostram que não houve fracasso, pois o próprio projeto de lei continua engavetado no Congresso.
5. Com respeito à suposta “falha” dos linguistas brasileiros, não nos parece claro se os diferentes autores que integram o volume *A Linguística que nos faz falhar* concordam com Rajagopalan com o fato de que a ciência linguística também falhou (ou está falhando) nas suas respectivas sociedades.
6. Outro fato importante foi a implantação do Projeto TermNeo (Observatório de Neologismos do Português Brasileiro Contemporâneo), em 1988, que apresenta duas linhas de pesquisa: (i) criação lexical e (ii) elaboração de dicionários e glossários. O Projeto TermNeo, coordenado pela professora Ieda Maria Alves, visa a contribuir para “o desenvolvimento da pesquisa em Neologia e em Terminologia”. Consideramos que a criação do Projeto TermNeo representa uma política *acadêmica* (ênfase nossa) isto é, uma “política do idioma” com o intuito de aprofundar a descrição e a divulgação da língua nacional sem interesses “eleitoreiros” ou posturas “xenófobas”, para citar dois adjetivos que têm sido usados para caracterizar o projeto de lei no. 1676 de 1999. O discurso subjacente ao projeto de lei é completamente o oposto ao do Projeto TermNeo, que visa realmente o desenvolvimento do português neste mundo globalizado.

## NOVAS LUZES: VOZES DAS DISCIPLINAS DE TERMINOLOGIA, DA NEOLOGIA (ESTUDO DE NEOLOGISMOS)

Concordamos com Rajagopalan que a linguística teórica, principalmente o modelo gerativo-transformacional, não dialoga com leigos sobre o fenômeno “linguagem” e se limita a consultar “falantes ideais”, normalmente monolíngues, na qualidade de informantes. Os pesquisadores que trabalham na referida vertente também utilizam os próprios colegas também como informantes. No entanto, há outros modelos que de fato consultam os “leigos” nas suas pesquisas linguísticas. Estamos pensando nos estudos terminológicos que surgiram no Brasil nos últimos anos (cf. BARROS (2004), MURAKAWA e NADIN (Orgs., 2012)).

Almeida (2006), numa pesquisa na subárea de Revestimento Cerâmico que pertence ao campo de Engenharia de Materiais, entrou em contato com profissionais na referida subárea para realizar um levantamento dos termos, isto é, os “domínios” ou as “linguagens de especialidade” utilizados na fabricação de cerâmica. Daí se vê que a pesquisadora interagiu com especialistas da área de engenharia que, a sua vez, são “leigos” na área dos estudos da linguagem ou estudos linguísticos. Cabe observar que Almeida (2006), na qualidade de pesquisadora em terminologia, realizou (i) uma coleta de termos e (ii) os apresentou aos especialistas com o intuito de verificar se a comunidade de indivíduos que trabalham com revestimento cerâmico reconhecem os termos como pertinentes a seu trabalho diário. Aprovados os termos pelos especialistas, a pesquisadora iniciou a elaboração de um dicionário de termos técnicos na referida área. Os resultados da pesquisa mostram que em uma coleta de 765 itens “apenas 8 termos são anglicismos, o que equivale a 1,05%”(p.5). Outro dado importante para o entendimento do fenômeno de empréstimo linguístico é que determinados termos oriundos do inglês “muitas vezes concorrem com os seus correspondentes vernáculos ou ainda são gradativamente substituídos por eles: *ball-clay/argila plástica, china clay/ caulim e creta, print/ flexografia*. Almeida conclui que “[A]o contrário dos postulados sobre a influência perniciosa dos anglicismos no português, o que existe de fato nessa terminologia são empréstimos do italiano e do francês”. O alvo do projeto de lei foi especificamente focado nos vocábulos de língua inglesa.

## OUTRAS LUZES DE OUTRA VERTENTE LINGUÍSTICA: TRANSGLOSSIA E TRANSCULTURALIDADE

Assis-Peterson (2008) recorre às noções de “transglossia” e de “transculturalidade” que lidam com o contato linguístico, ou melhor, com as fricções e tensões entre duas línguas e duas culturas. A autora assevera que as duas noções permitem “perceber marcas de desterritorialização do inglês ao ser usado em contexto brasileiro por pessoas do comércio” (p. 334). Seguindo o estudo de Oliveira e Paiva (1991) sobre a presença de “signos” oriundos da língua inglesa no português do Brasil (Kolynos, Close up, Colgate (p.15), Assis-

Peterson argumenta que os signos presentes no português brasileiro “se mostram mestiços” e exemplificam uma “marca transcultural que não é meramente deglutida, mas remastigada e lançada em novas formas e sentidos”(p. 334). Aproveitando da reclamação de Rajagopalan (2004a) [ver os nossos comentários acima], a respeito da “falha” dos linguistas brasileiros, Assis-Peterson pergunta: “Teria o homem comum algo a dizer ao político e ao cientista da linguagem, como defende Rajagopalan (2004)”? A autora enquadra bem o assunto, pois, por um lado, reconhece que a língua inglesa pode ser considerada “um elemento invasor a corromper a língua portuguesa e a soberania nacional, por ser a língua dos Estados Unidos- a nação que detém o poder econômico-político-militar no mundo” (p. 324). Mas, por outro lado, ela observa que, na visão dos linguistas, “querer impedir o outro de falar, ou querer dizer ao outro o que ele pode falar, e isso inclui não usar palavras de outras línguas”, mostra “uma atitude alimentada por crenças puristas e xenófobas em total desacordo com os conhecimentos da (socio)linguística nos últimos 40 anos, definindo que toda língua viva é aberta a influências externas, à variação, à mistura” (p, 325). Daí se vê que a autora, na qualidade de linguista, consulta o homem comum, os leigos, que segundo ela, serviria como “terceira visão” com respeito à presença de estrangeirismos na língua portuguesa.

## OS LEIGOS E OS ANGLICISMOS NOS DADOS DE ASSIS-PETERSON

A pesquisadora recolheu dados de 20 informantes, todos eles proprietários de casas comerciais de “pequeno e médio porte” numa pequena cidade do estado de Mato Grosso. Os participantes da pesquisa tiveram de explicar a motivação pela escolha de um nome para os diferentes estabelecimentos. Eis a explicação dada por um dos donos:

Sr. José Aparecido (Snuk Sport Bar): Eu ia colocar uma mesa pra jogar e como a mesa é snook, daí eu resolvi colocar Snuk Sport Bar, porque é divertimento, as pessoas vêm brincar, jogar, é um esporte também, eu acho, né, bar é porque vendo bebida, cigarro, refrigerante, daí ficou um conjunto dessas três coisas, né.... O pintor escreveu Snuk na plaquinha ali errado. Snook é com dois /ó/, inglês é assim, né? Mas eu deixei do jeito que tá porque ficou mais fácil para o povo ler, né? Tem também o desenho ali perto do nome da mesa do snook, a pessoa vê e já entende. Fiquei uma semana bolando o nome. O menino que veio pintar ali sugeriu um outro nome e tal e eu não gostei, fixei nesse nome. (08.03.2006)

Com respeito ao comerciante consultado, Assis-Peterson informa (p. 335) o seguinte:

Escolher um nome para um estabelecimento comercial, dizem os entrevistados, envolve sondagem, consulta a amigos e familiares, a revistas, na internet, além de observação de nomes de outras lojas bem sucedidas que já possuíram ou porque nelas trabalharam como empregados. Para muitos, a

escolha do nome da loja tem estreita ligação com o produto que vendem. Às vezes, também, o pintor do letreiro é colaborador ao inserir a forma <'s> ou oescrever *snuk* ao invés de *snook* (snooker).

Recorrendo-se ao trabalho de Ortiz(2003, p. 192), observamos que a autora argumenta que o inglês “se desterritorializa, se desenraiza de sua americanidade para se tornar uma língua “bastarda adaptada às distorções que as culturas lhes infligem”. Para Ortiz, este é preço que o idioma paga por sua condição de “hipercentralidade” (ORTIZ, 2006, p. 29). Assis-Peterson (p. 339) conclui que a sua interpretação da linguagem como “fenômeno social” e não mental “permite-nos elaborar noções como transglossia e transculturalidade que nos levam a (re)significar estrangeirismos como signos mestiços”. A abordagem proposta contribui para não considerar os “supostos” estrangeirismos“ como problema, como ameaça ao português e à identidade do falante brasileiro, como exemplo de comando imperfeito da língua e de estigmatizar as pessoas comuns como deficitárias, indefesas, alienadas, incapazes de intervir ou de se defender” (p. 339).Acreditamos que as noções de transglossia e de transculturalidade dialogam plenamente com os conhecimentos advindos das áreas de terminologia e de neologia. Estes dois discursos com respeito ao léxico, como temos tentado mostrar, são completamente opostos às propostas apresentadas pelos políticos que são longe de serem informadas do ponto de vista da sociologia da linguagem na sociedade brasileira (cf. NATALI, 2011; COSTA PEREIRA JR., 2005; POSSENTI, 2000).

Resumindo esta parte do trabalho, observamos que Almeida (2006), na qualidade de terminóloga, teve contato direto com “leigos” na área de engenharia ao passo que Assis-Peterson (2008), na qualidade de especialista na área de interculturalidade, interagiu com proprietários de lojas de médio e pequeno porte. As duas pesquisas atendem à crítica feita por Rajagopalan, segundo a qual os linguistas não têm interesse em ouvir o que “o povo” tem a dizer sobre a linguagem. Lembramo-nos de um proprietário de uma padaria cujo nome é *Breadway*, localizada numa cidade pequena no litoral paulista. O dono da padaria nos expressou a sua preocupação, pois ele pensava que se o projeto de lei for aprovado, ele teria de procurar outro nome. Explicamos que, de acordo com o inciso VII, o projeto, a proibição não se aplicam “... a palavras e expressões em língua estrangeira que decorrem da razão social, marca ou patente legalmente constituída”. O proprietário ficou aliviado.

## O LÉXICO: PALCO DE SEDUÇÃO

Existe outra dimensão a respeito do léxico que mostra a sua complexidade e também o fascínio para os lexicólogos, terminólogos e tradutores e para os leigos informados também. É verdade que o léxico funciona como “palco”, pois todos nós fazemos uso da linguagem para convencer os outros de nossas ideias, nossos anseios, nossos problemas e nossas alegrias e tristezas. Álex Grijelmo, autor do livro *La Seducción de las palabras* (2000), afirma na primeira linha de texto: “Nada podrá medir el poder

que oculta una palabra” (p. 11). Grijelmo apresenta, entre muitos outros exemplos de sedução lexical, o poder do substantivo *amor* e do verbo *amar* em contraste com *querer*:

El poder seductor de “te amo” entronca con la misma raíz de la palabra “amor”, mucho menos polisémica que “querer”. “Siento amor por ti” podemos decir; pero no “siento querer por ti”, pese a que “querer” se ha sustantivado (después de existiese el verbo, mientras que amor y amar no guardan una sucesión cronológica: “las cosas del querer”, “querer es poder”... la profundidad del sustantivo “amor” se nos representa, pues, mucho mas vasta. (p. 61-62)

O texto de Grijelmo possibilita a análise do uso do léxico, isto é, a escolha de palavras para se justificar, se defender e persuadir ou para encantar alguns e enganar outros. Levando em consideração as considerações de Grijelmo para o contexto brasileiro, observamos uma estratégia retórica perspicaz usada por José Genoino, pois ele compara os tempos da ditadura com o momento presente reclamando: “Fui em cana, cela fechada, sem banho de sol, torturado e estou aqui, de novo com o espírito dos anos 70”, (15.11.2013). Outro exemplo de sedução linguística é o trecho dito por José Dirceu no mesmo dia: “Não importa que me tenham roubado a liberdade: continuarei a defender por todos os meios ao meu alcance as grandes causas da nossa gente, ao lado do povo brasileiro, combatendo por sua emancipação e soberania”. Observam-se as locuções “roubar a liberdade” e “defender por todos os meios” e os vocábulos “emancipação” e “soberania” e também o uso do pronome possessivo “*nossa gente*”.

Grijelmo (p. 170), diga-se de passagem, com respeito ao referido pronome possessivo, escreve:

Qué gran seducciónla de las frases publicitarias, políticas, comercialeso simplemente personales que han descubierto el valor del adjetivo posesivo de primera persona del plural “nuestro”.

As expressões “*nossa bandeira*”, “*nossa língua*”, “*nosso povo*”, “*nosso país*”, “*nossa terra*” e “*nosso país*” possuem em todos os idiomas um poder emotivo que facilmente seduz as pessoas.

## DEPÓSITO DE RECORTES

Passamos agora para a última parte desta apresentação. A expressão “depósito de recortes” é utilizada por Antunes (2007) ao se referir ao léxico. Ela escreve:

Ganha sentido afirmar que o léxico é mais do que uma lista de palavras à disposição dos falantes. É mais do que um repertório de unidades. *É um depositário dos recortes* (ênfase da autora) com que dada comunidade vê o mundo, as coisas

que a cercam, o sentido de tudo. Por isso é que o léxico expressa, magistralmente, a função da língua como elemento que confere às pessoas identidade como indivíduos e como membro pertencente a um grupo. (p. 42)

O estudo do léxico foi realmente ignorado na área dos estudos da linguagem que privilegiou a fonologia e fonética, a morfologia e morfossintaxe e a sintaxe. Podemos conjecturar que no ano 1994 não houve uma produção na área, mas nos últimos vinte anos, a produção é outra, graças ao desenvolvimento da disciplina de Terminologia nas universidades brasileiras. É impressionante o número de “recortes” feitos em forma de dissertações de mestrado, teses de doutorado em uma plethora de disciplinas. Krieger (2013, p. 29-30) explica sucintamente a importância da área como atividade interdisciplinar que dialoga intimamente com a lexicografia e a tradução. Nas palavras da terminóloga:

Compreende-se que o manejo consciente do léxico especializado representa uma condição de interação e de avanço em inúmeros campos: cultural, pedagógico e, em síntese, o que cobre o mundo socioeconômico. Mais ainda, o mundo da informação organizada e divulgada como ocorre atualmente, justifica também a necessidade de um conhecimento mais sistemático sobre os perfis dos termos técnicos, tendo em vista as inúmeras possibilidades de aplicações relacionadas ao componente especializado de idiomas com destaque para a produção de instrumentos terminológicos com fins de consulta ou de padronização, para as práticas tradutórias e redacionais de natureza técnica.

## O PANORAMA DOS RECORTES LEXICAIS: UM CENÁRIO EM EXPANSÃO

Quem está começando os estudos na área ou quem não teve tempo de aquilatar o que foi realizado nos últimos anos, vai lançar mão de um verdadeiro “calidoscópico” de estudos sobre uma variedade de atividades. Consultamos os dados relacionados no TermNeo (Observatório de Neologismos do Português Brasileiro Contemporâneo da FFCLH/ Universidade de São Paulo) para dar uma ideia geral do desenvolvimento da área.

Nas ciências médicas, temos um importante glossário sobre os termos referentes à AIDS, de interesse para as áreas de Neurologia e Pneumologia. A desordem neurológica de epilepsia também conta um glossário de termos pertencentes à área. A Genética Molecular, de interesse para a medicina, a biologia e a química, tem um glossário devido à análise das práticas lexicais existentes na área. Muito útil para a sociedade brasileira é a atenção dada ao campo de Economia onde notamos vários estudos. O panorama continua com a cultura e industrialização do caju, da indústria têxtil (fiação) e do processamento da cana-de-açúcar. O cenário inclui um estudo sobre a presença de vocábulos de origem francesa na Dança, outro sobre a Capoeira e ainda outro sobre Geografia Política. A área de Gastronomia é representada com um estudo sobre a presença de italianismos nas cantinas e restaurantes

paulistanos. Os termos utilizados nas estradas de ferro italianas apresenta um levantamento dos termos especializados encontrados numa viagem pelo país.

Para encerrar esta parte, queremos resumir no Quadro 1 os avanços nas áreas de lexicologia, lexicografia e terminologia lançando mão do que foi realizado do ponto de vista numérico com base nos três primeiros volumes publicados de *As ciências do Léxico*:

Volume	Conteúdo	Organizadores
I	Parte 1 Lexicologia: 10 artigos Parte 2 Lexicografia: 7 artigos Parte 3 Terminologia: 7 artigos Total de Trabalhos: 24 artigos	Pires de Oliveira e Isquierdo, 1998 [2001]
II	Parte 1 Lexicologia: 10 artigos Parte 2 Lexicografia: 7 artigos Parte 3 Terminologia: 12 artigos Total de Trabalhos: 29 artigos	Isquierdo e Krieger, 2004
III	Parte 1 Lexicologia: 11 artigos Parte 2 Lexicografia: 11 artigos Parte 3 Terminologia: 11 artigos Total de Trabalhos: 33 artigos	Isquierdo e Alves, 2007

**Quadro 1:** Desenvolvimento dos estudos sobre o léxico.

## CONCLUSÃO

Vamos amarrar as várias ideias apresentadas neste trabalho.

Tentamos mostrar que o léxico, parte primordial de todos os idiomas, é cenário de preconceito linguístico e, por este motivo, o consideramos um “campo minado”. Até as pessoas que não conseguem aprender a falar uma língua estrangeira “satisfatoriamente” se tornam alvo de zombaria. Um triste exemplo é o inglês do técnico esportivo João Santana cujo desempenho é alvo de chacota (MURANO, 2009). Nem todos observam que o técnico consegue comunicar e ser entendido nas suas interações com falantes nativos do idioma e com brasileiros mais pacientes e menos exigentes.

Há indivíduos que mantêm uma postura rígida contra qualquer mudança de significado de vocábulos e que acreditam que vocábulos que não constam nas obras lexicográficas não são palavras. Eles não têm noção de neologia. Há outros mitos sobre a linguagem explicitados na obra de Bauer e Trudgill (1998).

Argumentamos que o léxico também é cenário de conflitos, justamente sobre as palavras de origem estrangeira, exemplos de “neologismos por empréstimo” (ALVES, 1984). Estamos realmente diante de discursos opostos, pois, por um lado, lidamos com o discurso contra a presença de vocábulos de origem estrangeira no português, representado pelo ataque ao *Dicionário Houaiss* (JORGE, 2002a) e pelo Projeto de Lei proposto pelo então deputado

Aldo Rebelo (SP/PC do Brasil) e por outro, o discurso de terminólogos e de lexicógrafos que consideram a presença de empréstimos entre diferentes idiomas como parte integral do contato linguístico-cultural entre línguas (WEINREICH, 1953).

Observamos que a língua inglesa tem sido “o pomo da discórdia”, pois o grande número de anglicismos tende a assustar alguns cidadãos brasileiros devido às intenções dos Estados Unidos com respeito ao Brasil. Este quadro é complexo e a tensão resultante existe de longa data.

Na década dos anos 60 no Brasil, foi publicado um pequeno livro que tem por título *Um dia na vida de Brasilino* (MARTINS, 2002). No livro, Brasilino não está preocupado com as palavras de língua inglesa que circulavam naquela época no país, mas como “bom burguês” não percebe que as diferentes marcas de produtos que ele usa se originam do capital norte-americano:

Brasilino vai ao quarto de banho, fazer a sua *toilette*: acende o aquecedor de gás-gás que é da City e, portanto, do grupo Light, e, enquanto a água aquece, toma da escova de dentes, marca “TEK”, da “Johnson & Johnson do Brasil” (que é americana), e da pasta dentifrícia “KOLYNOS”, com clorofila, da “Whitehall Laboratories of New York” e, assim, para escovar os dentes, Brasilino pagadividendos ao CAPITAL ESTRANGEIRO. Mas Brasilino nem pensa nisso...

A situação é semelhante atualmente, mas ao longo dos anos foram aparecendo outros signos como *Honda, Subaru, Renault, Nestlé, Toyota*. Não se deve esquecer das empresas brasileiras internacionais como Camargo C. Odebrecht, Ambev, Engevix e Jump que, por bem ou mal, acompanham a globalização política e econômica vigente neste século XXI. O problema é mais profundo e se nos figura como parte de um grande *iceberg*, pois para alguns indivíduos, a “presença” de estrangeirismos é sinal de enriquecimento lexical ao passo que, para outros cidadãos, a “invasão” de estrangeirismos é um sinal na superfície de um subjacente domínio imperialista estadunidense. Acreditamos que o domínio é o cerne da questão para Aldo Rebelo.

Esta reflexão não é o lugar para enveredarmos no assunto complexo sobre a geopolítica do inglês no Brasil e no mundo. Os autores do livro *A Linguística que nos faz falhar* deixaram de abordar o tema de uma Política Brasileira do Idioma. Aquela política deve possibilitar o estudo de várias línguas e não deve privilegiar uma única língua estrangeira. É importante também perceber que a língua inglesa não é mais a propriedade dos Estados Unidos e do Reino Unido. Na literatura especializada no campo da geopolítica do inglês no mundo, observamos que o privilégio do falante nativo americano ou britânico está sendo questionado porque existem outros centros “normativos” na África e no Oriente. O idioma é propriedade de todos os usuários que o utilizam como segunda língua ou língua adicional em diversos países: Nigéria, Índia, Cingapura, África do Sul e Malásia. O Brasil precisa continuar estreitando relações culturais e econômicas com as referidas sociedades altamente multilíngues. Resta também observar que o português, como idioma de amplo acesso, está em sexto lugar no que diz respeito ao número de falantes (CRYSTAL, 1997) e, com base nesse fato, consideramos que o idioma, apesar



da presença do capital internacional (que preocupa muitos cidadãos brasileiros devido à possibilidade de o país perder a soberania) não corre o perigo de perder “domínios” como ocorre nos países como Holanda e Suécia, em que quase todos os habitantes falam o inglês e a referida língua já se tornou “o idioma de trabalho” nas universidades, que ministram várias disciplinas em inglês, assim relegando, respectivamente, o holandês e o sueco a um segundo plano. Capacho (2004, p. 85, apud SILVA; RAJAGOPLAN), na qualidade de pesquisadora portuguesa, alerta para uma eventual ameaça ao uso das línguas nacionais na produção científica. Ela explica:

Ao ritmo actual desta evolução, dentro de alguns anos, os usos do registro científico desaparecerão no contexto da maioria das línguas europeias. E o desaparecimento de qualquer registro resulta no empobrecimento da língua. E na perspectiva de sua morte futura.

De todo modo, não acredito que o sueco, o holandês ou o português desapareçam subitamente e que todos os habitantes dos referidos países cheguem a abandonar suas respectivas línguas em favor do inglês!

Quanto à visão do léxico como Palco de Sedução abordada acima, reconhecemos que o quadro diz respeito à Linguagem em si e não exclusivamente a língua portuguesa, pois todos os utentes fazem uso das palavras e das metáforas para argumentar e persuadir.

Com respeito às considerações sobre a noção de “Depósito de Recortes”, consideramos que a disciplina de Terminologia funciona como uma ciência interdisciplinar que reúne a Lexicologia, a Lexicografia, a Linguística do *Corpus* e os Estudos da Tradução em contato íntimo com uma gama de disciplinas nas humanidades e também nas ciências naturais e nas artes. Cumpre observar que a disciplina está voltada para as línguas nacionais de diferentes países e também para os idiomas estrangeiros onde se nota o interesse em elaborar glossários e dicionários bilíngues. Graças ao surgimento da Terminologia nos últimos anos, o estudo dos diferentes léxicos das línguas do mundo está recebendo finalmente muito mais atenção dos que trabalham na área dos estudos da linguagem.

## NOTA

- (1) <[pt.wikipedia.org/wiki/Associação\\_Brasileira\\_de\\_cricket](http://pt.wikipedia.org/wiki/Associação_Brasileira_de_cricket)> e <[www.cbbs.com.br](http://www.cbbs.com.br)>. Acesso em: 21 abr. 2014.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAB-ASSOCIAÇÃO DE LINGUÍSTICA APLICADA DO BRASIL. Ano 4, n. 2, julho 2000.

ALMEIDA, G. M. B. Os anglicismos e as linguagens de especialidade no português do Brasil. **Debate Terminológico**, RITerm, v. 2, p. 1-12, 2006.

ALVES, I.M. A integração dos neologismos por empréstimo ao léxico português. **Alfa**, São Paulo, 28 (supl.), n. 1, p.119-126, 1984.

ANTUNES, I. **Muito além da Gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Editorial Parábola, 2007.

ASSIS-PETERSON, A.A. Como ser feliz no meio de anglicismos: processos translógicos e transculturais. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 47, n. 2, p. 320-340, 2008.

BARROS, L.; A. **Curso básico de Terminologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

BAUER, L.; TRUDGILL, P. **Language myths**. London: Penguin, 1998.

SÁ, E.J. ; COSTA PEREIRA Jr. L. A sociedade dos bordões. **Revista Língua Portuguesa**. Ano 1, n. 4, p.24-38, 2004.

CAPACHO, F. Línguas e Identidades Culturais. In: LOPES DA SILVA, F.; RAJAGOPALAN, K. (Orgs.). **A lingüística que nos faz falhar**: uma investigação crítica. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

CARRASCO, W. O desgaste das palavras. **Revista Veja**. 13.08.2008, p. 198.

CASTRO, R. Dentro e fora da legalidade. **Folha de S. Paulo**, 18.11.2003, p. A 3.

COSTA PEREIRA, Jr. L. Paraná ataca o estrangeirismo. **Revista Língua Portuguesa**. Ano 4, n. 42, p. 16-19, 2005.

CRYSTAL, D. How many speakers? **The Cambridge Encyclopedia of Language**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 288-89.

FARACO, C.A. (Org.). **Estrangeirismos**: guerras em torno da língua. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

Fiorin, José Luiz. Considerações em torno do projeto de lei de defesa, proteção, promoção e uso do idioma apresentado à Câmara dos Deputados pelo deputado Aldo Rebelo. **Boletim da ALAB** (Associação de Linguística Aplicada do Brasil), Ano 4, n. 4, p. 62-75, julho 2000.

GRIJELMO, A. **La seducción de las palabras**. Madrid: Taurus, 2000.

ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. da G. **As ciências do Léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. v.II. Campo Grande: Editora UFMS, 2004.

ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. **As ciências do Léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. v. III. Campo Grande: Editora UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007.

JORGE, F. A submissão do dicionário Houaiss diante da língua inglesa. Terceira Parte. **Revista Imprensa**. Ano 15, n. 168, p.64-66, Jan/Fev 2002a.

JORGE, F. Os deslizes e os ilogismos do professor John. **Revista Imprensa**. Ano 15, n. 169, p. 59-61, março, 2002b.

KRIEGER, M. G. A heterogeneidade do léxico especializado e perfis terminológicos. In: MURAKAWA, C.de A.A.;NADIN, O. L. (Orgs.). **Terminologia: uma ciência interdisciplinar**. Araraquara: FLC-UNESP Laboratório Editorial, 2013.

LOPES DA SILVA, F.; RAJAGOPALAN, K. (Orgs.).**A Linguística que nos faz falhar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

LUFT, L. Vamos queimar os dicionários. **Revista Veja**. 14.03.2012.

MARTINS, P.G. **Um dia na vida de Brasilino**. 2 ed. Comemorativa. 2002[1961].

MURAKAWA, C. A.A.;NADIN, O.L. **Terminologia: uma ciência interdisciplinar**. Araraquara: FCL-UNESP, 2013.

MURANO, E. Os preconceitos da pronúncia. **Revista Língua Portuguesa**. Ano 4, n. 46, p. 14-15, 2009.

NATALI, A. Pureza Artificial. **Revista Língua Portuguesa**. Ano 5, n. 69, p. 16-17, 2011.

OLIVEIRA E PAIVA, V. L. M. **A Língua inglesa enquanto signo na cultura brasileira**. 1991. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

ORTIZ, R. **Mundialização da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ORTIZ, R. **Mundialização: saberes e crenças**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PIRES DE OLIVEIRA, A.M.P.; ISQUERDO, A.N. **As ciências do Léxico:lexicologia, lexicografia e terminologia**. 2. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2001.

POSSENTI, S. Os equívocos sobre estrangeirismos. **Revista Língua Portuguesa**. Ano 1, n. 3, 2000.

RAJAGOPALAN, K. Línguas nacionais como bandeiras patrióticas, ou a lingüística que nos deixou na mão: obervando mais de perto o chauvinismo lingüístico emergente no Brasil. In: LOPES DA SILVA, F.; RAJAGOPALAN, K. (Orgs.). **A lingüística que nos faz falhar: uma investigação crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004a. p. 11-38.

RAJAGOPALAN, K. Resposta aos meus debatedores. In: LOPES DA SILVA, F.; RAJAGOPALAN, K. (Orgs.). **A lingüística que nos faz falhar: uma investigação crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004b. p. 166-231.

RAJAGOPALAN, K. National languages as flags of allegiance, or the linguistics that failed us: a close look at emergent linguistic chauvinism in Brazil. **Language and Politics**, v. 1, n. 1, 2002, p. 115-147.

REBELO, A. **Projeto de Lei n. 1676de 1999**.

SCHMITZ, J.R. Para quem servem os dicionários? **Revista Imprensa**. Ano 15, n. 168, p. 67-68, Jan/Fev 2002.

SCHMITZ, J. R. A língua portuguesa e os estrangeirismos. **D. O. Leitura**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, p. 79, 1988.

SIMÃO. J. Dilma encarou o Peru. **Folha de S. Paulo**, novembro 13, p. E. 09, 2013.

SIMAS FILHO, R. Estrangeirismos que incomodam. **D. O. Leitura**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 76, 1988.

TRUDGILL, P. The meaning of words should not be allowed to vary or change. In: BAUER, L.; TRUDGILL, P. **Language myths**. London: Penguin, 1998.

VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss Eletrônico da Língua Portuguesa**. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

WEINREICH, U. **Languages in contact**. The Hague: Mouton, 1953.

## PARTICÍPIOS ATEMÁTICOS DO PB: PARADIGMAS, SINCRETISMO E DIACRONIA

Paulo Chagas de SOUZA  
Universidade de São Paulo  
pcsouza@usp.br

**RESUMO:** Este artigo tem o objetivo de retomar a análise dos participios atemáticos do português do Brasil feita em Chagas de Souza (2011), aprofundá-la e explicitar em mais detalhes as escolhas teóricas que tem sido feitas por mim. O quadro teórico é essencialmente uma teoria baseada no uso que rejeita níveis sintáticos subjacentes, rejeita a centralidade da sintaxe e atribui um papel central à analogia na elaboração do conhecimento linguístico dos falantes. Não descarta a diacronia *a priori*, mas considera-a uma fonte importante de explicação dos fenômenos linguísticos. Explicita o papel da prosódia na formação de novos participios atemáticos. Defende a existência de regras de remissão (*rules of referral*) como propostas em Zwicky (1985). A forma masculina singular do participio passado é de fato sincrética com a primeira pessoa do singular do presente do indicativo (1SPI), o que é corroborado pelo emprego de formas participiais que apresentam exatamente as mesmas alternâncias irregulares apresentadas pela 1SPI.

**PALAVRAS-CHAVE:** Participios atemáticos; Português do Brasil; Sincretismo; Diacronia; Paradigmas.

Ao lado dos participios regulares, formados com a vogal temática seguida de -d- e -o, o PB aparentemente tem apresentado, principalmente na fala, mas eventualmente na escrita também, um aumento de outro tipo de participio. São os participios que denomino *atemáticos* por não apresentarem a vogal temática verbal. Um verbo que pode apresentar ambas as formas de participio é o verbo *comprar*, que tem o participio regular *comprado*, único reconhecido na norma padrão, mas que é acompanhado pela forma atemática *compro*, em enunciados contendo expressões como *tinha compro* e *devia ter compro*, em vez de *tinha comprado* e *devia ter comprado*. A difusão desse tipo de participio não é vista com bons olhos, sendo alvo de críticas encontradas facilmente na internet, por exemplo. Essa é uma das tendências encontradas entre os participios do PB: a difusão do participio atemático (ainda considerado irregular).

Esse tipo de participios que tem proliferado no PB faz parte de um fenômeno encontrado em certa medida também em outras línguas românicas (vide, por ex., Laurent (1999) e Thibault (2014, p. 10<sup>1</sup>)): a formação de participios mais curtos, nos quais não aparece a vogal temática verbal, nem o morfema {-d-} do participio<sup>2</sup>. São participios como *chego*, *falo* e *compro*.

Como podemos caracterizar a diferença entre esses dois grupos de participios, os curtos e os regulares, de forma adequada? Poderíamos usar

simplesmente essa terminologia, chamando-os de participios curtos e longos, ou breves e plenos, ou irregulares e regulares. Mas proponho que focalizar a vogal temática verbal nos ajude a analisar cada um desses tipos, entre os quais existem duas diferenças essenciais. No primeiro grupo, em que se inclui a forma *chegado*, o acento incide sobre a vogal temática do verbo (alterada ou não<sup>3</sup>). No segundo grupo, em que se inclui a forma *chego*, o acento incide sobre o radical atemático (sem ocorrência da vogal temática verbal). São formas que podemos denominar, respectivamente, arrizotônicas e rizotônicas.

Na realidade, no primeiro grupo está presente a vogal temática do verbo, enquanto no segundo grupo não é realizada essa vogal temática. Assim, seria impossível acentuá-la. Como a primeira diferença é consequência desta segunda, considero adequado formular a distinção entre essas formas participiais como sendo a oposição entre *participios temáticos* e *participios atemáticos*. Este artigo tem o objetivo de discutir a formação de novos participios atemáticos no PB. Especificamente esse tipo de participio já foi recentemente o foco de Chagas de Souza (2011) e Scher, Lunguinho; Takahira (2013). A essência de minha análise desse fenômeno do PB já foi apresentada no texto de 2011, mas dessa vez, como solicitado no evento Os Estudos Lexicais em Diferentes Perspectivas, realizado em dezembro de 2013 na FFLCH-USP, me propus a explicitar mais claramente o pano de fundo teórico de minha análise. Este texto expõe o que foi apresentado no evento.

Seu objetivo principal é a análise sincrônica e diacrônica do surgimento e proliferação dos participios atemáticos no PB. No caminho destacarei a persistência diacrônica de características essencialmente arbitrárias. Ao final terei apresentado um argumento a favor da existência das regras de remissão e contribuído para o debate a respeito da morfologia baseada em morfemas ou baseada na palavra.

Este trabalho está organizado da forma como se segue. A primeira seção apresenta o quadro teórico que embasa minha análise. A segunda seção apresenta os dados fundamentais. A terceira seção analisa os antecedentes históricos do surgimento dos participios atemáticos no português. A quarta seção discute as críticas feitas em Scher, Lunguinho; Takahira (2013) a minha análise de 2011, e argumenta que essas críticas são resultado de uma interpretação equivocada, a qual provavelmente resulta de assumir que certos pressupostos bem difundidos estão sendo adotados. Embora equivocadas, essas críticas acabam tornando oportuno explicitar mais o quadro teórico que embasa minha análise. A última seção retoma a discussão e aponta direções para a continuidade da pesquisa sobre os participios atemáticos.

Considerando que esteja de fato havendo um aumento dessas formas atemáticas, várias análises são possíveis. Uma primeira opção é se consideramos que as formas atemáticas são simplesmente uma forma abreviada dos participios regulares. Minha argumentação será no sentido de que não é isso que ocorre. Não se trata de um truncamento, nem de variação aleatória, mas de um caso de sincretismo.

Por fim, cabe assinalar que embora os contextos de ocorrência de cada uma das duas formas de participio sejam um tema comumente tratado ao se analisar os participios, o que envolve o contraste entre formas ativas e passivas, esse não será o foco deste artigo.

## O QUADRO TEÓRICO

O quadro teórico utilizado neste artigo se baseia num conjunto de propostas recentes que convergem em torno de algumas características que serão apresentadas nesta seção do texto e que podem ser descritas como uma linguística cognitiva baseada no uso, a qual inclui obras como Bybee (2010) e Langacker (1987, 1991, 2008), e que considera a analogia um mecanismo central de nossa cognição (ITKONEN, 2005; BLEVINS; BLEVINS, 2009; TOMASELLO, 2003), o qual precisa ser entendido adequadamente.

Um aspecto importante dessa perspectiva é que não estabeleço uma dicotomia absoluta *a priori* entre aspectos sincrônicos e diacrônicos da língua, nem muito menos considero a distinção como estanque. Cada fenômeno específico pode ter explicações puramente sincrônicas, puramente diacrônicas ou uma interação dos dois tipos de fatores. A variação encontrada nos participios no PB envolve os dois tipos de fatores. Além disso, como propõe Bybee (2010, p. 10), a compreensão dos processos de mudança e das direções que ela assume nos fornece pistas importantes para uma compreensão mais aprofundada do sistema cognitivo linguístico sincrônico dos indivíduos. Um fator que leva a isso é o fato de que, de acordo com a proposta dela, mesmo o sistema individual é dinâmico e passa por mudanças tanto em grande como em pequena escala, as quais são melhor entendidas considerando as capacidades (cognitivas, motoras etc.) que estão em ação no uso da língua. Além disso, parte da explicação de como as línguas são em cada ponto de sua evolução se encontra em como cada estrutura surgiu. Em suma, observar os fenômenos diacrônicos nos possibilita entender melhor e com mais profundidade o funcionamento da gramática sincrônica.

Outra característica importante do conjunto de abordagens que inspiraram essa análise é considerar que nosso conhecimento está profundamente alicerçado em nossa cognição como um todo, não fazendo uma separação estrita do que é linguístico e do que é extralinguístico. Assim, o conhecimento linguístico se baseia nos mesmos padrões de aquisição de conhecimento que formam nossa mente como um todo. Uma característica extremamente geral que embasa os dois tipos de conhecimento é o fato de que o ser humano é, desde pequeno, um ser essencialmente atento à detecção de padrões. Essa busca de padrões se verifica não só em fenômenos linguísticos, mas é um mecanismo cognitivo geral da mente humana.

Embora aparentemente seja um processo passivo, o reconhecimento de padrões analógicos é descrito por Blevins; Blevins (2009, p. 1) como um processo agressivo motivado pela busca de previsibilidade, o qual possibilita fazer novas inferências sobre o mundo. Nesse processo são identificadas semelhanças em meio a elementos distintos. Essas semelhanças podem ser altamente abstratas e a partir do instante em que são detectadas são classificadas, relacionadas a outros padrões e usadas para prever outros padrões e correlações. Como já afirmei, essa busca de padrões é essencialmente análoga nos domínios linguísticos e extralinguísticos. Ela é detectada já em crianças com pouco mais de seis meses de idade, que já identificam padrões em estímulos auditivos e visuais antes de terem condições

de processar construções gramaticais da língua quer em termos de compreensão, quer em termos de produção (TOMASELLO, 2003, p. 30).

Uma tarefa geral dessa busca de padrões é a categorização, ou classificação dos seres, eventos etc. em categorias. A identificação de semelhanças e diferenças é fundamental nessa categorização, e também na analogia, que é vista aqui como um mecanismo central de estruturação de nosso conhecimento, seja ele linguístico ou não.

A analogia, definida por Bybee (2010, p. 57) como o processo pelo qual um falante passa a usar um item novo numa construção tem muito em comum com a extensão definida por Harris; Campbell (1995) como um dos três únicos mecanismos de mudança (sintática, na proposta delas, mas com certeza estendível a outras áreas da gramática, tal como a morfologia). Outro ponto importante é o fato de Bybee considerar a probabilidade e aceitabilidade de um novo item ser usado numa determinada construção como algo gradiente, baseado no grau de semelhança com usos anteriores dessa construção. Diversos tipos de fatores podem influenciar a percepção de certos verbos, por exemplo, como semelhantes. Uma forma nova pode soar muito estranha, mas pode soar bem aceitável.

Outra característica essencial do conhecimento linguístico, como qualquer outro tipo de conhecimento humano, é que ele não é feito só de certezas. A mente humana não é uma mente onisciente. Além disso, seu conhecimento é sujeito a reformulações ou defectível (*defeasible*), sendo mais adequadamente caracterizado por uma lógica com *defaults* (REITER, 1980 e ŁUKASIEWICZ, 1984a, 1984b, 1985) do que pela lógica clássica<sup>4</sup>. O falante a ser estudado não vive numa comunidade de fala homogênea e não tem conhecimento perfeito de sua língua. Ele pode, por exemplo, ficar em dúvida com relação à sílaba tônica de uma palavra (BENEVIDES, 2012), ou se existe uma determinada forma participial de um verbo, ou se ela se usa naquele contexto. Na verdade, a incerteza é um fator importante a ser considerado na mudança linguística.

Mais especificamente com relação ao que se costuma denominar a arquitetura da gramática, o trabalho se inspira em Jackendoff (2002), que considera que a arquitetura sintaticocêntrica do gerativismo foi um erro. Em suas palavras: “I have come to believe that this ‘syntactocentric’ architecture was an important mistake – perhaps historically unavoidable, but a mistake nevertheless.” Minha concepção é que essa posição de Jackendoff é fundamentalmente correta. Outro ponto fundamental da concepção que Jackendoff defende é a ausência de níveis ocultos de sintaxe, sejam eles subjacentes (pré-sintáticos), sejam eles pós-sintáticos. Os outros componentes não são meramente interpretativos. Em outras palavras, embora isso possa não ter repercussões claras e imediatas para o fenômeno a ser analisado, o quadro teórico aqui utilizado é um quadro teórico pós-transformacional (BLEVINS, 2008).

Em consonância com o que foi proposto em Langacker (1987, p. 46-47), considero que a estrutura gramatical é quase inteiramente manifesta (*overt*), não ocultando níveis mais profundos e mais verdadeiros de organização gramatical. Um objetivo central deste trabalho e da minha pesquisa de um modo geral é justamente explorar a estrutura gramatical manifesta baseando-se essencialmente em formas de superfície e nas relações



entre elas. Embora seja até possível que outros níveis existam, preferencialmente não recorro a eles em minhas explicações. Rejeito enfaticamente a postulação de níveis subjacentes ou pós-sintáticos nos quais a língua apareça numa forma supostamente perfeita. Nas palavras de Bybee (2010, p. 11):

In a quite independent development, researchers interested in the form of synchronic grammar began to examine the idea of treating morphosyntactic structure in terms of surface-oriented constructions that directly associate form with meaning (LANGACKER, 1987, FILLMORE et al, 1988, GOLDBERG, 1995, CROFT, 2001). This more surface-oriented approach to grammar provides an appropriate unit of morphosyntax for the description and explanation of the grammaticalization process (BYBEE, 2003b, TRAUOGOTT, 2003). From the properties of constructions in language use we can approach the gradient notions of analysability, compositionality, and productivity. (LANGACKER, 1987, CLAUSNER; CROF, 1997)

Essa cognição a que me refiro é uma cognição corporificada (LANGACKER, 1987, 1991, 2008), ou seja, considero uma mente dotada de corpo, essencialmente uma mente que tem em grande parte as características que tem porque está ancorada nesse corpo, um corpo humano, com as possibilidades e as limitações específicas de um corpo e uma mente humanos. Ou seja, o conhecimento linguístico não é o conhecimento de uma mente em abstrato, mas de uma mente humana, que vive num corpo humano.

Quanto à morfologia, considero que embora os falantes possam fazer uso de análises que decompõem as palavras em unidades menores, a palavra como um todo ou suas formas também têm um papel central no funcionamento da língua. A existência desse tipo de sincretismo no PB indica claramente que pelo menos alguns fenômenos morfológicos são baseados na palavra como um todo, e não em seus pedaços. O sincretismo a ser apresentado neste texto é um ótimo exemplo disso.

Em suma, o quadro teórico adotado é baseado no uso, não sintaticocêntrico, e considera que o sincretismo pode ser extensão de coincidência arbitrária casual reinterpretada como uma relação (quase) necessária. O conhecimento linguístico que os falantes têm não é perfeito. Ele tem lacunas e perplexidades. Os falantes estabelecem relações entre formas de superfície e por vezes tratam a palavra holisticamente, não a decompondo em pedaços menores.

## OS DADOS

No estágio atual da língua, ainda se pode considerar que o esquema regular de formação de particípio (passado) no PB é o que termina pela vogal temática verbal seguida de {-d-} e da terminação de gênero, podendo ter também uma terminação de plural. Os verbos que seguem esse padrão têm,

portanto, um particípio regular. Os que não o seguem têm um particípio irregular.

É um fato conhecido que um número considerável de verbos do português apresenta particípios duplos, isto é, mais de uma forma de particípio. Se há duas formas de particípio, e apenas um padrão regular, esses verbos que apresentam particípios duplos ou poderiam ter um particípio irregular e outro regular, ou dois irregulares. Observando mais detidamente os verbos com particípios duplos, vemos exemplos como *gastar*, *pegar*, *acender* e *imprimir*, por exemplo, que têm, respectivamente os particípios *gastado* e *gasto*, *pegado* e *pego*, *acendido* e *aceso*, e *imprimido* e *impresso*.

Como se pode depreender mesmo só considerando esses verbos citados como exemplos, o conjunto de verbos que apresenta essa propriedade não é homogêneo. Existem dois grupos com propriedades distintas. A observação atenta nos revela que os dois grupos estão longe de ser aleatórios. Mas em que se baseia a divisão dos dois tipos de verbos com particípios duplos? Vamos nos restringir por enquanto aos verbos que têm essa propriedade na norma-padrão. Não porque ela seja em nada superior, mas porque isso nos ajudará a entender seu desenvolvimento diacrônico, já que a norma-padrão é mais conservadora.

Uma análise morfológica sincrônica já nos revela que os verbos que têm particípio duplo se subdividem com relação ao radical desses particípios. Num grupo o mesmo radical está presente nos dois particípios, como em *gastado* e *gasto*. No outro grupo, as duas formas não têm o mesmo radical, como em *acendido* e *aceso*. Nem num caso nem no outro considero que uma forma é derivada da outra. Essa distinção perdura há séculos e tem suas raízes em características morfológicas da língua latina que serão detalhadas abaixo.

A distinção essencial é a que existe entre verbos da primeira conjugação e verbos das demais conjugações. O primeiro grupo de verbos com particípio duplo contém apenas verbos da primeira conjugação. Já o segundo grupo se compõe apenas de verbos da segunda e da terceira conjugações. Essa é uma correlação robusta que, embora esteja se alterando, foi mantida na língua portuguesa em todas as suas fases. Como essa distinção pôde se manter durante séculos? Essencialmente em virtude do fato de o ser humano ter a mente extremamente aguçada na percepção de semelhanças e diferenças, como exposto acima. Não faria o mínimo sentido supor que uma distinção como essas tem uma base inata, pois a divisão em verbos da primeira, segunda e terceira conjugações é um fato morfológico do português, não válido nem sequer para todas as línguas românicas. Nem todas as línguas possuem também algo que possa ser chamado de particípio atemático. Em suma, podemos concluir sem receio de errar que essa é uma correlação não simplesmente adquirida, mas aprendida pelos falantes do PB.

Mas como foi afirmado acima, essa subdivisão dos verbos com particípios duplos nesses dois subgrupos remonta em última análise a fenômenos da língua latina. Examinemos esses fenômenos.

## ANTECEDENTES HISTÓRICOS: O LATIM

Um olhar atento e perscrutador pode nos revelar que, em última análise, a proliferação dos participios atemáticos no PB e mais do que isso, seu sincretismo aparentemente absurdo com a primeira pessoa do singular do presente do indicativo (doravante, 1SPI) é resultado de uma cadeia de eventos que remonta a propriedades morfológicas da conjugação verbal e de propriedades flexionais e derivacionais dos radicais verbais latinos. Examinemos, então, essas propriedades.

### A FLEXÃO VERBAL

Aronoff (1994) analisa os radicais da morfologia verbal do latim baseando-se na análise tradicional, segundo a qual cada verbo latino tem três radicais quase sempre distintos: o do presente (frequentemente denominado de *infectum*), o do perfeito (ou *perfectum*) e um outro radical, comumente chamado de radical do participio, mas que Aronoff denomina simplesmente *terceiro radical*. Os radicais diferem em significado, mas também em termos de quais formas se baseiam neles, tanto flexionais quanto derivacionais.

Conjugação (vogal temát.)	Rad. Presente	Rad. Perfeito	Terceiro Rad.	Significado
primeira ( ā )	am-ā-	am-ā-v-	am-ā-t-	“amar”
segunda ( ē )	dēl-ē-	dēl-ē-v	dēl-ē-t-	“destruir”
segunda ( ē )	hab-ē-	hab-u-	hab-i-t-	“ter”
quarta ( ī )	aud-ī-	aud-ī-v-	aud-ī-t-	“ouvir”
terceira ( ě )	leg-e-	leg-	lec-t-	“ler”
terceira ( ĩ )	cap-i-	cēp-	cap-t-	“tomar”

**Tabela 1:** Radicais dos verbos regulares das quatro conjugações latinas.

Observando a tabela, podemos constatar que, entre os verbos regulares, os três radicais apresentavam formas distintas. Examinemos inicialmente os tipos mais comuns de verbos em cada conjugação.

Na primeira conjugação, da qual fazem parte a maior parte dos verbos primitivos latinos<sup>5</sup> (360), cerca de 96 por cento são regulares, formando seus radicais como os de *amō*, conforme a tabela 1.

Na segunda conjugação, embora tradicionalmente seja considerado regular o tipo que segue *delēō*, ou seja, o que forma o radical do perfeito e o terceiro através de afixos acrescentados ao radical do presente, é muito mais comum o tipo que segue *habēō*, com a vogal temática -ē- ocorrendo apenas no radical do presente<sup>6</sup>.

Na terceira conjugação, temos o maior percentual de verbos irregulares (v. ARONOFF, 1994, p. 43). Na verdade, talvez seja mais exato dizer que são tantos os padrões possíveis, que, por mais que se escolha um como sendo o padrão regular, sempre haverá uma porcentagem grande de verbos que escapam desse padrão.

Na quarta conjugação, dois terços de seus verbos eram regulares.

Dentre os três radicais, o que contém menos quantidade de informação morfológica é o do *infectum*. Na formação do radical do *perfectum* e do terceiro radical, provavelmente o processo mais comum era a afixação, mas ocorriam outros processos.

Especificamente no que se refere ao terceiro radical, na maioria dos casos ele era formado por afixação, como se pode observar na Tabela 1. Mas havia também exemplos de verbos em que ele era formado por alternância. Por exemplo:

1. vidĕo, visum “ver”  
divĭdo, divĭsum “dividir”

Quando não havia afixação, algum outro processo distinguia os radicais verbais entre si, normalmente o alongamento no *perfectum* da vogal da raiz. Isso na verdade é mais relevante para distinguir o radical do *infectum* e o do *perfectum*, já que em certos casos essa era a única diferença entre os dois. Exemplos de verbos com alongamento no perfeito:

2. iŭvō, iŭvī, iŭtum (com particípio futuro irregular).  
lăvō, lăvī, lautum/lăvātum.

Em sua quase totalidade, os verbos latinos distinguem o terceiro radical dos demais. Eram raríssimos os casos em que mesmo o radical atemático do *infectum* e o terceiro radical eram idênticos. Pelo que pude levantar, isso podia ocorrer, mas não necessariamente ocorria, pois havia variação, apenas com os seguintes verbos:

3. poto, potum/ pot-ā-tum “beber”  
censeo, censum/ cens-ĭ-tum “julgar”

É importante ressaltar que essa coincidência do radical do *infectum* e do terceiro radical, que ocorria com *pot-* e *cens-* era um fenômeno isolado na gramática latina.

Focalizando agora especificamente o terceiro radical dos verbos latinos, vemos que ele era usado para uma série de formações flexionais e derivacionais. Em termos flexionais, a partir dele eram produzidos o particípio passado (normalmente passivo), o supino e o particípio futuro ativo, como vemos pelos exemplos a seguir.

4. Radical do presente: laudā-  
Radical do perfeito: laudā-v-  
Terceiro radical: laudā-t-  $\left\{ \begin{array}{l} \text{Particípio perfeito: laudātus, a, um} \\ \text{Particípio futuro ativo: laudātūrus, a, um} \\ \text{Supino: laudātu(m)} \end{array} \right.$

Examinando essas formas, Aronoff conclui que, diferentemente do que ocorria com as formas do *infectum* e as do *perfectum*, não há um elemento

comum em termos de significado que se possa atribuir às diversas formas construídas com base no terceiro radical, nem com relação às meramente flexionais. Considerando seus dois usos mais comuns, os dois participípios derivados a partir do terceiro radical não têm normalmente nenhum traço morfossintático coincidente, pois um é um participípio passado passivo e o outro é um participípio futuro ativo. Dessa forma, o fato de esses dois participípios serem formados com base no mesmo radical é um fato morfômico, essencialmente arbitrário, já que não há qualquer relação entre esses participípios em termos semânticos.

## A DERIVAÇÃO DEVERBAL

Em termos derivacionais, a partir do terceiro radical dos verbos latinos era possível criar lexemas entre os quais se encontram os *nomina agentis*, com sufixo *-or* no masculino singular e os *nomina actionis*, com o sufixo *-io* no nominativo singular, derivados extremamente produtivos. Como exemplo, temos os derivados *scriptio* e *scriptor* do verbo *scribo*, *scriptum* “escrever”. Muitos nomes de agentes aparentemente irregulares no português atual são apenas formas derivadas regularmente do terceiro radical latino. Assim, em vez de *\*imprimidora*, temos *impressora*, derivado do mesmo radical do participípio latino *impressum*.

Além dessa, havia outra propriedade morfômica do latim que se revela crucial, que é o fato de que era possível formar verbos derivados a partir do terceiro radical. Esse fato precisa ser ressaltado, pois tem reflexos até hoje no português e está relacionado a boa parte do rumo diacrônico dos participípios atemáticos rizotônicos no PB.

Segundo Aronoff (1994, p.46), havia três tipos de verbos derivados com base no terceiro radical latino: os desiderativos, os iterativos e os intensivos<sup>7</sup>.

Cito agora alguns exemplos para ilustrar os processos de formação de derivados com base no terceiro radical. Os desiderativos indicavam a idéia de desejo, obviamente, e eram formados acrescentado-se à forma atemática do terceiro radical a terminação *-uriō*, como nos exemplos *ēs-uriō* “querer comer”, formado com base em *ed-ō*, *ēd-ī*, *ēs-um* “comer”; *empt-uriō* “querer comprar”, formado com base em *em-ō*, *ēm-ī*, *empt-um* “comprar”; e *part-uriō* “querer dar à luz”, formado com base em *pari-ō*, *peper-ī*, *part-um* “dar à luz”. Esse tipo de formação não era tão comum, e foi perdido nas línguas românicas.

Os iterativos expressavam a idéia de repetição, podendo ser traduzidos com um advérbio que indique frequência ou através de uma perífrase de *ficar* seguido do gerúndio, e eram formados acrescentado-se à forma atemática do terceiro radical a terminação *-itō/-itāre*, como nos exemplos *script-itō* “escrever com frequência”, formado com base em *scrib-ō*, *scrips-ī*, *script-um* “escrever”; *iact-itō* “lançar com frequência/ficar jogando”, formado com base em *iaci-ō*, *iēc-ī*, *iact-um* “lançar”; e *curs-itō* “ficar correndo para um lado e para o outro”, formado com base em *curr-ō*, *cucurr-ī*, *curs-um* “correr”.

Mas outro tipo muito comum de verbos derivados, o qual se revela crucial para entendermos os participípios atemáticos no PB atual, era o dos

intensivos, formados simplesmente acrescentado-se as desinências da primeira conjugação, incluindo a vogal temática *-ā-*, à forma atemática do terceiro radical. Obtém-se assim verbos como *iact-ō* “lançar com força ou frequência”, formado com base em *iaci-ō*, *iēc-ī*, *iact-um* “lançar”; *volūt-ō* “rolar várias vezes”, formado com base em *volv-ō*, *volv-ī*, *volūt-um* “rolar”; e *tract-ō* “arrastar com violência”, formado com base em *trah-ō*, *trax-ī*, *tract-um* “puxar”(ERNOUT; MEILLET, 1967).

Embora de início tenha havido uma diferença semântica entre os iterativos e os intensivos, aparentemente ela se dissolveu com o tempo, tendo ambos ficado com significado equivalente. Houve desbotamento semântico (*bleaching*) desse tipo de verbos intensivos, uma característica frequentemente apontada do processo de gramaticalização (HOPPER; TRAUGOTT, 1993). De formações associadas com um significado distinto elas passaram a ser simplesmente maneiras de formar novas palavras. Os iterativos e intensivos, por serem da primeira conjugação, apresentam a facilidade de serem, como a grande maioria dos verbos dessa conjugação, verbos regulares, o que provavelmente foi um ingrediente que favoreceu seu uso.

Allen; Greenough (1888, p. 159) afirmam a respeito deles: “Intensives or iteratives are formed from the Supine stem and end in *-tō* or *-itō* (rarely *-sō*). They denote a *forcible* or *repeated* action, but this special sense often disappears.”

Ernout; Meillet (1967, p. 167) fazem observações semelhantes: “à *canō* correspond un intensif *cantō*, *ās*, *āuī*, *ātum*, *āre*, qui, dès les plus anciens textes, concurrence *canō* sans que la nuance itérative ou intensive soit toujours visible.”

Eles acrescentam à p. 541 que com base em *iaciō* foi formado o frequentativo *iactō*, *ās*, “lançar, arremessar com frequência ou com força”, o qual posteriormente passou a significar “agitar” ou “pôr na frente”. Eles acrescentam que “*lactare* ... qui à basse époque s’emploie comme synonyme de *iaciō*, a seul subsisté et a remplacé *iacere* dans les langues romanes.” Eles afirmam ainda que “de *saliō* existe un itératif-intensiv ancien et usuel *saltō*, *ās* ... qui tend à se substituer à *salire*.” Esses exemplos são muito representativos de um tipo de resultado que foi muito comum: o verbo primitivo caiu em desuso e seu derivado intensivo passou a ser usado em seu lugar, sem distinção de significado.

Esses verbos originalmente intensivos derivados do radical do particípio eram sempre da primeira conjugação, o que explica a existência de particípios atemáticos com o radical do presente ou infinitivo exclusivamente na primeira conjugação. Por serem formados com base no terceiro radical, isso tinha como resultado que um mesmo particípio podia ser relacionado a dois paradigmas verbais: o do verbo primitivo e o do verbo derivado intensivo. Quando o verbo primitivo caía em desuso, por vezes o seu particípio permanecia, passando a existir ao lado do verbo intensivo e sendo interpretado como particípio deste. Um bom exemplo é o verbo *accipere* “receber, aceitar”, que não se preservou nas línguas românicas, mas seu particípio *acceptum* permaneceu, ao lado de seu antigo intensivo *acceptare* “receber com frequência”, que acabou perdendo esse sentido frequentativo.

É justamente por esse motivo que é a formação de verbos intensivos que mais interessa para compreendermos o surgimento e a proliferação dos

participios atemáticos nas línguas românicas, e em particular no PB. Nunca é demais ressaltar que esse tipo de verbo derivado sempre pertencia à primeira conjugação.

O que Aronoff denomina o nível morfômico da gramática contém propriedades estritamente morfológicas, não decorrentes de uma associação entre forma e conteúdo. Nesse sentido, é uma propriedade morfômica o fato de o terceiro radical dos verbos latinos ser a base a partir da qual são formados tanto o participio passado quanto os verbos intensivos.

Há ainda, como muitas vezes acontece em casos de sincretismo, um pequeno ingrediente fonológico, que contribuiu para que as formas do participio passado e a 1SPI coincidissem em mais de uma língua românica. Essas formas terminavam, respectivamente, em *-ŭm* e *-ō*. Ou seja, com o apagamento do *-m* final, comum em latim vulgar, essas formas passaram a terminar em *-ŭ* e *-ō*. Embora fossem duas vogais distintas no timbre (u vs. o) e na quantidade (breve vs. longa), na maior parte do território do Império Romano essas vogais se fundiram na vogal breve [o].

Se antes dessa fusão havia, por exemplo, o participio *pulsŭ* do verbo *pello* e a 1SPI *pulsō* do verbo originalmente intensivo, depois dela as duas formas passaram a ser homófonas: *pulso*. Num primeiro momento, o que havia eram formas coincidentes mas pertencentes a lexemas diferentes (o verbo *pello* e o verbo *pulso*), mas quando *pello* caiu em desuso mas seu participio foi preservado, resultou um verbo como *pulsar*, que tinha participio duplo, sendo uma das suas formas regular e a outra homófona com a 1SPI. Um cenário plausível é o seguinte:

- |    |                                       |   |                        |
|----|---------------------------------------|---|------------------------|
| 5. | 1ª etapa: <i>pello, pulsum</i>        | x | <i>pulso, pulsatum</i> |
|    | 2ª etapa: <i>pello, pulso</i>         | x | <i>pulso, pulsato</i>  |
|    | 3ª etapa: ---, <i>pulso</i>           | x | <i>pulso, pulsato</i>  |
|    | 4ª etapa: <i>pulso, pulsato/pulso</i> |   |                        |

Na primeira etapa temos o verbo primitivo e seu intensivo. Na segunda etapa, com as alterações fônicas, o participio do primeiro se torna homófono do segundo. Na terceira, o verbo primitivo cai em desuso, permanecendo, no entanto, seu participio. Na última fase, esse participio remanescente é interpretado como participio do verbo derivado, que passa a ter dois participios.

Aqui ocorre o afastamento da situação referida acima com relação aos radicais do verbo latino. Em sua quase totalidade, os verbos latinos distinguem o terceiro radical dos demais. Com o surgimento de verbos como *pulsar* e *aceitar*, essa generalização deixa de ser verdadeira.

## OS DADOS DO PB E SUA ANÁLISE

Provavelmente toda língua evidencia uma tendência para regularizar palavras com paradigmas irregulares, entre as quais se incluem os verbos. No PB contemporâneo, essa tendência se manifesta, por exemplo, na ocorrência de formas como: *manteu, mantesse, deteu, detesse, entreviu, se eu reporetc.* em vez de *manteve, mantivesse, deteve, detivesse, interveio, se eu repuser*

etc. O mesmo ocorre com os verbos que têm participípios irregulares, embora não uniformemente com todos. Os verbos *escrever* e *abrir*, por exemplo, que têm os participípios *escrito* e *aberto* ocorrem ocasionalmente nas formas *escrevido* e *abrido*, ainda consideradas não-padrão. No entanto, essas ocorrências não são em número desprezível. Uma busca no *google* em agosto de 2014 localizou 5.250 ocorrências da sequência *tinha escrevido*<sup>8</sup>. Esse número não reflete só as ocorrências de fato dessa forma, já que os seis primeiros resultados, por exemplo, são de páginas que pretendem tirar a dúvida de qual a forma correta: *tinha escrevido* ou *tinha escrito*. Considero que o simples fato de haver várias páginas tratando do assunto e citando esse exemplo já atesta o fato de que esse não é um fenômeno muito incomum. A busca da sequência *tinha abrido* localizou 10.900 páginas com essa forma<sup>9</sup>.

Essa tendência não chega a ser surpreendente, pois toda língua apresenta em maior ou menor grau uma tendência de regularizar ao menos algumas de suas formas irregulares. Ela não é uniforme, entretanto. Apesar de *fazer* ser um verbo extremamente frequente, o quarto mais comum segundo Davies; Preto-Bay (2008), atrás apenas de *ser*, *ter* e *estar*, e bem mais frequente que *escrever* (o 48º) e *abrir* (o 65º), a busca da sequência *tinha fazido* só encontrou 2.490 resultados, sendo que os dez da primeira página eram comentários a erros, normalmente de crianças, dizendo *tinha fazido*<sup>10</sup>. Um fator importante na preservação das irregularidades de um verbo é justamente a frequência desse verbo (BYBEE, 2007, 2010). Assim, *fazer* acaba sendo mais resistente à regularização.

Uma possível porta de entrada para esse tipo de regularização talvez tenha sido a construção com o verbo leve *dar*, a qual parece aceitar com mais facilidade esse tipo de participípio, principalmente se estiver no diminutivo: *dar uma abridinha* (SCHER, 2004, p. 124). A busca da sequência *dei uma abridinha* no *google* em junho de 2014 localizou 1.790 ocorrências. A sequência *dei uma abrida* na mesma data localizou 937 resultados. Essa diferença sugere a maior aceitabilidade para os falantes caso seja usada a forma diminutiva dessa nominalização.

Provavelmente mais surpreendente é o fato de que o PB apresenta nos participípios também a tendência contrária, ou seja, a de formar participípios irregulares de verbos que só têm ou só tinham as formas regulares. Essa tendência, no entanto, não é aleatória. Não são formas variadas de participípios irregulares. Talvez seja a única outra tendência existente com relação aos participípios do PB, além da regularização. São formas como as presentes em *tinhachego* em vez de *tinha chegado*, e *tinha falo* em vez de *tinha falado*. Como esses verbos já têm participípios e surge um novo, eles passam a ter participípios duplos.

Um fator crucial diacronicamente no surgimento desses novos participípios é o fato de os participípios terem um estatuto misto, pois são parte de paradigmas verbais mas também são adjetivos, o que acaba lhes conferindo uma existência relativamente independente. Uma comprovação disso está no fato de que verbos podem cair em desuso e mesmo assim seus participípios sobreviverem, quer como participípios (eventivos) quer como adjetivos ou como palavras de outras classes gramaticais. Um fato que atesta essa relativa independência dos participípios é o fato de essa preservação independente ser muito menos comum com outras formas verbais<sup>11</sup>.



Seguem-se alguns exemplos de verbos latinos que tinham paradigmas plenos, mas que tiveram em seus participios passados as únicas formas preservadas de um paradigma verbal anteriormente completo:

6.	(† Accipio, accipĕre, accēpi), acceptum.	Ptg. aceito, part.
	(† Quiesco, quiescĕre, quievi), quietum.	Ptg. quieto, adj.
	(† Promo, promĕre, prompsi), promptum.	Ptg. pronto, adj.
	(† Censĕo, censĕre, censŭi), censum.	Ptg. censo, subst.
	(† Lugĕo, lugĕre, luxi), luctum.	Ptg. luto, subst.

Esse processo ocorreu no latim desde sua fase arcaica, segundo Laurent (1999). Entre os exemplos citados por ele se encontram *certum*, forma antiga do participioides CERNO “peneirar” e *castum*, forma antiga do participioides CAREO “carecer, abster-se”.

Mas voltemos aos participios atemáticos. Existem essencialmente dois tipos de participios atemáticos no PB. O primeiro é composto de participios herdados do latim e tem como consoante final uma coronal (*t* ou *s*<sup>12</sup>). Suas características principais são o fato de ser formado com base num radical distinto do radical do presente e o fato de ser restrito à segunda e à terceira conjugações. Exemplos:

7.	prender	preso (ao lado de prendido)
	fazer	feito
	escrever	escrito

O segundo, composto tanto de participios herdados do latim quanto de participios de origem aparentemente pós-latina, pode conter essencialmente qualquer consoante como segmento final do radical (não apenas *t* ou *s*), e tem como característica principal ser formado com base no mesmo radical do presente de verbos exclusivamente da primeira conjugação.

8.	pagar	pago	pagado
	limpar	limpo	limpado
	aceitar	aceito	aceitado

Nem todo verbo ocorre com participios atemáticos no PB. Possivelmente se trata de um processo de difusão lexical. Alguns verbos são bastante comuns nessa construção, como, por exemplo, o verbo *chegar*.

Uma pergunta que pode ser feita a respeito do surgimento e proliferação desses participios atemáticos é se há alguma vantagem no seu uso. Um possível ganho das formas atemáticas no PB seria a utilização, no caso de verbos com raiz monossilábicas, de formas dissilábicas com acento na primeira sílaba, o que produz formas trocaicas, se alinhando com o tipo de pé tido como básico no PB. Uma forma como *tinha compro*, por exemplo, não teria sílabas órfãs, não afiliadas, não parseadas como parte de pés, ao contrário de *tinha comprado*, como se pode ver a seguir:

9.	(tinha) (compro)
	(tinha) com(prado)

Isso talvez explique também o fato de aparentemente esses participios atemáticos se restringirem aos verbos de radical atemático monossilábico. Ou seja, não encontramos *\*tinha trabalho* ou *\*tinha explico* em vez de *tinha trabalhado* ou *tinha explicado*.

Um fator que parece ser preponderante na formação dos participios atemáticos no PB é a dimensão da raiz. O tipo mais produtivo, e que talvez seja o único em processo de multiplicação, na verdade, é composto de verbos cuja raiz é monossilábica, ou seja, acrescido do morfema de classe/gênero, a forma obtida é dissilábica. Assim, por exemplo, o verbo *chegar* tem a raiz *cheg-*, e forma o participio atemático *chego*.

Essa restrição provavelmente está relacionada ao fato de a palavra formada apresentar o padrão prosódico essencial do PB, quer ele seja descrito como um troqueu alinhado ao final da palavra, como em Bisol (1992), quer ele seja descrito como um iambo alinhado ao radical, como em Lee (1995).

### SINCRETISMO E REGRAS DE REMISSÃO<sup>13</sup>

O que provoca o surgimento desses novos participios atemáticos? É simplesmente uma opção por uma forma mais breve ou há a associação com uma forma determinada do lexema? Defendo nessa seção que se trata do segundo caso, ou seja, estamos diante de um sincretismo direcional, o qual pode ser captado através de uma regra de remissão ou *rule of referral* (ZWICKY, 1985).

Uma propriedade frequente dos sistemas flexionais é o fato de que duas ou mais células do paradigma de um lexema podem ter uma coincidência em forma, embora sua função não coincida. Esse é o chamado sincretismo, o qual suscita muitas questões. Por um lado, ele pode ser visto como uma “imperfeição” dos sistemas flexionais, já que obscurece distinções gramaticais. Mas por que, afinal, ele ocorre? Há limites aos tipos possíveis de sincretismo? Uma resposta possível é a da Morfologia Distribuída (HALLE; MARANTZ, 1993): nenhuma situação de sincretismo é arbitrária, sendo elas sempre baseadas na existência de traços morfossintáticos comuns, formando classes naturais, ou na existência de *defaults*.

Muito embora uma análise mais restritiva do sincretismo possa parecer mais desejável, ela não explicaria o que encontramos com os participios atemáticos no PB. O fato é que os falantes de uma língua muitas vezes buscam uma motivação para o que parece arbitrário ou simplesmente consideram uma associação como válida. E isso apesar de a motivação encontrada poder não ser palatável para o gramático ou o linguista.

Um exemplo desse tipo de situação é a encontrada nos casos de etimologia popular, em que uma semelhança no significante é ancorada numa palavra fazendo com que haja uma alteração leve no significante de acordo com o que é sentido pelos falantes como algo relacionado. Por exemplo, a expressão *casa geminada*, em que *geminado* está relacionado etimologicamente à palavra *gêmeo*. Como para boa parte dos falantes essa ligação é opaca, alguns acabam alterando a forma do adjetivo para *germinada*,

que embora não faça sentido semanticamente, já que as casas não germinam, pelo menos fornece uma associação com um significante existente.

De um modo geral, podemos considerar que modelos que pretendem ser o mais restritivos possível têm uma aversão por princípio a considerar elementos paradigmáticos. Isso se deve ao fato de as associações paradigmáticas não terem necessariamente um limite definido, o que acaba sendo um incômodo.

O caso padrão de sincretismo ou o sincretismo “ideal” seria aquele em que as células do paradigma formam uma classe natural. Por exemplo, em letão toda forma de terceira pessoa do plural de um verbo é idêntica à terceira pessoa do singular correspondente. Obviamente essas duas formas de cada tempo verbal formam uma classe natural, a das terceiras pessoas, singular e plural.

Isso não é o que ocorre no caso dos participios atemáticos sincréticos com a 1SPI, já que a forma masculina singular de um participio não tem nada em comum com a primeira pessoa singular do presente do indicativo de um verbo, a não ser o fato de ambos serem singulares, mas isso não basta para que juntos eles formem uma classe natural.

Uma análise alternativa possível é a de que os novos participios atemáticos são formas *default* baseadas no radical atemático mais morfemas de gênero e número. Esse tipo de análise teria problemas para explicar por que o participio seria uma forma *default*.

Caso se trate realmente de um sincretismo e ele seja direcional, ou seja, em que uma forma A se adapta para coincidir com uma forma B, podemos formalizar o que ocorre através de uma regra de remissão em operação nesses casos. Se este for o caso, devemos identificar a qual célula do paradigma o participio remete. Essa forma à qual o participio tende a se assimilar pode ser considerada seu atrator. Poderíamos então perguntar: qual o atrator? À primeira vista, os participios atemáticos podem se basear em três formas distintas. Um participio atemático como *compro* teria quatro células em seu paradigma: *compro*, *compros*, *compra* e *compras*. Isso se supusermos que ele seria usado na voz passiva. Se for usado apenas nos tempos compostos da voz ativa, a única forma desse participio em uso seria o masculino singular *compro*. A forma *compros* não existe no restante do paradigma verbal. A forma *compras* existiria no paradigma verbal apenas nos falares que utilizam o pronome *tu* como sujeito, e que além disso fazem a concordância tradicional, dizendo *tu compras* e não *tu compra*. A retenção desse tipo de uso é relativamente baixa no PB, o que provavelmente justificaria descartarmos o (*tu*) *compras* como atrator para o participio.

Um conceito oportuno nesse sentido é o de ilha de confiabilidade, proposto por Albright (2002, p. 686):

One method of hypothesizing rules for a morphological change is the MINIMAL GENERALIZATION algorithm, sketched by Pinker and Prince (1988, p. 130–134) and developed further by Albright and Hayes (2002). The premise of this approach is that language learners explore the space of possible phonological environments, looking for those that have especially high reliability for a given change. An environment is said to be an

ISLAND OF RELIABILITY when its reliability value is higher than the general reliability of a change.

Voltando aos possíveis atratores, ficaríamos apenas com as formas do singular, então, como aquelas que possivelmente estariam sendo atraídas por outra do paradigma. Se examinarmos o paradigma parcial dos verbos regulares na tabela 2, veremos que tanto as formas em -o quanto as formas em -a estão presentes no paradigma de todo verbo regular. Ocorre que as formas em -a se encontram no indicativo dos verbos da primeira conjugação, mas no subjuntivo dos verbos da segunda e terceira conjugações. Não há um vínculo suficientemente estável para esse sincretismo direcional. As formas em -o, contudo, são sistematicamente as que ocorrem na primeira pessoa do singular do presente do indicativo (doravante 1SPI). Essa forma seria uma ilha de confiabilidade dentro do paradigma, constituindo uma associação quase sem exceção. Nesse sentido, a 1SPI seria o atrator do particípio atemático.

presente do indicativo			
1SG	<i>Compro</i>	<i>Vendo</i>	<i>Divido</i>
2, 3SG	<i>Compra</i>	Vende	Divide
1PL	Compramos	Vendemos	Dividimos
2, 3PL	Compram	Vendem	Dividem
presente do subjuntivo			
1SG	Compre	<i>Venda</i>	<i>Divida</i>
2, 3SG	Compre	<i>Venda</i>	<i>Divida</i>
1PL	Compremos	Vendamos	Dividamos
2, 3PL	Comprem	Vendam	Dividam

**Tabela 2:** Formas do presente dos paradigmas verbais.

Uma característica talvez surpreendente desse sincretismo é o fato de que ele provavelmente deve ser analisado como um caso de sincretismo direcional, em que o particípio espelha a primeira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo. Trata-se, portanto, de um caso mencionado em Baerman (2004, p. 823), ou seja, uma situação que é “clearly systematic and that involve[s] morphosyntactic values so remote from each other that any account in terms of natural classes would void the notion of any explanatory value.” Uma análise baseada em subespecificação e *defaults* provavelmente também seria inviável. Pelo contrário, como foi argumentado por Nunes (2008), a forma de primeira pessoa do singular é a única forma flexional que codifica explicitamente tanto a pessoa quanto o número no PB, sendo, portanto, a única forma não-*default*.

Parece desejável distinguir quais casos de sincretismo são acidentais, devido a fatores fonológicos, e quais são processos morfológicos. Em princípio, é isso que Baerman (2004) faz, mas, como ele mesmo admite, na p. 810, a diferença pode não ser tão clara, sendo na verdade ambígua ou fluida. Tanto mais que inclusive há evidências de que mesmo sincretismos acidentais acabam por vezes sendo interpretados como sistemáticos pelos falantes. Um forte indicador de que o sincretismo é considerado sistemático ou passa a funcionar como tal é o fato de haver extensão diacrônica do padrão sincrético.

A evidência decisiva de que realmente se trata de sincretismo direcional em que a forma do particípio remete à da 1SPI são justamente os verbos da terceira fase do processo de surgimento de particípios atemáticos (CHAGAS de SOUZA, 2011). Se observarmos a forma desses particípios vemos que se ocorresse simplesmente a eliminação da vogal temática e do morfema de particípio verbos como *trazer* e *perder* fariam respectivamente os particípios atemáticos *\*trazo* e *\*perdo*, mas não é isso o que ocorre. Os falantes produzem formas como *tinha trago* e *tinha perco*. O fato de esses particípios reproduzirem a mesma alternância encontrada nas formas de 1SPI decididamente nos mostra que há justamente um sincretismo direcional remetendo a essa forma, ou tendo-a como atrator.

Mesmo os casos mais aleatórios podem ser tomados como sistemáticos pelos falantes. Sua proliferação diacrônica é uma evidência disso. Podemos considerar com Blevins (2005) que a 1PSI funciona como uma *kennform*: “A kennform or leading entry is therefore not a kind of ‘basic unit’ that underlies analogised forms, but rather a ‘hook’ into a deductive pattern”. O fato de elas seguirem as alternâncias da 1PSI é evidência disso.

Cabe aqui uma referência à forma como essa análise minha foi interpretada em Scher; Lunguinho; Rodero Takahira (2013). Minha análise considera as formas já existentes de particípios com o mesmo padrão prosódico como formas que bloqueiam ou dificultam a criação de particípios novos com a mesma estrutura métrica. Assim, diferentemente do que Scher, Lunguinho e Rodero Takahira afirmam, o fato de *prender* ter como particípio breve a forma *preso*, em vez de *prendo*, não é uma desvantagem desta análise.

Um outro fato importante é que esse processo de criação de particípios atemáticos não é um processo cego. A gramática não parte do zero para construir a forma participial do verbo. Na verdade, ela considera as formas participiais já existentes na experiência do falante, não criando uma forma trocaica se já houver um particípio atemático trocaico de cada verbo específico, mesmo que em variação. Isso pode ser entendido dentro do quadro da Teoria dos Exemplos (PIERREHUMBERT, 2001). De alguma forma, a existência de outra forma atemática acaba levando ao bloqueio<sup>14</sup> da formação de um novo particípio atemático.

Ao contrário do que Scher, Lunguinho e Rodero Takahira (2013) defendem, na esteira de Bobaljik (2008), existem paradigmas e existem processos paradigmáticos, dos quais esse é um exemplo claro. Não fosse esse o caso, não haveria explicação para formas como *tinha trago* e *tinha peço* ao invés de *\*tinha trazo* e *\*tinha pedo/pido*.

Em suma, trata-se de um caso de sincretismo direcional, ou seja, uma célula do paradigma está copiando a forma de outra célula do mesmo paradigma. Denomino a célula que está sendo copiada de atrator. O particípio atemático tem como atrator a primeira pessoa do singular do presente do indicativo, embora não tenha nada em comum com essa forma. Trata-se, portanto, de uma regra de remissão (*rule of referral*) arbitrária, pura e simples.

Embora essa regra remeta à primeira pessoa do singular do presente do indicativo, essa remissão não é cega. Há limitações ou restrições a essa remissão. Como já foi dito, a grande vantagem dessa regra para verbos de radical monossilábico é o fato de para esses verbos a forma da 1SPI ser um

troqueu. Isso faz a previsão de que, pelo menos no estágio atual dessa variação, provavelmente não se encontrarão formas como *\*tinha trabalho* em vez de *tinha trabalhado*, já que *trabalho* é uma forma trissilábica.

O fato de considerar que o processo também não é cego no sentido de ser estritamente sincrônico e *online*, ignorando o uso. Cada falante tem uma rede de exemplares de participios de cada verbo específico, assim como também dos verbos em geral. Dessa maneira, é feita a previsão de que não serão cunhados novos participios atemáticos se o participio já for um troqueu, pois não haveria essencialmente nenhum ganho com isso. Assim, verbos como *dizer* e *vir* provavelmente manterão as formas *tinha dito* e *tinha vindo*, não criando nesse momento uma forma como *\*tinha digo* e *\*tinha venho*.

Outra restrição prevista por esse quadro teórico é a de que a forma da 1SPI só servirá como modelo se ela for um troqueu terminado em –o. Dessa forma, um verbo como saber não terá a forma *\*tinha sei* no lugar de *tinha sabido*.

De acordo com a Morfologia Distribuída, não deveriam ocorrer sincretismos que não formassem classes naturais. Mas o sincretismo de formas finitas e não finitas do verbo é um fenômeno que já foi detectado em mais de uma língua.

Uma das dicotomias de Saussure é a que contrasta o sintagma e o paradigma. Tanto o termo *sintagma* quanto o termo *paradigma* podem ter sentido estrito e lato. Sintagma no sentido estrito é um constituinte sintático, enquanto num sentido lato é qualquer sequência de elementos. Paradigma no sentido estrito é um conjunto de formas de flexão de uma palavra variável. Paradigma no sentido lato (o sentido empregado por Saussure) abrange toda e qualquer relação associativa, quer no significado, quer no significante, quer nos dois simultaneamente, tanto por semelhança quanto por diferença. Dada a amplitude do paradigma no sentido lato, não é de se estranhar que a gramática gerativa tradicionalmente relute em incorporá-lo em suas análises. Mas se atentarmos bem, boa parte das correntes teóricas hoje em dia admitem o paradigma no sentido de admitir comparações entre estruturas com algum grau de equivalência (ITKONEN, 2005, p. 2005). A essência da teoria da otimidade (PRINCE; SMOLENSKY, 1993) é a comparação de candidatos. No minimalismo (CHOMSKY, 1995), são comparadas derivações, como se vê no exemplo de Hornstein; Nunes; Grohman (2005, p. 340):

10. a. There seems to be someone here.
- b. \*There seems someone to be here.

Na Morfologia Distribuída (HALLE; MARANTZ, 1993) também se comparam elementos que morfemas que competem pela inserção lexical. Em suma, embora muitos linguistas formalistas rechacem o paradigma, ele está, intrinsecamente presente, no sentido lato em suas análises.

O ponto de vista que eu defendo aqui é o de que ignorar o paradigma é mutilar nossa análise da língua, do conhecimento linguístico e como os falantes lidam com ele. Nas palavras de Traugott; Trousdale (2013, p. 5):

The paradigmatic dimension of pattern match and choice is of equal if not greater importance than the linear, syntagmatic one,

and therefore similarities between constructions play a significant role in the model.

## SINCRETISMO DE FORMAS FINITAS E NÃO FINITAS EM OUTRAS LÍNGUAS

Apesar de não formarem uma classe natural, o fato de haver sincretismo de formas finitas e não-finitas num paradigma verbal não é algo inédito entre as línguas. Manzini; Roussou (2009) apresentam alguns exemplos desse tipo. Mencionarei aqui dois deles, os quais parecem mais claros, e portanto, mais contundentes. O primeiro exemplo se encontra em dialetos italianos em que a segunda pessoa singular do imperativo sincretiza com o infinitivo.

- |     |   |                      |  |
|-----|---|----------------------|--|
| 11. | spieg-a<br>ele.explica                    | frigg-i<br>tu.fritas | (indicativo)                                 |
| 12. | spiega!<br>explica!                       | frigg-i!<br>frita!   | (imperativo, sincrético com as formas acima) |
| 13. | va a 'spjɛg-a-ʌli<br>vai a explicar a ele | he... I<br>que isso  | ε é nnojoso<br>entediante                    |
|     |   |                      | 'friddʒi-le! <sup>15</sup><br>fritá-las      |

Os exemplos em 13) são formas do presente do indicativo com as quais a forma singular do imperativo coincide. Como Manzini; Roussou ressaltam, é importante observar que ['spjɛg-a-ʌli] e ['friddʒi-le] não são formas truncadas do infinitivo, ou seja, não são *spje'ga(re)* nem *'frigge(re)*, como se percebe pela diferença de acento no primeiro exemplo e na qualidade da vogal que aparece depois da raiz.

Proponho aqui que esse fenômeno do italiano é simplesmente consequência do fato de que uma das células do imperativo negativo é formada com o infinitivo, ou seja: *Non spiegare!* corresponde a *Não explique!*

Proudfoot; Cardo (2005, p. 59) descrevem as formas negativas do imperativo como sendo quase todas formadas simplesmente pelo acréscimo de *non* antes da forma imperativa afirmativa do verbo, exceto na segunda pessoa do singular, o qual é construído com *non* antes da forma infinitiva afirmativa do verbo. Podemos observar isso no paradigma completo do imperativo do verbo *parlare*<sup>16</sup>, que tem as formas positivas e negativas a seguir:

- |     |          |                    |            |
|-----|----------|--------------------|------------|
| 14. | parla    | non <b>parlare</b> | [2ª p.sg.] |
|     | parli    | non parli          | [3ª p.sg.] |
|     | parliamo | non parliamo       | [1ª p.pl.] |
|     | parlate  | non parlate        | [2ª p.pl.] |
|     | parlino  | non parlino        | [3ª p.pl.] |

Alguns exemplos de Proudfoot; Cardo em sentenças:

15. Teresa, *non giocare* in casa con la palla.

Teresa, não jogar em casa com a bola  
 “Teresa, não jogue bola dentro de casa.”

16. Bambini, non andate lontano.  
 Crianças, não ides longe  
 “Não vão para longe, crianças.”
17. Franco, *non preoccuparti*.  
 Franco, não preocupar-te.  
 “Não se preocupe, Franco.”

Em suma, a analogia em operação nesse caso é a seguinte: *non spiegare* é uma forma sincrética. Ela é tanto a forma negativa do infinitivo quanto a forma negativa do imperativo de segunda pessoa do singular (2SI<sub>imper</sub>). Pela presença da terminação de infinitivo, fica claro que ela é a forma atratora do imperativo que se sincretiza com ela. Esse sincretismo, apesar de não caracterizar uma classe natural, é interpretado como motivado e estendido para a forma afirmativa. Na verdade, na forma afirmativa o sincretismo se dá na direção inversa: o infinitivo acaba copiando a forma 2SI<sub>imper</sub>. Como representa Itkonen (2005):

18. imperativo neg. : imperativo afirm. = infinitivo neg. : infinitivo afirm.  
 non spiegare : spiega = non spiegare : spiegare  
 Ou em outro formato empregado por Itkonen:
19. non spiegare = non spiegare  
 spiega                      spiegare  
 Ou seja, spiega = spiegare!

Caberia ainda explicar por que a forma do imperativo acaba sendo usada como infinitivo, mas aparentemente não o inverso, mas de qualquer forma a existência de sincretismo fica explicada. Trata-se de uma extensão no uso de uma forma desencadeada por um sincretismo. Isto é: um sincretismo desencadeia outro.

O outro exemplo de Manzini; Roussou provém do grego e alguns de seus dialetos. Um antigo particípio perfeito do grego acabou apresentando a mesma forma da terceira pessoa do singular do aoristo, que é uma espécie de passado no grego atual. Em consequência disso, esse particípio, que era usado para formar o tempo perfeito, acaba sendo usado como um tipo de infinitivo em alguns dialetos.

20. Grego (e dialetos)
- |                    |         |                   |        |
|--------------------|---------|-------------------|--------|
| a. exo             | di-s-i  | exo               | plin-i |
| tenho              | vestido | tenho             | lavado |
| “vesti”            |         | “lavei”           |        |
| b. di-s-i          |         | plin-i            |        |
| ele.vestir (perf.) |         | ele.lavar (perf.) |        |



- c. Sternatia/Calimera  
 e tto sozo rodi-s-i  
 não isto posso perguntar  
 “não posso perguntar isso”

Como Meira (2010, p. 110-113) aponta, um fator que não deve ser desprezado nas mudanças dos paradigmas do grego é o fato de ele ter sofrido mudanças fonéticas importantes, como as que afetaram algumas vogais e ditongos. Por ex.: αι>ε [= aj > ε]; além de ει, η>ι [= ej, ē > i]. Mudanças como essas provocaram a homonímia de formas finitas e infinitivas. Vejamos alguns exemplos:

O infinitivo médio-passivo presente em –σθαι, como λύεσθαι (“ser desligado”) passa a coincidir com λύεσθε (“sois/ sede desligados” presente do indicativo e imperativo, já idênticos no grego clássico);

O infinitivo médio futuro λύσεσθαι (haver de desligar-se) passa a coincidir com λύσεσθε (2ª pessoa do plural do futuro médio).

O infinitivo passivo futuro λυθήσεσθαι (haver de ser desligado) passa a coincidir com λυθήσεσθε (2ª pessoa do plural do futuro passivo).

Quando o infinitivo presente médio e a 2ª pessoa do plural do presente se confundiram, uma oração como βούλεσθεεργάζεσθαι “quereis trabalhar”, que era constituída de uma forma no presente seguida de um infinitivo, passou a ser analisada como βούλεσθεεργάζεσθε, literalmente “quereis trabalhais”, como se se dissesse no grego atual θέλετεεργάζεσθε, ou seja, uma forma no presente seguida de outra forma no presente.

Possivelmente outro exemplo semelhante é o que encontramos no português do Brasil falado, no qual vemos a forma *vim* sendo usada como infinitivo em vez de *vir*. O gatilho para esse tipo de processo muito provavelmente está relacionado ao sincretismo encontrado na fala nos verbos da terceira conjugação entre a 1ª pessoa do singular do perfeito do indicativo e o infinitivo. A elisão quase universal do {-r} final do infinitivo levou a isso. Não há sincretismo na primeira nem na segunda conjugação, mas ele ocorre na terceira, como podemos comparar nos dados a seguir:

21.	telefonei	vou telefona(r)	(1ª conjugação – sem sincretismo)
	escrevi	vou escreve(r)	(2ª conjugação – sem sincretismo)
	resisti =	vou resisti(r)	(3ª conjugação – com sincretismo)
	vim	vou vi(r) ⇒ vou vim	(forma analógica)

Trata-se de mais um caso de sincretismo entre uma forma finita e outra não finita.

A mudança sonora pode operar cegamente eliminando distinções gramaticais, entre elas as morfológicas, como já haviam apontado os neogramáticos. Apenas não chego ao ponto de afirmar, como eles fizeram, que essa operação cega das mudanças sonoras se verifica sempre. Apenas afirmo que esse é um cenário possível. Um exemplo muito eloquente é o que se encontra nos paradigmas parciais dos substantivos *sana* “palavra” em finlandês, que preservou as terminações de caso, e *sõna*, seu correspondente em estoniano, que as erodiu.

22.	Finlandês	Estoniano
Nominativo	sana	sõna
Genitivo	sanan	sõna
Partitivo	sanaa	sõna
Inessivo	sanassa	sõnas

Isso não se verificou com todos os substantivos, mas um grupo significativo deles teve as formas de nominativo, genitivo e partitivo se tornando sincréticas. O segmento final da palavra normalmente acabou sendo apagado, a não ser se isso levasse à formação de uma palavra submínima. Isso explica o não apagamento do -a final no nominativo.

Mas o cerne do processo que estamos analisando não é a mudança sonora cega. Embora tenha havido uma pitada desse ingrediente, predominantemente o que tem havido é a reinterpretação de uma coincidência fortuita como algo que faz sentido e acaba sendo replicado. O essencial é vermos que temos aqui a analogia em ação.

A seguir apresento os verbos que já apresentam participios atemáticos desse tipo na norma-padrão no PB atual, seguidos de sua classificação em termos de frequência de uso apenas entre os verbos e entre todas as palavras, de acordo com Davies; Preto-Bay (2008):

23.	verbo	entre os verbos <sup>17</sup>	no léxico como um todo
	ganhar	62	252
	pagar	67	274
	aceitar	90	368
	juntar	181	745
	pegar	212	861
	salvar	239	966
	gastar	306	1270

Esses verbos funcionam como modelos para a analogia, levando à criação de participios atemáticos de outros verbos. O ponto de vista adotado aqui é o de que a analogia não deve ser desconsiderada, mas sim levada a sério como um mecanismo cognitivo pervasivo, um fenômeno psicologicamente verdadeiro que produz resultados tanto na língua quanto na cultura (ITKONEN, 2005, p. XII). Os elementos que desencadeiam a analogia são pares como os seguintes, em que a 1SPI é igual ao participio em sua forma masculina singular.

24.	eu aceito	eu tinha aceito
	eu pago	eu tinha pago
	eu ganho	eu tinha ganho
	...	...
	eu compro	eu tinha compro

A analogia está presente no uso e na mudança linguística. Ela é também uma busca intuitiva de motivação. Apesar de o signo ter um componente de arbitrariedade, o falante muitas vezes busca uma motivação,

uma forma de ancorar a associação do significante com o significado. Ela se manifesta, por exemplo, no fenômeno da etimologia popular, no qual uma expressão cuja estrutura interna não é óbvia para os falantes tem sua forma alterada por associação com outra. Por vezes ela é um fenômeno esporádico, mas pode chegar a se institucionalizar. Um exemplo dessa última situação é a palavra *caminhão*, proveniente do francês *camion*, ainda hoje *camião* em Portugal, mas que foi transformada no PB por analogia com a palavra *caminho*, embora um veículo e o local por onde ele transita não tenham elementos em comum um com o outro. Havia aí apenas uma relação de contiguidade, metonímica, mas ela foi suficiente para alterar a forma da palavra.

Há exemplos que não se institucionalizam, embora sejam frequentes, como a expressão *casas germinadas*. A expressão oficial, *casas geminadas*, não é transparente para boa parte de falantes, não sendo nada óbvio que *geminado* se relaciona a *gêmeos*. As coincidências fortuitas podem dar origem inclusive a superstições. Em japonês *kaeru* é um substantivo que denota uma “rã”. Mas há um verbo homônimo cujo significado é “voltar”. Com base nisso surgiu a superstição de que carregar um amuleto em formato de rã faz, por exemplo, o dinheiro gasto voltar para quem o gastou<sup>18</sup>.

Os exemplos mais claros de mudança ou criação analógica são os que se baseiam numa classe ampla de exemplos. Mas por mais estranho ou mesmo suspeito que isso possa parecer aos olhos do linguista, mesmo um modelo único pode dar origem a uma analogia. Um exemplo claro é o que é encontrado em asturiano. Nessa língua da península Ibérica, os pronomes tônicos oblíquos do singular podem ser essencialmente idênticos aos do português: *min*, *ti* e *sí*, usados, por exemplo, em *de min*, *de ti* e *de sí*. Ao lado dessas formas, contudo, existe outra forma em variação, como se lê na *Gramática de la llingua asturiana* (p. 142): “Xunto a les formes *min*, *ti* y *sí*, que son les xenerales, alternen *migo*, *tigo* y *sigo*. Exemplos: acordóse de *min* o de *migo*, fízolo por *ti* o por *tigo*, dixo pa *sí* o pa *sigo*.”<sup>19</sup> A forma *migo*, portanto, é estendida analogicamente como no exemplo a seguir:

comigo> pa/ de migo (asturiano)

Etimologicamente, a forma *migo*, presente também no português arcaico, deriva da forma latina *mecum*, na qual o pronome *me* era seguido ao invés de ser precedido da preposição *cum*. Todos os pronomes pessoais apresentavam essa construção: *mecum*, *tecum*, *nobiscum*, *vobiscum*. A evolução natural da forma *mecum* para o português arcaico deu *migo*, que deve ter passado por uma forma *\*megu*, depois *\*migu*. Seguem alguns exemplos localizados no *corpus* ESLEMA<sup>20</sup>:

25. Ye *pamigo* un motivu de satisfaiación  
é para migo um motivo de satisfação  
“É para mim um motivo de satisfação.”
26. escaeciéndome de *migo* mesma  
esquecendo-me de migo mesma  
“esquecendo-me de mim mesma”
27. la so solidaridá ye primero pa *sigo* y dempués pa los sos ciudadanos

a sua solidariedade é primeiro para si e depois para os seus (con)cidadãos

“A sua solidariedade é primeiro para si mesmo e depois para seus concidadãos.”

28. *eso* defínese por *si* mesmu  
isso se define por *si* mesmo  
“Isso se define por si só.”

Esse uso parece particularmente frequente quando acompanhado do reforço *mesmu/mesma*.

## CONCLUSÃO E QUESTÕES FUTURAS

Como foi apontado no início do texto, mas pode ser mais enfatizado agora, embora os falantes analisem as palavras decompondo-as em unidades menores, existem fenômenos que evidenciam um tratamento holístico da palavra, sem decompô-la. A existência desse tipo de sincretismo entre uma forma de particípio e uma forma do presente do indicativo no PB indica claramente que pelo menos alguns fenômenos morfológicos são baseados na palavra como um todo, e não em seus pedaços.

Um detalhe do levantamento feito para este artigo que deve ser apontado é o fato de eu ter restringido a busca inicialmente à forma do mais que perfeito composto, ou seja, “*tinha + particípio passado*”. Como nela ocorre o auxiliar *ter* flexionado, eu poderia ter incluído também a forma “*tenho + particípio passado*” mas deliberadamente não incluí. Isso foi feito em parte devido ao que Mendes (2005) aponta sobre o uso das perífrases aspectuais como *tenho feito* e *estou fazendo*. Nessa tese ele constata que o emprego de *tenho + particípio* está se tornando mais restrito, tanto linguisticamente quanto socialmente, configurando mudança em curso em tempo aparente. Segundo Mendes, os falantes mais jovens têm preferido a forma *estou + gerúndio*.

Mais recentemente, no entanto, reconsiderei o conjunto de contextos em que o particípio aparece em formas verbais perifrásticas no PB e verifiquei que a construção “*ter + particípio*” é frequente no infinitivo, especialmente quando precedida de um modal, ou seja em construções como “*devia ter feito*” e “*podia ter feito*”. Uma busca no *google* em julho de 2014 encontrou os seguintes dados:

29. Número de ocorrências encontradas:  
42.900 de “*devia ter trago*”  
57.500 de “*devia ter chego*”  
165 de “*devia ter compro*”  
2.780 de “*devia ter falo*”  
1.280 de “*devia ter fico*”  
413 de “*devia ter passo*”  
7 de “*devia ter peço*”, dos quais 4 legítimos.  
2 de “*devia ter perco*”

30. Número de ocorrências encontradas com participios regularizados<sup>21</sup>:  
 266 de “devia ter feito”  
 14.300 de “devia ter aberto”  
 5.130 de “devia ter escrito”

Para obter um quadro mais completo do uso dos participios atemáticos, um próximo passo será a coleta de dados com a forma “podia ter + participio” e com a forma “tivesse + participio”.

Acrescento duas observações finais. A primeira é a de que a restrição dos participios atemáticos à primeira conjugação durante séculos atesta a possibilidade da persistência diacrônica mesmo de fatos absolutamente arbitrários, o que inclusive nos revela como fenômenos como esse podem ser aprendidos e reaprendidos por gerações. Isso levanta a questão do quanto de fato pode ser aprendido. Para autores como Tomasello (2003), com o qual me alinho, muito mais do que querem fazer crer teóricos gerativistas.

A segunda é que a analogia pode se basear na existência de um único modelo, o que será discutido em Chagas de Souza (em preparação), que trata da extensão da construção *fazer com que* a diversos outros verbos causativos.

## NOTAS

- (1) Thibault trata do francês da Suíça Romanda e trata dos “*dérivés régressifs* (‘participes tronqués’, aussi appelés ‘adjectifs déverbaux’: *arrête, cotte, enfle, gonfle, trempe*)”.
- (2) No italiano, o morfema de participio é um {-t-}.
- (3) Refiro-me aqui aos verbos da segunda conjugação, que têm a vogal temática {-e} que aparece como {-i} no participio.
- (4) Para mais detalhes, ver Chagas de Souza (2000), principalmente o capítulo 4.
- (5) O número de verbos de cada conjugação se baseia em Allen; Greenough (1894) apud Aronoff (1994).
- (6) As vogais longas regularmente se abreviavam diante de vogal em latim.
- (7) Havia também os incoativos, da terceira conjugação, que eram derivados do radical do presente através do sufixo -esc, e às vezes até incompatíveis com o terceiro radical; e os raros intensivos com o sufixo -ess formando verbos da terceira conjugação.
- (8) A sequência tinha escrito localizou 316.000 ocorrências.
- (9) A sequência tinha aberto localizou 185.000 ocorrências.
- (10) A sequência tinha feito localizou 3.060.000 ocorrências.
- (11) São poucos os exemplos como o do latim AIO, verbo que significava “dizer” e que no latim clássico preservava apenas o imperfeito do indicativo e mais uma dúzia de formas esparsas. Quando isso ocorre, normalmente é um caso de supletivismo, ou seja, são preservadas só algumas formas de um verbo, mas o restante do paradigma é preenchido por formas de origem etimológica distinta. Ex. *went*, que era o passado de WEND passou a fazer parte do paradigma de GO. O

- inglês *quoth* “disse” é um exemplo de passado que sobreviveu isoladamente num certo registro por algum tempo.
- (12) Há um único caso de participio atemático herdado do latim que tem a consoante <d>: o participio findo, originário de finitu-.
- (13) Esta seção essencialmente recupera a análise feita em Chagas de Souza (2011).
- (14) Não entendo aqui o bloqueio como um processo absoluto na língua.
- (15) Exemplo de Florença, na Toscana.
- (16) a) as formas da 1ª e 2ª pessoas do plural (noi e voi) são iguais às daquelas do indicativo presente, em todas as conjugações, bem como a 2ª pessoa do singular (tu) dos verbos de 2ª e 3ª conjugação; para os verbos de primeira conjugação, na 2ª pessoa do singular (tu), é adicionado um -a ao radical.
- (17) b) a 3ª pessoa do singular e a 3ª pessoa do plural são iguais às do subjuntivo presente.
- (18) Essa lista deve ser interpretada da seguinte maneira: o verbo ganhar é o 62º verbo mais frequente, e é também a 252ª palavra mais frequente do português atual.
- (19) Na internet se encontram muitas referências a essa superstição. Entre elas, se encontra a da página <http://asianlifestyledesign.com/2010/03/japanese-frog-figurine-vegas>.
- (20) “Junto às formas min, ti e sí, que são as gerais, alternam migo, tigo e sigo. Exemplos: acordóse de min o de migo (‘lembrou-se de mim’), fizolo por ti o por tigo (‘fez isso por você’), dixo pa sí o pa sigo (‘disse para si’).”
- (21) Exemplos coletados no ESLEMA Corpus Xeneral de la Llingua Asturiana. Disponível em: <http://di098.edv.uniovi.es/corpus/busqueda.html>. Acesso em: 20 out. 2014.
- (22) Novamente os verbos abrir e escrever apresentam um número de ocorrências muito maior de participios regularizados do que o verbo fazer.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACADEMIA DE LA LLINGUA ASTURIANA. Gramática de la Llingua Asturiana, 3. ed. Uviéu, 2001.
- ALBRIGHT, A. **The identification of bases in morphological paradigms**. 2002. Tese (Doutorado). University of California, Los Angeles (UCLA), Los Angeles, 2002.
- ALLEN, J.H.; GREENOUGH, J. B. **New Latin grammar for schools and colleges**. Boston: Ginn, 1888.
- ARONOFF, M. **Morphology by itself, stems and inflectional classes**. Cambridge, MA: MIT Press, 1994.
- BAERMAN, M. Directionality and (un)natural classes in syncretism. **Language**, v. 80, n. 4, p. 807-827, 2004.

BENEVIDES, A. L. Flutuação do acento em palavras produzidas por falantes nativos do português brasileiro. In: VIIth GSCP INTERNATIONAL CONFERENCE: SPEECH AND CORPORA, 7, 2012, Belo Horizonte. Firenze: Firenze University Press, v. 1, 2012. p. 233-237.

BISOL, L. O acento e o pé métrico binário. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 22, p. 69-80, 1992.

BYBEE, J. **Frequency of use and the organization of language**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

BLEVINS, J. The post-transformational enterprise. **Journal of Linguistics**, Cambridge, v. 44, p. 723-742, 2008.

BLEVINS, J. Word-based declensions in Estonian. In: BOOIJ, G., MARLE, J. van (Eds.). **Yearbook of Morphology**. Springer Netherlands, 2005.

BLEVINS, J.P.; BLEVINS, J. (Orgs.). **Analogy in grammar: form and acquisition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BOBALJIK, J. Paradigms (optimal and otherwise): a case for scepticism. In: NEVINS, A.; BACHRACH, A. (Orgs.). **The bases of inflectional identity**. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 29-54.

BYBEE, J. **Language, usage and cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CHAGAS DE SOUZA, P. Particípios atemáticos no PB: um processo paradigmático. **ReVEL**, edição especial, v. 5, 2011. Disponível em: [www.revel.inf.br](http://www.revel.inf.br).

CHAGAS DE SOUZA, P. **A alternância causativa no português do Brasil: defaults num léxico gerativo**. 2000. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CHAGAS DE SOUZA, P. **Conqueísmo**: a extensão de uma construção com verbos de dinâmica de forças. Em preparação.

CHOMSKY, N. **The minimalist program**. Cambridge, MA: The MIT Press, 1995.

CLAUSNER, T; CROFT, W. The productivity and schematicity of metaphor. **Cognitive Science**, v. 21, p. 247–82, 1997.

DAVIES, M.; PRETO-BAY, A. M. R. **A frequency dictionary of Portuguese: core vocabulary for learners**. New York: Routledge, 2008.

ERNOUT, A.; MEILLET, A. **Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots**. 4è. éd. Paris: Klincksieck, 1967.

HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed morphology and the pieces of inflection. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (Orgs.). **The view from Building 20: essays in linguistics in honor of Sylvain Bromberger**. Cambridge, MA: MIT Press, 1993. p. 111–176.

HARRIS, A. C.; CAMPBELL, L. **Historical syntax in cross-linguistic perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

HOPPER, P.J; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HORNSTEIN, N.; NUNES, J.; GROHMANN, K. K. **Understanding minimalism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

ITKONEN, E. **Analogy as structure and process**. Amsterdam: John Benjamins, 2005.

JACKENDOFF, R. **Foundations of language**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

LANGACKER, R. **Cognitive grammar: a basic introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

LANGACKER, R. **Foundations of cognitive grammar: descriptive applications**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1991.

LANGACKER, R. **Foundations of cognitive grammar: theoretical prerequisites**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1987.

LAURENT, R. **Past participles from Latin to Romance**. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1999.

LEE, S. H. **Morfologia e fonologia lexical do português do Brasil**. 1995. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

ŁUKASIEWICZ, W. Two results on default logic. In: INTERNATIONAL JOINT CONFERENCE ON ARTIFICIAL INTELLIGENCE (IJCAI-85), 1985. **Proceedings**... Los Angeles, 1985. p. 459-461.

ŁUKASIEWICZ, W. Nonmonotonic logic for default theories. In: INTERNATIONAL JOINT CONFERENCE ON ARTIFICIAL INTELLIGENCE (ECAI-84), 1984. **Proceedings**... Pisa, 1984a. p. 305-314.

ŁUKASIEWICZ, W. Considerations on Default Logic. In: THE NON MONOTONIC REASONING WORKSHOP. **Proceedings**... New Paltz, NY, 1984b. p. 165-193.

MANZINI, R.; ROUSSOU, A. **Syncretism of non-finite (participle, infinitive) and finite forms of the verb**. Morphology of the world's languages. Leipzig: University of Leipzig, 11-13.06.2009.



- MEIRA, E. R. H. **Εξέλιξη του απαρεμφάτου από τις πρώτες γραπτές μαρτυρίες της ελληνικής ξέω στην κοινή νεοελληνική και τις νεοελληνικές διαλέκτους** (A evolução do infinitivo desde os primeiros testemunhos escritos do grego até a koiné neo-helênica e os dialetos neo-helênicos). 2010. Tese (Doutorado) - Universidade de Atenas, Atenas, 2010.
- MENDES, R. B. **Estar + gerúndio e ter + participio**: aspecto verbal e variação no português. 2005. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- PIERREHUMBERT, J. Exemplar dynamics: word frequency, lenition and contrast. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. (Orgs.). **Frequency effects and the emergence of lexical structure**. J. Benjamins: Amsterdam, 2001. p. 137-157.
- PRINCE, A.; SMOLENSKY, P. **Optimality theory**: constraint interaction in generative grammar. ROA-537, 1993/2002.
- PROUDFOOT, A.; CARDO, F. **Modern Italian grammar**: a practical guide. 2nd ed. Oxon: Routledge, 2005.
- REITER, R. A logic for default reasoning. **Artificial Intelligence**, v. 13, p. 81-132, 1980.
- SCHER, A.P. **As construções com o verbo leve "dar" e nominalizações em -ada no Português do Brasil**. 2004. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Univ. Est. de Campinas, Campinas, 2004.
- SCHER, A. P.; LUNGUINHO, M. V.; RODERO TAKAHIRA, A. G. Innovative participles in Brazilian Portuguese. **Linguística**, v. 9, p. 92, 2013.
- THIBAULT, A. **Francophonie et variété des français** – LLM 362 LF, G2 – Semaine 4 – (p. 10). Apostila de aula dada em 06.03.2014 na Université de Paris-Sorbonne (Paris IV). Disponível em: <http://andre.thibault.pagesperso-orange.fr/FrancophLicenceSemaine4.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2014.
- TOMASELLO, M. **Constructing a language**: a usage-based theory of language acquisition. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003.
- TRAUGOTT, E; TROUSDALE, G. **Constructionalization and constructional change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- ZWICKY, A. How to describe inflection. In: ELEVENTH MEETING OF THE BERKELEY LINGUISTICS SOCIETY, 11, 1985. **Proceedings...** Berkeley, CA, 1985. p. 372-386.

## A NOTAÇÃO ETIMOLÓGICA E A MORFOLOGIA HISTÓRICA

Mário Eduardo VIARO  
Universidade de São Paulo  
maeviaro@usp.br

**RESUMO:** Um método etimológico, mais adequado aos problemas enfrentados pela Linguística Histórica, requer um instrumental distinto do desenvolvido até início do século XX, época em que as pesquisas etimológicas se estagnaram. À luz das discussões e reflexões entabuladas há dois séculos, apresenta-se uma solução para essa questão, que é o cerne de muitos estudos, como a Morfologia Histórica. A definição de conceitos, tão pulverizados em correntes, não são mais decididos em congressos internacionais, tal como ocorreu como o IPA, universalmente usado por todas as correntes. Pensa-se que a Etimologia, aliada à Morfologia Histórica, poderia dar um passo nesse sentido. Esses mesmos conceitos poderiam valer-se de uma Terminologia internacional. O asterisco schleicheriano, por exemplo, indica atualmente tanto “forma hipotética” quanto “forma agramatical” e uma síntese de perspectivas linguísticas distintas não deve ignorar essa indesejável polissemia. Além disso, as formas hipotéticas ainda não seguem a sugestão de Jespersen (1954) de marcar os graus de certeza. Por fim, os símbolos mais utilizados em diacronia, a saber, > e <, misturam transformações fonéticas e morfológicas e não há sequer uma indicação precisa para o fenômeno da analogia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Diacronia; Etimologia; Morfologia; Símbolos; Definições.

## SINCRONIAS PRETÉRITAS, SINCRONIA ATUAL E SINCRONIA FUTURA

Durante décadas, no século XX, privilegiaram-se os estudos de descrição e/ou de teorização de fenômenos linguísticos pertencentes a etapas sincrônicas, sobretudo às da própria época em que esses estudos se desenvolveram. Forneceram-se, assim, preciosas descrições do português do século XX, que, apesar do engajamento momentâneo, não se distinguem, salvo pelos pressupostos teóricos adotados, das empreendidas em outras épocas igualmente frutíferas, como podemos testemunhar com a descrição do português falado em Lisboa, feita por Gonçalves Viana (1883), de excelente qualidade e profundidade. Estudos linguísticos sob essa ótica (que poderíamos chamar de “ótica da sincronia atual”) tentam flagrar a língua como ela é, em seu real funcionamento a serviço da comunicação.

Um estudo muito diferente é o diacrônico, no qual não se leva em conta a comunicação, uma vez que sistemas pertencentes a diferentes sincronias obviamente não podem ser empregados por dois interlocutores em um mesmo diálogo. Para um estudo que enfatize a história da língua interessa muito mais a passagem de unidades de um sistema antigo para um futuro sistema em formação (VIARO, 2012).

Assim sendo, se por sincronia entendemos o conjunto de comportamentos de unidades linguísticas com a finalidade de estabelecer um sistema de comunicação funcional, a diacronia será nada menos que o conjunto de mudanças desses comportamentos ao longo do tempo. Cada um desses conjuntos é respectivamente estudado por uma linguística sincrônica ou diacrônica. Como um elemento desses conjuntos de comportamentos entende-se tudo que está à volta de uma unidade linguística: seus componentes fônicos específicos, o leque de suas regras sintáticas e, por fim, os significados associados a essas unidades.

Seguindo esse raciocínio, afirmaríamos que uma transformação desses comportamentos só pode ocorrer no interior de sistemas mutuamente comparáveis. Assim sendo, a sincronia atual, que equivale à época em que um estudo é feito, deve distinguir-se necessariamente de sincronias pretéritas e de sincronias futuras.

Muito pouco se diz sobre as sincronias futuras, pela razão aparentemente óbvia e acertada de que estudos sobre o futuro não são científicos, contudo, a noção de sincronia futura está estranhamente vinculada a pressupostos de certos modelos teóricos que se dizem sincrônicos. Por exemplo, um estudo sobre a produtividade atual de um determinado sufixo (que costumeiramente afirma não levar em conta a história desse sufixo) necessariamente inclui, ainda que involuntariamente, entre seus pressupostos a ideia de que essa produtividade permanecerá, como que por inércia, numa sincronia futura, por breve que seja. Esse tipo de estudo sincrônico contém um elemento de previsibilidade que se distingue de uma “mera” descrição sincrônica, onde pode não haver qualquer alusão implícita a sincronias futuras subsequentes. Prevê-se, assim, em muitos modelos, numa sincronia futura, a não-mudança da produtividade de determinada unidade linguística, malgrado a experiência abundante da mudança nas sincronias pretéritas. A única razão desse pressuposto é, salvo engano, uma espécie de mimetismo metodológico, promovido pelos teóricos da Linguística, que prometeria algum sucesso semelhante ao que tiveram os modelos da Física, com as leis newtonianas.

Fenômenos linguísticos, contudo, estão sujeitos a tantas variáveis que é praticamente impossível fazer qualquer tipo de previsão, além das que a própria experiência nos mostra. Essa crítica é antiga, pois já fora lançada *mutatis mutandi* por Schuchardt, no século XIX contra o raciocínio neogramático.

No entanto, pela observação das sincronias pretéritas, muitas constantes podem ser extraídas, se pensarmos que são nessas constantes que se pauta (ou se deve pautar) a cientificidade da Linguística. Por exemplo: para não citarmos questões assentes como a arbitrariedade do signo ou a dupla articulação da linguagem, descobriu-se já há tempos que uma língua (que não esteja em extinção) costuma ter determinadas classes de palavras mais conservadoras que outras e, assim sendo, podemos dizer que a chance de um

numeral novo ou de uma preposição nova aparecer numa sincronia futura não é tão grande quanto a do surgimento de um novo substantivo, verbo ou adjetivo. Podemos dizer também que, numa sincronia futura, o aparecimento de novos fenômenos no âmbito da fonética e da sintaxe é menos provável do que um novo fenômeno lexical ou semântico, haja vista que há alguns setores mais conservadores e outros mais inovadores nas línguas. Assim sendo, em estudos sincrônicos, pode haver não só descrição, mas também teorização com base nessas constantes, na qual o elemento probabilístico ganha uma enorme e, por vezes, insuspeita importância. Nada disso, porém, justifica a idealização de um sistema estável numa sincronia futura.

Uma vez que inexistente uma língua natural estática no tempo e sendo toda sincronia um recorte temporal arbitrário feito sobre o *tempo já transcorrido* e não sobre o *tempo que transcorrerá no futuro*, podemos afirmar que a noção de “sincronia futura” só é de fato algo que se compõe de existência real e de cientificidade quando se comparam diacronicamente duas sincronias S e S' consecutivas e em apenas duas situações, ou seja:

- (a) sendo ambas sincronias pretéritas (isto é, nenhuma delas é a sincronia atual): nesse caso S' é a sincronia futura de S;
- (b) sendo S uma sincronia pretérita e S' a sincronia atual: nesse caso, a sincronia atual S' coincide com a sincronia futura de S.

Assim sendo, podemos dizer, para exemplificar, que a sincronia arbitrariamente escolhida como o conjunto de fenômenos linguísticos do século XX pode ser entendida como a sincronia futura do século XIX, mas ambas são sincronias pretéritas. Pode-se tomar o ano atual de 2014 como sincronia futura em relação ao ano de 2013, mas nunca como sincronia pretérita em relação ao ainda não existente ano de 2015. Para quem lê essa informação em 2015 ou depois dessa data, a afirmação pode parecer estranha, mas preciso pressupor que a *sensação de presente* seja algo que não deva participar dos estudos linguísticos. Tal sensação é algo sabidamente falacioso em filosofia e superado pela ciência desde o século XVII, quando se buscava o eterno nas leis físicas. Esse eterno, se atingível em alguns setores do conhecimento, está longe de ser algo garantido nas teorias linguísticas atuais. Assim sendo, não pode ser pressuposto, sem cairmos no terreno do equívoco.

Nesse sentido, podemos concluir que o recorte arbitrário do tempo já transcorrido de um sistema linguístico conhecido como *sincronia* deva ser a base de uma linguística sincrônica, a qual, deve preocupar-se com o funcionamento da linguagem e, para tal, estreitar seus laços com as descobertas recentes da Etologia animal, da Psicologia e da Linguística Comparada, com vistas à separação mais nítida entre o universal e o cultural.

O que impede esse compromisso é a própria esquematização de inspiração estruturalista que opõe sincronia a diacronia como dois eixos distintos. Nesse ponto reside o maior problema: os demais estudos teóricos não devem prescindir do fator tempo, pois sua negação revela uma mutilação de um dos componentes principais das línguas e, para o estudo do comportamento dos elementos linguísticos, esse chamado “recorte” pode dar ensejo a equívocos tão grandes quanto o abandono da Semântica, empreendido pelos estruturalistas americanos em meados do século XX.

Nesse sentido, pensamos que a linguística sincrônica só é possível na chamada linguística da comunicação e os resultados da linguística histórica/diacrônica nada mais são que os mesmos almeçados pela linguística de viés descritivo e teórico. A razão dessa afirmação se coaduna ao princípio saussureano de que só se pode falar de sistema em sincronia, ou, dito de outra forma, segundo o nosso raciocínio já apresentado: *só se pode falar de comunicação em sincronia*. Por outro lado, não se pode falar de funcionamento e de comportamento da linguagem abandonando a história das unidades investigadas, caso contrário, haverá uma visão demasiadamente parcial desses fenômenos.

Confundir Linguística sincrônica com Linguística atemporal é outro erro constante, uma vez que ignorar a história é uma abstração funcional para a criação de modelos em Linguística da Comunicação e não em Linguística Geral, para a qual importa, por definição, o essencial da linguagem. E o tempo é uma variável sem dúvida importante para os modelos de língua, entendidos como conjunto de unidades e regras funcionais. Se é fato que o falante, dada a sua experiência e ontogenia, ignora a história da língua de que se serve para comunicar-se, reproduzir essa ignorância é pré-requisito para se criar um bom modelo cognitivo, mas o mesmo não serve para quem busca atingir a essência da linguagem e do funcionamento de suas unidades, que são, exceto nas línguas artificiais, imbuídos de seu componente histórico, alheio à experiência limitada do indivíduo falante.

## SISTEMA, SINTAGMA E PARADIGMA

Enfatizemos os pressupostos dos estudos diacrônicos que, como dissemos acima, são os mesmos da linguística geral e teórica (e não um “recorte” dela). O objetivo é o entendimento do funcionamento e do comportamento das unidades que compõem um sistema, ponto de partida e de chegada da transformação que permeia a linguagem e é um dos seus elementos principais.

Por exemplo, em Morfologia Histórica, um estudo que apresente a quantidade atual de palavras derivadas por um determinado sufixo, sem menção à sua capacidade de produtividade não se dedica à investigação da produtividade desse sufixo, mas à sua prolificidade (VIARO, 2010). Essas palavras sufixadas foram criadas naquela sincronia ou foram herdadas da sincronia anterior, as quais, por sua vez, podem ter sido herdadas de outra sincronia, anterior a esta, e assim por diante. Em cada sincronia, o elemento investigado seria funcional, para efeitos de comunicação. Para um estudo como este, é necessário saber quando a unidade passou a existir, as relações que teve com outras unidades em cada sincronia, a sua frequência de uso e o seu grau de integração como elemento típico ou de exceção. Esquemáticamente podemos dizer que:

- (1) Um sistema  $S$  é um conjunto infinito de conjuntos de unidades linguísticas  $\sigma$ , isto é,  $S = \{ \{ \sigma^1, \sigma^2, \dots, \sigma^x \}, \{ \sigma^{x+1}, \sigma^{x+2}, \dots, \sigma^y \} \dots \{ \sigma^{y+1}, \sigma^{y+2}, \dots, \sigma^z \} \}$  e de regras  $\lambda$  restritoras;

- (2) Dentro do conjunto S, podem-se formar também outras unidades linguísticas mais complexas do tipo  $\Sigma$ , por meio da justaposição de unidades linguísticas  $\sigma$  ao longo da linha do tempo, isto é,  $\Sigma^m = \sigma^1 \sigma^2 \dots \sigma^x$ . O conjunto de todos os  $\Sigma^m$  é também infinito;
- (3) As unidades linguísticas  $\sigma$  e  $\Sigma$  podem formar infinitos subconjuntos de S, isto é,  $s^j = \{\sigma^1, \sigma^2, \Sigma^1, \Sigma^2, \dots, \sigma^n, \Sigma^m\}$ .

Tradicionalmente, um sistema é um conjunto de unidades linguísticas que se entendem como agrupadas no eixo sintagmático (de unidades mínimas  $\sigma$  a unidades maiores  $\Sigma$ , do ponto de vista físico, isto é, formal) e no eixo paradigmático (que se compõe de conjuntos de unidades  $s$  semânticos ou formais). Os dois eixos pressupõem também um número de *regras*: para formar  $\Sigma$ , a regra de concatenação o obedece algumas *restrições* da mesma forma que a formação de subconjuntos  $s$ . Essas *regras* restritoras são de vários tipos, algumas de origem inata, outras de origem social, algumas mais propriamente lógicas que outras. Desse modo, toda língua tem entre seus subconjuntos  $s$  listas de sinônimos/ antônimos, a relação entre genérico e específico presente no eixo hiperônimo/ hipônimo, classes (por exemplo, a classe dos substantivos ou a subclasse dos substantivos derivados de determinada palavra), a ideia de negação etc que atuam na formação de novas unidades e moldes fônicos, dos quais trataremos abaixo. Garante-se, assim, a questão da *existência* da unidade linguística, uma vez que nem todo conjunto ou unidade é em si uma unidade virtual de S. Toda unidade linguística inexistente será marcada com o sinal  $\star$  nos exemplos abaixo, cada um deles correspondendo a um dos itens apontados acima:

- (1) O sistema S conhecido como “português moderno” é um conjunto de conjuntos de unidades linguísticas  $\sigma$ , isto é:
- o conjunto das letras ou grafemas *a, â, á, b, c, ch, ç* etc mas não  $\star \xi, \star \lambda, \star \hat{c}, \star \grave{a}$  etc.,
  - o conjunto dos fonemas */a/, /e/* etc. mas não  $\star /m/, \star /ŋ/$  etc.,
  - o conjunto dos sons *[a], [ç]* etc. mas não  $\star [d], \star [h]$  etc.,
  - o conjunto das sílabas *\$/ra/, /de/* etc. mas não  $\star \#/ra/, \star /gbe/$  etc.,
  - o conjunto das palavras *capa, casa, olho* mas não  $\star opt, \star perdea, \star picior$  etc.,
  - o conjunto das lexias *menina do olho, estar fazendo* mas não  $\star menino do cotovelo, \star estar fazer$  etc.;
  - o conjunto das regras sintáticas como ART+SUBST, ADJ+SUBST, SUBST+ADJ mas não  $\star SUBST+ART$  etc.
- (2) Formalmente, os elementos desses conjuntos podem formar unidades superiores, isto é:
- As letras *b, a* podem formar a sequência de letras *bamas* não  $\star bbabb$ ;
  - Os fonemas */b/ e /a/* podem formar a sequência de fonemas */ba/* mas não  $\star /bba/$ ;

- Os sons [b] e [a] podem formar a sequência de sons [ba] mas não ★[bba];
  - As sílabas [ba] e [la] podem formar a sequência de sílabas [bala] mas não ★[balalabalalala];
  - A palavra *bala* e *doce* podem formar a sequência de palavras *bala docemas* não ★*doce doce bala bala*;
  - A palavra *sua* e a lexia *menina do olho* podem formar a sequência *sua menina do olho* mas não ★*menina do olho sua menina do olho*;
  - A frase *a sua menina do olho é grande*, mas não ★*menina do olho sua é a menina do olho grande*;
  - As frases formam textos.
- (3) Semanticamente, os elementos de (1) e (2) se rearranjam em infinitas classes mais abstratas. Assim, ao conjunto arbitrariamente chamado como “rapidez” poderíamos associar a própria palavra *rapidez*, o adjetivo *rápido*, o advérbio *rapidamente*, mas também elementos que não têm qualquer vínculo morfológico (isto é, formal), como “ligeiro”, “veloz”, “velocidade”, “célere”, “instantâneo”, “apressado”, “zuummm”, “devagar”, “lento”, “lentidão”, mas não ★ “azul”. ★“especial”, ★“alcachofra” etc.

Nos conjuntos e subconjuntos acima, a qualidade infinita não se opõe à limitação promovida pelas regras  $\lambda$ , as quais, como vimos, pertencem também a S. Além dessas, pode-se dizer que há dois outros conjuntos de regras restritoras, a saber, as regras  $\rho$ , promovida pelo raciocínio individual e as regras  $\eta$ , promovida pela experiência individual. Todas essas regras exercem a *proibitividade*, isto é, a limitação dos conjuntos infinitos aos quais pertencem. Assim sendo, pertencem à mente humana individual não só esses dois sistemas, a saber, R e E, aos quais se vinculam respectivamente as regras  $\rho$  e  $\eta$ , mas também o próprio sistema S.

Por pertencer a indivíduos, os graus de proibitividade de uma palavra são subjetivos e, aparentemente, diminuem quando a uma unidade linguística se vincula um significado. Assim sendo, aparentemente, algo como ★*doce doce bala bala* pode parecer menos proibitivo que ★[balalabalalala] ou ★*menina do olho sua menina do olho* soa como menos proibitivo que ★*bbabb* para um falante e o inverso pode acontecer com outro. No entanto, em textos especiais, essas unidades podem passar a existir. Quando isso ocorre, são invariavelmente interpretadas como unidades especiais, dado a sua pouca frequência e sua pouca participação nas regras de produtividade da língua. Assim sendo, prefere-se entender como *proibitivo* a combinação realmente inexistente, ao passo que o elemento existente, porém inusual e infrequente de unidades linguísticas pode ser vinculado ao *expressivo*. Diante da ausência do conjunto ideal chamada *huge chart* por Bloomfield (1933, p. 46-47), a distinção entre proibitivo e expressivo é muito difícil de ser feita na prática, o que convida o pesquisador a misturá-los, com prejuízo de imprecisão. O mesmo se pode dizer do componente semântico no nível frasal: é muito complexa a interpretação das regras que prevejam sentenças como *a vida sem chocolate é morte, o autor da novela faleceu ontem*, mas tornam especiais (e, portanto,

proibitivas/ expressivas) frases como ★*a morte sem chocolate é vida*, ★*o ontem da novela faleceu o autor* etc. Essas distinções se tornam ainda mais sutis no nível textual.

## LINGUÍSTICA COMPARATIVA

Dados dois sistemas S e S', cada elemento s (isto é,  $\sigma$  ou s ou  $\Sigma$ ) de S pode ser *comparado* a um elemento s' (isto é, respectivamente,  $\sigma'$  ou s' ou  $\Sigma'$ ) de S', resultando as seguintes situações:

- (1) Se s for totalmente distinto de s', trata-se de elementos incomparáveis e, portanto, diremos que sua comparabilidade é nula ( $\mathcal{C} = 0$ );
- (2) Se s for parcialmente distintos de s' (ou idêntico), trata-se de elementos comparáveis e, nesse caso, diremos que sua comparabilidade não é nula ( $\mathcal{C} > 0$ ).

Exemplificando, podemos dizer, de maneira intuitiva, que a maioria dos elementos linguísticos do cantonês e do português tendem a uma baixíssima comparabilidade, ao passo que elementos do português e do galego têm alta comparabilidade. Intermediários, mas com comparabilidade decrescente, seriam os elementos do português e, por exemplo, os do espanhol, os do italiano, os do inglês e os do latim e com ainda menor comparabilidade seriam os elementos do português e os do alemão, sueco, russo, húngaro etc.

Apesar de não haver a inclusão da dimensão temporal em um estudo de comparação de elementos de sistemas, é possível, porém, de acordo com o valor de  $\mathcal{C}$ , avaliar uma proposição etimológica, uma vez que só é possível estabelecer relações entre uma sincronia S e S' se s e s' forem comparáveis e S e S' forem consecutivas.

## DIACRONIA E EMPRÉSTIMO

Retomando-se o já dito:

- (1) Se o sistema S está numa sincronia S, ao passo que o sistema S' está numa sincronia S', diremos que são sistemas não-contemporâneos. Se S e S' estão na mesma sincronia S, trata-se de sistemas contemporâneos;
- (2) Se S e S' são não-contemporâneos e consecutivos, nesta ordem, dizemos que S antecede S' ou então que S' sucede S.

Com relação à transmissão de elementos entre sistemas, podemos imaginar duas situações:



- (1) Se existem dois elementos quaisquer  $s$  e  $s'$  comparáveis de sistemas  $S$  e  $S'$  contemporâneos, diremos que a probabilidade de  $s$  que provenha de  $s'$  (isto é,  $s \rightarrow s'$ ) ou que  $s'$  provenha de  $s$  (isto é,  $s' \rightarrow s$ ) não é nula<sup>1</sup>.
- (2) Se existem dois elementos quaisquer  $s$  e  $s'$  comparáveis de sistemas  $S$  e  $S'$  consecutivos, diremos que a probabilidade de  $s$  que provenha de  $s'$  (isto é,  $s < s'$ ) é nula, mas que  $s'$  provenha de  $s$  (isto é,  $s > s'$ ) não é nula.

Exemplificando, podemos afirmar (equivalendo  $s$  e  $s'$  a palavras) que, se dispomos de dois vocábulos comparáveis, pertencentes a sistemas distintos, a saber, o português *antroponímia* e o inglês *anthroponymy*, a probabilidade de *antroponímia* ter gerado *anthroponymy* não é nula, da mesma forma que a afirmação inversa (isto é, que *anthroponymy* gerou *antroponímia*). Mas isso somente se as palavras forem contemporâneas. No entanto, se as palavras *anthroponymy* e *antroponímia* não forem contemporâneas e a primeira for comprovadamente mais antiga que a segunda, então só é possível afirmar que a palavra *antroponímia* provém de *anthroponymy* e não o inverso.

Assim sendo, percebe-se que se torna sumamente necessária a datação de cada ocorrência das palavras em busca das suas primeiras ocorrências (o chamado *terminus a quo*) e, quando for o caso, das suas últimas ocorrências (*terminus ad quem*) e de possíveis ressurreições lexicais, produzidas pela escrita. Além disso, é de extrema importância o conhecimento da frequência de uso das palavras envolvidas em sincronias pretéritas, algo como o que é possível se fazer hoje com algumas línguas por meio de programas como o Google NGram Viewer (<https://books.google.com/ngrams>). Esses são os pré-requisitos para desenvolver hipóteses nas chamadas *proposições etimológicas*.

O afirmado acima sobre a direção da transmissão das palavras pode ser relativizado em casos particulares:

1. É necessário avaliar se a semelhança entre  $s$  e  $s'$  não é apenas uma *coincidência*;
2. É necessário avaliar se a semelhança entre  $s$  e  $s'$  não refletem um *resultadocoincidente* decorrente da produtividade de elementos semelhantes de  $s$  e  $s'$ .

A coincidência do caso (1) é refutável por meio de argumentos que provem que a transmissão de  $s$  é distinta da de  $s'$ . Por exemplo, a palavra “olho” em grego moderno *máti* e em malaio *matasão* parecidas, no entanto, tanto o estudo histórico do grego antigo para o grego moderno quanto o estudo comparativo das línguas austronésias podem mostrar que se trata de pura coincidência.

O caso (2) é mais complexo e um verdadeiro desafio à Etimologia. Uma vez que os radicais gregos estão disponíveis tanto para o português quanto para o inglês, e supondo que *antroponímia* e *anthroponymy* sejam contemporâneos, é difícil decidir a direção do empréstimo, a não ser em argumentos não-linguísticos, pois ambos os sistemas podem tê-lo desenvolvido

independentemente, embora seja difícil que isso tenha ocorrido. Tal suspensão de juízo, no entanto, não é a situação desejável. Torna-se, portanto, necessário, para além das palavras envolvidas, verificar a prolificidade de cada elemento das respectivas palavras em seus respectivos sistemas na sincronia em questão, a fim de se decidir qual a direção. A maior ou menor tendência ao empréstimo deste ou daquele sistema em casos de composições similares pode criar um posicionamento a respeito da reconstrução da direção do empréstimo.

## O GRAU DE CERTEZA DE UMA PROPOSIÇÃO ETIMOLÓGICA

A partir da análise do último exemplo acima, conclui-se que toda afirmação de cunho etimológico e diacrônico, requer, portanto, um vínculo a certo grau de certeza. Segundo Jespersen (1922, p. 307, nota 1):

It is of course, impossible to say how great a proportion of the etymologies given in dictionaries should strictly be classed under each of the following heads: (1) certain, (2) probable, (3) possible, (4) improbable, (5) impossible – but I am afraid the first two classes would be the least numerous.

Se definíssemos o grau de certeza por meio de um número, seria necessário, antes de tudo, confirmar a aplicação regular das leis fonéticas. Desse modo, poderíamos definir os graus jespersenianos de uma forma mais precisa, a saber:

[1] Certo: quando houver aplicação regular das leis fonéticas entre dados não-reconstruídos (quer em s quer em s'), além de manutenção de significado;

[2] Provável: quando houver aplicação regular de leis fonéticas entre dados reconstruídos (quer em s quer em s'), além de manutenção do significado ou quando houver irregularidade nas leis fonéticas em apenas um *locus* da etimologia em dados não-reconstruídos, além de manutenção do significado;

[3] Possível: quando houver aplicação regular das leis fonéticas entre dados não-reconstruídos (quer em s quer em s'), mas não houver manutenção do significado ou quando houver aplicação regular de leis fonéticas entre dados reconstruídos do S<sup>1</sup> e/ou S<sup>2</sup>, mas não houver manutenção do significado ou ainda quando houver irregularidade nas leis fonéticas em apenas um *locus* da etimologia em dados reconstruídos, mas manutenção do significado;

[4] Improvável: quando houver irregularidade nas leis fonéticas em apenas um *locus* da etimologia em dados reconstruídos ou não, além de não-manutenção do significado ou quando houver irregularidades nas leis fonéticas em mais de um *locus* da etimologia em dados reconstruídos ou não, com manutenção do significado;

[5] Impossível: quando houver irregularidade nas leis fonéticas em mais de um *locus* da etimologia em dados reconstruídos ou não e, além disso, não houver manutenção do significado.

Resumidamente (sendo  $i$  = número de *loci* irregulares):

Regularidade das leis fonéticas ( $i \leq 1$ )	<i>sim</i>	<i>Sim</i>	<i>sim</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Não</i>	<i>não</i>	<i>Não</i>
Reconstrução	<i>sim</i>	<i>Sim</i>	<i>não</i>	<i>Não</i>	<i>Sim</i>	<i>Sim</i>	<i>não</i>	<i>Não</i>
Manutenção do significado	<i>sim</i>	<i>Não</i>	<i>sim</i>	<i>Não</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>sim</i>	<i>Não</i>
Grau	$li = 0$ [2]	$li = 0$ [3]	$li = 0$ [1]	$li = 0$ [3]	$li > 1$ [4]	$li > 1$ [5]	$li > 4$ [4]	$li > 5$ [5]
	$ii = 1$ [3]	$ii = 1$ [4]	$ii = 1$ [2]	$ii = 4$ [4]				

É importante observar que nem toda transformação diacrônica pode ser chamada de “lei fonética”. A nomenclatura dos chamados metaplasmos (adições, subtrações, transposições e transformações) enfatizam o seu resultado e não a sua sistematicidade. A síncope do -l- intervocálico, na passagem do latim para o português, é uma lei fonética, contudo abundam inúmeras exceções na sua aplicação, não só em cultismos mas também em regionalismos (como deve ser o caso de um resultado irregular como em lat *pīlum* > *pele*). Por outro lado, nem toda síncope é uma lei fonética pois há síncopes provocadas por analogia. Uma verdadeira definição de *anomalia* não deve levar em conta a oposição neogramática à *analogia*, mas ao próprio conceito de inexorabilidade da lei fonética. Situações particularmente propícias a anomalias são:

- uma unidade linguística com alta frequência de uso numa determinada sincronia pode desenvolver regras especiais;
- um empréstimo de um outro sistema entendido quer como uma outra língua, quer como uma variação dialetal da mesma língua, não apresentará regularidades na sincronia subsequente;
- uma unidade linguística de baixa frequência de uso numa determinada sincronia é facilmente submetida a regras analógicas;
- uma unidade linguística de alta expressividade submete facilmente outras unidades que pertençam ao seu mesmo paradigma.

Em suma, as anomalias são frutos ou de leis fonéticas especiais ou de regras restritivas especiais ou da atuação analógica. Regularidades nas transformações diacrônicas são observadas desde a *Gramática Castellana* de Antônio de Nebrija e desenvolvidas para o português nas obras de Duarte Nunes de Leão, no final do século XV e início do XVI, mas só foram adotadas a partir das obras do dinamarquês Rasmus Rask, sobretudo pelos alemães do século XIX. Por fim, tiveram seu apogeu até a década de 20 do século XX e, desde então, não houve mudanças teóricas muito significativas (VIARO, 2011).

## SINCRONIAS NECESSÁRIAS PARA O ESTUDO DIACRÔNICO DA LÍNGUA PORTUGUESA

As leis fonéticas mais conhecidas para a língua portuguesa são as das palavras latinas, muito embora alguns avanços no estudo das palavras árabes tenham sido verificados nos últimos tempos (cf. CORRIENTE, 2008, 2013). Para os étimos portugueses de línguas africanas, asiáticas e ameríndias ou mesmo do superstrato germânico não houve grandes progressos, de modo que nem descrições de sincronias pretéritas nem organização de leis fonéticas desenvolvidas. Na maioria das vezes, algumas lacunas são muito grandes.

No caso das palavras de origem latina, estabelecem-se seis sincronias, arbitrárias, vinculadas a mudanças históricas importantes que certamente são associadas a mudanças sociais:

S<sup>0</sup> -Do latim comum à formação do latim vulgar (entre o século III a.C. e o século I d.C.);

S<sup>1</sup> -Do latim vulgar à formação do ibero-românico (entre o século II e o século V);

S<sup>2</sup> -Do ibero-românico à formação do ibero-românico do noroeste peninsular (entre o século VI e o IX);

S<sup>3</sup> -Do ibero-românico do noroeste peninsular à formação do galego-português (entre o século Xe o século XIII);

S<sup>4</sup> -Do galego-português à formação do português antigo (entre o século XIV e o XVII);

S<sup>5</sup> -Do português antigo à formação do português moderno (entre o século XVIII e o XXI).

Podemos falar, no tocante à *origem remota*, de outras sincronias anteriores:

S<sup>-1</sup> -Do itálico à formação do latim arcaico (entre os séculos VIII a.C. e IV a.C.);

S<sup>-2</sup> -Do indo-europeu à formação do itálico (entre 4000 a.C. e o século IX a.C.);

S<sup>-3</sup> -O período indo-europeu (entre 8000 e 4000 a. C.).

No caso de étimos não-latinos podem-se, quando possível, classificar os testemunhos segundo a mesma cronologia. Assim, uma palavra francesa que tenha sido comprovadamente agregada ao léxico português no século XIII será da sincronia S<sup>3</sup>, e se for do século XIX, será da sincronia S<sup>5</sup>. Uma palavra germânica antiga de S<sup>2</sup> se distingue de uma palavra vinda de uma língua germânica moderna de S<sup>5</sup>. Uma palavra árabe antiga pode estar na sincronia S<sup>2</sup> ou na sincronia S<sup>3</sup>, enquanto um empréstimo árabe moderno estará na sincronia S<sup>5</sup>, e assim por diante.

Não nos preocuparemos aqui com sincronias anteriores a S<sup>-3</sup>, por não serem passíveis da mesma metodologia de reconstrução que se aplica em todas as sincronias. Desse modo, não só propostas monogenistas não devem ser consideradas (como as de Marr ou de Trombetti) como também todas as que fundem o indo-europeu com outras famílias reconstruídas nas chamadas superfamílias, das quais as mais famosas são o *nostrático* e o *eurasiano*

(Wüllner, Pedersen, Illič-Svityč; Dolgopolsky, Dybo, Kaiser; Shevoroshkin, Cavalli-Sforza) ou ainda anteriores, que refletem principalmente consequências da metodologia greenberguiana (Pejros, Bengston, Ruhlen, Semerano, Gramkelidze, Bomhard, Blažek). Assim sendo, macrofamílias anteriores ao indo-europeu utilizam outros métodos e estão fora da discussão deste artigo. Cada uma dessas oito sincronias acima entende as línguas envolvidas como conjunto de sistemas, uma vez que é falso que exista língua sem variação diatópica, diastrática e diafásica (VIARO, 2011, p. 91-194).

Poderíamos pensar que há um único latim por causa da escrita, mas isso não é um pressuposto válido nas reconstruções das pronúncias regionais do latim e de suas peculiaridades fonéticas, morfológicas, léxicas e sintáticas. Tampouco deve-se deduzir das sincronias acima que havia um ibero-românico coeso ou um só português antigo, uma vez que a tendência das línguas é a fragmentação. Em suma, o recorte sincrônico não pressupõe a uniformidade linguística, pois neles podem conviver diversos sistemas, os quais são associados (arbitrariamente e/ou politicamente) à mesma língua. A convergência e a formação de uma *koiné* costuma ser algo artificial e temporário, embora, quando se trata de questões etimológicas, não possamos desprezar o valor social dado às normas adotadas como padrão (igualmente escolhidas arbitrariamente ou mediante certas preponderâncias políticas, econômicas, culturais etc.). Quando muitas alterações linguísticas se acumulam, podemos dizer que houve uma mudança significativa na expressão, mas isso não tem relação direta com a questão da intercomunicabilidade, embora esteja indiretamente ligado a mudanças sociais. Os recortes sincrônicos, sendo arbitrários e, portanto, artificiais, tentam refletir essas mudanças que se sobrepõem às outras. Além disso, na comparação de um sistema sincrônico com outro, há tendências mais frequentes (ou mais visíveis) que outras. São sobre essas tendências que se fundam as leis fonéticas acima mencionadas.

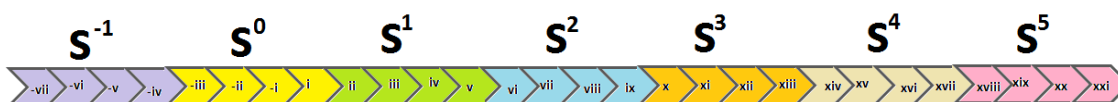
Detalhando as sincronias mencionadas acima, diremos que:

- A sincronia  $S^0$  (entre o século III a.C. e o século I d.C.) corresponde historicamente à expansão territorial de Roma e que constituiu o chamado Império Romano, concluído apenas no século II d.C. (conquista da Dácia, sob Trajano). O latim passou a ser uma presença linguística na Península Ibérica desde o século III a.C. (conquista de Ἐμπόριον em 218 a.C., latinizada como *Emporiæ*, atual *Empúries*). A *Hispania* passou a ser completamente dominada pelos romanos apenas a partir do século I a. C. (durante o *Bellum Cantabricum*, 29-19 a.C.). A língua falada nessa região tinha, inicialmente, características arcaicas ou associadas à *koiné* das conquistas romanas anteriores, ocorridas na Península Itálica. Dessa forma, as variantes vinculadas a  $S^{-1}$  somaram-se às inovações de  $S^0$  que têm características de *koiné* e foram decisivas na formação da  $S^1$ , conhecida como ibero-românico.
- Durante a  $S^1$  (entre o século II e o século V) o Império foi dividido (isto é, no século IV d.C.) entre Império Romano do Ocidente e Império Romano do Oriente, após a morte de Teodósio I (395). O latim falado, utilizado tanto nesse período, quanto no anterior, era vagamente conhecido como “latim vulgar” e tinha diversas

variantes regionais. A queda do Império do Ocidente (476) foi o maior catalisador de mudanças que culminarão na próxima sincronia.

- Na S<sup>2</sup> (entre o século VI e o IX), o ibero-românico, ou seja, o latim falado na Península Ibérica, se fragmentou em variantes diatópicas bem definidas. A variante do noroeste peninsular formará o futuro grupo asturo-leonês (asturiano, estremenho, leonês, mirandês e cantábrego) e grupo galego-português (associado à fala de Xálima). Essa variante se opunha à centro-oriental (donde se formaram o grupo castelhano e o navarro-aragonês) e à meridional (cujo desenvolvimento será posteriormente conhecido como “moçárabe”). Pode-se imaginar que tenha surgido uma distinção linguística entre o ibero-românico do noroeste peninsular e o centro-oriental durante o reino suevo (409-585), prosseguindo até o final do reino visigodo (418-712). Posteriormente, essa mesma região compôs o reino das Astúrias (740 até 910).
- Na S<sup>3</sup> (entre o século X e o século XIII), historicamente, há um período de distinção linguística entre os falares orientais e ocidentais do reino das Astúrias, o qual coincide com os eventos políticos subsequentes à abdicação de Afonso III (910) e ao reinado independente de Ordoño II (910-914). Nesta sincronia inclui-se a independência de Portugal após a batalha de Ourique (1139) e de seu reconhecimento como país independente (1143). A variante ocidental do ibero-românico do noroeste peninsular se especializará no sistema linguístico que se chama atualmente de “galego-português”.
- Na S<sup>4</sup> (entre o século XIV e o XVII) pode-se falar de um português antigo apenas após a conquista de Lisboa (1147) e a transferência da capital (1255), uma vez que, só nesse momento, as variantes do antigo “moçárabe” (sistemas linguísticos provenientes do ibero-românico meridional) nos territórios conquistados se mesclam às formas galego-portuguesas. Paulatinamente, a distinção entre a língua portuguesa e a língua galega se evidencia no eixo norte-sul, como se pode deduzir sobretudo a partir da variante escrita durante a Dinastia de Avis (1385-1580) e durante a União Ibérica (1580-1640).
- A S<sup>5</sup> (entre o século XVIII e o XXI) pode iniciar-se com o terremoto de Lisboa (1º de novembro de 1755) é o marco para profundas modificações linguísticas, sobretudo no Brasil, durante a regência de Marquês de Pombal (entre 1750 e 1777) e a vinda da corte em 1808. Esse período estende-se até hoje.

Graficamente, as sincronias do século VII a.C. ao século XXI d.C. se estenderiam em seis sincronias, cada uma com cerca de quatro séculos:



## PARA UMA ETIMOLOGIA CIENTÍFICA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Não é possível fazer afirmações diacrônicas seguras acerca de uma língua se não há descrições das sincronias pretéritas dessa língua. Como tanto o léxico quanto a estrutura de uma língua compõem-se de elementos que não necessariamente surgiram na sincronia investigada, é preciso investigar a primeira ocorrência desses elementos em sincronias pretéritas e traçar uma espécie de árvore genealógica das mudanças diacrônicas, quer de suas formas, quer de seus significados. Por fim, para estabelecer uma *proposição etimológica*, é necessário estabelecer medidas importantes para se separarem soluções idiossincráticas (*ouad hoc*) das soluções mais prováveis e científicas. É preciso que haja:

- (1) Delimitação temporal precisa da sincronia pretérita à qual o étimo pertence (de fato, não se pode entender o passado de forma simplificada);
- (2) Adequação do étimo ao sistema reconstruído na sincronia pretérita, que precisasse ser reconstruída. Parata, é preciso estabelecer alguns pressupostos, por exemplo: dadas três sincronias pretéritas S, S' e S'', se o termo ocorre em S e em S'', é evidente que também estará em S', ainda que reconstruído, a menos que tenha sido ressuscitado por cultismo em S'';
- (3) Conhecimento do contato ou da influência cultural entre as línguas nas sincronias investigadas. Parata, reconstróem-se as sincronias pretéritas contemporâneas<sup>2</sup> desses sistemas linguísticos que interagem;
- (4) Avaliação do étimo em comparação com a palavra investigada. No caso de irregularidades nas mudanças fonéticas, deve haver razões pró ou contra determinadas explicações analógicas, pautadas em paralelo com outras palavras ou outros sistemas e não em argumentos *ad hoc*;
- (5) Razões pró ou contra explicações, pautadas em paralelo com outras palavras ou outros sistemas, devem existir na avaliação mudanças muito bruscas de significado. Nesse caso, é preciso haver um cuidado adicional, pois a arbitrariedade das explicações costuma ser ainda maior.

## SÍMBOLOS AVALIATIVOS DA EXISTÊNCIA DE UM DADO

Uma *proposta etimológica*, além do grau de certeza já descrito, deve também compor-se de vários elementos formais, paralelamente à argumentação costumeira e tradicional:

- (1) Uma proposição definida em termos simbólicos, que pode ser referente tanto ao *étimo*, presentena sincronia imediatamente anterior à sincronia estudada, quanto às *origens*, anteriores a esse mesmo étimo, na forma de uma cadeia de sincronias que culmina na sincronia estudada;
- (2) Um ou mais autores responsáveis pela proposição, citado à maneira dos responsáveis pelos nomes científicos da zoologia/botânica (e de sua alteração);
- (3) Um grau de certeza atribuído a cada proposição, segundo os critérios objetivos expostos acima.

Alerta-se que os dois usos correntes para o asterisco, a saber “forma reconstruída” e “forma agramatical”, se excluem mutuamente. Uma forma reconstruída equivale a uma forma supostamente existente, porém, não documentada e uma forma agramatical é, na sua interpretação mais corrente, uma forma inexistente. Abandona-se a interpretação do asterisco como “forma agramatical”, por ser mais recente e, propõe-se o símbolo ★ para substituí-lo. Sem esse expediente, estaríamos diante de um uso ambíguo de um símbolo, algo impensável em ciências com formalismo rigoroso (VIARO,2011). Resumidamente, por meio de ★ indica-se uma palavra que “não existe” na língua investigada, ao passo que por meio de \* indica-se uma palavra que existe ou existiu, porém, sem atestação escrita ou gravada. Por exemplo, para dizer que da palavra *povo* nasceu o verbo *povoar* e não “povar”, representa-se da seguinte forma:

*povo* → ★ *povar*

E não:

*povo* → \* *povar*

Igualmente podem-se anotar assim todos os tipos de derivações que não ocorreram, mas poderiam ter ocorrido por causa da aplicação regular das leis fonéticas. Esses casos são interessantes, pois comprovam a não-mecanicidade e a não-exorabilidade das leis fonéticas, que requerem outros expedientes para explicar as chamadas exceções à regra:

lat *sapiam* > *sábia* > *saiba* >★ *seiba*;

lat *pīlum* >★ *peo* >★ *peio*

Como se pode perceber, tanto o sinal \* quanto ★ são *hipóteses*: a primeira, uma aposta de que determinado fato *existiu*, já o segundo é uma hipótese de que *não* existiu ou não existe. Ambos, porém, assemelham-se no quesito de ser possível atribuir-lhes um valor de verdade, por meio da investigação empírica, quer na variação sociolinguística, quer na documentação histórica. Toda e qualquer reconstrução de pronúncia anterior à invenção das gravações magnetofônicas deve vir indicada com \*.



## SÍMBOLOS PARA A REPRESENTAÇÃO DE EXCEÇÕES DAS LEIS FONÉTICAS

Para definirmos adequadamente o que vem a ser a famosa *analogia* que se opõe às leis fonéticas no discurso novecentista neogramático é necessário que se retome a definição acima que afirma que dentro do conjunto S, podem-se formar também outras unidades linguísticas mais complexas do tipo  $\Sigma$ , por meio da justaposição de unidades linguísticas  $\sigma$  ao longo da linha do tempo, isto é,  $\Sigma^m = \sigma^1$  o  $\sigma^2$  o...o  $\sigma^x$ . Como foi dito acima, o conjunto de todos os  $\Sigma^m$  é infinito.

Portanto, no conjunto de todos os  $\Sigma^m$  estão incluídos também todos os subconjuntos possíveis de ordenações de  $\sigma^x$ . Por exemplo, se temos a palavra *Roma* composta de elementos R, o, m, a, também teremos inúmeros outros subconjuntos em que se incluem não só *Roma* e seus anagramas (*amoR*, *Ramo*, *oRma*), mas também partes de seus anagramas (*mR*, *ao*, *am*, *oR*, *aR*, *mo*, *amR*, *aoR*, *amo*, *moa*, *mRa*, *ao*, *maR*, *moR*, *Ram*, *Rmo*, *amo*, *oma*, *Rm*, *R*, *o*, *m*, *a* etc). Trata-se de conjuntos que chamaremos *moldes fônicos* (M).

Desse modo, se está claro que o sintagma nada mais é que do que o tempo em que as unidades se justapõem, o mesmo não se pode dizer sobre o paradigma. Sejam, portanto, as seguintes definições:

- (1) *Paradigma* é um conjunto não-unitário de elementos linguísticos reunidos por pelo menos alguma característica comum, seja do ponto de vista da forma, seja do significado, em um sistema S numa sincronia S qualquer;
- (2) Chama-se *molde fônico* a um subconjunto não-vazio de formas ordenadas a partir de uma unidade linguística  $\Sigma$  dentro de um mesmo paradigma;
- (3) Se  $S^1$  é uma sincronia imediatamente anterior a  $S^2$ , diz-se que um elemento s de  $S^1$  sofreu uma mudança formal se há outro elemento s' comparável em  $S^2$ , cuja relação  $s > s'$  se supõe verdadeira, ainda que com um determinado grau de certeza. Nesses casos, s de  $S^1$  é chamado de *étimo* de s' de  $S^2$  e que entre s e s' houve *transmissão contínua*.
- (4) Se cada subelemento formal que compõe s em  $S^1$  equivale a outro subelemento de s' em  $S^2$  numa transmissão contínua e se essa equivalência respeita certas regras específicas obtidas por indução (*leis fonéticas*), diremos que se trata de uma *mudança formal regular*. Se não respeita, trata-se de *mudança formal irregular*;
- (5) Chama-se *analogia* a uma hipótese de mudança formal irregular numa transmissão contínua  $s > s'$  com intersecção não-nula entre os moldes fônicos de s' e s'' (elemento de  $S^1$ );
- (6) Chama-se, por fim, *produto analógico* o elementos' em  $S^2$  que se supõe relacionado por transmissão contínua de um étimo s que sofreu analogia de s''.

Teoricamente, todo molde fônico pertencente a um paradigma possui um potencial analógico. Desse modo, qualquer molde fônico de s'' poderia

atuar sobre qualquer elemento  $s$  de  $S^1$ . No entanto, somente alguns o fazem. Segue-se a seguinte hipótese de que *o potencial analógico de um molde fônico é diretamente proporcional à sua frequência de uso*. De fato, a frequência de uso parece ser uma dessas variáveis que aumenta o potencial dos moldes fônicos, por exemplo: uma palavra que afete outra costuma ser mais frequente do que a palavra afetada e transformada. Como num paradigma, todas as palavras poderiam, teoricamente, atuar analogicamente umas sobre as outras podemos concluir que, num mesmo paradigma, uma palavra somente atuará analogicamente sobre outra de menor frequência de uso. Como sabemos, a atuação da analogia não é uma lei, pois pode ocorrer ou não.

Seria estranho, de fato, que uma palavra rara, desusada ou arcaica pudesse alterar por analogia qualquer outra num paradigma. Da mesma forma, subconjuntos mais frequentes (conhecidos normalmente como *regulares*) parecem ser uma fonte constante de atuação analógica.

Não só a *frequência de uso*, mas o número de elementos num paradigma também parecem atuar de maneira direta no potencial analógico. Portanto, poderíamos dizer igualmente que: *o potencial analógico de um molde fônico é diretamente proporcional à quantidade de seus elementos*. De fato, um molde composto de uma única palavra muito frequente pode ser eficaz no aumento do potencial analógico. Da mesma forma, um molde bastante numeroso tem o mesmo efeito. Se o molde é numeroso e frequente, estaremos bem próximos de um bom candidato à analogia.

Poderíamos formular da seguinte forma:

Sendo  $S$  um sistema cujos elementos  $s$ , pertencentes a  $n$  subconjuntos, chamados *paradigmas*  $P^1, P^2... P^n$  e sendo  $M$  um subconjunto do paradigma  $P^n$ , chamado molde fônico, o potencial analógico  $A$  de  $M$  pode ser definido como uma função (sobrejetora).

Na formulação da teoria dos conjuntos diríamos que (onde  $A$  é o potencial analógico e  $F$  é a frequência de uso)<sup>3</sup>:

$$\begin{array}{ll} |S| = \aleph_0 & \mathcal{M} \subseteq P^n \subseteq S \\ F(\mathcal{M}) = \mu & A(\mathcal{M}) = \mu \cdot |\mathcal{M}| \end{array}$$

Por exemplo, a frequência de uso de *ser, ter* é muitíssimo maior do que a dos demais verbos. Assim sendo, poderíamos pensar que costumam atuar diacronicamente como moldes fônicos. Em línguas flexivas, a alta frequência costuma associar-se com a propagação da irregularidade. O verbo *ser* tem um paradigma irregular herdado do *esse* latino. Entre as irregularidades há as chamadas *supleções*<sup>4</sup>. O verbo português *ir* também sofreu *supleções*, algumas provenientes do verbo *esse*. Em português *fui* é a primeira pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo tanto do verbo *ser* quanto do verbo *ir*. Nesse caso aparentemente não podemos falar de analogia. Algumas construções latinas com *fui* substituíram o antigo *ii* em período muito antigo (*fui in funus*, por exemplo, em vez de *ii in funus* já é atestado em  $S^{-1}$ ). A equivalência semântica entre *ii* e *fui* nesses casos, nascida do sintagma (isto é, por meio de uma semântica contextual), migrou para a morfologia e razões de ordem fonética reduziram a frequência de uso de *ii* em detrimento de *fui*. O

verbo \**andare* em várias línguas românicas também substituiu flexões de *ire* pelo mesmo sentido semântico e fonético.

Igualmente a primeira pessoa do singular do presente do subjuntivo *sim* foi substituído por *sedeam*, transformando-se em *seja* por razão de desgaste fônico provavelmente por causa de uma ampliação semântica de *sedere*, que atuava esporadicamente como sinônimo de *esse* (por exemplo, também o infinitivo *ser* em português provém de *sedere* como prova a forma antiga intermediária *seer*). Podemos dizer então que, a despeito da sua alta frequência, o desgaste fonético (motivador de palavras curtas demais ou de ambigüidades indesejadas) pode ser até mais importante na substituição de uma forma do que a frequência de uso.

Como vimos, a proposição etimológica que requer a explicação por meio da analogia é uma hipótese e não pode estar associada aos graus 1-3 por não serem regulares, segundo as leis fonéticas. Um molde fônico pode ser uma única palavra (de alta frequência) ou um conjunto de palavras (que pode ser marcado sob a forma de uma sigla em caixa alta, como nos exemplos abaixo). A analogia promove uma espécie de bidimensionalidade à proposição etimológica, uma vez que, na prática, a linha da transmissão foi alterada por uma interferência mental de um falante e essa alteração conseguiu popularizar-se por causa do poder exercido pelos moldes fônicos mais representativos. O símbolo que desenvolvemos (VIARO, 2011) para inequivocamente se referir à analogia é  $\Rightarrow$  (ou, inversamente  $\Leftarrow$ ). Numa cadeia linear, que não se quer interromper, a apresentação da analogia pode aparecer entre parênteses, na direção contrária:

lat *humilitatem* > *humildade*  $\Rightarrow$  *humilde* < lat *humilem* (e não ★ *humil*);  
*temeroso*  $\Rightarrow$  \**mederoso* > *medroso* (e não ★ *medoso*)  $\Leftarrow$  *medo*<sup>5</sup>;  
 lat *prehendere* > *prender*  $\Rightarrow$  *render* < lat *reddere* (e não ★ *reder*);  
 lat *quattuor* > *quatro*  $\Rightarrow$  *cinco* < port ant *cinque* < lat *quinque*;  
*milhão*  $\Rightarrow$  *porrilhão*  $\Leftarrow$  *porra*;  
*trigésimo*  $\Rightarrow$  *zerésimo*  $\Leftarrow$  *zero*;  
*beber*  $\Rightarrow$  *bebemorar*  $\Leftarrow$  *comemorar*;  
*chocolate*  $\Rightarrow$  *choconhaque*  $\Leftarrow$  *conhaque*;  
*eu*  $\Rightarrow$  *equipe*  $\Leftarrow$  *equipe*;  
 alem *Orgasmus*  $\Rightarrow$  alem *Orgon* ( $\Leftarrow$  alem *Hormon*)  $\Rightarrow$  port *orgônio*;  
 ital *papa*  $\Rightarrow$  ital *papamobile* ( $\Leftarrow$  ital *automobile*)  $\Rightarrow$  *papamóvel*;  
 lat *nurum* > \**nuram* ( $\Leftarrow$  fem) > \*['nora] ( $\Leftarrow$  met) > *nora* [ɔ]<sup>6</sup>;  
*trouxe* > ['trusi]  $\Leftarrow$  met.

## OUTROS SÍMBOLOS PARA AS PROPOSIÇÕES ETIMOLÓGICAS

Como visto nos exemplos acima, há hoje a necessidade de símbolos que especifiquem mais miudamente numa proposição etimológica tudo o que se passa na transformação das unidades linguísticas. Embora o detalhamento passo a passo nas sincronias e os graus de certeza sejam altamente desejáveis nesse tipo de proposição, apresentaremos por ora uma proposta preliminar de simbologia, já desenvolvida em Viaro (2011).

Sendo *x* e *y* unidades linguísticas quaisquer, há símbolos que podem anteceder-las, sucedê-las ou interpor-se entre elas. Os símbolos que antecedem uma unidade linguística são basicamente dois:

* <i>x</i>	o dado linguístico <i>x</i> é reconstruído
★ <i>x</i>	o dado linguístico <i>x</i> não existe

O único símbolo que sucede uma unidade é *x*†, o qual indica o *terminus ad quem* de uma unidade linguística. Símbolos que promovem uma relação entre duas unidades são chamados *símbolos relacionais*. Há sete símbolos sincrônicos:

$x \rightarrow y$ ou $y \leftarrow x$	o dado linguístico <i>y</i> é derivado de <i>x</i>
$x \Leftrightarrow y$ ou $y \Leftrightarrow x$	o dado linguístico <i>y</i> é afetado por analogia com <i>x</i>
$x \Rightarrow y$ ou $y \Leftarrow x$	o empréstimo <i>x</i> transforma-se em <i>y</i>
$x \equiv y$	<i>x</i> e <i>y</i> são homófonos
$x \cong y$	<i>x</i> é cognato de <i>y</i>
$x \approx y$	<i>x</i> é uma variante de <i>y</i>
$x \sim y$	<i>x</i> e <i>y</i> são flexões do mesmo paradigma

E quatro diacrônicos:

$x > y$ ou $y < x$	<i>x</i> é étimo/origem de <i>y</i>
$x >> y$ ou $y << x$	o significado <i>x</i> se tornou <i>y</i>
$x \geq y$ ou $y \leq x$	<i>y</i> é um decalque de <i>x</i>
$x \Rightarrow y$ ou $y \Leftarrow x$	<i>x</i> foi substituído completamente por <i>y</i>

Por vezes a proposição etimológica não descreve mudanças fonéticas, mas apenas mudanças ortográficas. Não se propõem símbolos especiais para esses casos:

ital *peperoni* → ingl *pepperoni* (↔ ingl *pepper*) → port *pepperoni*.

Quando há mudanças semânticas, essas são indicadas com >> ou << e o significado entre aspas. Para clareza, os parênteses podem também ser empregados:

lat *rapacem* > *rapaz* (“aquelequerouba” >> “\*jovemquerouba”>> “qualquerjovem”);  
*bordô* ← top fr *Bordeaux* (“Bordéus” >> “vinho de Bordéus”);  
*discernir* (“distinguir, compreender” << “separar, por exemplo, o joio do trigo”)  
 ← lat *discernere*<sup>7</sup>;

Importante é a distinção entre mudanças de expressão de unidades fonológicas (ou ortográficas) das derivações morfológicas. Nesse caso, é usado sempre uma seta simples (→ ou ←). Também as flexões devem ser indicadas dessa forma:

*futebol* → *futebolista*;

lat *secretus* → lat *secretŭ* > *secreção*;  
 ingl *knock out* ➔ *nocaute* → *nocautear*;  
*vindo*<*vindo* < (reg ⇔) lat \**venitum*<lat *ventum* ← lat *venire* > *vêir* > *vĩir* > *viir* > *vir*;  
*aberto* <lat *apertum* ← lat *aperire* > *abrir* → *abrido* ⇐ reg;  
*coberto* <lat *coopertum* ← lat *cooperire* > *cobrir* → *cobrido* ⇐ reg;  
*dito* <lat *dictum* ← lat *dicere* > *dizer* → ★ *dizido* ⇐ reg;  
*escrito* <lat *scriptum* ← lat *scribere* > *escrever* → *escrevido* ⇐ reg;  
*posto* <lat *positum* ← lat *ponere* > *põer* > *poer* > *pôr* → *ponhar* → *ponhado* ⇐ reg.

A substituição de uma forma por um sinônimo ou por uma forma que não se explique apenas por uma mudança fonética regular, no entanto, é um outro fenômeno que deve ser distinguido (nesse caso, ⇒ e ⇐):

lat *posse* ⇒ lat vulg \**potere* ⇐ reg;  
*veio* <lat \**venūt* ⇐ lat *veni*;  
 lat *gallum* >gasc \**gat* ⇒gasc *bigey* <lat *vicarium*;  
 lat *cepit* ⇒ \**capūt* > \**caube* > *coube*;  
*coube* ⇒ *cabi* ⇐ reg;  
*seis* ⇒ *meia* ← *meia-dúzia*;  
 lat *vicesimus* ⇒ ital *ventesimo* (← ital *venti*) ⇔ ital *quarantesimo* ← ital *quaranta* <lat *quadraginta*;  
*quo?* ⇒ *u?* ⇒ *onde?* (< lat *unde?*) → *aonde?*;  
 lat *silentium* >port ant *seenço* ⇒ *silêncio* ◀ lat *silentium*;  
 lat *possumus* ⇒ lat vulg \**potemus* ⇐ reg;  
 lat *stem* >port ant *estê* ⇒ *esteja* ⇐ *seja* <lat *sedeam* ⇐ lat *sim*;  
 lat *steti* >port ant *estide* ⇒ *estive* ⇐ *tive* <lat *tenūi*.

Os decalques são substituições equivalentes à distinção entre > e ➔. Trata-se de verdadeiras traduções de elementos mórficos e devem ser distinguidas das substituições paradigmáticas por meio de símbolos como ≥ e ≤. Decalques humorísticos, como os três últimos exemplos, não necessitam de símbolos distintos:

ingl *hot dog* ≥ *cachorro-quente*;  
 lat *ducere* → lat *dux* → lat *ducem* >fr ant *duc* ≥ alem *Herzog*;  
 ingl *submarine* ≥ alem *Unterseeboot*;  
 lat *miser cordia* ≥ alem *Barmherzigkeit* ≥ rus *miloserdce*;  
 port *chuveiro* ≤ ingl *shower* (“ducha” << “chuva intensa”);  
 gr παντοκράτωρ ≥ lat *omnipotens* ≥ ingl *allmighty* ≅ alem *allmächtig* ≥ rus всемогущий ≈ всесильный = tch *všemohoucí*;  
*queimar o filme* ≥ *to burn the movie*;  
*é nós na fita* ≥ *is we on the tape*;  
 (dei)xa comigo que eu livro a sua cara ≥ *tea with me that I book your face*.

Toda sincronia reconstruída pode dispor de mais de uma variante para a palavra em questão, que às vezes deve ser mencionada numa etimologia por meio do símbolo ≈:

tupi *manduwí* > *mandubi* ≈ *mindubi* ≈ *amendoim* ⇐ *amêndoa*;  
 lat *sedĕo* > port ant *sejo* ≈ *sou* (⇐ *estou*) ⇐ port ant *som* < lat *sum*;  
 lat *quæsivit* > *quiso* ≈ *quis* ⇐ pret ;  
 lat *prehensit* ≈ \**prensuit* > *preso* ≈ *prende* ⇐ reg ;  
 lat *potĭit* > *pudo* ≈ *pôde* ⇐ met;  
 lat *sapĭit* > *soubo* ≈ *soube* ⇐ pret;  
 lat *traxit* ⇒ \**traxuit* > \**trauxit* > *trouxe* ≈ *trougue* < \**tracĭit* ⇐ lat *traxit*;  
 lat *cepit* ⇒ lat \**capĭit* > *coube* ≈ \**coubo* ≅ esp *cupo* ≅ gal *coupo*.

Também algumas equivalências em outras línguas podem aparecer na etimologia, mediante invocação pelo símbolo ≅:

lat *dixit* ⇒ lat \**dixĭit* > *disse* ≈ *disse* ≈ *dixo* ≅ esp *dijo* ≅ gal *dixo*;  
 lat *fecit* ⇒ lat \**fecĭit* > *fezo* ≅ esp *hizo* ≅ gal *fixo*;  
 lat *habĭit* > *houve* ≈ *houvo* ≅ esp *hubo* ≅ gal *houbo*;  
 lat *posĭit* ⇒ lat \**posĭit* > *pôs* ≈ *poso* ≅ esp *puso* ≅ gal *puxo*;  
 lat *potĭit* > *pôde* ≈ *podo* ≅ esp *pudo* ≅ gal *puido*;  
 lat *quæsivit* > lat \**quæsĭit* > *quis* ≈ *quiso* ≅ esp *quiso* ≅ gal *quixo*;  
 lat *sapiit* ≈ lat *sapivit* > lat \**sapĭit* > *soube* ≈ \**soubo* ≅ esp *supo* ≅ gal *soupo*;  
 lat *tenĭit* > *teve* ≈ *tevo* ≅ esp *tuvo* ≅ gal *tivo*.

Homofonias podem ser indicadas por ≡:

*dormi* [dur'mi]<sup>1</sup> ≡ *dormir* [dur'mi]<sup>2</sup> ;  
 lat *quid* > *que*<sup>1</sup> ≡ *que*<sup>2</sup> < lat *quod*;  
 lat *per* > *por*<sup>1</sup> ≡ *por*<sup>2</sup> < lat *pro*;  
 lat *dormĭo* > rom *dorm* ≡ rom *dorm* < lat *dormĭunt*.

Étimos de flexões distintas da mesma palavra ou elementos do mesmo paradigma podem ser incluídos na mesma etimologia, para que seja feita algum tipo de comparação, mas devem ser separadas por meio do símbolo ~ :

lat *qualem* > \**quale* > *qual* ~ *quais* < *quaes* < lat *quales*;  
 lat *canem* > \**cane* > *cam* ~ *cães* < lat *canes*;  
 lat *leonem* > \**leone* > *leom* † ~ *leões* < lat *leones*;  
 lat *visionem* > *visom* † ~ *visões* < lat *visiones*;  
 lat *dĕbĕo* > *devo* [e] ~ *deve* [ɛ] < lat *dĕbet*;  
 fr *mille* → fr *million* ⇔ fr *billion* ~ fr *trillion* ;  
 lat *tu* > port *tu* ~ *você* < *vosmecê* < *Vossa Mercê*.

## TESTANDO HIPÓTESES ETIMOLÓGICAS

Suponhamos, baseando num exemplo acima apresentado, que numa sincronia  $S^1$  tenhamos, numa flexão verbal, as formas *vestir* e *vesti* (respectivamente infinitivo impessoal e primeira pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo). Nessa sincronia observamos claramente que a sílaba final de ambas palavras se diferencia porque, no primeiro caso, há uma coda silábica (representada por *-r*) e, na segunda não. Suponhamos que na sincronia subsequente  $S^2$  haja, entre outras transformações, a aplicação de uma regra de supressão (no caso, apócope), de tal modo que promova a transformação  $-r > \emptyset$ . O resultado coincidente de ambos os signos seria, portanto, [vis'ti]. Pois bem, pode-se dizer que se trata de uma homonímia, de modo que poderemos falar de [vis'ti]<sup>1</sup> e [vis'ti]<sup>2</sup>. Suponhamos ainda que a regra atue sobre todo o sistema e não especificamente sobre essa palavra (o que também poderia acontecer, como provam os dados históricos), ou seja, que essa regra tenha as características de uma lei fonética. Nesse caso, seria correto afirmar que há uma equivalência formal, embora o significado (ou a função, dependendo da teoria empregada) seja mantido intocado diacronicamente. Observa-se que o mesmo não ocorre com verbos da primeira conjugação (por exemplo, *falar* e *falei*), nem com os da segunda (*vender* e *vendi*), nem com verbos que mantêm alguma irregularidade, como *pôr* e *pus*.

Do ponto de vista de um modelo que pressuponha o componente analógico, não basta que descrevamos que “o infinitivo dos verbos da terceira conjugação em  $S^2$  equivale formalmente à primeira pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo” pois a direção da analogia não prescinde de uma hipótese.

Suponhamos que se estabeleça a seguinte hipótese “a direção da analogia deve vir da forma não-alterada para a modificada”, ou seja, a analogia seria exercida do pretérito perfeito para a forma apocopada do infinitivo. A favor da regra está o fato de haver atuação analógica evidente com *vir* e *vim*, uma vez que [vĩ] é um possível resultado, mas não ★[vi], que suporia que uma direção contrária (da alterada para a não-alterada). Contra a explicação analógica está a argumentação de que [vĩ] é forma herdada do português antigo *vĩr* <latim *venire*, conclui-se que é preciso haver argumentos que legitime a apócope do *-r* em estágio anterior a  $S^2$  (VIARO, 2011).

Uma hipótese não pode ser *ad hoc* se pretende ter valor dedutivo. Uma hipótese genérica, como a apresentada, deveria ser a regra para explicar também outros tipos de convergência formal. Mas seria complicado aplicá-la irrestritamente, isto é, transformá-la em dedutiva. Por exemplo, sabe-se que, em certos subsistemas do português, o presente do subjuntivo é substituído por uma forma que se assemelha ao infinitivo apocopado. Nesse caso, não cabem contra-argumentações puramente fonéticas com os chamados verbos irregulares. Assim, expressões como *se eu cantar*, *se eu vender*, *se eu vestir* são inegavelmente próximas em  $S^1$  aos infinitivos *cantar*, *vender*, *vestir*, mas a equivalência formal não ocorre entre *se eu vir*, *se eu intervir*, *se eu fizer* e os infinitivos *ver*, *intervir*, *fazer*. Mesmo se em  $S^2$  encontrarmos *se eu ver*, *se eu intervir*, *se eu fazer*, haverá formas mais renitentes à mudança, como *se eu for*, *se eu tiver* (e nunca ★*se eu ser*, ★*se eu ter*) etc.

Com relação especificamente à analogia, verificamos que, por vezes, não é apenas uma palavra de altíssima frequência que tem esse poder, mas todo um grupo de palavras dentro do paradigma. Nesse caso, o molde fônico conta com mais elementos, todos de razoável frequência como vemos nos exemplos de analogia já apresentados, por exemplo. Sendo 3CONJ a regra analógica que afirma haver coincidência fonética causada pela apócope do *-r* entre infinitivo e a primeira pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo dos verbos da terceira conjugação, poderíamos representar o caso da nasalização de *vir* acima concisamente da seguinte forma:

[ˈvĩ] <vir↔ 3conj.

## SEMIOGÊNESE E A TÉCNICA ESTRUTURALISTA DO RECONHECIMENTO DOS MORFEMAS

A questão dos moldes fônicos é importantíssima para o fenômeno que podemos chamar de *semiogênese*, que pode ser definido como a capacidade de uma parte contínua ou descontínua de uma palavra adquirir um significado inexistente na sincronia anterior. Nesse caso, um molde fônico pode ter a mesma capacidade sígnica de uma raiz ou afixo. Sequências de fonemas, isto é, elementos não-significativos do signo, às vezes, adquirem um significado e, em seguida, alguma produtividade como podemos ver na sequência *-Vngo*, do português (VIARO; FERREIRA; GUIMARÃES-FILHO, 2013). A partir de palavras como *decoreba*, surge um sufixo *-eba*, com certa produtividade: *natureba*, *mistureba* e outros, devido ao fato de estar adequado a outros moldes fônicos similares do tipo 'V<sub>1</sub>CV<sub>2</sub>, onde C é uma consoante oclusiva qualquer e V<sub>2</sub> uma vogal do tipo [a] ou [u]. O significado de *-eba*, contudo, é difícil de ser determinado. Aparentemente *natureba* é uma forma mais coloquial de *naturista*, carregada de um certo valor ou pejorativo ou jocoso. Também *mistureba* nada mais é que uma *mistura*, talvez de coisas insólitas, talvez não, mas com o mesmo valor pejorativo ou jocoso. A frequência de uso de um vocábulo expressivo como *decoreba* dentro de certos universos discursivos parece ser a alavanca para as neologias subsequentes. Não parece ter sido distinto o que aconteceu com outros sufixos hoje altamente produtivos. Por exemplo, o sufixo internacional *-ista* em português antigo era inicialmente muito pouco produtivo (praticamente se circunscrevia a palavras como *batista* e *evangelista*), mas hoje possui toda uma gama de formas e serve de base para outras terminações, como em *-ístico*, *-ística* etc. (AREÁN-GARCÍA, 2007, 2011).

Parece, portanto, que são dois os caminhos da formação de sufixos: a aglutinação (como no caso de *-mente* em português) e a semiogênese (a grande maioria das vezes, algumas muito recentes, outras já herdadas). No caso da semiogênese, muitíssimo mais frequente nas línguas flexivas, o papel do molde fônico analógico é extremamente importante.

Representam-se alguns desses casos da seguinte forma:

*decorar* → *decoreba* ↔ *-eba*  
 ingl *hippie* → port *hippie* → *ripongo* ↔ *-Vngo*



Por vezes, há o trânsito de um caminho de formação para o outro. Por meio de aglutinação de radicais eruditos formavam-se palavras em *-dromo*. Alguns eram tão antigos, que a noção de “correr” do verbo grego *drómō* já se encontrava diluída, como em *pródromo* ← gr *pródromos* “precursor” (já atestado no século XVII com outros sentidos como “sintoma”, “preâmbulo”). Provavelmente da restauração da palavra grega *palíndromos* (a palavra portuguesa *palíndromo* ocorre só no final do século XIX), fica evidente que a terminação *-dromo* era útil para expressar sinteticamente a ideia de “correr”. Criaram-se muitos neologismos (ou ressuscitaram-se outras palavras, de sentidos aproximados), sobretudo na área de Ictiologia e de Morfologia Botânica, desde a primeira metade do século XIX: *acródromo*, *actinódromo*, *anádro*, *anfídromo*, *anfísdromo*, *antídromo*, *axonódromo*, *broquidódromo*, *campilódromo*, *camptódromo*, *catádromo*, *craspedódromo*, *diádromo*, *dictiódromo*, *hifódromo*, *paralelódromo*, *plasmódromo*. A maioria dessas construções são empréstimos de alguma outra língua (latim científico, francês, inglês e alemão são sempre as mais recorrentes).

Desde meados do século XIX, a Arquitetura se valeu desse tipo de construção para descrever espaços (como *perídro*), muitos deles voltados a esportes onde há corridas (a partir de *hipódromo*, helenismo recuperado já no século XVIII). São abundantes esses casos no século XX: *autódromo*, *canódromo*, *cartódromo*, *motódromo*, *velódromo*. Nesse sentido, também na mesma época, o significado do segmento *-dromo* deixa de ser “local onde X corre”, para “local onde X V”, sendo V um verbo qualquer (talvez a base para esse novo sentido seja *aeródromo*, do início do século XX): *aerodelódromo*, *bumbódromo*, *camelódromo*, *cosmódromo*, *sambódromo*, *tauródromo*.

É fácil de perceber que a polissemia do elemento de composição é diretamente proporcional à sua produtividade. Muitas das criações anteriores a esse sentido mais recente tinham radical opaco para a maioria dos falantes. De fato, *hipódromo* tem uma base *hip-* que aparece em *hípica*, *hipismo*, o que não o faz totalmente opaco para o significado “cavalo” para muitos falantes cultos, no entanto, é preciso um conhecimento ainda maior para entender palavras raras como *hipófago*, *hipomante*, *hipúria*, *hipiatro* ou mesmo uma palavra mais frequente como *hipopótamo*. No entanto, *motódromo*, *camelódromo*, *sambódromo* têm radicais muito mais transparentes. Deduz-se, portanto, que o potencial de produtividade está diretamente ligado ao reconhecimento dos radicais.

Mas o *reconhecimento dos radicais* não é algo que possa ser pacificamente definido. Em *sambódromo*, reconhece-se *samb-* como a própria palavra *samba*. Esse reconhecimento ocorre em sincronia e não tem nada a ver com a história da palavra. Talvez não seja fácil, mesmo para um falante culto de português perceber que *hipocampo* tenha o *hipo-* ligado a “cavalo” enquanto *hipotálamo* tenha a ver com *hipo-* “sob”. Talvez essa distinção fosse mais evidente quando se usava a grafia etimológica, pois essas duas palavras eram diferentemente grafadas (*hippocampo* e *hypothalamo*). Como se pode perceber, o reconhecimento depende de informações vinculadas à aquisição da linguagem ao longo de toda uma vida. Para um falante do inglês, o reconhecimento das duas formas em *hippocampus* e *hypothalamus* é ainda

maior, pois, diferentemente da única pronúncia [ˈipu] do português, temos, no inglês, [ˈhɪpə] para o primeiro caso e [ˈhaɪpə] no segundo.

Portanto, a motivação para o reconhecimento de radicais e afixo nada mais é que uma “impressão” só possível numa determinada sincronia, a qual varia de falante para falante, como poderão comprovar testes feitos com falantes nativos. Vemos que *-dromo* foi mais frequente em determinadas subáreas da Biologia e da Arquitetura, portanto, é de se esperar que nessas áreas, o reconhecimento seja maior que em outras. No entanto, se nos ativermos somente a um vago “conhecimento médio” torna-se difícil saber sobre que se pauta a gramaticalidade e como distinguir a verdade dedutiva de uma ilusão (por vezes tendenciosa).

Na melhor das hipóteses, reproduzir uma visão ingênua de língua em um modelo é por demais subjetivo e, portanto, pouco científico, mas não deixa de ser surpreendente observar que essa postura neocartesiana aparentemente norteie vários campos da Linguística, inclusive o da Morfologia. Para piorar o quadro, é incomum o uso de testes experimentais para provar a existência do chamado “conhecimento médio”, que justificaria, em parte, a atuação do falante como juiz de sua própria língua.

## PARA UMA DEFINIÇÃO DE EXPRESSIVIDADE

Deduz-se do exposto acima que um sufixo neológico é uma espécie de produto analógico. A identificação do molde que o origina será objeto de estudo da morfologia de cunho diacrônico. A consciência de que existem paradigmas formais e semânticos fez surgir, desde o tempo dos gregos (explicitamente na gramática alexandrina de Dionísio Trácio), o conceito de *classes de palavras*. Mais tarde, no Ocidente, por inspiração nas gramáticas indianas, o conceito de paradigma se ampliou para unidades significantes menores que as palavras. Nasce aí, em meados do século XIX, a noção de uma Morfologia *stricto sensu* em oposição à Fonética e à Sintaxe. Uma única palavra, mais tarde se dirá, pode compor-se de vários morfemas, isto é, de vários signos linguísticos, cada um dos quais pertence a um ou a vários paradigmas. No entanto, na rígida dicotomia saussureana que difere o eixo sintagmático do paradigmático, falta espaço para a atuação analógica.

Ora, em diacronia não há sistema, como preconiza o próprio *Cours de linguistique générale* e a sincronia nada mais é que um recorte arbitrário dentro da existência heraclitiana de uma língua. Desse modo, o molde analógico se forma da própria substância do conteúdo e adquire forma devido a uma espécie de falsa segmentação e de uma semiogênese. Surge a questão da dúvida de como isso é possível, mas as etimologias, embora disponham de graus de certeza, mostram inúmeros exemplos, muitos deles de difícil refutação.

Observamos, além disso, que cada elemento linguístico é associado a uma variável de frequência de uso. Se delimitarmos que há apenas quatro faixas de frequência de uso (por exemplo, *frequentíssimo, comum, raro, inexistente*), dentro de certo grupo de falantes, haverá uma média entre os usuários que determinaria, nessas quatro faixas, qual é a frequência de uso de

um elemento qualquer. Antes de perseguirmos esse raciocínio, precisamos lembrar que essa frequência de uso pode variar individualmente num mesmo grupo, dadas as condições biográficas do falante. Também dependendo da heterogeneidade discursiva escolhida num conjunto de menor ou maior extensão de falantes pode haver distorções numa pesquisa que pretenda descrever essas mesmas frequências.

Seja como for, a analogia só terá um modo de apresentar-se. A analogia só ocorre em sincronia. Seria estranho imaginar que palavras em contiguidade temporal afetem ou sejam afetadas. Passada uma sincronia, a herança da sincronia subsequente é composta integralmente de resultados e processos cuja extinção ainda não é definitiva, entre eles, os produtos analógicos.

Desse modo, podemos redefinir *sincronia* não só como um recorte arbitrário na linha do tempo, mas também como *um conjunto de unidades linguísticas herdadas e de processos igualmente herdados que geram novas palavras*. Somente em línguas mortas ou em risco de extinção não existem processos que gerarão novas palavras para os futuros falantes. Entre esses processos estaria a capacidade analógica de cada unidade em sistema.

Se numa sincronia há um conjunto de palavras herdadas e cada palavra possui uma diferente frequência de uso, calcada na experiência individual e compartilhada em maior ou menor grau com os demais falantes, podemos postular que *as palavras mais frequentes podem ser as mais propícias para a criação de um molde analógico*. Parece razoável. Uma palavra rara não alavancaria uma mudança, exceto numa única circunstância: quando for uma palavra *expressiva*. Desse modo explicam-se por que produtividade e prolificidade alavancam mudanças de uma sincronia para outra. (VIARO, 2010). No entanto, observamos que formas prolíficas podem não ser produtivas e, inversamente, formas pouco prolíficas podem tornar-se produtivas, se fazemos o histórico das sincronias pretéritas. A essas últimas damos o nome de *formas expressivas*. Deduziremos que:

- (1) A *prolificidade* se associa à cardinalidade de cada sincronia S; já a *produtividade* se associa à projeção de uma sincronia S' subsequente. A *expectativa de produtividade* (E) é *diretamente proporcional à expressividade do molde fônico* ( $\varepsilon$ ).
- (2) Quanto maior o potencial analógico, maior a expectativa de produtividade, mas se a expressividade for zero, a expectativa de produtividade também será zero.

$$A(\mathcal{M}) = \mu \cdot |\mathcal{M}|$$

$$E(\mathcal{M}) = \varepsilon \cdot A(\mathcal{M}) \quad \therefore \varepsilon = \frac{E(\mathcal{M})}{A(\mathcal{M})} \quad \therefore \varepsilon = \frac{E(\mathcal{M})}{\mu \cdot |\mathcal{M}|} \quad \therefore \varepsilon = \frac{E(\mathcal{M})}{F(\mathcal{M}) \cdot |\mathcal{M}|}$$

Mensurar a expectativa da produtividade para calcularmos sua expressividade não parece algo fácil, pois é impossível calcular a frequência sem valermos da *huge chart*. Sem esses dados, aparentemente, não conseguiríamos responder como se formam os *moldes fônicos que atuam na analogia e que atuarão na produtividade*. A resposta a isso não se encontra

apenas no abandonado estudo do Simbolismo Fonético, mas também na pouco desenvolvida Semântica (que depende dos contextos históricos).

De fato, na produção da fala há muitas vezes aquilo que a Estilística costuma chamar de “expressividade”. O conceito vago deve dispor de uma definição rigorosa. Apesar de ser um conceito refratário a definições, portanto, pouco operacional (e, diriam muitos, pouco científico), é inegável que alguns signos não dispõem apenas de um significado neutro. Além disso, é difícil distinguir o significado normal do significado expressivo: palavras chulas, vocábulos elevados, neologismos, gírias aparentemente nada têm de diferente de outras palavras com um significado e um significante. Normalmente remete-se à *parole*, ao discurso e a tantos outros elementos *ad hoc* aquilo que caracteriza o expressivo, de modo que a linguagem real parece confundir-se com aquele ideal setecentista do *inutilia truncat*. Isso, porém, é falso.

Diz-se que significado não é a mesma coisa que sentido. No entanto, o significado na interpretação do signo do *Cours de linguistique générale*, contudo, opõe-se apenas ao significante e não ao sentido. Um traço pejorativo atribuído a uma palavra como *amigo* por uma entonação qualquer (numa frase como “*esse meu amigo me pôs em maus lençóis*”) é evocada como que “acrescentando-se” ao significado ideal da palavra *amigo*, sem dele fazer parte. Como o sintagma tem a capacidade de mudar o signo ao seu bel-prazer não é claro. O recurso *ad hoc* do “contexto” é por demais vago e acientífico. No entanto, observa-se que a ironia, empregada nessa palavra *amigo* (que, no contexto, equivale a *mau amigo*) não é possível com qualquer palavra, por exemplo, não o é com a palavra *relógio*. Podemos dizer então que há dois tipos de significado: um descritivo e um avaliativo e é possível sobrepor-los com facilidade, como provam os diminutivos em *-inho*, por exemplo, da mesma forma que as entonações se sobrepõem aos segmentos fônicos.

Por vezes o sentido avaliativo requer algo mais que uma mera intonação e exige algo que poderíamos chamar de *massa fonológica*. O recurso mais comum em português são os sufixos de diminutivo: *esse seu amiguinho me pôs em maus lençóis*. Nesse caso, a ironia é ainda mais evidente. Por vezes, o emprego de uma palavra de menor frequência que a palavra mais comum torna-se uma fórmula à disposição do sistema, por exemplo, na pergunta *onde a senhorita esteve?* proferida por um pai para uma filha: não é uma mera interrogação, mas a escolha lexical de *senhorita* em vez de *você* transmite de modo eficiente ironia e irritação por causa do uso de sua baixa frequência de uso em contextos neutros ou de sua inadequação discursiva.

Voltando, portanto, à nossa afirmação anterior de que *as palavras mais frequentes são as mais propícias para a criação de um molde analógico*, podemos agora encontrar uma refutação no fato de que há palavras pouco frequentes e que podem atuar com igual força. No caso do sufixo *-eba* não há, para a criação do molde analógico *decoreba*, nenhuma palavra que possamos dizer que seja extremamente frequente (*jurubeba*, *tatu-peba*, *pereba* etc), no entanto, a ironia somada de todas elas (simplesmente pelo fato de serem palavras populares) pode fazer exsurgir esse valor e impingir o caráter coloquial e informal. O mesmo podemos dizer da sequência *-Vngo*.

O conjunto de elementos não aproveitáveis para moldes fônicos tem produtividade pouco expressiva e é conhecido como *léxico*. Opõe-se costumeiramente à própria *morfologia* da língua, no sentido aronoffiano, no entanto essa divisão só faz sentido do ponto de vista cognitivo, que, de modo algum, é o mais importante para uma teorização morfológica. Por mero acidente histórico, uma palavra do léxico pode adquirir frequência de uso e consequente expressividade, atuando analogicamente sobre outras, ressuscitando morfemas já pouco produtivos ou mesmo criando novos por semiogênese. A oposição entre léxico e morfologia com base na produtividade é rígida demais e gera demasiadas exceções e explicações *ad hoc* para que a consideremos científica.

## CONCLUSÕES

A ideia da comunicação como elemento norteador fez com que no Estruturalismo se imaginasse um elemento lexical de uma língua como incomparável ao de outra. Toda semelhança física é quase tomada como um acidente que, se não é coincidente, é pouco interessante ao estudo linguístico, pois cada sistema seria uma caixa fechada em si mesmo. Diacronicamente, isso é obviamente errôneo. Uma palavra como o português *dentista* e o francês *dentiste* não foram formadas por coincidência, mas há uma dependência entre elas de caráter histórico. Se o signo lexical é arbitrário, a sequência de sons que compõem as duas palavras, a intersecção dos valores semânticos existentes nelas e a escolha paradigmática semelhante não são coincidências. Há algo de dogmático quando se pensa que essas intersecções intersistêmicas não interessam ao estudo da comunicação, afinal um falante do português achará mais fácil aprender a palavra *dentiste* do que a palavra alemã *Zahnarzt*. Aparentemente esse dogmatismo nasce na política e não na Linguística *lato sensu*. São questões nacionalistas derivadas dos limites geográficos das nações, e não têm nada a ver com o fenômeno linguístico em si.

Em linguagem, a eficiência comunicativa, total ou parcial, de uma palavra, mesmo se de línguas distintas, evidencia, por exemplo, que *dentista* e *dentiste* não são palavras distintas, mas a mesma palavra, diacronicamente falando. No entanto, para a Diacronia, o elemento da compreensibilidade não é crucial, uma vez que um decalque pode ser também considerado a mesma palavra. Sem o pressuposto da continuidade é impossível estabelecer qualquer proposição etimológica e igualmente impossível estudar qualquer fenômeno diacronicamente. Por fim, seja qual for a relação entre dois elementos linguísticos, por mais distantes que sejam do ponto de vista formal ou semântico, se é possível uma relação entre os dois, ainda que hipotética, estamos trabalhando com a possibilidade de serem o *mesmo* elemento sob a pressão de mudanças.

Em Morfologia Histórica valemo-nos dos dados obtidos pela Filologia, das sistematizações das Gramáticas descritivas, do ordenamento ainda incipiente da Lexicologia e das conclusões da Etimologia e da Linguística Histórica. Metodologicamente, é necessário cuidado extra com as interpolações, com as edições utilizadas e com as cópias, que podem deslocar

dados de sincronias adequadas para outras menos prováveis. Tudo isso refletirá na reconstrução da sincronia. Além disso, por mais divulgado que seja um conceito ou fato, após a sua refutação, não deveria ter sobrevida, tal como ocorre em outras ciências, as quais não se prendem, desde o tempo de Francis Bacon, às autoridades, mas sim ao raciocínio. Assim sendo, perante dados filologicamente trabalhados, um elemento qualquer num aparato crítico não é menos importante do que o escolhido pela versão adotada pela edição. Conjecturas paleográficas na leitura de um texto de escrita complexa não podem ter o peso de um dado. Reconstruções e conjecturas filológicas, úteis para recompor um sistema ou um texto, por mais bem feitas que sejam, não são dados reais. Esse rigor está ainda longe de ser adotado pelas mais diversas linhas teóricas da Linguística.

O estudo diacrônico depende da descrição de sistemas (em diversas sincronias), da definição de expressividade e de informações relativas às frequências de uso. Esses dados são tangíveis apenas por meio de métodos e não de convenções dogmáticas. Além disso, depende também de reconstruções, as quais sabidamente não são fatos, mas modelos, passíveis de refutação a qualquer momento, no sentido popperiano do termo.

## NOTAS

- (1) Agradeço ao Prof. Dr. Aldo L. Bizzocchi a sugestão, adotada pelo Núcleo de apoio à pesquisa em Etimologia e História da Língua Portuguesa ([www.nehilp.org](http://www.nehilp.org)), de diferenciar com o símbolo  $\blacktriangleright$  e  $\blacktriangleleft$  as introduções abruptas de elementos em um sistema por meio do empréstimo, em oposição aos tradicionais símbolos  $>$  e  $<$ , utilizados apenas para as heranças linguísticas graduais.
- (2) Contemporâneo equivale a coetâneo e não a atual.
- (3) A cardinalidade de um conjunto infinito como o sistema  $S$  é  $\aleph_0$  (alef-zero), isto é, o primeiro cardinal infinito, pois  $S$  é contável e infinito.
- (4) Mas nem sempre uma alegada supleção não tem uma raiz comum: eram tem o mesmo radical que esse, mas as razões da diferença entre *er-* e *es-* são diacrônicas (no primeiro caso, por exemplo, houve um rotacismo de um *\*-s-* original em posição intervocálica). Verdadeira supleção se encontra entre *esse* e *fui*, por exemplo.
- (5) Uma proposição etimológica tradicional tem quase sempre a notação  $x > y$  (ou, inversamente  $y < x$ ), no entanto, são notados nestes exemplos e nas seguintes formas do tipo  $x \Rightarrow y \Leftarrow z$  ou  $x > y \Leftarrow z$ , mostrando casos de poligênese. A fórmula também pode ser aproveitada para duas proposições etimológicas, isto é, para duas palavras na mesma sincronia, como por exemplo  $x > y \approx z < w$ , o que quer dizer que as etimologias de  $y$  e  $z$  são distintas, mas  $y$  e  $z$  são variantes que coocorrem em sincronia, ou então  $x > y \sim z < w$ , que indica que  $y$  e  $z$  são flexões da mesma palavra, ou  $x > y \equiv z < w$ , informando que  $y$  e  $z$  são cognatas ou, ainda,  $x > y \equiv z < w$ , informando que  $y$  e  $z$  são homófonas. Muitas outras variações são possíveis.
- (6) Como será visto, todo molde fônico é representado por meio de uma sigla trílittere ou quadrílittere em versalete: *met* significa o conjunto de palavras em que a

metafonia se aplica, fem o conjunto das palavras femininas, reg o paradigma regularizador, pret o paradigma do pretérito perfeito do indicativo etc.

- (7) Observe-se que palavras do latim posterior à sua extinção como língua falada materna foram tratadas como empréstimos. Igualmente, formas nominais herdadas paulatinamente estão marcadas no acusativo e herdadas pelo latim culto pós-formação das línguas românicas, estão no nominativo. Dessa forma, distingue-se com mais nitidez o modo de transmissão da palavra latina e auxilia-se a distinguir as palavras com étimo latino das de origem latina.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AREÁN-GARCÍA, N. **Aspectos sincrônicos e diacrônicos do sufixo -ístico(a) no português e no galego**. 2 v. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

AREÁN-GARCÍA, N. **Estudo comparativo de aspectos semânticos do sufixo -ista no português e no galego**. 2007.2 v. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BLOOMFIELD, L. **Language**. New York/ Chicago/ San Francisco/ Toronto: Holt, Rinehardt and Winston, 1933.

CORRIENTE, F. **Dictionary of Arabic and allied loanwords (Spanish, Portuguese, Gallician and kindred dialects)**. Leiden/ Boston: Brill, 2008.

CORRIENTE, F. Los arabismos y otras voces medio-orientales del Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. **Filologia e linguística portuguesa**, São Paulo, v. 15 (especial), p. 69-184, 2013.

JESPERSEN, O. **Language: its nature, development and origin**. London: George Allen & Unwin, 1922 [1954<sup>10</sup>].

VIANA, G. Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise d'après le dialecte actuel de Lisbonne. **Romania**, v.12, p. 29-98, 1883.

VIARO, M. E. Linguística da comunicação e Linguística descritiva: os eixos sincrônico e diacrônico nos atuais modelos de Morfologia. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 41, p. 277-290, 2012.

VIARO, M. E. **Etimologia**. São Paulo: Contexto, 2011.

VIARO, M. E. Sobre a inclusão do elemento diacrônico na teoria morfológica: uma abordagem epistemológica. **Estudos de linguística galega**, Santiago de Compostela, v. 2, p. 173-190, 2010.

VIARO, M. E.; FERREIRA, M. J.; GUIMARÃES-FILHO, Z. O. Derivação ou terminação: limites para a semântica, lexicologia e morfologia históricas. In: VIARO, M. E. (Org.). **Morfologia Histórica**. São Paulo: Cortez, 2013, p. 58-105.



## TRADUÇÃO E LEXICOGRAFIA BILÍNGUE

Adriana ZAVAGLIA  
Universidade de São Paulo  
zavaglia@usp.br

Marion CELLI  
Universidade de São Paulo (Mestre)  
marion.celli@gmail.com

Gisele GALAFACCI  
Universidade de São Paulo (Mestranda)  
gifacci@gmail.com

**RESUMO:** O uso de *corpus* em lexicografia é restrito no par de línguas português-francês, ainda que suas vantagens sejam bem conhecidas. Além disso, dicionários desse par de línguas fazem, em geral, pouca ou nenhuma referência às metodologias adotadas para a constituição de sua macro e microestrutura e seguem a lexicografia bilíngue tradicional. Observa-se que neles as acepções são ordenadas intuitivamente e que correspondências diretas, sem contextualização ou definição, são oferecidas aos seus usuários. Para melhorar a descrição do léxico nessas obras, *corpora* paralelos têm se mostrado apropriados, principalmente para observar e analisar a frequência, o uso e a polissemia em contexto bilíngue. Com o intuito de trazer uma contribuição para a área, o presente texto, partindo de comentários sobre as lacunas e circularidades de dicionários bilíngues português-francês, apresenta uma reflexão, por pesquisas já realizadas ou em andamento referentes a palavras gramaticais, sobre a relação entre a tradução e a lexicografia bilíngue.

**Palavras-chave:** Lexicografia bilíngue; Tradução; *Corpus* paralelo; Palavra gramatical; Francês.

### PROBLEMÁTICA INTRODUTÓRIA

O uso de *corpus* em lexicografia é restrito no país, com algumas exceções, como os dicionários monolíngues organizados por Borba (1990, 2002, 2004). No entanto, dicionários bilíngues ou multilíngues ainda não são, em geral, elaborados com base em ou dirigidos por *corpora*, em especial aqueles nos quais está presente a língua francesa, objeto de nosso interesse neste trabalho. No mercado e na Internet, obras lexicográficas português-francês fazem referências insuficientes às metodologias adotadas para a constituição de sua nomenclatura ou para a elaboração de sua macroestrutura

e de sua microestrutura, o que impossibilita ao usuário conhecer as diretrizes, teóricas ou procedimentais, que as fundamentaram. Além disso, esses dicionários apresentam circularidades e lacunas significativas que poderiam ser resolvidas – senão totalmente, pelo menos em parte – a partir de uma abordagem diferencial, que levasse em conta não somente as vantagens dos *corpora*, comparáveis (originais nas línguas pretendidas) ou paralelos (originais e traduções nas línguas pretendidas), já bem conhecidas em lexicografia, em especial em relação à frequência, ao uso e ao tratamento da polissemia do léxico, mas também das novas tecnologias disponíveis.

Na falta de uma obra brasileira bem elaborada, os dicionários portugueses – mais bem organizados e estruturados, mais completos e ajustados – são preferencialmente utilizados pelos brasileiros. Assim, analisemos um exemplo razoavelmente bem sucedido de dicionário bilíngue (francês-português europeu)<sup>1,2</sup> on-line, o *Infopédia*, da Porto Editora (2003-2014). Escolhemos para as observações iniciais, de fundo descritivo, o verbete da entrada “table”. Aleatória, a escolha se deu por dois motivos: de um lado, a produtividade da lexia em francês e, de outro, as dificuldades de tradução consequentes dessa fecundidade.

O primeiro aspecto que chama a atenção do leitor no verbete em questão é o fato de haver duas entradas para “table”, uma para a forma conjugada do verbo “tabler”, sem tradução ou definição, e outra para a forma nominal, seguida de transcrição fonética, o que já demonstra um cuidado em relação ao tratamento da homonímia na macroestrutura do dicionário e do registro da pronúncia. Em segundo lugar, a apresentação da entrada em contextos mínimos ou colocações seguidas de tradução também seduz o consulente. Além disso, a polissemia do substantivo é dividida em oito acepções numeradas. Cada uma delas apresenta uma ou duas traduções, acompanhadas de colocações, fraseologias, idiomatismos, todos traduzidos. Por fim, são elencadas sete expressões, antecedidas pelo símbolo “§”, também traduzidas. Vale notar ainda que as três primeiras acepções, por apresentarem uma mesma tradução em português, “mesa”, são diferenciadas por uma espécie de categorização entre parênteses que reforça a existência dessas diferenças e auxilia no seu entendimento – “(mobiliário) mesa”, “(refeição) mesa”, “(comida) mesa”. Outro ponto positivo são as suas três rubricas de uso (coloquial, quarta acepção), de sentido (figurado, segunda acepção) e de domínio (música, primeira acepção).

Contudo, mesmo numa montagem aparentemente bem feita como essa, observam-se detalhes que revelam alguns hiatos. Na primeira acepção, diferenciada pela categoria “mobiliário”, dentre as oito colocações listadas, como “table à rallonges” (mesa elástica) ou “table de nuit” (mesinha de cabeceira), é também registrado o sintagma “tennis de table” (tênis de mesa), elemento que não pertence a mobiliário. Por outro lado, “tabuleiro”, que poderia ser elencado nessa classe, é registrado como tradução de “table” na oitava acepção. Isso demonstra uma oscilação na divisão das acepções, orientada ora por um viés semântico, ora pelas traduções. A inserção das rubricas também não obedece a um padrão: “table de mixage” é marcado (música), mas “table à dessin” não o é; “faire longue table” vem sinalizada com sentido figurado, ao contrário de “rouler sous la table”. Ainda, expressões são registradas tanto ao fim do verbete, sem distinção de natureza (“faire table

rase” – expressão idiomática; “table de roulement” – lexia complexa) quanto no interior de uma dada acepção (“savoir sa table par coeur” – acepção 4), o que demonstra mais uma vez uma falta de uniformização. Por fim, a ausência de equivalente de uma expressão resulta apenas numa definição, sem proposta de equivalente: “tour de table – tomada de palavra sucessiva por parte dos participantes numa discussão”.

Outros problemas do verbete poderiam ainda ser sinalizados e comentados, porém este não é o objetivo do presente trabalho. Mas vale considerar rapidamente a entrada “mesa” no mesmo dicionário, na direção linguística contrária, por ser a primeira tradução apresentada para “table” e para, especificamente, verificar se há um diálogo coerente entre os dois verbetes, deixando de lado outros aspectos. Embora a primeira acepção de “mesa” ofereça a tradução “table”, as colocações apresentadas registram traduções variadas, dentre as quais algumas poderiam constar no verbete da entrada “table”, como “centro de mesa” – “surtout; milieu de table”; “conversa à mesa” – “propos de table”; “mesa de jogo” – “table de jeu”; “mesa do altar” – “table d'autel”; “mesa em que se encaixam outras” – “table gigogne”; “mesa em T” – “table en potence”; “mesa giratória” – “table tournante”, entre outros. Ainda se nota que aqui, na direção do português para o francês, a lexia complexa “tênis de mesa” é inserida na primeira acepção com a marca “DESPORTO”. Logo se vê, portanto, que o diálogo não é coerente.

Se as palavras ditas lexicais possuem uma descrição tão problemática, o que não dizer das palavras gramaticais? Sua descrição é ainda mais questionável, uma vez que, além da ausência, que se identifica em geral para qualquer tipo de palavra, de definição e de contextualização, os dicionários são indiferentes quanto a uma questão significativa relacionada a essas palavras, ou seja, a aspectos sintático-pragmáticos e de frequência. Em geral, também essas obras apresentam uma baixa variabilidade tradutória para as palavras gramaticais, sem qualquer reflexão sobre o uso dos correspondentes apresentados: seriam eles substituíveis em quaisquer contextos?

Vejamos uma palavra gramatical bastante produtiva no mesmo dicionário do português europeu, “si”. Desta vez, a lexia é tratada polissemicamente, com apenas uma entrada para a conjunção, o advérbio e o substantivo. No caso de “si” conjunção, apenas cinco locuções são apresentadas, uma delas com marca de domínio (matemática); como advérbio, há três, uma delas com marca de uso; e como substantivo, duas acepções, seguidas de uma expressão. Como essas palavras alicerçam logicamente os textos, é importante conhecer os seus contextos e contextos (o que quer dizer, com que tempo verbal se usa, em qual posicionamento no enunciado, entre outros). Porém, se o dicionário apresenta a expressão “si ce n'est” seguida de duas traduções, “exceto; a não ser”, como a simples tradução resolverá esses aspectos? O mesmo se observa no verbete de “se”: em sua organização geral, a entrada é registrada como conjunção, pronome impessoal e pronome indefinido, mas não como substantivo, embora também ocorra em português; como conjunção, percebe-se que uma mesma tradução para o francês aparece para duas locuções do português em separado (“se assim for – le cas échéant”, “se for caso disso – le cas échéant”), sem explicitação de diferenças (de uso, por exemplo); os exemplos da marca como pronome pessoal e indefinido são insuficientes para distinguir as categorias (seria o uso do infinitivo em “levantar-

se”? Obviamente que não). Se, por um lado, constata-se a ausência de detalhes funcionais, pragmáticos e sintáticos em grande parte dos dicionários bilíngues disponíveis atualmente, há, por outro, um excesso de categorizações. Será que a informação categorial seguida de sinônimos e de valores semânticos descontextualizados é suficiente para quem os consulta?

De forma geral, é importante sublinhar que não há informações nesse dicionário, e também em outros consultados do mesmo par de línguas (cf. AVOLIO; FAURY, 2002; BURTIN-VINHOLES, 2003; GÁLVEZ, 2008; FLORENZANO, s/d; MAROTE, 2004; RÓNAI, 1989; SIGNER, 1998; VALDEZ 2000), quanto aos critérios de seleção e de registro das unidades. Por que registrar uma categoria e não outra? Um uso e não outro? Um sentido e não outro? Ademais, não há indicação das fontes utilizadas: teriam sido textos autênticos e traduções, dicionários monolíngues e bilíngues? Por outro lado, os lexicógrafos também não assumem a responsabilidade pelas traduções. Assim, pode-se dizer que as obras da língua portuguesa em relação ao francês seguem a lexicografia bilíngue tradicional, revelando enumerações de acepções ordenadas intuitivamente, falta de diálogo entre as direções linguísticas e correspondências diretas, sem contextualização ou definição. As consequências dessa abordagem são evidentes, porém, a mais importante delas refere-se ao fato de o usuário – leigo ou especialista – não ter parâmetros à disposição para escolher uma ou outra opção oferecida pelo dicionário para resolver o seu problema de tradução ou de produção.

Desse modo, para contribuir com a resolução dos problemas citados, é desejável que o léxico seja descrito no contexto situacional em que é empregado, considerando, na primeira ou na segunda língua, variações de ordem pragmático-culturais, uma vez que o dicionário “é um instrumento cultural que remete tanto à língua como à cultura. O lexicógrafo descreve ambas – língua e cultura – como um todo panocrônico, embora se situe numa perspectiva sincrônica” (BIDERMAN, 1984, p. 28). Nessa direção, as palavras gramaticais tornam ainda mais complexo esse trabalho, uma vez que questões de sintaxe ocupam um lugar importante na variação, em produção e interpretação, dos sentidos.

## O LUGAR DA TRADUÇÃO

Tendo em vista a problemática dos dicionários bilíngues acima levantada, Zavaglia (2008), levando em conta o que Dubois e Dubois (1971) dizem a respeito dos dicionários monolíngues e inspirada em Jakobson (1995[1959]), Borba (2003) e em Schmitz (1998), propõe que se definam e contextualizem as entradas em dicionários bilíngues. Essa preocupação parte do fato de que

[...] os consulentes que fazem uso desses dicionários [bilíngues], sejam eles estudantes ou professores de línguas, tradutores ou simples curiosos, muitas vezes passam do dicionário bilíngue para o dicionário monolíngue por não compreenderem em que contextos podem utilizar determinada palavra. (ZAVAGLIA, 2000, p. 844)

É nessa linha, portanto, da abordagem diferencial da lexicografia bilíngue (ZAVAGLIA 2004a, 2004b, 2004c, 2006), que consideramos que um dicionário – seja ele monolíngue ou bilíngue – “nunca deverá ser tomado apenas como um simples repositório ou acervo de palavras, ao contrário, deve ser um guia de uso” (BORBA, 2003, p. 16). Assim, é importante,

[...] partindo sempre de contextos reais, fazendo o possível por reproduzi-los (ou reconstituí-los), tenta[r] captar a significação ou o sentido, isto é, a interpretação que cada item recebe dentro de sua ambiência. A significação implica dois fatores essenciais, sem os quais não se resolve: um foco de atenção e um contexto relevante. Reconhecer significância é, pois, descobrir a relação entre um foco e alguma parte de seu contexto. (BORBA, 2003, p. 139, grifos do autor)

Para “partir de contextos reais”, como diz o autor, ou de “contextos autenticamente bilíngues” (ZAVAGLIA, 2008, p.252), com os quais trabalhamos, a pesquisa com *corpora* paralelos pode ser uma alternativa plausível para a lexicografia bilíngue moderna, uma vez que,

é possível, e bastante enriquecedor, utilizar originais e traduções com o auxílio de ferramentas da linguística de *corpus* para construir dicionários bilíngues em geral, uma vez que a polissemia dos vocábulos estudados é contextualizada e contextualizada pelos usos efetivos das unidades em contato na tradução, o que contorna e resolve, ainda que de forma experimental, a problemática referente às lacunas encontradas nos dicionários consultados. (ZAVAGLIA, 2006, p. 20)

Essas questões são o cerne do projeto DIRE,<sup>3</sup> que tem como objetivo a elaboração de um dicionário dirigido por *corpora* paralelos – CorPPoFFranco<sup>4</sup> de palavras conhecidas tradicionalmente como gramaticais. Nesse projeto, o dicionário é pensado como um instrumento que propõe uma nova abordagem de construção do saber linguístico, que deixa de ser orientado exclusivamente pelas intuições e experiências do lexicógrafo e passa a ser construído pela prática tradutológica. Esse percurso, como diz Zavaglia (2010, p.261), pretende estimular os consulentes a instaurarem uma alteridade referencial entre as duas línguas de maneira prática, já que os enunciados em português e em francês são dados paralelamente, e, diante das traduções autenticamente bilíngues das lexias, a conhecerem seus reais usos interlinguísticos, em outras palavras, os “paralelismos” (cf. conceito de paralelismo em ZAVAGLIA; GALAFACCI, 2014).

Citamos aqui duas pesquisas de mestrado ligadas a esse projeto, a de Celli (2012), já concluída, e a de Galafacci, em andamento, das quais serão retirados exemplos.

Com o título *Um estudo de marcas adversativas do português à luz de uma abordagem lexicográfica bilíngue diferencial (português-francês e português-inglês): o caso de mas, porém, contudo, todavia e entretanto*, a dissertação de Celli (2012), a partir da observação e da análise de

*corporap* paralelos, apresentou um estudo das conjunções referidas no título do trabalho e suas traduções para o francês e o inglês. O trabalho teve como material principal um *corpus* paralelo constituído de cinco obras da literatura brasileira e suas respectivas traduções para o francês e o inglês. Outro material essencial para a realização da pesquisa foi o programa computacional *WordSmith Tools*, disponibilizado pela Área de Estudos Linguísticos, Literários e Tradutológicos em Francês (DLM/FFLCH/USP). A partir da união das fundamentações da Linguística de *Corpus*, da Linguística Enunciativa de Antoine Culioli, da Lexicografia e dos estudos tradutológicos, o resultado final desse trabalho consistiu na elaboração de 10 verbetes bilíngues diferenciais – 5 português-francês e 5 português-inglês – de cada unidade estudada.

Gisele Galafacci desenvolve desde 2011 um estudo da lexia BEM (português brasileiro-francês) que visa ao levantamento de sua descrição nos dicionários e gramáticas do português do Brasil para posterior análise a partir do confronto dos usos dessa lexia em contexto autêntico, considerando os resultados obtidos pelo levantamento das suas ocorrências em *corpus*. Além disso, os equivalentes da lexia *bem* no *corpus* paralelo, constituído de obras originais em português e suas respectivas traduções para o francês, foi confrontado com aqueles oferecidos pelos dicionários bilíngues português brasileiro-francês, disponíveis para estudantes de ou especialistas em língua francesa – alunos, professores e tradutores. Trata-se de um estudo que visa a identificar as lacunas presentes nos verbetes de BEM de obras lexicográficas que constituem material de referência para estudantes e demais estudiosos ou profissionais da língua francesa para, em seguida, propor verbetes que possam contribuir para preenchê-las. Assim como no trabalho de Celli (2012), as obras que compõem o *corpus* de estudo dessa pesquisa em andamento constam do CorPPoFFranco.

Esses trabalhos baseiam-se numa visão empirista da linguagem, sem categorizações dadas *a priori*, ou seja, como disse Sinclair (2004), “[we] trust the text”. Nessa perspectiva, a análise quantitativa precede a qualitativa e uma não tem sentido sem a outra. O estudo de uma lexia parte, portanto, do levantamento das ocorrências dessa lexia no *corpus* em português para a identificação de seus possíveis usos em contexto autêntico. Após esse levantamento, é feito o alinhamento, que revela as possibilidades de equivalências, considerando, por exemplo, colocados e posicionamento no enunciado. Para o levantamento das ocorrências da lexia em português, utilizamos o programa *WordSmith Tools* (proprietário) e o programa *AntConc* (livre), que possuem praticamente as mesmas funcionalidades.

Uma das principais ferramentas utilizadas para o levantamento das ocorrências em português é a *Concord* (ou *Concordance* no *AntConc*), que permite visualizá-las no *corpus* em contexto, com seus cotextos. O contexto pode limitar-se a algumas palavras antes ou depois da ocorrência da lexia em análise ou constituir um parágrafo inteiro. Além disso, a ferramenta *Word Cluster* permite a visualização de colocações e de colocados, cuja lista pode ser organizada por ordem de frequência ou alfabética. A partir da ferramenta *WordList*, o pesquisador obtém diferentes listas de frequência sobre o *corpus* escolhido – uma em ordem decrescente e outra com todas as ocorrências encontradas em ordem alfabética, além de uma terceira, ilustrada a seguir, com diversas informações estatísticas:

	N	Overall	1	2	3	4	5
text file		Overall	benjamin_port.txt	dulve_port.txt	paixao_gh_port.txt	republica_port.txt	sagarana_port.txt
file size		3,144,383	213,193	349,566	242,243	1,729,169	610,212
tokens (running words) in text		528,279	37,224	58,892	44,373	282,651	105,139
tokens used for word list		527,955	37,151	58,795	44,373	282,527	105,109
sum of entries							
types (distinct words)		39,632	7,882	8,974	5,592	25,107	14,580
type/token ratio (TTR)		7.51	21.22	15.26	12.60	8.89	13.87
standardised TTR		50.66	51.06	52.44	38.86	52.59	49.30
standardised TTR std.dev.		49.26	46.68	45.21	58.00	46.71	49.22
standardised TTR basis		1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
mean word length (in characters)		4.62	4.57	4.62	4.28	4.80	4.33
word length std.dev.		2.70	2.69	2.48	2.63	2.84	2.44

**Quadro 1:** Lista do WordSmithTools com informações estatísticas

Dentre as informações estatísticas levantadas pelo programa, destacamos, na imagem acima, as referentes ao número total de palavras do *corpus* – tokens (ou ocorrências) – e ao número total de palavras diferentes – types (ou vocábulos). Tomando o *corpus* em português utilizado para a geração do quadro anterior como exemplo, que será detalhado posteriormente, há, no total, 528.279 ocorrências e 39.632 vocábulos. A primeira coluna traz os dados do *corpus* total, seguida das demais colunas, as quais contêm, cada uma, informações sobre as obras em específico, separadas em arquivos distintos. Tal divisão é importante para que o linguista tenha, paralelamente aos resultados gerais, indicações individuais de cada arquivo utilizado.

A partir dessas listas, é possível analisar linguisticamente as lexias de estudo – ainda somente em português –, ou seja, observar as suas ocorrências, com as variações de sentido possíveis, para tentar compreender o seu funcionamento regular. A preocupação com a articulação entre variante e invariante ou particular e universal é foco de muitos estudiosos das ciências da linguagem, dentre os quais Culioli (1990), que fundamenta os estudos em pauta. Para o linguista francês, a (in)variância linguística é uma propriedade intrínseca à atividade de linguagem. Estabilidade e deformabilidade, rigidez e dinamicidade são características inerentes à enunciação, uma vez que um jogo de operações nela superpõem-se. É nesse contexto que Culioli propõe uma teoria dos observáveis, a *Teoria das Operações Enunciativas* (T.O.E.), buscando, por uma representação formal, relacionar a variação referencial das marcas com suas propriedades distribucionais nos enunciados, de forma que se encontrem nessa relação regularidades. Tal representação formal é chamada de *forma esquemática*. Para chegar a essa forma, a pesquisa pela linguística de *corpus* é de grande ajuda.

A ferramenta *Concord* do WordSmith Tools oferece listas de *concordância* contendo um nó de palavra de busca centralizada na página com seus exemplos contextualizados, ou seja, com seus respectivos contexto e cotexto – palavras que aparecem ao redor da unidade, tanto à direita quanto à esquerda, o que permite uma análise linguística mais detalhada. A imagem abaixo refere-se à tela da concordância da marca *mas*, por exemplo, pela qual podemos perceber a partícula centralizada, em azul, como nó, e a sequência *é que* nas posições R1, R2 (primeira e segunda posição à direita da palavra de busca), recurso que facilita a visualização e a análise das ocorrências:

The screenshot shows the Concord software interface with a concordance search for 'mas é que'. The search results are displayed in a table with 11 rows. The first row is the search term 'mas é que' highlighted in blue. The following rows show the context of the search term in various sentences, with the search term highlighted in blue. The search term is 'mas é que' and the context is the sentence it appears in.

N	Concordance
1	te amo. Sei que te disse isso antes, e que também era verdade quando te disse, <b>mas é que</b> só agora estou realmente dizendo. Estou precisando dizer antes que
2	ta. A menos que eu desviasse os olhos. E eu ainda poderia desviar os olhos. - <b>Mas é que</b> o inferno já me tomara, meu amor, o inferno da curiosidade malsã. Eu
3	vivo, então, dentro de minha espécie, estarei sendo especificamente humana. - <b>Mas é que</b> tornar-se humano pode se transformar em ideal, e sufocar-se de
4	ivesse precisado tanto de mim para formar minha vida, eu já teria tido a vida! <b>Mas é que</b> isso, no plano humano, seria a destruição: viver a vida em vez de vive
5	ido pela própria vida-morte, e sem que uma palavra cristã tivesse um sentido... <b>Mas é que</b> há tantos filhos no ventre que parece uma prece. Naquele momento eu
6	ão haverá a ordem, era preciso não esquecê-los e defendê-los para me defender. <b>Mas é que</b> eu já não podia mais me amarrar. A primeira ligação já se tinha invol
7	sentiria agora solta no tamanho enorme que descobri. No tamanho da verdade? <b>Mas é que</b> a verdade nunca me fez sentido. A verdade não me faz sentido! É por
8	renasce fácil como capim, e a essa perna protetora chamar de uma verdade. <b>Mas é que</b> também não sei que forma dar ao que me aconteceu. E sem dar uma
9	ada olho reproduzia a barata inteira. - Perdoa eu te dar isto, mão que seguro, <b>mas é que</b> não quero isto para mim! toma essa barata, não quero o que vi. Ali es
10	mulher luta desesperadamente pela vida". Nada me fazia supor ao que eu ia. <b>Mas é que</b> nunca fui capaz de perceber as coisas se encaminhando; todas as
11	, eu autorizo, carta branca. No balcão do aeroporto, na hora, qualquer coisa. <b>Mas é que</b> , tentei dizer. - Inclusive me resolve um problema no jornal. Que é j

**Quadro 2:** Concordância de MAS pelo WordSmith Tools

A alta co-ocorrência de *mas é que*, acima em destaque, pode ser explicada pelo fato de *mas + é + que* formarem um *agrupamento (cluster)*, ou seja, um grupo de palavras sequenciais que ocorrem junto ao nódulo (*mas*) com significativa frequência no *corpus*. Para a lexicografia bilíngue diferencial, tal informação é importante para a elaboração de verbetes bilíngues, já que permitiria especificações de uso desse tipo de construção. Outro aspecto é a observação dos *colocados* de uma dada unidade. O *colocado*, diferentemente do *agrupamento*, é “qualquer elemento que co-ocorra de forma significativa com uma palavra de busca” (TAGNIN, 2010, p. 358). Os colocados de *carta*, por exemplo, poderiam incluir os vocábulos *correio*, *selo*, *envelope* etc. No caso de *mas*, no contexto da pesquisa mencionada e nas condições de busca de cinco palavras à esquerda e cinco à direita (5L, 5R), as dez lexias mais frequentes que co-ocorreram no entorno de *mas* foram: *que* (570), *não* (560), *o* (543), *a* (486), *de* (460), *é* (253), *se* (246), *eu* (229) e *e* (180), todas gramaticais. Além disso, de acordo com o *corpus* analisado, *mas* aparece com 64,56% de frequência iniciando enunciados, como em “No tamanho da verdade? Mas é que a verdade nunca me fez sentido”.<sup>5</sup> Tal dado é oposto ao que tradicionalmente trazem as gramáticas, cuja maioria descreve o papel de *mas* apenas como conector de orações em meio de enunciado, como em “De início eu fora rejeitada pela visão de uma nudez tão forte como a de uma miragem; pois não fora a miragem de um oásis que eu tivera, *mas* a miragem de um deserto”. Além das observações referentes ao posicionamento, nota-se ainda que, para as unidades gramaticais estudadas em Celli (2012), a frequência das palavras gramaticais parece ser um indicativo de registro de formalidade linguística, ou seja, quanto mais frequente, menos formal, e vice-versa. *Mas*, assim, é frequente tanto em circunstâncias formais quanto em informais, sem restrição pragmática.

Feitas as pesquisas no *corpus* em português, passa-se ao *corpus* bilíngue. Nesse caso, nenhum alinhador disponível, como o ParaConc, funcionou muito bem para o par de línguas português-francês. Por isso, fazemos uso basicamente do programa Word e sua ferramenta *Realce de Leitura*. Do ponto de vista do método, ainda utilizamos os procedimentos e critérios da lexicografia bilíngue diferencial (ZAVAGLIA, 2006).



O *corpus* paralelo português/francês utilizado foi o seguinte:

<b>Título</b>	<b>Sagarana</b>	<b>Sagarana</b>
<b>Nome do autor</b>	Guimarães Rosa	Guimarães Rosa
<b>Nome do tradutor</b>		Jacques Thiériot
<b>Fonte</b>	Rosa, Guimarães. [1946] <i>Sagarana</i> . 10. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.	Rosa, Guimarães. <i>Sagarana</i> . Trad. Jacques Thiériot. Paris: Albin Michel, 1997.
<b>Língua</b>	Português do Brasil	Francês da França
<b>Compilado por</b>	Adriana Zavaglia; Carolina Fernandes Madruga	Adriana Zavaglia; Carolina Fernandes Madruga
<b>Título</b>	<b><i>A paixão segundo G.H.</i></b>	<b><i>La passion selon G.H.</i></b>
<b>Nome do autor</b>	Clarice Lispector	Clarice Lispector
<b>Nome do tradutor</b>		Claude Farny
<b>Fonte</b>	Lispector, Clarice. [1964] <i>A paixão segundo G.H.</i> Rio de Janeiro: Rocco, 1998.	Lispector, Clarice. <i>La passion selon G.H.</i> Trad. Claude Farny. Paris: Des Femmes, 1978.
<b>Língua</b>	Português do Brasil	Francês da França
<b>Compilado por</b>	Marion Celli	Marion Celli
<b>Título</b>	<b><i>A República dos Sonhos</i></b>	<b><i>La République des rêves</i></b>
<b>Nome do autor</b>	Nélida Piñon	Nélida Piñon
<b>Nome do tradutor</b>		Violante Canto & Yves Coleman
<b>Fonte</b>	Piñon, Nélida. <i>A República dos Sonhos</i> . 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1984.	Piñon, Nélida. <i>La République des rêves</i> . Trad. Violante Canto & Yves Coleman. Paris: Des Femmes/Antoinette Fouque, 1990.
<b>Língua</b>	Português do Brasil	Francês da França
<b>Compilado por</b>	Marion Celli	Marion Celli
<b>Título</b>	<b><i>Onde andaré Dulce Veiga?</i></b>	<b><i>Qu'est devenue Dulce Veiga?</i></b>
<b>Nome do autor</b>	Caio Fernando Abreu	Caio Fernando Abreu
<b>Nome do tradutor</b>		Claire Cayron
<b>Fonte</b>	Abreu, Caio Fernando. <i>Onde andaré Dulce Veiga?</i> : um romance B. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.	Abreu, Caio Fernando. <i>Qu'est devenue Dulce Veiga?</i> Trad. Claire Cayron. Paris: Éditions Autrement Littératures, 1994.
<b>Língua</b>	Português do Brasil	Francês da França
<b>Compilado por</b>	Marion Celli	Marion Celli
<b>Título</b>	<b><i>Benjamin</i></b>	<b><i>Court-circuit</i></b>
<b>Nome do autor</b>	Chico Buarque	Chico Buarque
<b>Nome do tradutor</b>		Henri Raillard
<b>Fonte</b>	Buarque, Chico. <i>Benjamin</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1995.	Buarque, Chico. <i>Court-circuit</i> . Trad. Henri Raillard. Paris: Éditions Gallimard, 1997.
<b>Língua</b>	Português do Brasil	Francês da França
<b>Compilado por</b>	Marion Celli	Marion Celli

**Tabela 1:** Descrição do *corpus* paralelo de estudo

As obras do CorPPoFFranco selecionadas para este trabalho foram publicadas, sobretudo, na segunda metade do século XX. A seleção de cinco textos produzidos por diferentes autores da literatura brasileira está relacionada ao requisito da representatividade, a qual é caracterizada pelo número de textos, o número de palavras e o número de gêneros, registros ou tipos textuais que compõem o *corpus*, conforme dimensões consideradas por Berber Sardinha (2004, p.25-27). Apesar de os textos pertencerem ao mesmo gênero, o literário, essa seleção abrange diferentes registros de linguagem se considerarmos a variedade de estilo dos autores escolhidos, bem como a diversidade dos personagens por eles criados, representativos também dos diferentes registros de linguagem. Segue abaixo um pequeno extrato do *corpus* alinhado, em que se privilegiam equivalentes variados da lexia “bem”, conforme o cotexto e o contexto:

OBRA	ABREU, Caio Fernando. <b>Onde andaré Dulce Veiga? Um romance B.</b> São Paulo: Companhia das Letras, 1990.	ABREU, Caio Fernando. <b>Qu'est devenue Dulce Veiga?</b> Trad. Claire Cayron. Paris : Éditions Autrement Littératures, 1994.
1	Mas de repente o real tinha-se tornado <b>bemmenos</b> retórico.	Mais soudain la réalité était devenue <b>[Ø]moins</b> rhétorique.
2	Quando terminei de anotar os intermináveis sabe aonde tem um posto meio escroto e aí você vai ver um out-door de cueca dum cara muito sexy e <b>bem</b> ao lado de um prédio horroroso de pastilhas verdes, apaguei o cigarro no cinzeiro de bronze, muito artístico, de Teresinha O'Connor.	Quand j'achevai de noter les interminables tu sais là où y a un poste à essence à moitié déglingué et après tu verras un outdoor en caleçon un type très sexy et <b>juste</b> à côté un immeuble horrible couvert de céramique verte, j'éteignis ma cigarette dans le cendrier de bronze, très artistique, de Teresinha O'Connor.
3	– <b>Tudo bem</b> – disse. – Esquece, dessa vez passa.	– <b>C'est bon</b> , dit-elle. On oublie, pour cette fois ça passe.
4	Se o amor só nos causa sofrimento e dor, é melhor, <b>bem melhor</b> a ilusão do amor.	S'il ne nous vaut, l'amour, que souffrance et douleur, mieux vaut, <b>ouimieux vaut</b> l'illusion d'amour.
5	Mas abriu a mão no ar, na ponta do meu nariz, estalando os lábios: Puf! Foi assim, sumiu, <b>bem assim</b> . Eu era quase um bebê. Foi há vinte anos.	Mais elle ouvrit la main en l'air, sous mon nez, et fit claquer ses lèvres : – Pfuit ! C'est comme ça, elle a disparu, <b>[Ø] comme ça</b> . J'étais encore un bébé. Il y a vingt ans.

6	Olhava <b>bem dentro</b> dos meus olhos, como se tentasse me hipnotizar.	Il me regardait [Ø] <b>au fond</b> des yeux, comme pour tenter de m'hypnotiser.
7	<b>Não sei bem</b> como, mas consegui entrar em casa sem cruzar com nenhuma das velhinhas, dos michês argentinos, Jandira e Jacyr – ou Jacyra.	<b>Je ne sais pas trop</b> comment, mais je parvins à rentrer chez moi sans croiser ni les petites vieilles ni les gigolos argentins, ni Jandira et Jacyr, ou Jacyra.
8	<b>Fico bembouca</b> quando baixa, depois passa [...]	<b>Je deviens complètement dingue</b> quand ça arrive et puis ça passe.
9	O pai, filho único, mandou-a primeiro para a avó paterna, no Rio de Janeiro, uma senhora portuguesa <b>bem de vida</b> , viúva num apartamento em Copacabana.	Son père, fils unique, l'envoya d'abord à Rio de Janeiro, chez sa grand mère paternelle, une dame portugaise <b>aisée</b> , veuve et vivant dans un appartement à Copacabana.
10	– Beba, vai te fazer <b>bem</b> .	– Bois, ça te fera <b>du bien</b> .

Quadro 3: Extrato do alinhamento pelo Word

O quadro acima ilustra o levantamento de ocorrências da lexia *bem* em uma das obras do *corpus* paralelo de estudo. Nela, há 106 ocorrências da lexia, que aparece de forma recorrente como intensificadora de um adjetivo ou advérbio. Porém, os equivalentes demonstram que traduzi-la implica uma reflexão que vai muito além da correspondência direta ou da mais imediata, como a de *bem* – *bien*. Em (1), por exemplo, a omissão de *bien* pode indicar, do ponto de vista cultural, uma diferença significativa: o que vem a ser “retórica” para os brasileiros e para o autor em particular e o que vem a ser “rhétorique” para os francófonos e para a tradutora? Talvez seja redundante, em francês, intensificar “moins” quando este advérbio modifica esse substantivo, que representa toda uma história e uma tradição, inclusive escolar e institucional, referente ao discurso. A mesma explicação pela redundância observa-se na omissão identificada em (6), dado que “au fond” já é, de partida, “bem dentro”. Além disso, um equivalente como o proposto em (10), *bien* precedido do artigo partitivo “du”, demonstra que, naquele enunciado, *bem*, embora pareça intensificar o verbo com função de advérbio, é na verdade um substantivo precedido do artigo zero. O alinhamento ainda pode auxiliar na detecção das singularidades dos paralelismos, relativas, por exemplo, à morfologia (*bem* invariável, como em “bem artísticas” – “bien culturelles”, ou *bem* variável, como em “bens artísticos” – “biens culturels”), à polissemia ou à homonímia (*bem* inanimado, como em “bens da empresa” – “biens de la société”, e *bem* animado, como em “meu bem” – “mon chou”), entre outros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a problemática apontada, nota-se que a consciência do caráter transcategorial das palavras (CULIOLI, 1990) por parte do lexicógrafo pode contribuir para o enriquecimento da descrição do léxico em lexicografia bilíngue, já que, como visto anteriormente, uma dada categoria em uma língua – uma conjunção adversativa ou um advérbio, por exemplo – não terá como equivalente em outra língua necessariamente essa mesma categoria. Tais constatações, facultadas pelo contexto autenticamente bilíngue, ou seja, informadas pela tradução, evidenciam as vicissitudes do assunto. Em alguns casos, inclusive, uma omissão será linguística e culturalmente possível. Além disso, os paralelismos oferecem não somente uma variação tradutológica considerável para as palavras gramaticais como também apresentam particularidades semânticas, sintáticas e pragmáticas das relações. Assim, a tradução, como paráfrase espaço-temporal de um texto em outra língua, disponibiliza para o lexicógrafo relações não fabricadas ou aleatórias que podem figurar nos verbetes e orientar a organização da micro e da macroestrutura do dicionário, contribuindo para a resolução de problemas. Com o auxílio das ferramentas computacionais apontadas, é factível elaborar uma subdivisão mais criteriosa das acepções, uma ordenação de acepções pela frequência e também, entre outros, deslindar os caminhos que levam ao tratamento de uma entrada pela polissemia ou pela homonímia. Por essas relações autênticas – e talvez somente por elas –, é possível detectar dimensões que merecem um lugar na descrição bilíngue do léxico e na reflexão sobre a relação entre tradução e lexicografia bilíngue.

## NOTAS

- (1) Os verbetes completos encontram-se em anexo.
- (2) A grafia europeia foi mantida.
- (3) Projeto coordenado por Adriana Zavaglia (DLM FFLCH USP, 2008) e do qual participam Marion Celli e Gisele Galafacci.
- (4) CorPPoFFranco – Corpora Paralelos do Português para o Francês da Francofonia vinculado ao projeto DIRE, elaborado com a adequação necessária ao estudo, pois “assume-se que o corpus com o qual se esteja lidando e as perguntas feitas sejam adequados aos propósitos da investigação. Sem isso, a pesquisa perde o sentido” (BEBER SARDINHA, 2004, p.29).
- (5) Todos os exemplos dados foram extraídos do *corpus*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVOLIO, J. C.; FAURY, M. L. **Michaelis minidicionário francês-português, português-francês**. São Paulo: Melhoramentos, 2002.

BERBER SARDINHA, T. **Linguística de Corpus**. São Paulo: Manole, 2004.

BIDERMAN, M. T. C. O dicionário padrão da língua. **Alfa**, São Paulo, v. 28 (supl.), p.27-43, 1984.

BORBA, F. S. **Dicionário UNESP do português contemporâneo**. São Paulo: EDUNESP, 2004.

BORBA, F. S. **Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia**. São Paulo: EDUNESP, 2003.

BORBA, F. S. **Dicionário de usos do português do Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.

BORBA, F. S.; NEVES, M. H. M.; FIORIN, J. L.; IGNACIO, S. E.; LONGO, B. O. **Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo**. São Paulo: EDUNESP, 1990.

BURTIN-VINHOLES, S. **Dicionário francês-português, português-francês**. 40. ed. São Paulo: Globo, 2003.

CELLI, M. **Um estudo de marcas adversativas do português à luz de uma abordagem lexicográfica bilíngue diferencial (português francês e português inglês): o caso de mas, porém, contudo, todavia e entretanto**. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos, Literários e Tradutológicos em Francês) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation: opérations et représentations**. Paris: Ophrys, 1990. v.1.

DUBOIS, C.; DUBOIS, J. **Introduction à la lexicographie: le dictionnaire**. Paris: Larousse, 1971.

FLORENZANO, E. **Dicionário Ediouro francês-português, português-francês**. 19. ed. (s/d).

GÁLVEZ, J. A. (coord.) **Dicionário Larousse francês-português, português-francês: mini**. 2. ed. São Paulo: Larousse, 2008.

INFOPÉDIA. Dicionários Porto Editora. Porto: Porto Editora, 2003-2014. Disponível em: <URL: [http://www.infopedia.pt/portugues frances/se](http://www.infopedia.pt/portugues/frances/se)>. Acesso em: 16 maio 2014.

JAKOBSON, R. Aspectos linguísticos da tradução. In: JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. Trad. de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1995 [1959]. p. 63-72.

MAROTE, J. T. O. **Minidicionário francês-português, português-francês**. São Paulo: Ática, 2004.

RÓNAI, P. **Dicionário francês-português, português-francês**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

SCHMITZ, J. R. A problemática dos dicionários bilíngues. In: OLIVEIRA, A.; ISQUERDO, A. N. (eds). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1998. p.59-168.

SCOTT, M. **WordSmith Tools** version 5. Liverpool: Lexical Analysis Software, 2008.

SIGNER, R. **Dicionário brasileiro francês-português, português-francês**. São Paulo: Oficina de Textos, 1998.

SINCLAIR, J. **Trust the text: language, corpus and discourse**. London/ New York: Routledge, 2004.

TAGNIN, S. E. O. Glossário de Linguística de *Corpus*. In: VIANA, V.; TAGNIN, S. E. O. (Orgs.). **Corpora no ensino de línguas estrangeiras**. São Paulo: Hub Editorial, 2010. p. 357-362.

VALDEZ, J. F. **Dicionário francês-português, português-francês**. Belo Horizonte: Garnier, 2000.

ZAVAGLIA, A.; GALAFACCI, G. *Corpus*, parallélisme et lexicographie bilingue. In: XVI EURALEX INTERNATIONAL CONGRESS, 16, 2014, Bolzano. **Proceedings...** Bolzano: EURAC, 2014. p. 587-598

ZAVAGLIA, A.; CELLI, M. Aplicação do conceito de transcategorialidade ao ensino de francês como língua estrangeira: o caso da marca MAS. In: VIANA, V.; TAGNIN, S.E.O. (Orgs.). **Corpora no ensino de línguas estrangeiras**. São Paulo: Hub Editorial, 2010. p. 235-267.

ZAVAGLIA, A. Apresentação das bases do dicionário relacional (português-francês) – DIRE. In: OLIVEIRA, A.M.P.P.; ISQUERDO, A.N. (Orgs.) **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008.p. 233-253.

ZAVAGLIA, A. Lexicografia bilíngue e *corpora* paralelos: procedimentos e critérios experimentais. **Cadernos de Tradução**, São Paulo, v. 18, p.19-39, 2006.

ZAVAGLIA, A. Por uma lexicografia bilíngue diferencial. In: DURÃO, A. B. (Org.). **Linguística contrastiva: teoria e prática**. Londrina: Moriá, 2004a. p. 169-177.

ZAVAGLIA, A. Lexicografia bilíngue e tradução: por uma abordagem diferencial. III Congresso Ibero-Americano de Tradução e Interpretação – Novostempos, velhaarte: tradução, tecnologia, talento (III CIATI), 3, 2004, São Paulo. **Anais...**São Paulo, 2004b.p. 1-11.

ZAVAGLIA, A. Linguística de *corpus* e lexicografia bilíngue: o caso experimental de como e sua tradução para o francês. **Crop**, São Paulo, v. 10, p.211-224, 2004c.

ZAVAGLIA, A. A elaboração de um verbete modelo para a construção de um dicionário temático bilíngue de cores francês português. **Estudos Linguísticos**, Assis, v. 29, p.843-848, 2000.

## ANEXO

### table

table: forma de *tabler*

table [tabl]

nome feminino

1. (mobiliário) mesa;
  - table à dessin estirador;
  - table à écrire escrivaninha;
  - table à ouvrage mesa de trabalho; mesa de costura;
  - table à rallonges mesa elástica;
  - table de mixage (música) mesa de mistura;
  - table de nuit mesinha de cabeceira;
  - table d'opérations mesa de operações;
  - tennis de table ténis de mesa
2. (refeição) mesa;
  - à table! para a mesa!;
  - dresser la table pôr a mesa;
  - réserver une table au restaurant reservar uma mesa no restaurante;
  - s'asseoir à table sentar se à mesa;
  - se tenir bien à table ter boas maneiras à mesa;
  - table de six couverts mesa para seis pessoas;
  - faire longue table figurado estar muito tempo à mesa;
  - rouler sous la table ficar ébrio durante a refeição
3. (comida) mesa;
  - les plaisirs de la table os prazeres da boa mesa
4. tabela; índice;
  - table chronologique tabela cronológica;
  - table des matières índice;
  - savoir sa table par cœur coloquial saber a tabuada de cor
5. placa;
  - table de cuisson placa do fogão
6. tábua;
  - table à repasser tábua de passar a ferro;
  - les Tables de la Loi RELIGIÃO as Tábuas da Lei

7. (instrumentos de corda) tampo
8. tabuleiro;  
table de bridge tabuleiro de bridge
- § faire table rase  
fazer tábua rasa
- § jouer cartes sur table  
pôr as cartas na mesa, fazer jogo limpo
- § se mettre à table  
fazer confidências, confessar se
- § table d'écoute técnico  
posto de escuta telefónica
- § table de roulement  
superfície de rolamento
- § table ronde  
mesa redonda
- § tour de table  
tomada de palavra sucessiva por parte dos participantes numa discussão

TABLE. *Infopédia*. Porto: Porto Editora, 2003-2014. Disponível em: <URL: [http://www.infopedia.pt/frances\\_portugues/table](http://www.infopedia.pt/frances_portugues/table)>. Acesso em: 15 maio 2014.

### mesa

nome feminino

1. table;  
centro de mesa surtout; milieu de table;  
chefe de mesa maître d'hotel;  
conversa à mesa propos de table;  
levantar a mesa desservir; ôter le couvert;  
mesa de centro guéridonm.;  
mesa de costura table à ouvrage;  
mesa de jogo table de jeu;  
mesa de pé de galo guéridon;  
mesa do altar table d'autel;  
mesa elástica table à rallonges;  
mesa em que se encaixam outras table gigogne;  
mesa em T table en potence;  
mesa giratória table tournante;  
o jantar está na mesa! madame est servie!;  
para a mesa! à table!;  
pôr a mesa mettre le couvert; dresser la table;  
pôr a toalha na mesa mettre la nappe;  
pôr o jantar na mesa servir le dîner;  
pôr se à mesa se mettre à table;  
prazeres da mesa les plaisirs de la table;  
reunião de convivas à mesa tablée;  
sentar à mesa attabler;  
mesa das enxárcias NÁUTICA porte haubans;  
ténis de mesa DESPORTO tennis de table
2. bureaum.;



- eleger a mesa da assembleia élire le bureau de l'assemblée;  
 mesa de assembleia bureau d'assemblée;  
 mesa do júri bureau du jury
3. comitém.;
- § mesa de irmandade comité d'administration d'une confrérie
- § cama, mesa e roupa lavada  
 nourri, logé et blanchi
- § comer à mesa do orçamento  
 avoir l'assiette au beurre
- § fazer as honras da mesa  
 faire honneur aux plats
- § gostar de boa mesa  
 aimer la bonne chère
- § pôr as cartas na mesa  
 jouer cartes sur table

MESA. *Infopédia*. Porto: Porto Editora, 2003-2014. Disponível em: <URL: <http://www.infopedia.pt/portugues/frances/mesa>>. Acesso em: 15 maio 2014.

### si [si]

conjunção

se;

même si mesmo se; mesmo que;

si ce n'est senão; exceto d'AO; a não ser;

si et seulement si MATEMÁTICA se e só se;

s'il vous plaît se faz o favor;

si tant est que se é verdade que; se é de facto  
 advérbio

1. tão; tanto; de tal modo;

si bien que de modo que; de sorte que

2. por mais;

si peu que por pouco que;

si... que por mais que

3. sim;

que si decerto; pois não;

si fait antiquado sim; pois não; certamente

nome masculino

1. MÚSICA si

2. se; mas;

avec des si, on mettrait Paris dans une bouteille nos sonhos nada é  
 impossível

SI. *Infopédia*. Porto: Porto Editora, 2003-2014. Disponível em: <URL: <http://www.infopedia.pt/frances/portugues/si>>. Acesso em: 16 maio 2014.

**se**

conjunção

si; en cas que;

se acaso si par hasard;

se assim for le cas échéant;

se bem que quoique; bien que; quand même; encore que;

se for caso disso le cas échéant

pronome pessoal

1. se;

levantar se se lever

2. soi

pronome indefinido

on;

diz se on dit;

fala se francês on parle français

## A TERMINOLOGIA DA DOCTRINA ESPÍRITA

Celina Márcia de Souza ABBADE  
Universidade do Estado da Bahia  
celinabbade@gmail.com

**RESUMO:** À luz da Terminologia e dos recursos que se têm disponíveis para o estudo das palavras, buscar-se-á levantar e compreender as criações lexicais da doutrina espírita, a partir das cinco obras de Allan Kardec que iniciaram a codificação: *O livro dos Espíritos* (1857), *O livro dos Médiuns* (1859), *O Evangelho segundo o Espiritismo* (1863), *O céu e o inferno* (1865) e *A Gênese* (1868). Para se fazer entender, a doutrina espírita precisou criar palavras para explicar fenômenos que sempre existiram, mas que as lexias existentes não davam conta de suas significações. Assim, foram-se delineando os termos que a compõem. A proposta aqui é de trazer à tona as lexias criadas pelos espíritos que guiaram Kardec com o intuito de explicar fenômenos ou coisas já existentes e ainda não nomeadas como *espiritismo*, *reencarnação*, *perispírito*; ou até mesmo nomeadas, mas com outras significações, gerando ambiguidades de interpretação como *alma*, *médium*, *passe* etc. Seguindo os pressupostos teóricos da Terminologia, far-se-á a organização do vocabulário de termos espíritas, contribuindo assim para tornar cada vez mais científicas e claras as propostas dessa doutrina.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lexicologia; Terminologia; Espiritismo; Livro dos Espíritos.

## INTRODUÇÃO

Sabemos que a língua é uma marca da identidade de quem a utiliza e que a história e cultura de um povo podem ser retratadas a partir do seu léxico. As palavras nomeiam tudo que existe no mundo: os seres, as coisas, os sentimentos, as ações... Elas são capazes de retratar a trajetória sócio-histórico-cultural de um povo. Enquanto organismo vivo, a língua se transforma a todo instante e novas palavras vão sendo constantemente criadas, utilizadas com novos sentidos, esquecidas, tomadas de empréstimo de outras línguas. Assim, novas descobertas nos levam a novas palavras e, dessa forma, novas palavras são criadas ou novas significações são dadas às já existentes para dar conta de definir novos fenômenos, novas ideias que surgem e acontecem a cada dia.

Cada palavra tem o seu sentido próprio, a sua designação específica. E, ainda que existam palavras que possam substituir outras, não existe palavra igual a outra. Segundo Ullmann, “Muito poucas palavras são completamente

sinônimas no sentido de serem permutáveis em qualquer contexto, sem a mais leve alteração do significado objectivo, do tom sentimental ou do valor evocativo” (ULLMANN, 1987[1964], p. 294).

A Terminologia, enquanto ramificação dos estudos lexicais, surge da necessidade de nomear palavras que são próprias de uma especialidade, seja ela uma ciência, uma teoria, uma ideia. Seu objetivo é expressar conceitos e não significados. Uma vez que o conceito antecede a denominação, pois primeiro conceituamos e, em seguida, nomeamos esse conceito, o que faz de um signo linguístico um termo é o seu conteúdo específico, como parte de determinado campo. Assim, o conceito é o responsável por tornar uma palavra um termo.

O século XIX foi o marco do surgimento das ciências. A necessidade de tornar algo científico levou os estudiosos da época a buscarem métodos e objetos próprios para os seus estudos. Surgem diversas propostas teóricas em vários campos das ciências: o evolucionismo de Charles Darwin, as tabelas periódicas dos professores de química Dmitri Mendeleev e Meyer, o positivismo de Auguste Comte etc.

Foi nesse clima, em meio ao florescimento das ciências experimentais, que o Espiritismo surge já em contradição com o tradicionalismo religioso que era contrário às manifestações científicas fora de seu cânone. O iniciador dessa doutrina, Hippolyte Léon Denizard Rivail (1804-1869), foi um estudioso e pedagogo que em sua própria casa organizava curso gratuito de Química, Física, Anatomia e outras ciências que instigaram as mentes do século XIX e se tornaram terreno fértil ajudando nas revoluções científicas da nossa era.

Em uma época em que a razão era o dogma único e que, o que não conseguisse provar a sua cientificidade, não tinha valor, o professor Rivail, apresentando-se sob o pseudônimo de Allan Kardec, se utilizou do método experimental para iniciar o *Espiritismo*, primeiro termo criado para a doutrina, visando diferenciá-la do termo já conhecido *espiritualismo*. Assim como *Espiritismo*, Allan Kardec apresentou em suas obras diversas palavras novas à época para dar conta do que queria definir ou explicar, ou de fenômenos que sempre existiram, mas que as lexias existentes não davam conta de suas significações. Dessa forma, foram-se delineando os termos que compõem a doutrina, pois, como o próprio Kardec inicia a sua primeira obra: “Para as coisas novas necessitam-se de palavras novas, assim o quer a clareza da linguagem para evitar a confusão inseparável do sentido múltiplo dos mesmos vocábulos.” (KARDEC, 2009[1857], p.7)

Ao entrar em contato com as obras do Espiritismo, doutrina espiritualista que tem um cunho não apenas filosófico questionando o porquê da existência humana, como também científico na perspectiva experimentalista quando tenta comprovar os fenômenos de comunicações entre os vivos e os mortos, observou-se a possibilidade de levantamento de seus termos. A proposta é a de apresentar a possibilidade de organização da Terminologia do Espiritismo, a partir do levantamento e definição de termos apresentados nas cinco obras iniciadas por *Olivro dos Espíritos*(KARDEC, 2009[1857]). Os termos analisados demonstram o intuito de explicar fenômenos ou coisas já existentes e ainda não nomeados ou até mesmo nomeados, mas com outras significações, gerando ambiguidades de interpretação. Termos estes que deram ao

Espiritismo uma terminologia específica sobre a qual, até então, não se tem conhecimento de compilação em uma única obra.

Com o objetivo de elaborar um dicionário terminológico de termos Espíritas, busca-se neste trabalho apresentar os caminhos que pretendemos enveredar. Inicialmente, será levantado o léxico espírita, a partir de cinco obras de Allan Kardec, conhecidas como as obras da codificação espírita. A intenção é a de contribuir para o desenvolvimento da pesquisa em Terminologia no que concerne ao vocabulário espírita.

Os pressupostos teóricos na organização do vocabulário seguirão os seguintes passos: estudo e levantamento dos termos espíritas encontrados inicialmente em *Olivro dos Espíritos* (KARDEC, 2009[1857]); organização desses termos em ordem alfabética; definição das lexias a partir do *corpus* de base, complementando-o com consultas a dicionários da língua portuguesa e a obras específicas da doutrina; expansão da pesquisa levantando o vocabulário espírita das outras quatro obras da codificação: *O livro dos Médiuns* (1859), *O Evangelho segundo o Espiritismo* (1863), *O céu e o inferno* (1865) e *A Gênese* (1868); organização do dicionário de termos espíritas. Futuramente, pretende-se também organizar esse *corpus* em campos lexicais.

## A TERMINOLOGIA ESPÍRITA

Sabemos que o conteúdo linguístico é composto de *designação*, *significação* e *sentido*. Enquanto na *designação* ou *referência* o conteúdo é tomado em relação a uma realidade extralinguística, existe no falar em geral e corresponde à totalidade das manifestações de língua, a *significação* corresponde ao conteúdo linguístico designado em determinada língua, fazendo parte das tradições comunitárias e existindo na língua particular, correspondendo ao saber idiomático. Já o *sentido* significa aquele conteúdo no texto mediante a *designação* e *significação*, corresponde ao saber expressivo no discurso e não é o que o conteúdo diz, mas o que se quer dizer naquele momento. Esse *sentido* pode coincidir ou não com o *significado* e a *designação*, pois corresponde a um saber que vai além do saber linguístico, é um saber de coisas do mundo, daquela realidade em que o discurso está se processando.

Nos primórdios dos estudos terminológicos, havia o entendimento de que a palavra surgia para substituir a “coisa”, diferentemente da linguagem em geral em que a “coisa” faz surgir a palavra. Para se compreender uma palavra enquanto termo é necessário se fundamentar na dimensão conceitual do signo linguístico como conteúdo especializado. Coseriu deixa isso claro ao dizer que, “Para as ciências e as técnicas, as palavras são efetivamente o ‘substituto’ das coisas, isto é, desse ponto de vista, a ‘significação’ coincide com a designação, o que não ocorre na linguagem como tal.” (COSERIU, 1987, p.96). A significação e a designação funcionam como significante (signo material), com respeito ao seu sentido. Dessa forma, o conceito antecede a denominação: primeiro conceituamos, em seguida, nomeamos esse conceito, pois o que faz de um signo linguístico um termo, é o seu conteúdo específico, como parte de determinado campo. É o conceito o responsável por tornar uma palavra um

termo. Logo, a ênfase ao componente conceitual da terminologia fez com que os termos fossem compreendidos como unidades de conhecimento, excluindo-se a unidade linguística dos mesmos. Os termos seriam como rótulos contendo uma precisão conceitual que os levaria a particularidades de designação. Nessa perspectiva, a Terminologia, ciência que estuda o léxico temático ou especializado de uma língua, teria por função expressar conceitos e não significados. Isso nos demonstra que Coseriu (1987, p. 96), à época, entendeu a terminologia apenas como nomenclatura, considerando somente o léxico especializado.

Sem querer desconsiderar esse período da ciência em que os fundamentos teóricos e epistemológicos da Terminologia se fundamentaram em uma perspectiva idealizada e estruturada dos componentes lexicais temáticos de uma língua em que os termos eram restritos às áreas exatas e biológicas, com ênfase em uma perspectiva meramente conceitual, podemos hoje, com o surgimento de novas áreas, expandir essa concepção entendendo o termo em uma perspectiva comunicacional e cognitiva. Esse novo panorama vem se expandindo desde a década de noventa, principalmente com os trabalhos de Cabré, que propõe uma “Teoria comunicativa da Terminologia”:

Tanto o conhecimento especializado, quanto os textos especializados, como as unidades terminológicas podem ocorrer em diferentes níveis de especialização e serem descritas em diferentes níveis de representação. Só assim, a terminologia do desejo passa a ser a terminologia da realidade. (CABRÉ, 1999, p. 126)

Na atualidade, torna-se nítida a necessidade de se abranger os estudos terminológicos tomando-se como base a teoria linguístico-comunicativa, com o intuito de demonstrar a abrangência do processo comunicativo e de suas implicações em decorrência do funcionalismo linguístico.

Diante disso, a perspectiva que circunscreve conteúdos específicos para um termo não será o foco da pesquisa aqui proposta, pois a intenção maior será a de relacionar o léxico levantado ao léxico comum, buscando-se ultrapassar os limites das fronteiras que separam o léxico especializado do léxico do dia-a-dia.

Segundo Krieger (2001, p. 27), “As novas tecnologias, ao contrário das pioneiras nomenclaturas, instituem-se, na sua maioria, em consonância com o léxico comum”. Isso deixa claro que a exclusividade do termo, ainda que seja em terminologia, não representa a realidade, uma vez que esses termos ultrapassam as fronteiras das ciências e chegam ao cotidiano social.

E, mesmo sabendo que muitas unidades lexicais permanecem restritas ao âmbito das ciências, a delimitação da fronteira entre o léxico comum e o profissional é uma questão muito difícil e complexa de ser estabelecida, já que o conhecimento científico permeia o dia-a-dia da sociedade.

Interessante observar que o *corpus* de base desta pesquisa, a terminologia do Espiritismo, uma doutrina que, apesar de se dizer ciência, atinge com maior ênfase o campo das crenças e da filosofia, foi elaborado por um professor que teve o mesmo pensamento do fundador da Teoria Geral da Terminologia, Eugen Wüster, que entendia o termo como um instrumento de

trabalho cuja proposta era a de desfazer ambiguidades de compreensão. Uma visão que poderia ser ideal na língua, pois teríamos uma única palavra para cada coisa e essa palavra nunca passaria por mudanças de sentido. Porém, enquanto organismo vivo, a língua estará sempre passível de modificações, seja no seu sentido enquanto palavra, seja na sua compreensão enquanto discurso. O próprio termo *Espiritismo*, utilizado por Kardec para definir a doutrina por ele criada na busca de evitar ambiguidades de sentido como outras crenças espiritualistas já existentes, é tomado hoje no seu sentido amplo e não mais como Kardec propôs no século XIX. Ser adepto do *Espiritismo*, na atualidade, não significa exatamente seguir a codificação de Kardec, propósito da criação do termo. Existem diversas religiões espiritualistas que se intitulam espíritas mesmo sem serem kardecistas. Tudo o que seu fundador não queria, mas que a língua humana e “imperfeita” acaba por gerar: o termo se torna ambíguo.

Assim, a proposta desta pesquisa será a de levantar e definir os termos encontrados tomando como base a perspectiva linguística que, diferentemente da perspectiva clássica introduzida por Eugen Wüster que defende a univocidade entre o conceito e seu respectivo termo, baseia-se nos estudos terminológicos atuais que compreendem as relações de sentido da palavra também como uma realidade da linguagem técnico-científica, conforme já ocorre nos discursos não especializados. Esse fato poderá aproximar também a pesquisa aos estudos de criação de palavras, uma vez que alguns neologismos da língua fazem parte de termos de especialidades que posteriormente poderão fazer parte da língua comum, formando analogias e associações linguísticas.

Relacionando o *corpus* de base às teorias da Terminologia, pode-se perceber que, ao mesmo tempo em que, por exemplo, Emile Benveniste (1989) dizia que “Uma ciência somente começa a existir ou a ser divulgada à medida que impõe seus conceitos e divulga-os por meio de suas respectivas denominações”, Allan Kardec (1863), já havia atestado essa proposição ao declarar: “Para exprimir os fenômenos especiais dessa ciência, foram precisos termos especiais. O Espiritismo tem, de hoje em diante, sua nomenclatura, assim como a química tem a sua.”. Ao surgir uma nova ciência ou uma nova coisa, novas palavras também surgem para dar conta de suas definições.

Dessa forma, novos termos foram criados para explicar um novo dogma, dando origem a uma terminologia específica no Espiritismo.

## O CORPUS DE BASE

O estudo da terminologia espírita propõe o levantamento dos termos espíritas encontrados nas cinco obras que deram início à literatura do Espiritismo. Esses livros foram compilados e ordenados pelo pedagogo e cientista francês, Hippolyte Léon Denizard Rivail, ou, como se apresentava, Allan Kardec: *O livro dos espíritos* (1857), contendo a parte filosófica da doutrina; *Olivro dos médiuns* ou *Guia dos médiuns e dos evocadores* (1859), contendo a parte experimental e científica; *O Evangelho segundo o Espiritismo* (1863), contendo a explicação das máximas morais do Cristo,

sua concordância com o Espiritismo e sua aplicação às diversas posições da vida; *O céu e o inferno* ou *A justiça de Deus segundo o Espiritismo* (1865) e *A gênese. Os milagres e as predições segundo o Espiritismo* (1868). Além desses livros, Kardec publicou também a *Revista Espírita*, jornal de estudos psicológicos publicada mensalmente de janeiro de 1858 até 1869, período em que a mesma esteve sob a responsabilidade direta do codificador da doutrina espírita. A revista, apesar de conter diversos textos de Kardec, a princípio, não fará parte do *corpus* da pesquisa.

Nas cinco obras supracitadas que deixou para a posteridade, Allan Kardec estabeleceu os princípios básicos da doutrina espírita, em que, segundo o próprio autor, foi preciso se criar uma terminologia específica para coisas que ainda não haviam sido nomeadas, apesar de essas coisas já existirem desde o início dos tempos. Dessa forma, Kardec, ao codificar a doutrina espírita, deu-lhe um caráter próprio, precisando muitas vezes, além de criar novas palavras, dar novos significados às já existentes, ao comparar a versão espírita com as demais correntes espiritualistas existentes, buscando sempre demonstrar as diferenças entre elas.

O estudo terminológico inicia-se pela obra que originou o Espiritismo: *O livro dos Espíritos*. Primeiro da série de cinco livros editados pelo pedagogo sobre o mesmo tema, esse livro foi publicado em uma época de grandes transformações sociais, filosóficas, políticas e linguísticas, período do surgimento das ciências e dos novos estudos sobre a mente humana. Provando a existência e a relação entre o mundo físico e o espiritual, esse teria sido escrito por ordem e sob o ditado de espíritos com determinada elevação espiritual visando estabelecer os fundamentos de uma filosofia racional. Portanto, ao autor, nada mais teria cabido do que a realização da edição da obra, que nessa perspectiva pode ser entendida, a bem dizer, como uma edição crítica ainda que sem as metodologias atuais, mas com o intuito maior de preservar a fidedignidade do que era ditado pelos espíritos que teriam vivido em diversas épocas sobre a Terra e pregado e praticado a virtude e sabedoria entre os homens. Dentre esses espíritos, Kardec cita São João Evangelista<sup>1</sup>, Santo Agostinho<sup>2</sup>, São Vicente de Paulo<sup>3</sup>, São Luís<sup>4</sup>, Sócrates<sup>5</sup>, Platão<sup>6</sup>, Fénelon<sup>7</sup> etc. Outros ainda, segundo Kardec, apesar de não terem os nomes conhecidos historicamente, teriam suas mensagens atestadas pela confluência com aqueles que trazem o nome venerado.

Organizado sob a forma de perguntas e respostas, a obra contém, em sua primeira edição (1857), 501 perguntas seguidas das respostas. Em 1860, uma segunda edição revista e aumentada é publicada, contendo a parte suplementar que fora anunciada na primeira edição com as questões que não foram organizadas na primeira. Nesta edição as questões ampliaram-se de 501 para 1018 e foi considerada, pelo próprio autor, como uma obra nova. Desde a 1ª questão *Quem é Deus?* à 1018ª *Jamais o reino do bem poderá ter lugar sobre a Terra?*, as respostas teriam sido dadas pelos espíritos supracitados através da escrita realizada por um *médium*<sup>8</sup>, outro termo criado para a doutrina, pela técnica de comunicação com os espíritos denominada de *psicografia indireta*<sup>9</sup>.

Uma vez que até então não se sabe onde se encontram os originais da obra de Kardec, como *corpus* de base para tal pesquisa utilizou-se, para o levantamento dos termos do *O livro dos Espíritos*, as edições publicadas no



Brasil, consideradas das mais confiáveis. Foram traduzidas sob a responsabilidade de Salvador Gentile (1974), revisadas por Elias Barbosa e publicadas pelo Instituto de Difusão Espírita em que o tradutor atesta ter utilizado o método de tradução literal dos textos em francês editados em 1954. Também, como apoio, utiliza-se, em *O livro dos Espíritos*, a edição bilingue publicada pela Companhia Editora Ismael a partir da primeira edição que, segundo os editores, foi realizada em 1857 seguida da tradução de Canuto Abreu (1957). O objetivo dessa consulta é o de poder comparar o texto em francês, ainda que não seja o autógrafo, com o das edições atuais. Sobre as demais obras que compõem o *corpus*, publicadas entre um intervalo de dois a três anos de uma para outra como em uma sequência de informações, acredita-se que a proposta de Allan Kardec era a de prepará-las para serem publicadas em um único livro dividido apenas por capítulos, mas até então não se tem notícias dessa publicação completa. Mas não há dúvidas de que cada um dos livros que se segue a *O livro dos Espíritos* complementa a obra da codificação espírita como em uma sequência premeditada.

## ORGANIZAÇÃO DO DICIONÁRIO

Esta pesquisa, ainda em fase inicial, tem como proposta trazer à tona os termos do Espiritismo que caracterizam e explicam essa doutrina. Termos esses que deverão ser organizados em um dicionário terminológico intitulado: *Dicionário do Espiritismo a partir da codificação de Allan Kardec*.

Entende-se dicionário aqui como: “Conjunto de vocábulos de uma língua ou de termos próprios de uma ciência ou arte, dispostos, em geral, alfabeticamente, e com o respectivo significado, ou a sua versão em outra língua.” (FERREIRA, 2009)

Conforme Borba nos mostra:

Um dicionário nunca deverá ser tomado apenas como um simples repositório ou acervo de palavras, ao contrário, deve ser um guia de uso e, como tal, tornar-se um instrumento pedagógico de primeira linha. Isso se torna crucial quando se focaliza a função da interação social da linguagem, o que permite avaliar a importância da língua para qualquer comunidade. (BORBA, 2003, p. 16)

Elaborar um dicionário não é simplesmente dispor as palavras de uma língua em ordem alfabética e defini-las. Existem elementos teóricos que precisam nortear a montagem do dicionário de uma língua.

Apesar das diversas tipologias de dicionários, o foco da pesquisa em questão seguirá os moldes dos dicionários de especialidades que fazem um recorte na língua geral, apresentando vocábulos específicos e utilizados em contextos específicos, seguindo-se, dessa forma, os pressupostos teóricos da Terminologia. Em um dicionário terminológico, o termo, unidade lexical da linguagem de uma determinada especialidade, é entendido enquanto um conceito único dentro de conceitos específicos.

Diante da tênue linha que separa a língua comum das línguas de especialidades, os termos específicos acabam adentrando na língua geral e passam a fazer parte do dia-a-dia do falante em um contexto que pode ultrapassar os limites conceituais desses termos.

A tarefa do dicionário terminológico é a de aproximar a comunicação entre o mundo das especialidades e o mundo atual, melhorando a comunicação entre o falante comum e o falante de determinada especialidade que, muitas vezes, tomou da própria língua comum o léxico que compõe sua terminologia.

Acerca da necessidade de uma terminologia para o Espiritismo, apresentam-se as palavras do próprio Allan Kardec, o codificador da doutrina:

Essas palavras não são, aliás, mais bárbaras do que todas aquelas que as ciências, as artes e a indústria, criam cada dia.” [...] Bárbaras ou não, essas palavras doravante passaram para a linguagem popular e em todas as línguas da Europa [...] Elas formaram o sustentáculo da nomenclatura da nova ciência; para exprimir os fenômenos especiais dessa ciência, foram precisos termos especiais. O Espiritismo tem, de hoje em diante, sua nomenclatura, assim como a química tem a sua. (KARDEC, 2009[1863], p. 29-30)

## O VOCABULÁRIO ESPÍRITA A PARTIR DAS OBRAS DE ALLAN KARDEC

Apresentar-se-á aqui uma amostragem de como o léxico levantado irá compor o dicionário em questão. A elaboração do dicionário tem como proposta trazer à tona os termos da codificação espírita empregados por Kardec que delinearam a doutrina, deixando marcas da identidade e crenças dessa religião a partir de seu léxico.

Os termos que irão compor o dicionário serão organizados por ordem alfabética de seus étimos, apresentados em caixa alta e conforme aparecem no texto de base, seguidos da classificação gramatical e da etimologia (quando encontrada). Para as definições, a proposta é a de apresentar os conceitos dados pelo próprio codificador, recorrendo aos dicionários gerais da língua para as devidas confirmações. Para contextualizar, serão apresentados exemplos retirados dos *corpora*.

Seguem-se alguns desses termos que irão compor o dicionário espírita:

**ALMA**- s.f. Do lat. *anima* “sopro, ar, emanação, vida”. Ser imaterial e individual que reside em nós e sobrevive ao corpo; o espírito encarnado, do qual o corpo não é senão um envoltório.

*Há um outro termo sobre o qual importa igualmente se entender ... por falta de uma aceção bem determinada: é a palavra **alma**. A divergência de opiniões sobre a natureza da **alma** vem da aplicação particular que cada um faz dessa palavra. Uma língua perfeita, em que cada ideia teria a sua representação por um termo próprio, evitaria discussões.*(KARDEC, 2009[1857], p. 7)

*Creemos mais lógico tomá-la em sua acepção mais vulgar: por isso chammos **alma** ao ser imaterial e individual que reside em nós e sobrevive ao corpo (KARDEC, 2009[1857], p.8)*

*A alma é um Espírito encarnado, do qual o corpo não é senão um envoltório.(KARDEC, 2009[1857], p.14)*

134. — Que é **alma**?

— Um Espírito encarnado.

— Que era a **alma** antes de se unir ao corpo?

— Espírito.

— As **almas** e os Espíritos são, pois, identicamente a mesma coisa?

— Sim, as **almas** não são senão os Espíritos.

**ESPÍRITA**- adj. Do fr. *spirite*. O adepto do Espirismo, também designado **espiritista**.

*Os adeptos do Espiritismo serão os **espíritas** ou, se quiserem, os **espiritistas**.(KARDEC, 2009[1857], p. 7)*

**ESPÍRITO**<sup>10</sup>-s.m. Do lat. *Spiritus* “sopro, vento, hálito”.Princípio inteligente do Universo.

23 — Que é o **espírito**?

— O princípio inteligente do Universo.

— Qual a natureza íntima do **espírito**?

— O **espírito** com a linguagem humana, não é fácil de ser analisado. Porque o **espírito** não é uma coisa palpável, para vós ele não é nada; mas para nós é alguma coisa. Sabei bem: o nada é coisa nenhuma e o nada não existe. (KARDEC, 2009[1857], questão 23, p. 40)

**ESPÍRITO**<sup>2</sup> - s.m. Ser inteligente da criação que povoa o Universo fora no mundo material. É o ser vivo, porém livre da matéria, do corpo físico.

*Os próprios seres que se comunicam se designam, como o dissemos, sob o nome de **Espíritos** ou de gênios, e como tendo pertencido, pelo menos alguns, a homens que viveram sobre a Terra.(KARDEC, 2009[1857], p. 14)*

76 — Que definição se pode dar dos **Espíritos**?

— Pode-se dizer que os Espíritos são os seres inteligentes da Criação. Povoam o Universo fora do mundo material.

*Nota: o vocábulo **Espírito** é empregado aqui para designar as individualidades dos seres extra-corpóreos, e não mais o elemento inteligente universal. (KARDEC, 2009[1857], questão 76, p. 55)*

134. — Que é alma?

— Um **Espírito** encarnado.

— Que era a alma antes de se unir ao corpo?

— **Espírito**.

— As almas e os **Espíritos** são, pois, identicamente a mesma coisa?

— Sim, as almas não são senão os **Espíritos**. (KARDEC, 2009[1857], questão 76, p.71-72).

**ESPIRITISMO**– s.m. Do fr. *spiritisme*. Doutrina codificada por Allan Kardec no séc. XIX baseada na crença da existência dos espíritos e em suas comunicações com o mundo visível.

*Diremos pois que a Doutrina Espírita ou **Espiritismo** tem por princípios as relações do mundo material com os Espíritos ou seres do mundo invisível.*(KARDEC, 2009[1857], p. 7)

Os adeptos do **Espiritismo** serão os espíritas ou, se quiserem, os espiritistas.(KARDEC, 2009[1857], p. 7)

**MÉDIUM**- adj. Do lat. *médium* “meio, intermediário” Pessoa portadora de mediunidade, ou seja, que pode servir de intermediárias entre os Espíritos e os homens, entre os vivos e os mortos. Aquele que em um grau qualquer sente a influência dos espíritos de modo ostensivo.

Assevera ainda Kardec [LM-it 159] que:

*"todo aquele que sente em qualquer grau a influência dos Espíritos é **médium**"*

*O cesto ou a prancheta não podem ser postos em movimento senão sob a influência de certas pessoas dotadas, a esse respeito, de uma força especial e que são designadas com o nome de **médiuns**, quer dizer, meios ou intermediários entre os Espíritos e os homens.* (KARDEC, 2009 [1857], p. 12)

*... porque são encontrados **médiuns** de todas as idades, de ambos os sexos e em todos os graus de desenvolvimento intelectual. Essa faculdade, de resto, se desenvolve pelo exercício.* (KARDEC, 2009 [1857], p. 13)

**REENCARNAÇÃO**- s.m. De *re* + *encarnação*, forma derivada de *incarnare* “penetrar na carne”. Renascimento do espírito em um novo corpo físico, sem qualquer espécie de ligação com o antigo.

167. Qual o objetivo da **reencarnação**?

— *Expição, aprimoramento progressivo da Humanidade, sem o que, onde estaria a justiça?* (KARDEC, 2009[1857], questão 167, p. 82)

1010 — *O dogma da ressurreição da carne é a consagração da **reencarnação** ensinada pelos Espíritos?*

— *Como quereis que seja de outro modo? Dá-se com essa expressão o que se dá com tantas outras, não parecem insensatas aos olhos de certas pessoas, senão porque as tomam ao pé da letra. Por isso, conduzem à incredulidade.[...]*

— *Assim a Igreja, pelo dogma da ressurreição da carne, ensina ela mesma a doutrina da **reencarnação**?*

— *Isso é evidente. Essa doutrina, aliás, é a consequência de muitas coisas que passaram despercebidas e que não se tardará a compreender nesse sentido.* (São Luís.) (KARDEC, 2009[1857], questão 1010, p. 317-318)

*Não se pode, pois, racionalmente, admitir a ressurreição da carne senão como um figura simbolizando o fenômeno da **reencarnação**, e, nesse caso, não há nada que choque a razão, nada que esteja em contradição com os dados da Ciência.* (KARDEC, 2009 [1857], p. 318)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A língua de um povo é a sua identidade, o seu retrato sociocultural. Atualmente não há dúvida de que o estudo lexical de uma língua acaba por desembocar na história, cultura, costumes e crenças de quem utiliza essa língua. O acervo lexical de um povo é construído ao longo de sua história social, política, econômica, religiosa...

A palavra é um caminho seguro para se conhecer a história e costumes de um povo. A Lexicologia oferece a possibilidade de se estudar as palavras de uma língua nas mais diversas perspectivas. O resgate da identidade e história de um povo, partindo-se dos estudos linguísticos e lexicais, nos leva a conhecer perspectivas e processos de evolução da alma humana na busca do entendimento de sua origem e de seu destino.

Allan Kardec, em suas obras, não apenas criou palavras, como também as definiu de maneira que, a doutrina por ele codificada, fosse menos ambígua do que os livros sagrados que embasam o cristianismo até então.

Que a Lexicologia esteja mais uma vez a serviço da história da humanidade e da busca de uma melhor clareza nas definições que permeiam os diversos campos do conhecimento humano.

## NOTAS

- (1) Um dos doze apóstolos de Jesus.
- (2) Teólogo, filósofo, bispo e escritor que viveu entre os séc. IV e V. Seguidor de Sócrates e Platão, foi considerado uma das figuras mais importantes na expansão do cristianismo no ocidente.
- (3) Sacerdote católico francês, um dos grandes protagonistas da reforma católica na França no séc. XVII.
- (4) Luís XIV, rei da França no séc. XIII. Católico fervoroso, canonizado pela Igreja Católica.
- (5) Fundador da Filosofia ocidental, um dos mais importantes filósofos da Antiguidade grega que viveu no séc. V a.C. Seus primeiros estudos e pensamentos discorrem sobre a essência da natureza da alma humana.
- (6) Um dos discípulos de Sócrates, filósofo grego nascido em Atenas no séc. V a.C. Considerado um dos principais pensadores gregos, influenciou a filosofia ocidental de forma considerável. Suas ideias fundamentam-se na diferenciação do mundo entre as coisas sensíveis (ideias e inteligência) e coisas visíveis (seres vivos e matéria).
- (7) Teólogo católico, poeta e escritor francês que viveu entre os séc. XVII e XVIII. De família nobre, segue carreira sacerdotal. Também foi pedagogo e suas ideias liberais sobre educação e política iam em desencontro aos dogmas da Igreja e do Estado na época.
- (8) Indivíduo que tem a capacidade de se comunicar com os mortos e serve de mediador ou intermediário da comunicação entre vivos e mortos.

- (9) Ocorre quando um lápis é adaptado a um objeto qualquer (cesta, prancheta etc) que serve, de certo modo, de apêndice à mão. Atualmente a psicografia direta, em que o próprio médium escreve segurando o lápis ou objeto escrevente, é a mais utilizada.
- (10) Observou-se até então que Kardec utiliza a lexia espírito sob duas acepções, sendo que, ao se referir à definição 1, ele utiliza a palavra como um substantivo comum e, na definição 2, é utilizada como um substantivo próprio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

BORBA, F. da S. **Organização de dicionários**: uma introdução à lexicografia. São Paulo: UNESP, 2003.

CABRÉ, Maria Teresa. **La terminología**: representación y comunicación. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada/Universitat Pompeu Fabra, 1999.

COSERIU, E. Introducción al estudio estructural del léxico. In: **Principios de semántica estructural**. Versão esp. de Marcos Martínez Hernández, rev. por el autor. Madrid: Gredos, 1987. p. 87-142.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 4.ed. Curitiba: Positivo, 2009.

KARDEC, A. **O Evangelho segundo o Espiritismo**. 365.ed. Trad. de Salvador Gentile. Rev. Elias Barbosa. Araras: IDE, 2009 [1863].

KARDEC, A. **O livro dos Espíritos**. 182.ed. Trad. de Salvador Gentile. Rev. Elias Barbosa. Araras: IDE, 2009[1857].

KARDEC, A. **A Gênese** - os milagres e as predições segundo o Espiritismo. 52.ed. Trad. de Salvador Gentile. Rev. Elias Barbosa. Araras: IDE, 2008 [1868].

KARDEC, A. **O céu e o inferno** (ou A justiça divina) segundo o Espiritismo. 51. ed. Trad. de Salvador Gentile. Rev. Elias Barbosa. Araras: IDE, 2008 [1865].

KARDEC, A. **O livro dos Médiuns**. 85. ed. Trad. de Salvador Gentile. Rev. Elias Barbosa. Araras: IDE, 2008 [1859].

KARDEC, A. **Obras póstumas**. É preciso propagar a Moral e a Verdade. Trad. de Maria Lucia A. Carvalho. Rio de Janeiro: CELD, 2002.

KRIEGER, M. G. A face linguística da Terminologia. In: KRIEGER, M. da G.; MACIEL, A. M. B. (Orgs.). **Temas de Terminologia**. Porto Alegre/ São Paulo: Editora UFRGS/ Humanitas, 2001. p. 22-33.

ULLMANN, S. **Semântica**: uma introdução à ciência do significado. Trad. de J. A. Osorio Mateus. 5. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1987[1964].

## NEOLOGIA EM CORPORA ESPECIALIZADOS: O CASO DAS CIÊNCIAS AEROESPACIAIS

Ana Maria Ribeiro de JESUS  
Faculdades Metropolitanas Unidas  
ana.jesus@fmu.br

**RESUMO:**As áreas científicas que mais dependem dos avanços tecnológicos, tal como as ciências aeroespaciais, apresentam algumas particularidades no processo de formação de seus termos. A inovação lexical nesse domínio ocorre dentro da própria língua (neologia formal e semântica) e por meio da adoção e/ou adaptação a partir do conjunto lexical da língua inglesa (neologia por empréstimo). Esse segundo tipo é constituído, geralmente, por termos sintagmáticos. Também são recorrentes os elementos braquigráficos, nos quais se enquadram formações com códigos e números. Os epônimos aparecem em sintagmas preposicionados e, quando há mais de um nome a ser relacionado, são integrados em forma de composição coordenativa. Entre outras formações neológicas, também as metáforas são produtivas e a maioria dos termos metafóricos agrega uma unidade da língua geral a outra do domínio da Astronomia. Para determinar o caráter da neologicidade dos termos neste trabalho, seguimos os critérios tradicionalmente estabelecidos na pesquisa neológica (como o *corpus* de exclusão), bem como outros critérios propostos (como as marcas metalinguísticas).

**PALAVRAS-CHAVE:** Neologia; *Corpus*; Ciências aeroespaciais; Astronomia.

### INTRODUÇÃO

Toda área do conhecimento apresenta peculiaridades no que concerne a sua terminologia. As ciências aeroespaciais contam com telescópios, sondas, estações espaciais e ônibus espaciais, além de técnicas como a astrofotografia, que tornam incessante o andamento das descobertas científicas na Astronomia e seus subdomínios. A velocidade com que se alteram as informações astronômicas se expressa, inevitavelmente, no nível linguístico, fazendo com que a nomenclatura da área também evolua.

Uma das consequências desse rápido avanço no trabalho dos cientistas é, portanto, o enriquecimento de sua terminologia, por meio do surgimento de novas unidades lexicais para a designação das novas descobertas. Alguns astrofísicos, como Oliveira Filho e Saraiva, reconhecem que a nomenclatura das ciências aeroespaciais não é elementar, afirmando que a Astronomia, “apesar de exercer um certo fascínio sobre a maioria das



peçoas, apresenta alguma dificuldade para quem toma contato com ela pela primeira vez, porque seu assunto é remoto e não familiar, envolvendo ideias novas e utilizando uma nomenclatura específica” (OLIVEIRA FILHO; SARAIVA, 2005).

Neste trabalho, expomos o comportamento dos principais neologismos detectados em um *corpus* em que constam 16 teses e dissertações do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG) da Universidade de São Paulo, bem como alguns números da revista de divulgação científica *Astronomy Brasil*, em circulação de 2006 a 2007. As teses e dissertações foram defendidas de 2006 a 2009 e estão categorizadas em diversas linhas de pesquisa da Astronomia: Astrofísica Estelar, Aglomerados de Galáxias, Galáxias, Cosmologia, Meio Interestelar, Astrofísica do Sistema Solar, Dinâmica de Sistemas Planetários, Instrumentação.

Para a determinação do cunho neológico das unidades lexicais, baseamo-nos em um *corpus* de exclusão, para o qual levamos em conta os dicionários de língua geral: *Dicionário Houaiss Eletrônico da Língua Portuguesa* (HOUAISS, 2009) e *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.0* (FERREIRA, 2004). Consideramos, igualmente, o *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa (VOLP)* (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2009), disponível on-line e que apresenta, em sua lista de termos, grande número de unidades recentes do português brasileiro. O *corpus* de exclusão conta, ainda, com as duas obras brasileiras de Astronomia geral mais utilizadas no meio acadêmico: *Astronomia: uma visão geral do Universo* (FRIAÇA et al, 2006) e *Astronomia e Astrofísica* (OLIVEIRA FILHO; SARAIVA, 2005, on-line).

Somados a esse parâmetro lexicográfico, utilizamos outros parâmetros frequentemente adotados nas pesquisas neológicas, a saber:

- a. a temporalidade (se a unidade lexical surgiu em um período recente);
- b. a percepção neológica (a unidade lexical desperta o sentimento neológico);
- c. a instabilidade (um novo conceito é denominado alternativamente por duas ou mais formas neológicas diferentes, o que conduz à variação denominativa).

Além dessas diretrizes, observamos os outros elementos apontados por Auger (2010, p. 121), que se mostraram de grande utilidade para os tipos de texto com os quais trabalhamos. O autor sugere que se observe, para a identificação da unidade neológica:

1. se apresenta marcas distintas no texto (itálico, negrito etc.);
2. se vem seguida de uma reformulação frásica, geralmente definicional, o que indica que foi percebida como nova pelo autor do texto;
3. se vem seguida de um sinônimo em uma reformulação;
4. se é um empréstimo;
5. se é previsível (observação de frequência irregular).

No que se refere à neologia propriamente dita, consideramos a inovação lexical estabelecida dentro da própria língua e a adoção e/ou adaptação a partir do conjunto lexical de uma língua estrangeira. No primeiro caso, enquadram-se a neologia formal e semântica, com os respectivos subtipos; o segundo caso trata da neologia por empréstimo.

Destacamos a grande produtividade desse último tipo de criação lexical, já que o progresso das relações científicas exige que a transmissão de informações seja praticamente instantânea, precisa e, principalmente, de entendimento para a maioria da comunidade da área. Por isso, muitas vezes, os termos são criados primeiramente em inglês, para, posteriormente, serem emprestados, traduzidos ou decalcados para as outras línguas.

Como toda língua de especialidade, a Astronomia apresenta um grande número de termos-sintagmas, que constituem a maioria dos termos descritos na presente análise. Essas unidades podem ser representadas por diferentes estruturas formais. Com maior frequência, são formadas por um substantivo determinado, de caráter genérico, especificado por um adjetivo; ou por um substantivo determinado seguido de um sintagma preposicionado (preposição + substantivo).

Frisamos, ainda, a problemática da identificação dessas unidades lexicais complexas, por causa da dificuldade no estabelecimento de delimitações entre uma estrutura frásica, sintagma livre, e um segmento frásico lexicalizado, que se tornou (ou está se tornando) um novo termo (ALVES, 1999, p. 22). Tal fenômeno é recorrente e, no domínio de especialidade que estudamos, foram localizados termos como os destacados no seguinte contexto – um decalque e seu original inglês, seguidos da sigla:

A circulação meridional de matéria, observada nas camadas mais externas do Sol, é usualmente considerada nestes modelos como o principal mecanismo de transporte de fluxo magnético. Por esta razão, esses modelos são comumente chamados de <dínamo solar de Babcock-Leighton dominados pelo transporte de fluxo> (<flux-transport, Babcock-Leighton solar dynamo models>, <FTBL>). (ERASO, 2009, p. 30)

Dessa forma, como reconhece Krieger, “não é simples determinar onde inicia e onde termina um termo, considerando-se ainda as expansões que se agregam às unidades lexicais simples já consolidadas em determinada área” (KRIEGER, 2001).

Fenômenos astronômicos são muito divulgados na mídia, como é o caso de eclipses, passagem de cometas, quedas de meteoros, possibilidade de ver algum planeta a olho nu em determinada época. Durante o período de nossa pesquisa, dois assuntos estiveram altamente em voga na comunidade astronômica: a descoberta de vários corpos celestes orbitando outros sóis, os *exoplanetas*, e o “rebaixamento” de Plutão a *planeta anão*, o que contribuiu para a alteração do campo semântico de *planeta*. Esse foi um importante passo na área e que gerou grande repercussão, já que o estudo do Sistema Solar é abordado desde o Ensino Fundamental, nas aulas de Ciências. Meios de divulgação como jornais e a internet foram cunhados de explicações de astrônomos, em linguagem de fácil acesso ao público geral. Dessa forma, o *corpus* de divulgação, destinado principalmente a amadores e ao público geral,

mostrou-se abundante em unidades lexicais neológicas do campo da Astronomia planetária.

Na análise que se procede, os termos que pretendemos destacar serão representados pelos sinais <> e, desse modo, a formatação será mantida como no texto de origem, já que esta se constitui importante para nossa investigação. As referências à revista *Astronomy Brasil* serão indicadas pela sigla AB.

## NEOLOGIA FORMAL E SEMÂNTICA

A combinatória de elementos já existentes no sistema linguístico, constituindo compostos e derivados (cf. ALVES, 1994, p. 14), constitui a neologia sintática. Dentro desta, está a derivação prefixal, que se compõe de formantes que se anexam a uma base e atribuem-lhe um novo significado.

Dentre os formantes designativos de intensidade, classificados por Alves (2000, p. 137), encontram-se os que a autora chama de “formantes designativos de intensidade reforçativa”. Fazem parte desse grupo os elementos *super-*, *hiper-*, *ultra-* e *mega-*, encontrados nos termos de nosso *corpus* de análise. A autora distingue o comportamento desses elementos na língua geral e nas línguas de especialidade.

A lexicografia em língua portuguesa mostra, de acordo com o estudo de Alves (2000, p. 148), que o formante *mega-* tem sido empregado exclusivamente em discursos de especialidade, formando, sobretudo, substantivos. Essa exclusividade, no entanto, não é mais observada desde meados da década de 80, pois o prefixo tem formado muitos neologismos na língua geral. No exemplo abaixo, o formante *mega-* recebe a carga semântica de um substantivo. O elemento está anexado, na verdade, ao acrônimo “maser”, forma reduzida de *microwave amplification by stimulated emission of radiation*:

Paulo Marques dos Santos e Jacques Lépine detectaram um maser extragaláctico muito intenso, considerando sua distância – foi o primeiro de uma classe depois chamada de <“megamasers”>. (LÉPINE, 2008, p. 102)

Da mesma maneira, o formante *super-* constitui o substantivo *superTerra*, que designa o tamanho e a massa que essa classe de planetas extrassolares apresenta: são maiores do que a Terra, porém menores do que Urano; e são mais massivos do que a Terra até o limite de 14 vezes. Estima-se também que, da mesma forma que a Terra, esses corpos celestes possam ser rochosos, daí o caráter também metafórico da designação. Citamos três dos contextos em que observamos esse tipo de neologia:

Exoplanetas de massas menores sugerem uma nova classe das chamadas <super Terras>, exoplanetas com mais de uma vez, porém com menos de 14 vezes a massa da Terra (AB, n. 6, p. 51).

A extrapolação sugere que devem existir ainda mais planetas com a massa menor de <Super Terras> que todos os outros planetas gigantes combinados (AB, n. 6, p. 52).

A <Super-Terra> HD 149026b tem composição similar à de Júpiter (AB, n. 6, p. 52).

Encontramos, dessa forma, no *corpus* analisado, três grafias distintas para o que coletamos como *superTerra*: no primeiro caso, o termo apresenta o prefixo *super-* grafado com inicial minúscula; no segundo, com inicial maiúscula; e, no terceiro caso, os elementos estão separados por hífen. Esse prefixo, em português, não é separado do radical caso este não inicie com as letras *r* ou *h*, de acordo com o novo acordo ortográfico da língua<sup>1</sup>.

Formações de caráter adjetival são possíveis, igualmente, a partir desses tipos de prefixos. No seguinte quadro, que elenca a nomenclatura de estrelas de diferentes metalicidades (BEERS; CHRISTLIEB, 2005, apud ALMEIDA, 2009, p. 32), ocorrem os formantes *super-*, *ultra-*, *hiper-* e *mega-*. Nesse caso, observa-se que, em inglês, o formante modifica os sintagmas adjetivais *metal-rich* e *metal-poor* e, em sua forma correspondente em português, é anexado à base adjetival simples *rica* e *pobre*:

[Fe/H]	Termo	Sigla
> +0,5	<Super-rica> em metais (<super> <i>metal-rich</i> )	SMR
~0,0	Solar	-
< -1,0	Pobre em metais ( <i>metal-poor</i> )	MP
< -2,0	Muito pobre em metais ( <i>very metal-poor</i> )	VMP
< -3,0	Extremamente pobre em metais ( <i>extremely metal-poor</i> )	EMP
< -4,0	<Ultrapobre> em metais (<ultra> <i>metal-poor</i> )	UMP
< -5,0	<Hiperpobre> em metais (<hyper> <i>metal-poor</i> )	HMP
< -6,0	<Megapobre> em metais (<mega> <i>metal-poor</i> )	MMP

**Quadro 1:** Metalicidade das estrelas.

Nota-se, assim, que os elementos *super-*, *ultra-*, *hiper-* e *mega-* expressam, na forma inglesa, um caráter adverbial, que exprime “demasia”, “excesso”, equiparando-se, então, a *very* e *extremely*, que não constituem formantes prefixais. Em português, entretanto, com exceção de “super-rica”, de caráter sintagmático, formam adjetivos comuns (*ultrapobre*, *hiperpobre*, *megapobre*); de maneira análoga ao inglês, esses prefixos também intensificam os adjetivos aos quais se associam.

O Dicionário Houaiss Eletrônico define *extra-* como elemento prefixal que designa “posição exterior”, “fora de”, e *exo-* como prefixo que exprime “fora”, “para fora”. Anexando-se a bases fixas, esses formantes constituem a unidade substantival *exoplaneta* e os adjetivos *extrassolar* e *exoplanetário*, que modificam *planeta* e *sistema*, respectivamente, nos contextos a seguir:

Atingindo os 200 <exoplanetas>, astrônomos estão mais perto de descobrir mundos que podem se parecer com o nosso. (AB, n. 6, p. 49)

Quando já se acreditava que <exoplanetas> não poderiam se tornar mais estranhos, os cientistas, utilizando o Telescópio Espacial Hubble, descobriram mais de uma dúzia de casos que destruíram essa ideia. (AB, n. 6, p. 50)

Uma outra particularidade é que muitos <planetas extrasolares> – inclusive os primeiros encontrados – orbitam suas estrelas centrais a distâncias mais próximas que a Terra do Sol. (AB, n. 6, p. 50)

Zonas habitáveis de 10 dos 160 mais conhecidos <sistemas exoplanetários>. (AB, n. 6, p. 58)

Os astrônomos identificaram o mais rico <sistema exoplanetário> conhecido (em planetas), cronometraram os mais rápidos fluxos de matéria e descobriram o maior vazio cósmico. (NÚCLEO DE ASTRONOMIA DO CCVALg, 2007)

A grafia *extra-solar* foi registrada, mas, de acordo com as regras ortográficas vigentes, deve o prefixo *extra-* anexar-se à base que se inicia com *s* com duplicação da consoante. Os termos contextualizados acima denotam claramente o ponto de vista e a localização do observador: alguém que pertence, que está dentro do Sistema Solar. Ou seja, o sistema planetário do Sol é o ponto de partida e todos os outros planetas e/ou sistemas planetários de outras estrelas são designados com relação a ele. Dessa forma, tanto o termo *sistema exoplanetário* quanto o termo *exoplaneta* e sua variante *planeta extrassolar* contam com prefixos que exprimem a ideia de “fora”, “exteriormente”, “além de”, relativamente a determinado ponto de vista.

A denominação *planeta-candidato*, no contexto abaixo, é motivada pela condição em que esses corpos celestes se encontram nos estudos astronômicos: sua massa ainda não foi determinada e seu diâmetro estimado foi medido apenas com uma técnica de atenuação de brilho, não garantindo a classificação no pódio dos planetas; são considerados, então, apenas candidatos. A formação do termo se dá por meio de composição subordinativa, ocorrendo a justaposição de substantivos, em que o primeiro elemento é o determinado e, o segundo, o determinante:

Mesmo assim, por precaução, o grupo prefere chamar esses 16 objetos de <“planetas candidatos”>, pois apenas a técnica de trânsito não é suficiente para determinar a massa do objeto companheiro. (AB, n. 9, p. 33)

Com base no censo local de trânsitos de júpiteres quentes, os astrônomos supunham que iam encontrar algumas dezenas de <planetas candidatos> no campo da Sweeps. (AB, n. 9, p. 33)

O termo *planeta-candidato* é, na verdade, uma forma substantivada do sintagma “candidato a planeta”. No contexto original, como se pode observar, o termo é grafado sem hífen; ao coletar e armazenar o termo em nossa base de

dados terminológicos, entretanto, utilizamos o hífen, como sugere a norma da língua portuguesa quando se trata da junção de dois substantivos.

Nos textos técnicos e científicos, os epônimos, formações com nomes próprios, são recorrentes. Esses termos representam, na verdade, um emprego metonímico de designação. No domínio especializado que estudamos, o uso de nomes próprios de pesquisadores para designar um fenômeno ou um corpo celeste não é raro. Geralmente, atribui-se o nome do astrônomo que descobriu o objeto celeste ou do teórico que propôs determinado modelo. Esses termos constituem, geralmente, uma composição sintagmática cujos elementos são ligados por preposição, e em que o nome próprio exerce a função sintática de determinante:

Outro candidato para a energia escura que pode causar a expansão acelerada do universo é o <gás de Chaplygin> [...] Mais recentemente, um modelo com apenas um parâmetro livre foi proposto, o chamado <gás de Chaplygin simplificado> (Lima et al., 2006, 2008). (BUSTI, 2009, p. 70)

Na região que se estende das Nuvens ao polo sul celeste, abrangendo 100°, localiza-se a chamada <Corrente de Magalhães> (<MS>, <Magellanic Stream>), uma estrutura de gás de HI de aproximadamente 10° de largura. (ALMEIDA, 2009, p. 32)

O segundo exemplo, notadamente decalcado do inglês, externa a adaptação do termo à estrutura sintática da língua portuguesa. Discutiremos esse fenômeno mais adiante, quando comentaremos sobre a neologia por empréstimo.

Se, por um lado, é comum a atribuição de denominações eponímicas com o nome de um único pesquisador, não é raro, por outro lado, a designação com uma sequência de nomes de teóricos que, baseados em modelos anteriores, propõem seu próprio modelo ou encontram novas soluções. Para se chegar ao termo eponímico apresentado no contexto a seguir, o físico Alexander Friedmann obteve, a partir de uma equação de Einstein, duas soluções, uma em 1922 e outra em 1924. Posteriormente, em 1934, Lemaître, estudando o Universo em expansão, sugeriu que havia um átomo primordial, em que toda a matéria estaria concentrada. O modelo passa, a partir daí, por mais dois teóricos, fazendo nascer o termo atual, como conta-nos Busti (2009):

Tais soluções expansionistas foram classificadas posteriormente de uma forma geral por Robertson (1936) e Walker (1936), sendo atualmente chamada em sua forma geral de <métrica de Friedmann-Lemaître-Robertson-Walker><(FLRW)>. (BUSTI, 2009 p. 28)

Dessa forma, dentro da composição sintagmática, ocorre essa justaposição de nomes próprios, separados por hífen, que se comportam como uma composição coordenativa. Essa composição é representada, a seguir, por sigla.

Dentre outras composições sintagmáticas, destacamos também *planeta migrante*. O termo denota o fenômeno da “migração planetária”: os planetas descobertos não se formaram onde estão sendo encontrados, já em órbita próximo à estrela hospedeira, mas em uma área mais distante, fria e propícia à sua formação. Após a formação, os planetas migraram para junto da estrela e permaneceram em órbita. Um dos contextos em que ocorre o composto sintagmático é apresentado a seguir:

Mas o que impede um <planeta migrante> de ser engolido pela estrela? O campo magnético e o vento estelar produzem um buraco no centro do disco que circunda a estrela, como o furo no centro de um LP de vinil. (AB, n. 9, p. 35)

Outra composição sintagmática, de caráter mais complexo, é *planeta de período ultracurto*, seguida pela respectiva sigla na língua inglesa, na qual o termo foi decalcado:

Os astrônomos denominaram esses mundos de <planetas de período ultra-curto> (ou <USPPs>, da sigla em inglês). (AB, n. 9, p. 31)

<Planetas de períodos ultracurtos>  
[...] Intensas forças de maré alongam cada <USPP> numa forma ovalada. (AB, n. 9, p. 33)

Trata-se de uma designação motivada, atribuída a esses planetas extrassolares que, estando muito perto de sua estrela hospedeira, possuem períodos orbitais extremamente curtos, completando sua órbita em apenas dez horas. *USPP* constitui a sigla de *Ultra-Short Period Planet*, sendo a preferida nos textos do *corpus*. A tradução do termo expandido foi registrada apenas duas vezes: quando o termo foi apresentado, logo sendo adotada a sigla, e, posteriormente, como subtítulo.

O termo neológico *planeta companheiro* e sua variante *companheiro de massa planetária*, constituindo composições sintagmáticas, denotam, igualmente, traços metafóricos, ao transferirem semanticamente a unidade lexical da língua geral “companheiro” à linguagem astronômica:

Quando uma estrela e seu <planeta companheiro> passam na frente de uma estrela mais distante, a luz da estrela de fundo é amplificada. (AB, n. 9, p. 31)

Entretanto, 16 das estrelas mostraram curvas de luz muito particulares e que satisfaziam as previsões do modelo que tenta explicar o que acontece quando um <companheiro de massa planetária> passa na frente de uma estrela. (AB, n. 9, p. 32)

O grupo de Sahu teve a preocupação de excluir os trânsitos que pudessem ser confundidos com <companheiros de massa planetária>. (AB, n. 9, p. 33)

Esses planetas extrassolares transitam acompanhando sua estrela hospedeira, daí a denominação “companheiro”. Entretanto, sua variante, *companheiro de massa planetária*, sugere que não se sabe se o corpo celeste é de fato um planeta ou se constitui um outro tipo de astro que possui massa planetária; assim sendo, os dois termos poucas vezes são intercambiáveis.

As formações com numerais, no domínio da Astronomia, denotam, geralmente, substantivos próprios que denominam corpos celestes recém-descobertos. Trata-se de uma designação padrão, pré-estabelecida pela União Astronômica Internacional, a qual dispõe de parâmetros para a nomeação de cada classe de objetos celestes identificados, como galáxias, estrelas, planetas extrassolares. Nos três contextos a seguir, observamos a atribuição de nomes com caracteres numéricos, unidos a letras maiúsculas e minúsculas, a uma nova estrela de nêutrons, uma supernova e uma gigante, respectivamente:

Este trabalho levou à bastante aguardada descoberta de uma nova estrela de nêutrons isolada, <XMM J104608.7-594306>, que apresenta propriedades similares às sete fontes descobertas pelo ROSAT [...] (PIRES, 2009, p. xix)

A título de exemplo, uma das supernovas de tipo II (SN II) mais energética e duradoura já observada, denominada <SN 2006gy> (Ofek et al., 2007; Smith et al., 2007, 2008; Agnoletto et al., 2009), ocorreu em uma galáxia localizada a 238 milhões de anos-luz. (TEODORO, 2009, p. 14)

A descoberta recente de <HE 0107-5240>, uma estrela gigante do halo enriquecida em carbono com  $[Fe/H] = -5.3$ , é um exemplo de um retorno não antecipado de tais surveys. (PLACCO, 2007, p. 2)

A essas formas não linguísticas e reduzidas, Kocourek denomina elementos *braquigráficos*. De acordo com o autor, os textos técnicos e científicos são ricos nesse tipo de unidades que, não sendo plenamente articuladas, apresentam uma forma gráfica mais concisa (KOCOUREK, 1991, p. 93). No caso da Astronomia, esse caráter conciso dos elementos braquigráficos manifesta-se, particularmente, no âmbito semântico. A denominação por meio de números e códigos, que geralmente denotam o ano da descoberta, a localização, aspectos físicos, dentre outras características, particulariza o corpo celeste recém-descoberto, de forma a não deixar dúvidas sobre qual é o objeto referido. Assim, considerando o contexto das pesquisas atuais, cada vez mais velozes e com melhores recursos tecnológicos, as designações com formações numéricas são extremamente práticas no que concerne à organização e à categorização do novo objeto celeste nos catálogos astronômicos, além de serem únicas em todos os idiomas.

Casos de neologia semântica se manifestaram, de uma forma rica, no campo lexical do termo *planeta*. As novas descobertas de objetos de tamanhos comparáveis ou maiores que Plutão, em regiões externas ao Sistema Solar, colocaram em xeque sua definição histórica. O termo *planeta*, do grego  $\pi\lambda\alpha\nu\eta\tau\eta\varsigma$  (“astro errante”, “viajante”), é assim designado em função de seu movimento aparente em relação às estrelas fixas da esfera celeste. A União



Astronômica Internacional reuniu-se, em 2006, para discutir o estatuto desses corpos celestes e dos objetos que formam seu subcampo, e declarou, em uma resolução divulgada:

As observações atuais estão mudando nosso entendimento de sistemas planetários, e é importante que a nomenclatura dos objetos reflita nosso entendimento atual. Isto se aplica, nomeadamente, à designação *planetas*. A palavra *planeta* designava, originalmente, “errantes” que eram conhecidos apenas como luzes em movimento no céu. As descobertas recentes nos levam a criar uma nova definição, o que podemos fazer a partir das informações científicas disponíveis atualmente<sup>2</sup>.

A partir daí, um corpo celeste é considerado “planeta” somente se preencher as seguintes condições:

- a. estar em órbita ao redor do Sol;
- b. ter forma determinada pelo equilíbrio hidrostático (arredondada) resultante do fato de que sua força de gravidade supera as forças de coesão dos materiais que o constituem;
- c. ser um objeto de dimensão predominante entre os objetos que se encontram em órbitas vizinhas. (MELLO, 2007)

O então nono planeta do Sistema Solar, Plutão, devido principalmente às suas propriedades físicas e condições dinâmicas, passou a ser designado com o termo *planetaanão*, qualificando-se como mais um neologismo por composição sintagmática, de cunho metafórico. A seguinte resolução da UAI atesta os novos traços conceituais do corpo celeste:

Um “planeta anão” é um corpo celeste que (a) está em órbita ao redor do Sol, (b) tem massa suficiente para que sua auto-gravidade domine as forças de um corpo rígido, de modo que ele assuma uma forma determinada pelo equilíbrio hidrostático (quase arredondada), (c) não tenha limpado a sua vizinhança ao redor de sua órbita, e (d) não é um satélite<sup>3</sup>.

Por fim, a UAI atestou que, com exceção dos satélites, todos os outros objetos que orbitam o Sol devem ser referidos como *Corpo Menor do Sistema Solar (Small Solar-System Bodies)*. Consequentemente, todos os hipônimos de “planeta” sofreram alterações em seus traços definitórios, ou seja, todos os termos hipônimos do campo de um hiperônimo que sofre neologia semântica, ao somarem os traços conceituais do termo mais genérico com seus traços específicos, também passam pelo mesmo processo. Dessa forma, a descoberta de um número crescente de planetas, do mecanismo de formação desses corpos e da modelagem cada vez mais refinada para as condições de aparecimento de vida também constituem recursos para estimular, na área da Astronomia, a criação de neologismos.

Traços metafóricos já foram destacados em neologismos como *superTerra* e *planeta companheiro*. Como explica Basílio (2006), pode haver várias motivações para esse tipo de denominação as quais, em um eixo gradativo, podem ser mais subjetivas ou mais objetivas. Nesse recurso de transferência semântica, os astrônomos atribuem novos significados a unidades lexicais da língua geral e de outras áreas técnicas, criando novos

termos em sua língua de especialidade. Dessa forma, a criação metafórica também contribui muito para a criação de neologismos semânticos na terminologia da Astronomia. Destacamos alguns, como *modelo bola de fogo*, *júpiterquente* e *mancha vermelha júnior*.

O primeiro termo metaforiza o lançamento de jatos de raios gama, constituindo uma “bola de fogo”:

Uma das interpretações mais aceitas para os *gamma-ray bursts* é o chamado <modelo da bola de fogo><(fireball model)>. Em tal modelo os raios gama (primários) são devidos a jatos ultra-relativísticos com fatores de Lorentz variáveis (extremamente altos) e ejetados por um engenho central, enquanto os chamados *afterglows* são produzidos na interação entre o material ejetado e o meio (choques reversos e externos). (BUSTI, 2009, p. 51)

*Júpiter quente* representa um termo semelhante a *superTerra* no que concerne à retomada dos traços de outro planeta do Sistema Solar: refere-se a planetas que são gasosos e gigantes – como Júpiter – que, acredita-se, tenham se formado em pontos afastados de suas estrelas hospedeiras e depois migrado de alguma forma, posicionando-se muito próximo a elas, a ponto de suas órbitas estarem mais perto da estrela hospedeira do que a de Mercúrio em relação ao Sol. Por isso, a temperatura atmosférica desses corpos celestes é estimada em 1850°C; essa característica motivou a atribuição do adjetivo “quente” à denominação do corpo celeste:

Até agora esses <“júpiteres quentes”> têm sido considerados mundos exóticos da caça ao tesouro de exoplanetas. (AB, n. 9, p. 31)

É por isso que os teóricos passaram a investir mais na ideia de migração de planetas quando foram descobertos os primeiros <júpiteres quentes>. (AB, n. 9, p. 35)

Externando outra interessante metáfora, a *grande mancha vermelha* e a *mancha vermelha júnior*, presentes na atmosfera do planeta Júpiter, são as formas ovaladas que podem ser vistas na figura a seguir:



**Figura 1:** A *grande mancha vermelha* e a *mancha vermelha júnior* (formas ovaladas na parte inferior), em Júpiter.

A Grande Mancha Vermelha é uma tempestade complexa, que mede três vezes o diâmetro da Terra e se move, na atmosfera de Júpiter, em direção horária (OLIVEIRA FILHO; SARAIVA, 2005). Uma mancha de menor extensão formou-se recentemente na atmosfera do planeta, similar à Grande Mancha Vermelha, foi fotografada, em abril de 2006, pelo Telescópio Espacial Hubble, e apelidada de *mancha vermelha júnior*, por referência à mancha maior, que já existe há séculos. Esse é um caso peculiar de transferência semântica: a unidade lexical *mancha* e seu conceito foram emprestados da língua geral para o domínio especializado; posteriormente, o sintagma *mancha vermelha*, já cristalizado no domínio, passou da terminologia da Astronomia para ela própria. Consideramos o mesmo para “júpiter” em *júpiter quente* e “terra” em *superTerra*.

Desse modo, por mais objetiva que seja uma formação por metáfora, não é coincidência que haja uma distância considerável entre o significado dos sintagmas e o significado de seus elementos constituintes, de acordo com Basílio (2006). Como bem esclarece a autora, os sintagmas são formados por duas (ou mais) palavras unidas, e palavras são fundamentalmente polissêmicas. A atribuição de nomes por meio de uma predicação constitui um processo comum de expansão lexical, por meio do qual as unidades recebem denominações que fazem referência às suas propriedades específicas relevantes (BASÍLIO, 2006). Assim, a unidade neológica *planeta anão*, por exemplo, apesar de não ser totalmente objetiva, permite a inferência de traços que remetem ao significado do sintagma.

## NEOLOGIA POR EMPRÉSTIMO

O tipo de inovação lexical mais produtivo do domínio da Astronomia é uma das consequências, como temos afirmado, do caráter internacional das ciências, especialmente aquelas que estão envolvidas com a tecnologia no desenvolvimento de suas pesquisas e de seus modelos teóricos. A publicação de um artigo que contenha ideias inéditas para a área, em qualquer meio de divulgação renomado internacionalmente será, de forma inevitável, em inglês. Dessa forma, tanto para a denominação de um objeto astronômico recém-descoberto como para a proposta de um novo modelo teórico, o uso de uma língua de relações internacionais entre grupos linguisticamente distintos garante a rápida propagação da informação e o entendimento por parte da comunidade científica. O contexto a seguir atesta o uso de anglicismos na nomeação de corpos celestes recém-descobertos:

Podemos dividir os magnetares em duas classes que foram descobertas de forma independente, os <Anomalous X-ray pulsars><(AXPs)> e os <Soft Gamma-ray Repeaters><(SGRs)>. (SOUZA, 2009, p. 81)

Os textos compilados em nosso *corpus* de análise neológica contam com sentenças que causam, muitas vezes, a impressão de uma linguagem híbrida, mas corrente. A mistura dos anglicismos com a língua vernácula

mostrou-se uma característica muito comum, de modo que, em grande parte das vezes, não havia qualquer explicação ou tradução para o estrangeirismo. Apesar das marcas visuais, sobre as quais discorreremos a seguir, a junção dos idiomas parece ser feita de modo confortável:

[...] sendo a vida no planeta influenciada continuamente pela evolução solar ou por eventos astrofísicos vizinhos de alta energia, como supernovas, surtos de raios gama e <*giant flares*> de <*soft-gamma repeaters*>. (GALANTE, 2009, p. 13)

As principais regiões do disco de acreção são a mancha quente e a <*boundary-layer*>. A mancha quente é a região onde o material proveniente da secundária atinge o disco de acreção. A <*boundary-layer*> é a região mais interna do disco de acreção, onde o material deste é desacelerado até atingir a velocidade equatorial da anã branca e ser depositado sobre esta. (RIBEIRO, 2006, p. 7)

Por outro lado, a quase totalidade das unidades lexicais de origem estrangeira é realçada com marcas visuais, como itálico, aspas e negrito. Essas marcas caracterizam, como explica Rey-Debove (1978, p. 284), a conotação autonímica<sup>4</sup> da unidade lexical estrangeira, demarcada com sinais de distância metalinguística, não sendo percebida, dessa forma, como integrante da língua receptora. Como exemplo, citamos os termos *outflow* e *snowplow*, contextualizados a seguir:

Grãos constituídos de carbono ou silicatos são formados em <“outflows”> de estrelas na fase de gigante vermelha. (ALEMAN, 2007, p. 25)

Na última fase, chamada de <*snowplow*>, o material arrastado colapsa em uma fina (<1pc), densa ( $10^6 - 10^8 \text{cm}^{-3}$ ) e fria concha, devido ao resfriamento radiativo [...] (GALANTE, 2009, p. 37)

As formastradutórias, dispostas após o estrangeirismo, também se mostraram como um recurso recorrente nos textos, por meio de um decalque, de um equivalente em português, de uma paráfrase ou, ainda, de enunciados definitórios. Em todos esses procedimentos, revela-se, igualmente, o fenômeno da conotação autonímica. Exemplificando esses casos de contato da língua estrangeira com a língua vernácula, iniciamos com comentários sobre o decalque.

Na grande maioria dos contextos expostos nessa parte de nosso trabalho, é possível notar que, em qualquer uma das tipologias neológicas, estão presentes os empréstimos em forma de decalque, segundo o qual o termo é traduzido e ocorre uma adaptação à estrutura da língua portuguesa. Esse tipo de fenômeno é notável, especialmente, nas formações sintagmáticas.

Desse modo, as formações que em inglês apresentam a estrutura *elemento determinante + elemento determinado*, transformam-se, na maioria dos casos, na estrutura inversa em português, com o elemento determinado ocupando a primeira posição no sintagma, seguido pelo determinante, de

acordo com as regras morfossintáticas do idioma. Esse fenômeno está relacionado com o que Hermans e Vansteelandt (1999) chamam de *neologiatradutiva*:

Uma primeira observação é a predominância de sintagmas, em nosso *corpus* de neologismos de tradução, seja qual for a língua do termo fonte. Temos por hipótese que este grande número está ligado ao próprio processo de neologia tradutiva. De fato, se compararmos os neologismos não tradutivos com o resto do *corpus*, constatamos que a percentagem de sintagmas é maior na segunda categoria<sup>5</sup>. (HERMANS; VANSTEELANDT, 1999, p. 39)

Essa adaptação à estrutura da língua portuguesa é exemplificada pelos pares já referidos *ultra-short period planet/ planeta de período ultracurto*; *small Solar-System body/ corpo menor do Sistema Solar* e *hot-jupiter*, do qual foi decalcado *júpiter quente*.

Os decalques não são necessariamente seguidos do termo de origem ou antecidos por ele. Nesse caso, pode-se ignorar o caráter estrangeiro do termo neológico, tornando-se o decalque uma espécie de empréstimo camuflado. Para identificar esse caráter na unidade lexical, é necessário que se realize uma pesquisa em textos em outras línguas. Elencamos outros exemplos de decalque nos contextos a seguir, os quais fazem referência ao termo de origem:

Este fenômeno – conhecido como <escurecimento gravitacional><(gravity darkening)> – é mais evidente em estrelas com alta rotação [...] (TEODORO, 2009, p. 17)

Burton formulou a hipótese de que tais distorções resultam dos chamados <movimentos de corrente><(streaming motions)> associados aos braços espirais. (JUNQUEIRA, 2009, p. 38)

Juntos resultaram em numerosas amostras de estrelas MP da Galáxia e posterior identificação de <estrelas pobres em metais enriquecidas em carbono> (<CEMP>, <carbon-enhanced metal-poor>). (ALMEIDA, 2009, p. 27)

Observamos, no primeiro contexto acima, que houve apenas a inversão de modo que o sintagma fosse adaptado à estrutura da língua portuguesa. No segundo caso, a adaptação à estrutura da língua portuguesa exigiu que o determinante fosse seguido pelo sintagma preposicionado e, no último exemplo, o decalque resulta em uma composição sintagmática bastante complexa, com dois adjetivos seguidos, cada um, de um sintagma preposicionado.

Registramos, também, a manifestação do enunciado tradutório sob a forma de um equivalente em português. Nota-se, no contexto a seguir, que, mesmo após inserir a tradução de *waiting point* entre parênteses, o autor utilizou o anglicismo, e não a tradução, para referir-se ao sintagma pela segunda vez:

Quando a captura de nêutrons é interrompida, temos o chamado <Waiting Point>(ponto de espera), que é o ponto onde o decaimento  $\beta$  deve ocorrer antes que mais nêutrons sejam adicionados. Para cada Z existe um <waiting point> distinto, que por sua vez também depende de T e Nn. (PLACCO, 2007, p.16)

De modo semelhante a uma tradução do termo, o autor do texto pode, igualmente, servir-se do recurso das paráfrases para explicar um termo neológico. Esse recurso é isolado no contexto por meio de travessões ou entre parênteses, como vemos na paráfrase explicativa do termo *eraly-AGB*, destacada no seguinte contexto:

A AGB pode ser dividida em duas fases: (i) a <early-AGB> (<estrelas que acabaram de entrar na fase AGB>), onde a camada que queima H se extinguiu devido a expansão do envoltório e a luminosidade é provida da camada que queima He [...] (JUNQUEIRA, 2009, p. 42)

Outro recurso que visa à descrição de uma unidade neológica estrangeira é um enunciado em forma de definição, que pode ser empregado após o termo neológico. Esse recurso, bem como os dois anteriores, parece indicar que o emissor é consciente de que o estrangeirismo pode não ser compreendido por seu interlocutor. Desse modo, dispõe-se de uma definição da unidade lexical neológica, no intuito de esclarecer o conceito descrito:

Usando nossos modelos magneto-hidrodinâmicos, auto-consistentes, tri-dimensionais, estimamos para ventos de estrelas da pré Sequência Principal a escala temporal de migração planetária devido a forças de arraste exercidas pelo vento em um planeta tipo <hot-Jupiter> (<i.e., um planeta gigante que orbita muito próximo da estrela>). (VIDOTTO, 2009, p. xii)

Note-se o uso da forma inglesa de *júpiter quente* (*hot-Jupiter*) nesse exemplo, extraído de uma tese, no ano de 2009. Como já relatamos, na revista de divulgação científica, em 2006, o termo foi grafado em português. Tal fato expressa a opção pelo uso de anglicismos no meio científico e da língua vernácula nos meios de divulgação.

Para a identificação de uma unidade lexical neológica, estrangeira ou não, pode-se considerar, também, outras marcas metalinguísticas. Estas podem ocorrer na forma de termos que fazem uma ligação da denominação com o conceito, como *chamado*, *denominado*; é comum, da mesma forma, que uma unidade lexical seja introduzida por outras palavras metalinguísticas, como o substantivo *denominação*, *termo*, *expressão* e os verbos *designar*, *chamar* etc.:

O termo <PDR> designa a zona de uma nuvem onde as condições físicas e a química das espécies são dominadas pelos fótons da faixa entre 6 e 13,6 eV. (ALEMAN, 2007, p. 16)

Os chamados <*gamma-ray bursts*> são emissões curtas e intensas de raios gama (0.01- 1MeV) que tem fascinado astrônomos e cosmólogos desde sua inesperada detecção no final da década de 60. (BUSTI, 2009, p. 45)

A estrutura das nuvens é bastante complexa, formada por subunidades chamadas <*clumps*>, cuja densidade é tipicamente da ordem de  $10^3\text{cm}^{-3}$  para hidrogênio, enquanto nas outras áreas fica em torno de  $10^2\text{cm}^{-3}$ . (GALANTE, 2009, p. 37)

Provavelmente, esta estrutura está relacionada com a região conhecida como <*radio spot*>, que é onde localiza-se o pico na emissão em rádio na faixa de 3 cm. (TEODORO, 2009, p. 113)

Registramos, em um dos textos em língua francesa, um caso de falsostrangeirismo, que se refere a um termo derivado que se adaptou ao sistema fonológico e morfológico da língua receptora. No *corpus* de análise em português, não houve nenhuma ocorrência desse tipo de fenômeno. Em francês, o seguinte contexto nos mostra o falso estrangeirismo seguido da tradução, também adaptada à morfossintaxe da língua:

Ce spectre révèle les mêmes raies d'émission étranges. Schmidt réalisa que c'était les raies de l'hydrogène <*redshiftées*> (décalées vers le rouge) de 15,8 % ! (SABY, 2008)

Assim, o termo de origem inglesa *redshift*, “deslocamento para o vermelho”, foi parcialmente adaptado para o francês, que, para se referir ao fenômeno no particípio (*deslocado*), criou uma espécie de “redshiftado” e, na tradução que se seguiu, manteve-se a forma do particípio em *décalée*. Essa foi a única ocorrência de *redshifté* e de sua tradução, sob a forma participial, nos textos de língua francesa, que, na maioria das vezes, registram a forma vernácula *décalage vers le rouge*. No *corpus* em português, ao contrário, a ocorrência da forma vernácula é mínima, predominando a escolha do empréstimo.

Algumas formações híbridas, compostas por um dos elementos em inglês e o outro em língua vernácula, foram registradas em nosso domínio de estudo. No primeiro exemplo a seguir, o fenômeno é claramente perceptível:

A distribuição das Variáveis Cataclísmicas de acordo com o período orbital apresenta um déficit de objetos no intervalo de 2 a 3h, conhecido como <“*gap de períodos*”>. (RIBEIRO, 2006, p. 3)

Em um segundo contexto, a forma híbrida se dá ao unir a sigla em inglês *AGB*, que designa *Asymptotic Giant Branch*, a uma forma composta em português; entretanto, a variante desse termo, que se lhe segue, não é híbrida, constituindo uma sigla na língua inglesa:

A AGB pode ser dividida em duas fases: [...] (ii) a <AGB termopulsante><(TP-AGB)>, que começa com a reignição de uma camada fina de H. (JUNQUEIRA, 2009, p. 42)

As formações abreviadas, como já foi possível notar nos vários exemplos apresentados, são extremamente recorrentes nos termos do domínio da Astronomia. De fato, o uso de siglas e acrônimos é um recurso muito econômico com relação ao termo expandido a que se refere e, por esse motivo, as formações sintagmáticas são, muitas vezes, reduzidas com o auxílio desses recursos. Exemplificamos, primeiramente, com as siglas presentes em contextos do *corpus* de nossa pesquisa:

A primeira fase é chamada de <Ramo das Gigantes Vermelhas> (<RGB>, do inglês <Red Giant Branch>), a segunda fase é conhecida como o <Ramo Assintótico das Gigantes> (<AGB>, do inglês <Asymptotic Giant Branch>). (JUNQUEIRA, 2009, p. 41)

Algumas destas estrelas são quentes e estão passando por uma rápida fase conhecida como <LBV> ou <luminous blue variable><(variável luminosa azul)>. (TEODORO, 2009, p. 17)

O fato de não se encontrar tais estrelas com  $M_{bol} < -7$  (Paczynski, 1971) sugere que estrelas com massas intermediárias possuam um processo de produção de  ${}^{14}\text{N}$  a partir do consumo de  ${}^{12}\text{C}$ , a chamada <queima na base do envoltório convectivo> (<HBB>, <hot bottom burning>). (ALMEIDA, 2009, p. 31)

Em NPs, a emissão de H<sub>2</sub> já foi analisada assumindo a existência de (1) glóbulos densos de material neutro (...), (2) <regiões de fotodissociação> (<PDRs>, abreviação dos termos em Inglês <“photodissociation region”>). (ALEMAN, 2007, p. 12)

Em energias de 15-25MeV, os núcleos apresentam a chamada <ressonância gigante>(<Giant Dipole Resonance> - <GDR>), quando prótons e nêutrons no interior do núcleo são excitados de maneira a criar um momento de dipolo elétrico oscilante. (GALANTE, 2009, p. 46)

(...) porém como desejamos comparar todos os possíveis efeitos do surto, incluímos também a propagação da radiação  $\gamma$  e a de um <jato de raios cósmicos> (<cosmic ray jets> – <CRJ>). (idem, p. 60)

Redigir repetidamente, em um texto, uma composição sintagmática como *queima na base do envoltório convectivo*, extraída do terceiro contexto acima, pode parecer pouco econômico; servir-se da sigla, ainda que em inglês, parece uma solução prática e bem-aceita pela comunidade da área. Dessa forma, ocorre a redução do sintagma, que se torna formalmente mais simples e mais econômico no processo da comunicação. O astrofísico Hong-Yee Chiu,



em 1964, comentava a esse respeito na revista *Physics Today*, sobre a então recente descoberta dos quasares, que contavam apenas com a designação sintagmática *quasi-stellar radio source*, e propõe o acrônimo:

Pour l'instant, le mot plutôt maladroit et indéterminable de « quasi-stellar radio source » est utilisé pour décrire ces objets. Comme la nature de ces objets nous est complètement inconnue, il est difficile de leur donner une nomenclature courte et appropriée, même si leurs propriétés essentielles viennent de leur nom. Par esprit pratique, la forme abrégée « quasar » sera utilisée tout au long de cet article. (HONG-YEE CHIU, 1964, apud SABY, 2008)

Assim, alguns acrônimos registrados em nosso *corpus* textual são seguidos, primeiramente, pelo respectivo termo expandido, como contextualizado no primeiro exemplo a seguir:

Em muitas estrelas AGBs ricas em oxigênio são encontradas emissões <maser><(Microwave Amplification by Stimulated Emission of Radiation)> de OH, com frequências típicas de 1612MHz. (JUNQUEIRA, 2009, p. 44)

A observação, chamada <Busca de Planetas Extra-solares Eclipsantes na Janela de Sagitário> (<Sweep> – Sagitarius Window Eclipsing Extrasolar Planet Search), monitorou uma rica concentração de estrelas durante um período de sete dias. (AB, n. 9, p. 31)

No caso dos <planetas Sweeps>, o Telescópio espacial James Webb poderá fazer observações de longa duração. (AB, n. 9, p. 35)

O acrônimo *Sweep*, no segundo contexto, reduz o termo complexo formado por dez elementos em português, que enfatiza uma técnica de busca: ao detectar a variação periódica da luz de uma estrela, através da interferência da órbita de um planeta, detecta-se esse planeta. Alves (1994, p. 14) relata que há a possibilidade de que os termos acronímicos originem outros neologismos. A composição sintagmática *planeta Sweep*, apresentada no terceiro contexto, é um exemplo desse fenômeno.

Uma observação final quanto aos empréstimos que, certamente, já foi possível ser notada em vários dos contextos descritos, é a evidência do inverso das formas tradutórias, ou seja, a preocupação do autor do texto em retomar a origem inglesa de uma unidade lexical após enunciar a forma traduzida ao português, tanto relativamente a termos simples como no que concerne aos sintagmas:

Mais recentemente confirmou-se a presença de uma segunda camada de <cisalhamento><(shear)> radial localizada próxima à superfície. Esse <shear> é aparentemente negativo em

quase todas as latitudes com possivelmente uma fração positiva em latitudes perto dos pólos. (ERASO, 2009, p. 42)

De fato, Braun e Birch (2008) fizeram uma análise da razão sinal-ruído na base da zona de convecção e concluíram que para se detectar esse fluxo, com a técnica de <hélioossimologia tempo-distância><(time-distance helioseismology)>, seria necessário mais de uma década de medições. (ERASO, 2009, p. 45)

A descoberta de sistemas binários com troca de material enriquecido em carbono, como a <estrela de carbono anã> (<dC>, <dwarf carbon star>) G77-61, as estrelas de Ba e as de tipo espectral C-H, tornou fundamental a investigação no sentido de distinguir esses dois efeitos. (ALMEIDA, 2009, p. 32)

O fator S é o chamado <coeficiente de adesão termicamente ponderado> (em inglês, <“thermally averaged sticking coefficient”>) do átomo de hidrogênio. (ALEMAN, 2007, p. 31)

Isso faz com que os níveis rovibracionais sejam divididos em duas componentes, que são indicadas pelos sinais “+” e “-” sobrescritos depois do símbolo para o momento na notação do nível. Esse fenômeno é conhecido como <desdobramento  $\Lambda$ > (<“ $\Lambda$  doubling”>, em Inglês). (ALEMAN, 2007, p. 40)

Externa-se, com essa estratégia, uma preocupação dos autores de se fazerem compreender, e, por outro lado, a instabilidade do termo em português. Nesse sentido, todas essas inconstâncias constituem, também, um indício de que se está diante de uma unidade lexical de caráter neológico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os processos tipológicos analisados, destacamos os processos da neologia sintática formada por composição sintagmática, composição subordinativa, siglas e acrônimos. As unidades lexicais neológicas oriundas do inglês, em forma de empréstimo, mostraram-se de grande produtividade, especialmente no que diz respeito à formação por decalque, que consideramos como um empréstimo opaco. Destacamos também a transferência semântica ocasionada por meio de metáforas a partir de termos da língua geral.

As várias formas de apresentação das unidades lexicais de origem estrangeira em nosso *corpus* de análise, como as marcas visuais no texto, formas tradutórias e explicativas, enunciados definitórios etc., podem evidenciar que a unidade lexical estrangeira é percebida como tal. Dessa forma, diferentemente de itens já lexicalizados, como Big Bang, essas unidades ainda são instáveis no conjunto terminológico e podem, por isso, ser categorizadas como empréstimos.

Não houve a ocorrência da neologia fonológica. Esse fenômeno, aliás, como explica Alves (1994), é extremamente raro, uma vez que “supõe a criação de um item léxico cujo significante seja totalmente inédito, isto é, tenha sido criado sem base em nenhuma palavra existente” (ALVES, 1994, p. 11).

Usualmente, os termos mais gerais e que designam objetos astronômicos mais comuns possuem equivalentes em português. Já os neologismos que, por natureza, acabam por designar objetos recém-descobertos e geralmente mais específicos, ou modelos teóricos novos que devem ser divulgados a toda a comunidade internacional, são quase que inevitavelmente neologismos por empréstimo, em textos científicos. Tal fato não ocorre, de maneira tão evidente, nos meios de divulgação, que buscam a difusão da astronomia em uma linguagem mais acessível ao grande público.

O caso do neologismo *júpiter quente*, por exemplo, revela esse fenômeno: já registrado na forma decalcada na revista de divulgação científica em 2006, foi empregado sob a forma inglesa *hot-Jupiter* em uma tese de 2009. Assim, no *corpus* científico, a maioria dos termos novos é criada e permanece, geralmente, em inglês; por isso, no *corpus* de divulgação, muitos termos são decalques desses estrangeirismos e é dessa tradução que tendem a surgir, no domínio da Astronomia, os neologismos em língua vernácula.

## NOTAS

- (1) Cf. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP)**. 5. ed. São Paulo: Global Editora, 2009.
- (2) Contemporary observations are changing our understanding of planetary systems, and it is important that our nomenclature for objects reflect our current understanding. This applies, in particular, to the designation “planets”. The word “planet” originally described “wanderers” that were known only as moving lights in the sky. Recent discoveries lead us to create a new definition, which we can make using currently available scientific information. Disponível em: [http://www.iau.org/ALL\\_NEWS.253.0.html](http://www.iau.org/ALL_NEWS.253.0.html). Acesso em: 15 fev. 2014.
- (3) A “dwarf planet” is a celestial body that (a) is in orbit around the Sun, (b) has sufficient mass for its self-gravity to overcome rigid body forces so that it assumes a hydrostatic equilibrium (nearly round) shape, (c) has not cleared the neighbourhood around its orbit, and (d) is not a satellite. Disponível em: [http://www.iau.org/ALL\\_NEWS.253.0.html](http://www.iau.org/ALL_NEWS.253.0.html). Acesso em: 15 fev. 2014.
- (4) Segundo o conceito de conotação autonímica, o fragmento mencionado é, ao mesmo tempo, um objeto que se mostra e do qual se faz uso (AUTHIER, 1981).
- (5) Une première observation est la prédominance de syntagmes, dans notre corpus de néologismes de traduction et ce, quelle que soit la langue du terme-source. Nous émettons l'hypothèse que ce grand nombre est lié au processus même de la néologie traductive. En effet, si l'on compare les néologismes non traductifs avec le reste du corpus, on constate que le pourcentage de syntagmes est plus élevé dans la seconde catégorie.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEMAN, I. R. G. **Emissão da molécula H<sub>2</sub> em nebulosas planetárias**. Tese (Doutorado em Astronomia) – Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ALMEIDA, T. M. **A origem do carbono no Universo**: insights a partir de observações de estrelas pobres em metais nas nuvens de Magalhães. Dissertação (Mestrado em Astronomia) – Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ALVES, I. M. **Neologismo**. Criação lexical. 2.ed. São Paulo: Ática, 1994.

ALVES, I. M. A delimitação da unidade lexical nas línguas de especialidade. In: BASÍLIO, M. (Org.). **A delimitação das unidades lexicais**. Rio de Janeiro: PUC, 1999. (Série Palavra)

ALVES, I. M. **Um estudo sobre a neologia lexical**: os microssistemas prefixais do português contemporâneo. Tese (Livre-Docência em Lexicologia e Terminologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ASTRONOMY **Brasil**: Revista de divulgação internacional de Astronomia. Vários volumes. São Paulo: Duetto Editorial/ Editora Andromeda, 2006-2007.

AUGER, P. Néologicité et extraction néologique automatisée. In: CABRÉ, M. T. et al(eds.). **ICONGRÉS INTERNACIONAL DE NEOLOGIA DE LES LLENGÜES ROMÀNIQUES**, 1, 2008, Barcelona. **Actes...** Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada/Universitat Pompeu Fabra, 2010. p. 117-122.

AUTHIER, J. Paroles tennes à distance. In: CONEIN, B. et al. **Matérialités discursives**. COLLOQUE DES 24-26 AVRIL, 1980, Nanterre. **Actes...** Nanterre: Presses Universitaires de Lille, 1981. p. 127-142.

BASILIO, M. Metaphor and metonymy in word formation. **Delta**, São Paulo, v. 22, n. esp., 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-44502006000300006&lng=en&nrm=iso&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502006000300006&lng=en&nrm=iso&tlng=en)>. Acesso em: 21 jan. 2010.

BUSTI, V. C. **Quantificando as inomogeneidades da matéria com supernovas e Gamma-Ray Bursts**. Dissertação (Mestrado em Astronomia) – Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ERASO, G. A. G. **Estudos numéricos do dínamo Solar**. Tese (Doutorado em Astronomia) – Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FRIAÇA, A et al. **Astronomia**: uma visão geral do Universo. São Paulo: Edusp, 2006.

GALANTE, D. **Efeitos astrofísicos e astrobiológicos de Gamma-Ray Bursts**. Tese (Doutorado em Astronomia) – Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

HERMANS, A.; VANSTEELANDT, A. Néologie traductive. **Terminologies nouvelles**, v. 20, p. 37-43, 1999. Disponível em: <<http://www2.cfwb.be/franca/termin/charger/rint20.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2009.

JUNQUEIRA, T. C. **Determinação da curva de rotação galáctica e estudo do mínimo próximo a  $R_0$** . Dissertação (Mestrado em Astronomia) – Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

KOCOUREK, R. **La langue française de la technique et de la science**. 2. éd. Wiesbaden: Brandstetter Verlag, 1991.

KRIEGER, M. G. Terminologia técnico-científica: seu papel no Mercosul. **Boletim da Abralín**, n. 24, fev. 2001. Disponível em: <[http://www.letras.ufrj.br/abralin/boletim/boletim24\\_tema02.html](http://www.letras.ufrj.br/abralin/boletim/boletim24_tema02.html)>. Acesso em: 25 fev. 2008.

LÉPINE, J. **A Via Láctea: nossa ilha no Universo**. São Paulo: Edusp, 2008.

MELLO, S. F. **A nova definição de planeta**, 2007. Disponível em: <<http://www.astro.iag.usp.br/~dinamica/iau-planeta.html>>. Acesso em: 15 maio 2008.

NÚCLEO de Astronomia do CCVALG. **Retrospectiva Astronômica de 2007**. Disponível em: <[http://www.ccvalg.pt/astronomia/noticias/2007/12/29\\_retrospectiva\\_astronomic\\_a\\_2007.htm](http://www.ccvalg.pt/astronomia/noticias/2007/12/29_retrospectiva_astronomic_a_2007.htm)>. Acesso em: 16 maio 2008.

OLIVEIRA FILHO, K. S.; SARAIVA, M. F. O. **Astronomia e Astrofísica**. Porto Alegre: Livraria da Física, 2005. Disponível em: <<http://astro.if.ufrgs.br>>. Acesso em: 12 jun. 2006.

PIRES, A. M. **Population of radio-quiet and thermally emitting isolated neutron stars**. Tese (Doutorado em Astronomia) – Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PLACCO, V. M. **Padrões de abundâncias entre estrelas muito pobres em metais no halo da galáxia**. Dissertação (Mestrado em Astronomia) – Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

REY-DEBOVE, J. **Le métalangage**. Paris: Le Robert, 1978.

RIBEIRO, F. M. A. **Uma análise espectroscópica de discos de acreção em variáveis cataclísmicas**. Tese (Doutorado em Astronomia) – Instituto de

Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SABY, G. **Les quasars.** 2008. Disponível em: <<http://www.astrofiles.net/astronomie-les-quasars-47.html>>. Acesso em: 6 abr. 2009.

SOUZA, R. S. **Origem e evolução dos campos magnéticos cosmológicos.** Tese (Doutorado em Astronomia) – Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

TEODORO, M. M. **Análise multi-espectral dos eventos cíclicos de  $\eta$  Carinae.** Tese (Doutorado em Astronomia) – Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VIDOTTO, A. A. **Three-dimensional numerical simulations of magnetized winds of low-mass stars.** Tese (Doutorado em Astronomia) – Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

## A NEOLOGIA EM COMBINATÓRIA: SINTAXE, SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA NA CONFIGURAÇÃO DOS TERMOS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Fernanda Mello DEMAI  
Universidade de São Paulo (Doutoranda)  
fernanda.demai@gmail.com

**RESUMO:** Educação do Campo (EC) é o termo que designa o ensino e a aprendizagem nas regiões rurais, protagonizados por mulheres, homens e crianças que integram movimentos sociais em prol da Reforma Agrária. Neste trabalho, objetivamos apresentar as relações entre os tipos de neologia sintagmática e semântica na configuração dos termos da EC, com a utilização de princípios e de métodos da Terminologia, da Morfossintaxe, da Semântica, da Pragmática e dos Estudos da Neologia. Estruturamos um *corpus* de análise neológico, com base em uma seleção de termos dos últimos 10 anos, envolvendo a produção de 3 instituições brasileiras e autores independentes. São compostos sintagmáticos 99% dos quase 700 termos. Propomos uma tipologia da combinatória entre o plano sintagmático e o semântico-pragmático, com as categorias: 1) composições sintagmáticas em combinatória com metáforas; 2) composições sintagmáticas em combinatória com metonímias; 3) composições sintagmáticas sinônimas; 4) composições sintagmáticas em combinatória com empréstimos de outras áreas; 5) composições sintagmáticas em contexto ideológico. Destacam-se as composições sintagmáticas em combinatória com metonímias. Exemplos: *adolescência Sem Terra; analfabetismo nos assentamentos; conquista da terra; infância Sem Terra; luta por terra; revalorização rural.*

**PALAVRAS-CHAVE:** Terminologia; Neologia; Sintaxe; Semântica; Educação do Campo.

### INTRODUÇÃO

Este é um recorte de uma pesquisa maior, de Doutorado, sobre a terminologia da Educação do Campo (EC) - expressão atribuída aos conceitos referentes ao ensino, à aprendizagem e à educação nas regiões rurais.

Objetivamos apresentar aspectos da criação lexical (neologia) nessa linguagem de especialidade, a terminologia da área de Educação do Campo.

A neologia que marca a terminologia da EC não pode ser considerada apenas por um ponto de vista. Coexistem tipos de neologia na criação de um termo. Esses processos, a nosso ver, têm igual importância na criatividade lexical em geral e na formação de termo a termo, em particular.

Verifica-se, de forma sobressalente, a composição sintagmática como processo principal de neologia, associada a outro processo principal (e não secundário), a neologia semântica, notadamente na forma de metonímias.

Julgamos que, como as metonímias representam relações mais concretas que as metáforas, os recursos metonímicos nas terminologias tendem a ser maiores em algumas áreas de especialidade. Este é o caso da Educação do Campo.

## FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS

A neologia, como sistemática das possibilidades de criação lexical, dá origem a palavras da língua geral e também a termos das diversas linguagens de especialidade.

Julgamos neológicos os termos que apresentam inovações no significante (forma) e/ ou no significado (conteúdo).

Teremos como foco três tipos de neologia:

- a) **neologia sintagmática**: caracterizada por alterações no plano da organização horizontal dos elementos na frase, cujo princípio é a formação de um novo signo a partir da combinação de vários signos distintos já existentes na língua. Exemplos: *cultura escolar cooperativa*; *aluno do campo*.
- b) **neologia semântica**: caracterizada pela formação de significados inéditos, pela mudança de classe gramatical (conversão), pelo desenfoque semântico (substituição indevida de um parassinônimo por outro), por sentidos metafóricos ou metonímicos. (GUILBERT, 1975); (ALVES, 2000; 2007); (BARBOSA (1981) – exemplos a seguir.
- c) **neologia por empréstimo** (empréstimo interno): apropriação e ressignificação de termos oriundos de outras áreas: Sociologia, História, Política, História dos Movimentos Sociais do Campo, Educação Geral. Exemplos: *INCRA*, *áreas de assentamento*.

Além de nosso *corpus* de análise, organizamos um *corpus* mais antigo, nos mesmos padrões em foi sistematizado o mais atual.

Nosso *corpus* inicial, já filtrado, era de 886 termos, e tínhamos textos publicados desde 1990. Nosso estudo teve início em 2010, logo estávamos com textos de 20 anos.

Selecionamos, para nosso *corpus* de análise, o recorte dos últimos 10 anos (a contar do início da pesquisa de doutorado), perfazendo um total de 670 termos, representativos e específicos da Educação do Campo, ou ainda que se constituem em empréstimos internos de outras áreas de especialidade.



## ANÁLISE

A partir da análise do *corpus* da área de Educação do Campo, estabelecemos uma tipologia para os compostos sintagmáticos, de acordo com sua configuração conceitual-terminológica.

Essa tipologia traz dois aspectos: um é o formal, o outro é o semântico-pragmático. Esses dois pontos de vista apresentados têm o intuito de demonstrar etapas do processo de terminologização da área em questão, ou seja, a transposição de conceito para termo (BARBOSA, 2007) como a criação no plano da expressão (neologia morfossintagmática) e a respectiva criação no plano do conteúdo (neologia semântica, a qual depende de aspectos pragmáticos).

Fizemos separações em etapas, de forma metodológica, para fins explanativos, mas é impossível separar o aparato formal do semântico-pragmático.

De todo modo, segue nossa análise.

Do ponto de vista **formal**, são verificadas as estruturas:

### 1. determinado + determinante, em relação de subordinação

#### 1.1 Estruturas mais frequentes

1.1.1 substantivo + preposição + substantivo

1.1.2 substantivo + adjetivo

1.1.3 substantivo + preposição + substantivo + preposição + substantivo

1.1.4 substantivo + preposição + substantivo + adjetivo

1.1.5 substantivo + adjetivo + preposição + substantivo

1.1.6 substantivo + preposição + sigla

1.1.7 substantivo + adjetivo + preposição + substantivo + preposição + substantivo

1.1.8 substantivo + adjetivo + preposição + substantivo + adjetivo

1.1.9 substantivo + preposição + substantivo + preposição + sigla

1.1.10 substantivo + adjetivo + adjetivo

1.1.11 substantivo + adjetivo + preposição + sigla

Nessas estruturas, podemos notar que:

- a) **as siglas têm função de substantivo nos sintagmas preposicionados** - exemplo: *luta do MST* (*MST* é o substantivo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)
- b) **os sintagmas preposicionados têm função adjetival** - exemplo: *Educação do Campo* (*do campo*, sintagma preposicionado, representa o adjetivo *campesino*)
- c) **dois adjetivos podem ser necessários para especificar um substantivo** - *escola técnica agrícola* (*técnica* e *agrícola* são dois adjetivos necessários à formação do determinante do termo *escola*; apenas um adjetivo não daria conta de terminologizar o conceito).
- d) **dois sintagmas preposicionados podem ser necessários para especificar um substantivo** - exemplo: *escola de assentamento do*

*MST* (*de assentamento* é um especificador sintagma preposicionado, mas foi necessário também, no processo de terminologização, acrescentar outro sintagma preposicionado, *do MST*, pois nem toda escola de assentamento pertence ao MST).

- e) **um sintagma preposicionado e um adjetivo podem ser necessários para especificar um substantivo** - exemplo: *mística da luta popular* (o sintagma preposicionado *da luta* precisa ser acompanhado do adjetivo *popular*, pois o conceito refere-se a um determinado tipo de luta, não sendo possível omitir essa determinação).
- f) **um adjetivo e dois sintagmas preposicionados podem ser necessários para especificar um substantivo** - exemplo: *política pública da educação do campo* (o adjetivo *pública* é imprescindível no processo de terminologização do conceito "política pública de educação", mas o outro determinante, sintagma preposicionado *do campo* também é imprescindível, pois não se trata de nenhum outro tipo de política pública de Educação a não ser da Educação do Campo, com todas as suas especificidades).
- g) **dois adjetivos e um sintagma preposicionado podem ser necessários para especificar um substantivo** - exemplo: *Grupo Executivo de Ensino Agrícola* (o adjetivo *executivo* é indispensável à terminologização do conceito já existente em outras áreas, "Grupo Executivo", um órgão diretor, que promove ações importantes em relação a algum assunto. No caso, o assunto é "Ensino", e não apenas "Ensino" e sim "Ensino Agrícola". Logo, dois adjetivos e um sintagma preposicionado foram necessários para a configuração desse termo).
- h) **os empréstimos de outras áreas já carregam as respectivas estruturas morfossintáticas complexas**- exemplo: Associação Nacional de Cooperação Agrícola (um empréstimo interno, o nome de uma instituição, que já carrega a estrutura sintagmática complexa, como vemos nos termos criados na própria área de Educação do Campo).

No processo de terminologização da Educação do Campo (EC), a função adjetival com a utilização de sintagmas preposicionados é mais representativa do que a função adjetival com a utilização exclusivamente de adjetivos simples (uma só lexia), o que não deixa de representar o caráter neológico dos termos, em vias de lexicalização. A utilização de SP e não de adjetivos aproxima a terminologia em questão do discurso, da língua posta "em funcionamento". As estruturas exclusivamente adjetivais podem apresentar a tendência a uma linguagem mais elaborada, e até artificiosa, como em "população campesina" x "população do campo". As duas formas coexistem em nosso *corpus*, mas existe sim a predominância dos determinantes SP (sintagma preposicionado) em detrimento dos determinantes adjetivais simples.

Entretanto, como todo conjunto linguístico neológico, a terminologia da EC está em um percurso no *continuum* do menos lexicalizado para o mais lexicalizado, e podemos notar também a combinatória dos adjetivos com os sintagmas preposicionados na expressão da função adjetival nos termos sintagmáticos da área em questão:

- a) função adjetival somente representada por SP: 2 arquétipos de composição sintagmática - subs + SP; subs + SP + SP
- b) função adjetival somente representada por adjetivo simples: 2 arquétipos de composição sintagmática - subs + adj; subs + adj + adj
- c) função adjetival representada por SP e por adjetivo simples, com primazia de SP: 1 arquétipo de composição sintagmática - subs + adj + SP + SP
- d) função adjetival representada por SP e por adjetivo simples, com primazia de adjetivo simples: 1 arquétipo de composição sintagmática - subs + adj + SP + adj
- e) função adjetival representada por SP e por adjetivo simples, com igualdade: 2 arquétipos de composição sintagmática - subs + SP + adj; subs + adj + SP.

Desse modo, configuram-se, do ponto de vista formal, tendo em vista o significante, os termos sintagmáticos da área de Educação do Campo.

Do ponto de vista **semântico-pragmático**, são verificadas as estruturas:

- 1) composições sintagmáticas em combinatória com metáforas
- 2) composições sintagmáticas em combinatória com metonímias
- 3) composições sintagmáticas sinônimas
- 4) composições sintagmáticas em combinatória com empréstimos de outras áreas
- 5) composições sintagmáticas em contexto ideológico

Nessas estruturas, podemos notar que, quanto aos itens 1 e 2, as composições sintagmáticas em combinatória com metonímias são mais representativas e mais recorrentes que as composições sintagmáticas em combinatória com metáforas.

Julgamos que, como as metonímias representam relações mais concretas que as metáforas, a força metonímica nas terminologias tende a ser maior em algumas áreas de especialidade, e a Educação do Campo é uma delas. Por exemplo: são muito significativas as expressões metonímicas como as que seguem, pois representam claramente a conceptualização da área de Educação do Campo e trazem à tona a "força" que os conceitos da área carregam na sociedade:

- (1) adolescência Sem Terra
- (2) analfabetismo nos assentamentos
- (3) conquista da terra
- (4) infância Sem Terra
- (5) luta por terra
- (6) revalorização rural

As metonímias da Educação do Campo, a nosso ver, terão, com a continuidade da transformação diacrônica dos termos da área, sempre uma supremacia em relação às metáforas, as quais, para serem depreendidas,

necessitam de um conhecimento prévio maior do ouvinte/ leitor, enquanto que as metonímias terminológicas da Educação do Campo permitem associações mais diretas e objetivas de um público leigo (e quase toda a sociedade brasileira é um público leigo em relação aos conceitos e aos termos da Educação do Campo).

Conforme segue, as metáforas da Educação do Campo, como metáforas de outras áreas de especialidade, bem como da língua geral, necessitam de uma maior "afinidade cultural" para sua interpretação; são mais abstratas as relações metafóricas.

Os termos metafóricos a seguir, por exemplo, constituem-se possivelmente em enigmas para o público leigo, que passará por elas sem alcançar cognitivamente seu verdadeiro significado com uma leitura imediatista e/ ou objetivista:

- (1) cultivo da Mística do MST
- (2) escola base
- (3) professor de fora
- (4) professor de dentro
- (5) processo de ocupação da escola
- (6) escola em movimento

Esses termos metafóricos são mais herméticos, pois um leitor pouco ou nada familiarizado com a conceptualização e com a terminologização da Educação do Campo não terá como depreender o que é a "Mística do MST", muito menos o que seria seu cultivo, nem mesmo pelos contextos isolados - seria necessário pesquisar e ler atentamente um conjunto de obras, um *corpus* da Educação do Campo. Também esse leitor leigo teria várias dificuldades de saber que a "escola base" é base de uma escola itinerante do campo, bem como que existe uma tensão entre "professores de dentro" e "professores de fora" de um assentamento/ acampamento de reforma agrária, e que a "ocupação na escola" não é uma "invasão" de uma escola que já existe e sim a construção de uma escola nos moldes e de acordo com os princípios da luta pela Reforma Agrária - e que essa construção é menos de tijolos e cimento que de valores ideológicos. Tampouco esse leitor, mesmo que insistentemente tentasse, não descobriria facilmente que a "escola em movimento" é a "escola diferente", voltada aos princípios e com a metodologia da Educação do Campo.

Já as metonímias, pela sua simples leitura, com uma contextualização mínima, permitem um maior poder de esclarecimento de termos na área de Educação do Campo, como nos exemplos que seguem:

- (1) analfabetismo nos assentamentos
- (2) juventude do campo
- (3) modelo de desenvolvimento do campo
- (4) relação campo-cidade
- (5) memória da Educação do Campo
- (6) cultura do Campo

Um leitor/ ouvinte medianamente inserido nos valores culturais relacionados consegue entender o que é o "analfabetismo nos assentamentos",

e que existe um conjunto de pessoas jovens no campo, e que há uma "cultura do Campo", cuja "memória" é retratada de formas específicas, que existe uma tensão e uma "relação entre campo e cidade", que se pensa em um "modelo de desenvolvimento do campo" etc, ou seja: com os termos metonímicos, os conceitos passam a ser de compreensão mais fácil, pelo menos na área em questão.

Constata-se, assim, que os ideólogos e criadores da terminologia da Educação do Campo deram preferência às formações metonímicas por uma necessidade urgente e emergente de compreensão e de divulgação dos conceitos e dos termos da área. Não que isso com certeza tenha sido pensado propositalmente, mas os recursos linguísticos estão à disposição de todos os falantes da língua portuguesa do Brasil e podemos afirmar que alguns conceitos são mais fáceis de explicar metonimicamente do que metaforicamente.

Quanto ao item 3, as composições sintagmáticas sinônimas perfazem aproximadamente 25% do *corpus*, o que é bastante representativo, ao lado de aproximadamente 10% de quase-sinônimos, totalizando um arquiconjunto sinonímico que toma 35% do *corpus* de análise.

No processo de terminologização, ou seja, com a criação de termos (neologia) para representar novos conceitos, existem significantes diferentes para os quais podemos atribuir o mesmo significado, dentro de uma área de especialidade (formas sinônimas, então) e também são criadas formas para as quais podemos atribuir o mesmo significado, mas não em todos os contextos, nem mesmo no interior de uma área de especialidade (formas quase-sinônimas). Por exemplo:

cultura do campo (forma preferencial)

sinônimos: **cultura camponesa; cultura dos povos do campo**

quase-sinônimos: **cultura escolar cooperativa**

*Cultura do campo* é sinônimo terminológico de *cultura camponesa* e de *cultura dos povos do campo*; entretanto, não é intercambiável em todos os contextos com *cultura escolar cooperativa*, que somente é utilizado para fazer referências às escolas do campo que se utilizam da metodologia de cooperativa- escola. Logo, *cultura escolar cooperativa* é um quase-sinônimo de *cultura do campo*.

Quanto ao item 4, composições sintagmáticas em combinatória com empréstimos de outras áreas, podemos citar os termos:

- (1) agricultura camponesa
- (2) Anca
- (4) Sem Terra

Esses termos foram apropriados pela Educação do Campo, mas originariamente são nomes de instituições ou termos que dizem respeito a conceitos não ligados necessariamente à EC.

Em relação ao item 5, composições sintagmáticas em contexto ideológico, existe, como é sabido, a necessária contextualização, para que seja instaurado o sentido na comunicação, inclusive a comunicação terminológica.

Na área de Educação do Campo a contextualização é altamente e marcadamente ideológica, sendo que todo o conjunto terminológico passa por coerções ideológicas, tanto dos emissores, quanto dos receptores, tanto do enunciador, como do enunciatário.

Dessa forma, todo o processo de criação de termos da EC, bem como sua difusão e aceitação/ não aceitação estão condicionados às ideologias subjacentes - não que isso não ocorra em outras terminologias, ou que a terminologia da EC seja especial, mas sim porque em nossa área de estudo as ideologias aparecem de forma explícita, tanto em prol, como contra os conceitos terminologizados.

Em suma, quanto à análise semântico-pragmática das composições sintagmáticas que integram a terminologia da área de Educação do Campo, temos:

**termo sintagmático da EC =**

{semas denotativos +/-  
semas conotativos +  
semas próprios +/-  
semas emprestados +  
contexto ideológico}

Tomando o processo de terminologização como um todo, considerando as faces significante e significado do signo terminológico, em relação a um conceito a ser representado linguisticamente, temos:

**termo sintagmático da EC em contexto ideológico e em função semiótica:**

**semas denotativos +/- semas conotativos + semas próprios +/- semas emprestados**

**elemento linguístico em função substantival + elemento/ conjunto linguístico em função adjetival**

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ressaltamos que o caráter instável da configuração da terminologia neológica da Educação do Campo reflete a própria instabilidade dos conceitos da área, que ainda busca consolidação e um relativo consenso.

O recurso da composição sintagmática é muito produtivo nas terminologias, notadamente nas terminologias neológicas, assim como outros conjuntos neológicos (vocabulário da língua comum, por exemplo).

Após a passagem do menos lexicalizado para o mais lexicalizado, na transposição de conceito para termo (terminologização), a estrutura sintagmática mantém-se como forma dominante de termos, em diversas áreas. Isso é explicado, muitas vezes, pela necessidade de especificação, cada vez maior, nas linguagens de especialidade.

Dessa forma, termos simples, formados por apenas um elemento lexical, são menos frequentes na terminologia da área de Educação do Campo, o que pode observado também em outros conjuntos terminológicos.

Procuramos demonstrar ser possível a elaboração de uma tipologia para composições sintagmáticas de termos neológicos, observando-se a combinatória entre os aspectos morfossintáticos e semântico-pragmáticos, considerando as formações metafóricas, metonímicas, sinonímicas, resultantes de empréstimo de outras áreas do conhecimento, em contexto ideológico.

Existem condicionantes formais e também condicionantes semântico-pragmáticos que são passíveis de análise e de sistematização, com vistas ao estabelecimento de tipologias para o macrofenômeno da criação lexical. Procuramos explorá-los, neste trabalho, descrevendo-os e propondo uma interpretação de alguns fenômenos.

Consideramos fundamental uma análise linguístico-terminológica que leve em conta tanto o significante (forma) como o significado (conteúdo), como realmente componentes inseparáveis de um mesmo processo, o da criação linguística, ou neologia, no caso deste trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, I. M. **Neologismo**. Criação lexical. 3. ed. São Paulo: Ática, 2007.

ALVES, I. M. **Um estudo sobre a neologia lexical**: os microssistemas prefixais do português contemporâneo. São Paulo, 2000. Tese (Livre-docência em Lexicologia e Terminologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

BARBOSA, M. A. Etnoterminologia e terminologia aplicada: objeto de estudo, campo de aplicação. In: ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. (Orgs.). **As ciências do Léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia.v. III. Campo Grande: Ed. UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007. p. 433-445.

BARBOSA, M. A. **Léxico, produção e criatividade**: processos de neologismo. São Paulo: Global, 1981.

GUILBERT, L. **La créativité lexicale**. Paris: Larousse, 1975.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Página da internet. Disponível em:<<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 15 set. 2011.

## DATAÇÕES E SIGNIFICADOS DOS NOMES DESIGNATIVOS DE PROFISSIONAIS EM –NTE E –DOR

Anielle Aparecida Gomes GONÇALVES<sup>1</sup>  
Universidade de São Paulo (Doutoranda)  
anielle@usp.br

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo oferecer um panorama das formações de nomes de profissionais em *-nte* e em *-dor* no português, no que diz respeito à forma, à provável data de formação e à significação original. O estudo possui como metodologia a análise etimológica, feita com dicionários etimológicos diversos, e o uso de paráfrases (RIO-TORTO, 1998; VIARO, 2009). Nesta exposição serão analisadas as 17 (dezesete) palavras mais utilizadas tanto no português brasileiro como no português europeu, e mostrará como são antigas as formações de nomes de profissionais em *-nte* e em *-dor*, principalmente no que se refere a *-dor*, em que todas as formações já existem desde o latim, enquanto as formações em *-nte*, de modo geral românicas, escondem um dado complexo em sua formação e, conseqüentemente, em sua datação: o fenômeno da categorização e recategorização do participio, cuja discussão existe desde pelo menos com Dionísio o Trácio (170-90 a.C.).

**PALAVRAS-CHAVE:** Etimologia; Língua portuguesa; Morfologia Histórica; Paráfrase; Sufixos agentivos.

### INTRODUÇÃO

Uma importante classe de denominação nas línguas de um modo geral é a dos profissionais, cuja importância se dá por tratar-se da nomeação de um ser que possui uma função ativa e específica na malha social, em que suas habilidades o caracterizam no grupo e o tornam necessário para o bom funcionamento dessa mesma sociedade. A língua portuguesa possui muitos sufixos que formam lexicalmente os nomes de profissionais, dos quais se pode destacar *-eiro*, *-ista*, *-nte* e *-dor*, sendo esses dois últimos os objetos deste estudo.

Dois fatos destacam os afixos *-nte* e *-dor* no processo derivacional. O primeiro deles é a grande quantidade de formações de nomes em língua portuguesa: 3495 formações em *-nte* e 4519 formações em *-dor*, segundo o dicionário eletrônico Houaiss (2001), além de neologismos, como:

- 1 bolador (instrumento usado para enrolar fumo)
- 2 dichavador (instrumento usado para triturar a maconha)
- 3 grelhador (instrumento, usado no lugar de “grelha” por alguns falantes)



Somente pelo número de vocábulos considerados pelo dicionário se pode perceber que esses sufixos possuem um papel de peso na formação de palavras na língua portuguesa.

O segundo fato sobressalente é a aplicação dos sufixos *-nte* e *-dor* em um mesmo contexto vocabular em diversos nomes de profissionais:

- 4 governante/ governador
- 5 negociante/ negociador
- 6 palestrante/ palestrador

Por não serem raras as vezes em que esses pares são constituídos, há a necessidade da pesquisa desse par de afixos em específico para se averiguar suas funções semânticas. Antes, contudo, segue-se um panorama sobre as origens dos sufixos.

Nas gramáticas portuguesas contemporâneas, os morfemas *-nte* e *-dor* são considerados partículas derivacionais próprias para a formação de nomes de agente. No entanto, a restrição da função gramatical de *-nte* é, como já exposta anteriormente, atual aos nossos tempos, pois, em épocas passadas da língua portuguesa e ainda hoje na linguagem, *-nte* é utilizado como sufixo derivacional e algumas vezes em sua função original de particípio presente.

Alguns estudiosos consideram, portanto, que o português contemporâneo possui como particípio apenas o particípio passado (terminações em *-ado* e *-ido*), porque este é sentido como uma forma verbal entre os falantes, e que o gerúndio pode desempenhar funções semelhantes a um particípio presente. Em muitas gramáticas de ensino da língua portuguesa, as formas nominais de um verbo (ou seja, que podem desempenhar função de nomes ao lado do seu valor verbal) são basicamente três: o infinitivo (pessoal e impessoal), o gerúndio, o particípio (simples e composto), em que a simples denominação particípio se refere ao particípio passado. Dessa maneira, o particípio presente não sendo mais reconhecido e tão utilizado pelo falante, logo também não é mais considerado como uma forma verbo-nominal, mas simplesmente uma forma nominal, isto é, um substantivo ou adjetivo, cujo morfema *-nte* se torna então uma partícula derivacional. Bechara (2005, p. 224), por exemplo, confirma a ideia de que o particípio presente desapareceu do quadro verbal português para ingressar definitivamente no quadro nominal.

Sabe-se que a conseqüente partícula derivacional *-nte* é proveniente do particípio presente, mas até mesmo o conhecimento do que é o particípio presente ou da classe dos particípios como um todo é problemática desde o século II a. C. O particípio é em Dionísio o Trácio (170-90 a.C.) e em outras gramáticas gregas antigas uma classe de palavras, assim como, por exemplo, os nomes e os verbos: é uma classe independente, cujos elementos não são considerados nem verbais nem nominais, mas possuem alguns traços das duas classes em questão, formando, assim, outra classe de conceito distinto. Essa terminação, no grego, não é um sufixo, por não se tratar de um nome, mas também não é uma flexão, porque não se trata de um verbo, havendo, por conseguinte, a existência de um terceiro conceito, que se pode chamar de um conceito híbrido.

Por sua vez, no latim de modo geral, o particípio presente não era considerado uma classe, como no grego, mas estava associado ao paradigma verbal. O particípio nessa língua tem claramente a denominação verbo-nominal, i.e., pela própria designação dada, o particípio representa as duas classes juntas, ora sendo utilizado como verbo, ora como nome, e é encaixado no paradigma verbal, apesar de não ser propriamente um verbo, em que se pode lançar a seguinte hipótese para tal acontecimento: pelas características particulares do particípio não serem mais tão notadas naquele momento e por nessa época seus traços verbais serem mais reconhecidos do que os nominais, e para não deixá-lo "solto" na língua, isto é, sem um lugar específico, devido ao sentimento de exigência e de organização que os gramáticos latinos possuíam, ele foi inserido no paradigma verbal, logo denominado como uma forma verbo-nominal. Segue-se que a terminação latina do particípio presente – *ns* não é considerada um sufixo no latim e, desse modo, não está inserida na relação dos sufixos nominais latinos, pois, provavelmente, como já dito, sua forma estaria mais ligada à função verbal do particípio presente.

O que se pode depreender é que o particípio é encarado de maneiras diferentes no grego e no latim, pois enquanto no grego o que se chamava de particípio era uma classe à parte com traços de verbos e de nomes, tem-se no latim sua inserção dentro do paradigma verbal sob a designação verbo-nominal, i.e., além de não ser uma classe distinta, é uma classe que comporta as duas características. São visões e tratamentos do objeto que diferem.

No caso do português contemporâneo, o particípio presente não está mais presente no paradigma verbal porque essa função verbal, que, na verdade, nunca foi propriamente verbal ou só verbal, não é mais reconhecida. A forma do particípio presente é identificada majoritariamente como nome, mas não deixou por isso de ter os traços verbais próprios de sua herança híbrida. Como parte de seu legado verbal, os nomes em –*n*te possuem a presença do tempo e do aspecto verbal em sua constituição.

No que concerne ao sufixo –*or*, sua origem não é menos complexa. Com provável origem no indo-europeu  $^{*}(t)^{e}/or$ , o grego antigo possui –(τ)ωρ e –(τ)ήρ, que, segundo Benveniste (1975), representam dois graus de vocalismo sufixal com duas funções diferentes, pois, enquanto o primeiro indicaria o autor de uma ação, designado a partir do ato que o ser tem cumprido, e caracterizado pela posse dessa conclusão, o segundo indica o agente, dedicado a quem tem determinada aptidão, qualificação ou necessidade para o desenvolvimento e cumprimento de certa atividade. Dessa maneira, o conceito de autor de uma ação e o conceito de agente de uma função são distintos tanto na forma como na semântica da língua grega antiga, em que os latinos, não reconhecendo essa diferença, adotam uma única forma, –(t)ōr–, mas com as duas funções, pois ao adotarem o aparente sufixo único inserem sua dupla função no mesmo. Por isso, até hoje, o termo/ conceito agente = função confunde-se com o termo/ conceito agente = ação, já que no termo agente estão incluídas tanto a ideia de ação como a de função.

Assim, se pode cogitar a possibilidade de que no início do processo de formação do conceito do sujeito que faz alguma ação, porventura ainda no indo-europeu, principiou-se com a ideia pura de ação, que, no grego, em cerca de VII a.C. e V a.C. (BENVENISTE, 1975), começa a diferenciar-se o sujeito que simplesmente faz uma ação daquele que é responsável por exercer uma

função. O latim, talvez pela não percepção formal dessa diferença no grego, expressa esses dois conceitos de uma só maneira, como acontece também com as línguas frutos dele, como o português, que possui somente uma forma e a dupla função sentidas como equivalentes. Em relação à forma comum portuguesa, *-tor-* converte-se em muitos casos a *-dor-* devido à sonorização da consoante.

Trabalhar-se-á no campo linguístico a partir da distinção e definição de Benveniste (1975), que desenvolve, como já dito anteriormente, uma reflexão sobre a existência de dois tipos de nomes de agente:

- (A) Autor de uma ação: quando o ser em questão pratica uma ação.
- (B) Agente de uma função: quando o ser exerce uma atividade laboral, profissional.

Desse modo, nosso estudo em língua portuguesa tem como objetivo perceber se há e como se dá a distinção entre essas duas classes de nomes de agente.

Mais claramente, haverá: (i) exposição da possível procedência temporal e da língua de origem de algumas das formações de profissionais mais utilizadas em *-nte* e *-dor* na língua portuguesa, e (ii) reconstrução do significado original dos sufixos, desenvolvidos na terceira parte deste escrito. Antes, no entanto, tratar-se-á da metodologia do trabalho.

## METODOLOGIA

Um total de 17 (dezessete) palavras serve como *corpora* para este estudo, das quais 10 (dez) são formações em *-nte* e 7 (sete) são formações em *-dor*. O critério para a seleção desses vocábulos é o quantitativo, isto é, trata-se de palavras que possuem os maiores números de ocorrências tanto no Houaiss/Google<sup>2</sup> como no *Corpus* do Português<sup>3</sup>, sendo elas do português brasileiro e do português europeu. Através dessa seleção, pretende-se investigar as características e o comportamento dos sufixos *-nte* e *-dor*, com o intuito de ver as semelhanças e as diferenças semânticas entre estes agentivos na formação de nomes de profissionais.

Utiliza-se como método a análise etimológica e a paráfrase. O propósito da análise etimológica é possibilitar o conhecimento do primeiro suposto significado dos sufixos no momento de sua formação e de seu então possível núcleo semântico, assim como a reconstituição e o reconhecimento da base utilizada para a formação do vocábulo. A análise etimológica é importante para entender-se a constituição da palavra em seu todo, tanto da base como do afixo.

Logo, para cada uma das palavras se identifica a etimologia e se propõe a reconstituição semântica do sufixo no momento de sua criação. A análise da palavra consiste na pesquisa de, respectivamente:

- dados etimológicos em obras especializadas sobre a língua portuguesa;

- dados etimológicos em obras especializadas sobre a língua latina;
- dados etimológicos em obras especializadas sobre as seguintes línguas estrangeiras: língua francesa, língua espanhola, língua italiana, língua inglesa, língua galega, língua catalã e língua provençal;
- paráfrase do primeiro valor semântico do sufixo.

A etimologia das palavras é obtida através de uma extensa pesquisa em 18 dicionários, dentre os quais se podem destacar o de José Pedro Machado (1952), Bluteau (1712-1728), Saraiva (1993), Gaffiot (2000), Ernout *et al.* (1951), Rey-Debove (1995), Corominas (1983), Oxford (1989), entre outros.

Após recolhimento e análise dos dados, a conceituação semântica se dá pela paráfrase. Paráfrase é um mecanismo semântico utilizado para denotar uma equivalência quanto ao significado, em que se procura explicar o conteúdo dizendo a mesma coisa de outro modo, reproduzindo a intenção do referido. A paráfrase é encarada como um esclarecimento exato e pontual do sentido das expressões.

A reflexão sobre os significados dos sufixos agentivos *-nte* e *-dor* feita através do mecanismo da paráfrase está baseada nos estudos de Rio-Torto (1998) e Viaro (2009, 2011). A partir do trabalho da primeira autora, tem-se um aprimoramento do entendimento do significado dos agentivos, sendo o último trabalho de Viaro muito importante para esse estudo, pois o autor chega muito próximo da essência do significado dos agentivos a partir de seu estudo sobre o sufixo *-eiro*.

Rio-Torto (1998, p. 102-103), ao tratar sobre as Regras de Formação de Palavras (RFP), explicita que cada uma das regras é definida por "uma relação semântico-categorial unitária, mas não necessariamente unicategorial", e entre algumas das RFP do português que a autora cita está a RFP AG (sendo a sigla AG = agentivo), que dá origem a agentivos deverbais.

Na RFP AG, a paráfrase "que V" (entende-se V, em sua obra, como base verbal) constitui o ponto central deste grupo, em que os sufixos *-dor* e *-nte* estão a serviço dessa regra, como se pode constatar nos exemplos a seguir:

Exemplos em *-dor*:

7 cobrador, 8 desenhador, 9 operador

Exemplos em *-nte*:

10 ajudante, 11 comerciante, 12 fabricante, 13 gerente, 14 servente, 15 traficante

Como se vê, para a autora, a característica essencial de um sufixo agentivo é a manifestação de uma ação com base em uma pessoa.

Viaro (2011, p. 2673) questiona o que seria o *nomen agentis* que as gramáticas definem como principais formadores os sufixos *-eiro*, *-ista*, *-dor* e *-nte* em português e fixa que "o agente de uma ação é, antes de tudo, na lógica natural das línguas com visão de mundo não-animista um ser vivo, mais especificamente um animal e, prototipicamente, um ser humano".

Assim, de modo geral, agente é entendido como o ser que executa alguma ação e, logo, o conceito de agentivo e de agentividade se constrói

apartir de uma ação liberada por um ser vivo (sendo o ser humano o modelo típico), que é de onde precede todo tipo de energia primária, e que, depois, se metaforiza para outros campos da realidade.

Abaixo segue o rol de paráfrases desenvolvido por Viaro (2009, 2011):

Viaro (2009: 11):

Sendo X a base lexical: verbal ou nominal; X<sup>v</sup> a base exclusivamente verbal, V como verbo subentendido não explícito na base; V<sup>ger</sup> o verbo subentendido no gerúndio; e suf. o sufixo, entende-se que:

AGE (i.e., Agentivo): "(pessoa) que X<sup>v</sup>", "(pessoa) que V X", "(pessoa) que gosta de V X", "(pessoa) que exerce atividade relacionada com X", "(pessoa) que V em X".

Viaro (2011, p. 2674):

X<sub>suf.</sub> = "pessoa que trabalha V<sup>ger</sup> X, pessoa que trabalha V<sup>ger</sup>".

As paráfrases empregadas por ambos os autores serão o ponto de partida para a reflexão do objeto de estudo em questão<sup>4</sup>:

## ANÁLISE

Em disposição alfabética, os nomes de profissionais sob análise com a terminação em *-nte* e *-dor* são:

16 agente, 17 ajudante, 18 almirante, 19 comandante, 20 estudante, 21 negociante, 22 presidente, 23 representante, 24 servente, 25 tenente

26 autor, 27 diretor, 28 doutor, 29 governador, 30 leitor<sup>5</sup>, 31 pastor, 32 professor

Segue-se agora a origem das palavras, assim como a datação mais antiga das mesmas na língua de origem, a base, o afixo e o produto, obtidos através da análise etimológica dos dados:

Vocábulo	Língua de origem	Datação	Base + sufixo = produto
Agente <i>agens, ēntis</i>	Latim	35-95 d. C	<i>āgē-</i> + <i>-ns/ntis</i> = <i>agens, ēntis</i>
Negociante <i>nĕgōtīāns, -āntīs</i>	Latim	s.d. <sup>7</sup>	<i>nĕgōtīā-</i> + <i>-ns/ntis</i> = <i>nĕgōtīāns, -āntīs</i>
Presidente <i>prāesidēns, ēntīs</i>	Latim	55-120 d. C.	<i>prāesidē-</i> + <i>-ns/ntis</i> = <i>prāesidēns, ēntīs</i>
Tenente	Latim	s.d.	<i>tĕnē-</i> + <i>-ns/ntis</i> =

<i>tenens, entis</i> Comandante <i>commandant(e)</i>	Francês	1671	<i>tenens, entis</i> <i>command-</i> + <i>-ant(e)</i> = <i>commandant(e)</i>
Estudante <i>étudiant(e)</i>	Francês	séc. XIII	<i>étudi-</i> + <i>-ant(e)</i> = <i>étudiant(e)</i>
Servente <i>servant(e)</i>	Francês	c. <sup>8</sup> 1120	<i>serv-</i> + <i>-ant(e)</i> = <i>servant(e)</i>
Representante <i>représentant(e)</i>	Francês	séc. XIV	<i>représent-</i> + <i>-ant(e)</i> = <i>représentant(e)</i>
Almirante <i>almirante</i>	Hispânica	1256-63	ár. vulg. <sup>9</sup> <i>al-mīr</i> <sup>10</sup> + <i>-</i> <i>n-te</i> = almirante
Ajudante Ajudante	Português ou outra língua românica	séc. XIV	<i>ajuda</i> + <i>-nte</i> = <i>ajudante</i>

**Tabela 1:** Origem, datação mais antiga na língua de origem, base e produto do processo da derivação com os sufixos em *-nte*<sup>6</sup>

Vocábulo	Língua de origem	Datação	Base + sufixo = produto
Autor	Latim	70-19 a.C.	<i>aūct-</i> + <i>-or</i> = <i>aūctōr, ōrīs</i>
Diretor	Latim	s.d.	<i>dīrēct-</i> + <i>-or</i> = <i>dīrēctōr, ōrīs</i>
Doutor	Latim	106-43 a.C.	<i>dōct-</i> + <i>-or</i> = <i>dōctōr, ōrīs</i>
Governador	Latim	106-43 a.C.	<i>gūbērnāt-</i> + <i>-or</i> = <i>gūbērnātōr, ōrīs</i>
Leitor	Latim	106-43 a.C.	<i>lēct-</i> + <i>-or</i> = <i>lēctōr, -ōrīs</i>
Pastor	Latim	100-44 a. C.	<i>pāst-</i> + <i>-or</i> = <i>pāstōr, ōrīs</i>
Professor	Latim	35-95 d. C.	<i>prōfēss-</i> + <i>-or</i> = <i>prōfēssōr, ōrīs</i>

**Tabela 2:** Origem, datação mais antiga na língua de origem, base e produto do processo da derivação com os sufixos em *-dor*

Sobre a origem dos vocábulos, podem-se destacar dois fatos marcantes: o primeiro, e o que chama mais a atenção, é que todos os vocábulos em *-(t/d)or* são provenientes do latim, sendo a maioria do século I a.C., o que demonstra como tais formações são antigas e como seus empregos ainda permanecem depois de 22 séculos. No caso das formações em *-nte*, seu uso como nome começou no latim por volta do século I d.C. e essa função avançou para as línguas românicas, em que as mesmas passam a considerar e assimilar o participio presente como um nome. Deste modo, as formações em *-(t/d)or* são mais antigas do que as em *-nte* devido ao estatuto mais marcado daquele como um sufixo derivacional.

A presença dos sufixos em autores como Cícero (106 a.C. – 43 a.C.) e Virgílio (70 a.C. – 19 a.C.), entre outros escritores clássicos, mostram como as palavras formadas com esses afixos eram eruditas na época do latim, também mencionando profissões do mesmo modo consideradas de grande valor. A

introdução de empréstimos latinos na língua portuguesa é aceita de modo irrestrito e sem resistência, por serem os latinismos forças integrativas de prestígio e de classicismo, e a palavra, existente em sistema anterior, e ainda sendo necessária para expressar determinada ideia, é introduzida ou reintroduzida em sistema posterior, sendo aceita e utilizada pelos falantes, que reconhecem, talvez de forma inconsciente, o seu cultismo. Os nomes de profissionais em *-(t/d)or* corroboram a ideia mencionada, já que o total dos nomes analisados são palavras eruditas latinas que passaram ao português e expressam nesta certo caráter culto.

Nota-se também a necessidade de reconhecer as relações de sentido com as bases. A base para as formações em *-nte* no latim são o radical do *infectum* mais a vogal temática. Já as formações no francês são do radical verbal sem a presença da vogal temática, enquanto que, no português, língua de provável procedência para o caso (17), existe a presença da vogal temática, como no latim. O radical em supino caracteriza as construções em *-(t/d)or*. O supino foi um nome verbal muito utilizado na época arcaica do latim, mas com o uso muito reduzido no período clássico da língua (CARDOSO, 2002), cujo radical pode ser caracterizado como do *perfectum*.

A terminação *-nte* pode ser considerada mais propriamente um sufixo nas línguas românicas, pois sofreu forte processo de nominalização no português, a ponto de ser considerado pela maioria das gramáticas um sufixo agentivo e, logo, relacionado fortemente à classe substantival, apesar de sua grande presença na classe dos adjetivos. Portanto, *-nte* é um sufixo derivacional no português moderno/contemporâneo, além de desempenhar outras funções. Sua formação agora se dá a partir do infinitivo + *-nte*, segundo as gramáticas, sendo, portanto, constituído como um deverbal, enquanto no latim se tratava de uma formação participial. Os vocábulos formados já nas línguas românicas são utilizados majoritariamente como substantivos, como é o caso de (17), (18) e (20), em que o afixo já é julgado como derivacional. Todas as formas em *-nte* sob análise também podem ser usadas como adjetivo, como se pode constatar, por exemplo, em (16), (20), (23), substantivos e adjetivos de dois gêneros, o que revela a conservação original das características do participio até os dias de hoje.

Deste modo, no que diz respeito às classes de palavras que podem ocupar, a terminação em *-nte*, devido a sua própria origem e configuração como participio, pode se manifestar como substantivo, adjetivo e verbo, enquanto *-dor*, apesar de formar nomes substantivos e adjetivos, é mais lembrado e relacionado como um substantivo. Enquanto (16) ocupou desde o latim posições como adjetivo, substantivo e verbo, (26) foi predominantemente um substantivo, de acordo com análise em *corpora* feita no *Corpus do Português* (2006-), sendo a vinculação deste sufixo à classe dos substantivos um dos possíveis motivos para a sua produtividade e para a manutenção de seu significado, ao contrário de *-nte*, que pode especializar seu sentido em posição substantival, generalizar-se como adjetivo ou ser usado como verbo, em que essa mobilidade pode ser um eventual motivo para a sua menor produtividade no âmbito nominal-agentivo.

Parte-se do princípio de que, por tratar-se de derivados deverbais e participiais, o que os diferencia é o tempo e o aspecto presentes nas bases, assim como no afixo *-nte*, já que *-ns*, *-ntis* no latim, juntamente com a sua

base, é o próprio particípio presente. Por conseguinte, fenômenos aspectuais são expressos pelos nomes derivados em *-nte* e *-dor*. Semanticamente, *-dor* gerará um aspecto perfeito no nome pela semântica da base, e *-nte*, um aspecto imperfeito denotado pela base e pela terminação.

Os nomes deverbais e deparicipiais possuem aspecto, herdado de sua base, e também expresso, em alguns casos, pelo sufixo, como é o caso de *-nte*. O atual sufixo nominal *-nte*, oriundo do particípio presente latino, carrega em sua configuração o aspecto inconclusivo e inacabado, de valor iterativo. Esse aspecto inconcluso exprime uma propriedade constante, um caráter permanente, isto é, que se repete, o que cria uma circunstância ou oportunidade para a expressão de uma atividade (profissional ou não), e daí pode ser concebido como um típico e forte formador de agentivo profissional. As características apresentadas podem ser representadas pelas paráfrases "pessoa que trabalha  $V^{ger} X$ " ou "pessoa que trabalha  $X^{ger}$ " (VIARO, 2011). Como se pode atestar, a essência imperfectiva do particípio presente perdura na classe dos nomes substantivos, o que comprova que as características históricas de cada elemento continuam, em sua essência, presentes na língua subsequente.

Na tabela a seguir consta a categoria gramatical histórica de cada vocábulo, assim como as informações semânticas do sufixo *-nte*, cuja primeira paráfrase expressa o primeiro sentido adquirido na língua, enquanto a segunda, sua posterior especialização. No caso de (20), a base verbal do presente mais o sufixo deparicipial proporciona ao vocábulo o sentido de uma ação contínua, comparado a uma atividade:

Vocábulo	Categoria gramatical	Paráfrase
Agente	Particípio > Nome	"que $X^v$ " > "[SUBST <sup>11</sup> ] que $X^v$ " > "pessoa que trabalha $V^{ger} X$ " ou "pessoa que trabalha $V^{ger}$ ", ACT. AGE
Ajudante	Nome	"(pessoa) que $X^v$ ", ACT. AGE > "pessoa que trabalha $V^{ger}$ ", ACT. AGE
Almirante	Nome	"(pessoa) que $V X$ ", ACT. AGE > "pessoa que trabalha $V^{ger} X$ ", ACT. AGE
Comandante	Nome	"(pessoa) que $X^v$ ", ACT. AGE > "pessoa que trabalha $V^{ger}$ ", ACT. AGE
Estudante	Nome	"(pessoa) que $X^v$ ", ACT. AGE
Negociante	Nome	"(pessoa) que $X^v$ ", ACT. AGE > "pessoa que trabalha $V^{ger}$ ", ACT. AGE ou "pessoa que trabalha $V^{ger} X$ ", ACT. AGE
Presidente	Nome	"(pessoa) que $X^v$ ", ACT. AGE > "pessoa que trabalha $V^{ger}$ ", ACT. AGE
Representante	Nome	"(pessoa) que $X^v$ ", ACT. AGE > "pessoa que trabalha $V^{ger}$ ", ACT. AGE
Servente	Nome	"(pessoa) que $X^v$ ", ACT. AGE > "pessoa que trabalha $V^{ger}$ ", ACT. AGE
Tenente	Nome	"(pessoa) que $X^v$ ", ACT. AGE > "pessoa que trabalha $V^{ger}$ ", ACT. AGE



**Tabela 3:** Vocábulos em *-nte*: origem e desenvolvimento

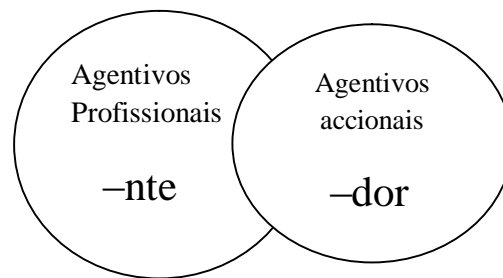
Nos nomes em *-dor*, o supino é a base para a construção dos nomes no latim, que expressa, por sua vez, o aspecto *perfectum*. Possui, logo, um caráter não permanente, pontual (com começo e fim) e perfeito, i.e., conclusivo. Conseqüentemente, *-dor*, ao construir a ideia da pessoa que faz determinada ação, pode ser parafraseado como "(pessoa) que X<sup>v</sup>", alcançando o cerne do conceito de agentividade, como aquele que simplesmente faz alguma ação. O sentido essencial do sufixo é, por isso, accional, formando, assim, um substantivo agentivo accional. Nesse caso, a ideia de profissão relacionada ou dada ao sufixo é resquício da noção de função presente no grego antigo e não é predominante no latim e no português, assim como nas outras línguas românicas. O sufixo agentivo derivacional *-dor* mantém-se muito produtivo desde o latim até o português com o duplo sentido de ação e função muito relacionado. Abaixo, segue-se a categoria gramatical e a paráfrase do sufixo *-t/dor* que mais o descreve:

Vocábulo	Categoria gramatical	Paráfrase
Autor	Substantivo	"(pessoa) que X <sup>v</sup> ", ACT. AGE
Diretor	Substantivo	"(pessoa) que X <sup>v</sup> ", ACT. AGE
Doutor	Substantivo	"(pessoa) que X <sup>v</sup> ", ACT. AGE
Governador	Substantivo	"(pessoa) que X <sup>v</sup> ", ACT. AGE
Leitor	Substantivo	"(pessoa) que X <sup>v</sup> ", ACT. AGE
Pastor	Substantivo	"(pessoa) que V ao X <sup>v</sup> ", ACT. AGE <sup>12</sup>
Professor	Substantivo	"(pessoa) que X <sup>v</sup> ", ACT. AGE

**Tabela 4:** Vocábulos em *-dor* e suas paráfrases de origem

As formações em *-nte* e *-(t/d)or* são muito ligadas uma a outra: enquanto a primeira forma assinala o significado "(pessoa) que X<sup>ger</sup>" (aspecto durativo, devido à base no presente), as formações em *-(t/d)or* dirigem-se ao sentido de "(pessoa) que X<sup>v</sup>" (aspecto não durativo, devido à base no supino), marcando uma ação pontual. Os agentivos em *-nte* e *-dor* analisados não geram algum produto final concreto, mas expressam uma atuação ou modos de atuação do agente.

A oposição de valores entre *-nte* e *-dor* se dá no que concerne ao tempo e duração da ação praticada, o que, conseqüentemente, refletir-se-á no sentido da palavra como um todo e na sua categorização lexical. Em virtude de seu aspecto imperfectivo, *-nte* tornou-se um sufixo derivacional prototípico para a nomeação de agentes profissionais, enquanto *-dor*, devido ao seu aspecto perfectivo, forma prototipicamente vocábulos de agentes accionais, isto é, que só praticam uma ação, abarcado depois pelo conceito existente de profissional, como podemos ver visualmente a seguir:



**Figura 1:** Campo semântico de atuação dos agentivos *-nte* e *-dor*

Do latim ao português, *-ns, -ntis* > *-nte* sofre um processo de lexicalização (voltado para um processo de criação de itens lexicais) ou desgramaticalização aparente. Aparente porque os múltiplos usos (fenômenos de coexistência) que se faz de *-nte* ainda são frequentes, mas o que geralmente é evidenciado pelos estudiosos é a passagem de um sufixo flexional para um uso derivacional. Caso se considere esse processo de lexicalização (alteração de estatuto), não se deve perder de vista que as características flexionais de tempo e de aspecto ainda mantêm-se nesta terminação.

No que se refere a *-dor*, por ser um intrínseco sufixo derivacional, pode ter uma maior tendência a mudanças semânticas e, conseqüentemente, a uma maior generalização do significado, enquanto *-nte*, devido a sua ligação com outras categorias da língua, pode limitar-se a alguns significados por estar mais preso a funções que o envolvem em diferentes classes.

A noção de agentivo necessariamente inclui uma ação e um ser que pratica essa ação. Esta é a identidade semântica entre *-nte* e *-dor*. O que os une é a capacidade que ambos têm de refletir um ser e uma ação. O que os diferencia, no entanto, é o modo dessa ação. Enquanto em *-dor* se tem um direcionamento a uma ação mais pontual, *-nte* destaca uma ação não-pontual, permanente, que envolve a ideia de processo. O que está em jogo é, como se vê, a performance da ação realizada pelo agente, cuja distinção não é óbvia. Se o sentido dos sufixos é considerado similar, suas histórias e o conteúdo semântico de suas bases devem ser levados em consideração, pois distinguirão ambos os sufixos.

Assim, há fenômenos aspectuais expressos pelos nomes agentivos, que se manifestam através das bases e terminações destes nomes. Dois grandes grupos podem ser então discriminados:

- Grupo 1: que explicita um valor pontual; inabitual; não progressivo.
- Grupo 2: que explicita um valor durativo; habitual; progressivo.

Dentro do grupo 1 há uma ideia de situação temporal mais pontual. No grupo 2, por sua vez, ressaltam-se as atividades ou os processos homogêneos. Estes dois grupos e suas respectivas paráfrases, já abordadas, podem ser consideradas do seguinte modo:

- Grupo 1: “(pessoa) que X<sup>v</sup>”, ACT. AGE → sentido mais próprio de ação, com vistas a caracterizar um momento pontual e específico. Autor de uma ação.
- Grupo 2: “pessoa que trabalha V<sup>ger</sup> X”, “pessoa que trabalha X<sup>ger</sup>” ACT. AGE → é a ação contínua, direcionada propriamente a uma atividade que leva a desenvolver um determinado trabalho, exercendo poder em algum âmbito (envolve, muitas vezes, a concepção de posição, de cargo e de título). Agente de uma função.

Benveniste (1975, p. 48) compartilha um exemplo esclarecedor que mostra a diferença entre o que é um autor de uma ação e um agente de uma função. No grego tais distinções são bem marcadas porque são expressas por diferentes sufixos, enquanto que no latim e nas línguas românicas, os sufixos tomam uma só forma e reconhece-se apenas uma função semântica, a designada agentiva, como, por exemplo, o gr. φάσιωρ "aquele que explica, indica, mostra, ensina" (autor de uma ação) e φρασιτήρ "aquele que tem a missão, função, vocação, incumbência de explicar, indicar, mostrar, ensinar" (agente de uma função). No caso do português, o mesmo acontece, por exemplo, com o sufixo *-dor*, denominado simplesmente um agentivo:

### 33 negociador

(33) é "aquele que negocia" (autor de uma ação) e (21) é "aquele que tem a missão, função, trabalho de negociar" (agente de uma função). Ambos os sentidos são diferentes, e somente pela análise morfológica pode-se delinear os mesmos.

Ao lado das conclusões particulares de cada sufixo, verifica-se um princípio simples, citado por Benveniste (1975, p. 6): quando duas formações vivas funcionam em concorrência, elas não têm o mesmo valor. As funções agentivas destes dois sufixos são o que aparentemente possuem em comum, mas com a análise dos dados se pode ver a disparidade entre eles.

Portanto, o conceito de agente, dado como uniforme e homogêneo, contém categorias discretas, cuja agentividade pode estar ligada a uma ação pontual ou a uma atividade, que gera a necessidade de nomeações distintas, materializadas com bases e sufixos específicos:

Conceito	Ideia primária relacionada a este conceito no âmbito da nomeação de humanos	Ideia secundária ou posterior, desenvolvida no âmbito da nomeação de humanos	Significações da Pessoa
Agentividade	Ação	Ação pura	Autor da ação
		Atividade	Agente de uma função

**Tabela 5:** Os significados de agentividade

Ao refletir-se sobre a transição categorial do participio a partir dos dados analisados, a seguinte hipótese pode ser gerada: um fato linguístico

aparentemente não determinado necessariamente terá uma inclinação para algum dos usos relacionados a ele em dado momento na história. No caso do particípio, em algum momento da história do latim, estabeleceu-se seu uso como verbo, apesar de poder ser usado como verbo e nome, mas, em algum outro momento, a tendência foi relacionar sua forma a um nome. No momento da relação do particípio como um nome, o vocábulo (16) prototipicamente verbo começa a ser associado ao (16)-nome, ou seja, à "(pessoa) que age", sem a perda, no entanto, de sua característica morfológica e semântica verbal. Já os nomes que foram provavelmente formados nas línguas românicas, fase mais nominal do particípio, conservam as características verbais-aspectuais.

Assim, de acordo com o estudo feito e diferentemente do que consta nas gramáticas, *-nte* e *-dor* não são sufixos sinônimos. São ambos distintos tipos de agentivos, com semânticas diferentes que comungam na formação de certas classes de nomes e que se distinguem em outras, e mesmo nas classes comuns, o significado que expressam são diferentes, devido principalmente às formas das bases fortemente estabelecidas, em que cada uma delas seleciona somente um determinado sufixo, cujo resultado é a anulação da sinonímia. Para que duas expressões sejam sinônimas, não basta que denotem o mesmo conjunto de objetos (pessoas, coisas); exige-se, além disso, que os denotem por alusão a uma mesma propriedade. A referência a que se dirigem os sufixos também é distinta, não denotando os mesmos objetos, e parece ser a necessidade de precisão um dos porquês para existirem as duas formações.

Logo, uma fundamental consideração a ser discorrida é sobre a falsa noção de sinonímia<sup>13</sup> sufixal. Não há sinonímia sufixal entre *-nte* e *-dor*, como as obras gramaticais em geral apontam, pois eles não são utilizados para o mesmo fim, o que leva a uma reflexão sobre o problema da arbitrariedade do signo linguístico e sobre a possível motivação nas construções de vocábulos com estes sufixos.

Os sufixos, na maior parte das vezes, são considerados elementos que possuem sentido arbitrário e, por isso, podem ou mudar a significação ou fixar-se em uma determinada, ou ainda um mesmo sufixo pode ter mais de um valor semântico, o que é constatado com frequência nos estudos em geral, sem nenhum motivo aparente em todos os casos.

Ao estudar a relação significante-significado, no entanto, se nota, em certos casos, que ela pode ser motivada e não arbitrária. A presença do aspecto nas bases e em alguns sufixos (neste caso, em *-nte*), assim como a relação com outros sufixos, forma sistemas, que só podem ser definidos quando se conhecem as relações que possuem entre si e com outros signos da língua. Desse modo, só se pode conhecer os sufixos *-nte* e *-dor* quando se estuda as relações que possuem entre si, assim como suas relações com outros sufixos.

O problema da denominação semântica de um sufixo é que esta implica uma segmentação semântica particular, própria de cada língua ou de um conjunto de línguas e de suas necessidades de nomeação, pois a significação de um signo-sufixo depende da maneira como o conjunto do sistema articula as diferentes significações suscetíveis de serem comunicadas.

Os sufixos, assim, são códigos motivados. A aparente sinonímia sufixal entre *-nte* e *-dor*, e a postulação da arbitrariedade em seus usos e

construções escondem a motivação das formações. A motivação para a construção de (20), por exemplo, e não para a de

34 estudador

(34) se dá devido à percepção de tempo e de aspecto no agente.

## CONCLUSÃO

A meta do exame dos nomes de profissionais em *-nte* e *-dor* foi confrontar a significação desses sufixos em campo comum e expressivo destes agentivos.

Vê-se que se trata de formações muito antigas. Os designativos de profissionais em *-dor* mais utilizados em português são de origem latina, a maioria do séc. I a. C., encontrados principalmente em Cícero, cujo molde formal e semântico do sufixo se conserva e prolifera em português, sendo assim apto para outras formações de profissionais. Por sua vez, as formações em *-nte* possuem datações problemáticas, devido à questão da categorização e recategorização semântica sofrida no próprio conceito do participio. Outro ponto a ser considerado sobre esses empréstimos, como se pode avaliar pelo estudo de *corpora*, principalmente no que se refere aos vocábulos formados pelo sufixo *-dor*, é a passagem ao português com as mudanças ortográficas esperadas e praticamente sem mudanças semânticas, destacando-se a manutenção dos significados originais do sufixo do grego ao português.

O profissional é aquele que se especializa em alguma área. A linguagem expressa o tipo de profissional por meio da formação da palavra, através da seleção da base e do sufixo, o que mostra a diferença de significados dos sufixos em questão e como isso se reflete no significado da palavra como um todo. O aspecto é inerente aos nomes em *-nte* e *-dor* e pode ser considerado o principal fator de diferenciação entre eles.

## NOTAS

- (1) Bolsista FAPESP – Proc. No. 2010/50668-0.
- (2) Material organizado pelo GMHP – Grupo de Morfologia Histórica do Português, da Universidade de São Paulo (USP).
- (3) Organizado por Mark Davies e Michael J. Ferreira.
- (4) Apenas as paráfrases referentes aos agentivos contidas nestas obras são mencionadas.
- (5) "Leitor" significava tanto o que lê para si, como o que lê para o outro ouvir, o que tem o encargo de ler, segundo Saraiva (1993).
- (6) Os dados configuram-se em grupos por língua de origem para uma melhor visualização.
- (7) A abreviatura s.d. significa "sem datação".

- (8) A abreviatura c. significa "cerca de".
- (9) Isto é, do árabe vulgar.
- (10) Al-mīr significa "chefe, comandante de tropas", de acordo com Machado (1952) e Corriente (2008).
- (11) Isto é, substantivo.
- (12) Isto é, "(pessoa) que leva ao pasto".
- (13) Sinonímia é entendida como "identidade de significação ou de sentido". Para que dois termos linguísticos, sejam eles quais forem, sejam sinônimos, é necessário que façam em seus empregos a mesma contribuição de sentido. Essa definição, no entanto, convive com um grande número de ressalvas. Sobre este assunto, ver Ilari & Geraldi (2004).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

BENVENISTE, É. **Noms d'agent et noms d'action en indo-européen**. Paris: Librairie d'Amérique et d'Orient, 1975.

BLUTEAU, R. **Vocabulario portuguez e latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de JESU, 1712-1728. 10 v. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/online/>>. Acesso em: 12 out. 2012.

CARDOSO, Z. A. **Iniciação ao latim**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2002.

COROMINAS, J. **Diccionari etimològic i complementari de la llengua catalana**. 4. ed. Barcelona: Curial, 1983. 9 v.

CORRIENTE, F. **Dictionary of Arabic and allied loanwords: Spanish, Portuguese, Catalan, Galician and kindred dialects**. Leiden/ Boston: Brill, 2008.

DAVIES, M.; FERREIRA, M. **Corpus do Português: 45 million words, 1300s-1900s**. 2006-. Disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org>>. Acesso em: 13 out. 2012.

ERNOUT, A.; MEILLET, A. **Dictionnaire étymologique de la langue latine**. 3. éd. Paris: C. Klincksieck, 1951. 2 v.

GAFFIOT, F. **Le Grand Gaffiot: dictionnaire latin-français**. Paris: Hachette, 2000.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. (Orgs.). **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. CD-ROM.

ILARI, R.; GERALDI, J. W. **Semântica**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2004.

MACHADO, J. P. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Lisboa: Confluência, 1952–1959. 2 v.

SIMPSON, J. A.; EDMUND, S. C. W. **The Oxford English dictionary**. 2. ed. Oxford: Clarendon Press, 1989. 12 v.

SARAIVA, F. R. S. **Novíssimo dicionário latino-português**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1993.

REY-DEBOVE, J. **Le nouveau Petit Robert**. Paris: Le Robert, 1995.

RIO-TORTO, G. M. **Morfologia derivacional**. Porto: Porto Editora, 1998.

VIARO, M. E. A formação do significado agentivo de –eiro. In: XVI CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALFAL, 16, 2011, Alcalá de Henares. **Anais...** Alcalá de Henares:2011. 2671-2679. Disponível em: <<http://alfal2011.mundoalfal.org/#/pdf/302alfal.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2012.

VIARO, M. E. Proposta de um método de análise para derivações sufixais. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, v. 3, n. 2, p. 140-165, 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11511/6791>>. Acesso em: 20 out. 2012.

## COMPARAÇÃO ENTRE COGNATOS EM -MENTO

Érica Santos Soares de FREITAS  
 Universidade de São Paulo (Pós-doutoranda)  
 ericafreitas@uol.com.br

**RESUMO:** A linguagem é uma herança social e sua história estende-se por séculos; desta forma, o estudo detalhado de seu funcionamento só pode ser feito sob um olhar diacrônico. Para a Filologia Românica, o método mais profícuo é o histórico-comparativo, por analisar o *terminus a quo* (base latina) para chegar ao *terminus ad quem* (línguas resultantes do latim). Assim, estabelece-se uma relação de sincronia e diacronia harmoniosa, possível somente na romanística, por se conhecer sua origem, tornando o campo românico um laboratório vasto para pesquisas e experimentações de novas metodologias, regidas pelos princípios da indução. A fim de encontrarmos as formas originárias de palavras sufixadas em -mento, determinar seus metaplasmos, verificar seus significados, formação de novos campos semânticos e outras questões, colhemos seus dados e os comparamos entre si, a partir de algumas línguas românicas: francês, castelhano, italiano e português, resgatando algumas formas não registradas no latim ou verificando entre elas alguns empréstimos, justificando sua correspondência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Linguística Histórica; Morfologia Histórica; Etimologia; Sufixo – mento.

## INTRODUÇÃO

Embora haja diversos estudos sobre sufixos, sabemos que grande parte se limitou, no geral, em relacionar os significados individuais assumidos ao longo do seu desenvolvimento. Com muito menos intensidade debruçou-se sobre sua genealogia, suas origens e muitas das suas características, não apenas as semântico-funcionais.

Sem dúvida, permanecerá um problema extremamente difícil e, na maior parte, insolúvel encontrar os motivos pelo quais uma língua modificou, por exemplo, o significado de um sufixo, expandindo ou limitando seus elementos semânticos ou banindo-lhe completamente o primeiro sentido atribuído. Pode-se, no entanto, ordenar suas modificações, de acordo com a sua sucessão temporal, a fim de apresentar, desse modo, alguns indícios para o processo de determinada língua.

No âmbito das pesquisas do Grupo de Morfologia Histórica do Português (GMHP)<sup>1</sup> e do Núcleo de Apoio à Pesquisa em Etimologia e História da Língua Portuguesa (NEHiLP)<sup>2</sup>, ambos liderados pelo Prof. Dr. Mário Eduardo Viaro, nosso estudo debruça-se nos aspectos diacrônicos, semânticos e etimológicos do sufixo latino *-mentum* e dos derivados pelos seus



equivalentes nas línguas românicas pesquisadas neste artigo, as quais compartilham o Latim em sua gênese, norteando-se pelo conceito de que o significado da base das palavras analisadas é diferente do significado do sufixo derivacional e da acepção da palavra formada pela derivação por meio deste, conforme aponta Viaro (2006).

Neste artigo, cruzaremos as datações de algumas palavras derivadas pelo sufixo latino *-mentum* em algumas línguas românicas, indicadas com a mesma etimologia latina. No modelo proposto por nós, é necessário que o étimo ocorra em pelo menos duas línguas, a fim de compararmos as datas dos empréstimos. Nossa hipótese, nessas ocorrências, é não haver em duas ou mais línguas românicas o mesmo empréstimo latino, uma vez que tende a ocorrer primeiro em uma das línguas, e desta, passar a outras.

A linguagem é uma herança social e a história de uma língua pode se estender por séculos, portanto é interessante detalhar seu funcionamento por meio de uma pesquisa diacrônica, para podermos analisar o *terminus a quo* (base latina) para chegar ao *terminus ad quem* (línguas resultantes do Latim).

Para Saussure, a linguística pretende: fazer a descrição e a história de todas as línguas que puder abranger, o que quer dizer: fazer a história das famílias de línguas e reconstituir, na medida do possível, as línguas-mães de cada família (SAUSSURE, 1995 [1916], p.13).

Para encontrarmos as formas originárias de algumas palavras em *-mento*, determinar suas etimologias e a formação de novos campos semânticos, colhemos seus dados e os comparamos entre si, a partir de algumas línguas românicas em que há uma mesma palavra: Francês, Castelhana, Italiano, Romeno e Português, para verificarmos se o Latim emprestou essas palavras diretamente para cada uma das línguas apontadas ou se houve empréstimos entre elas, justificando sua correspondência.

## CONTEXTO HISTÓRICO

Para contextualizarmos as línguas analisadas neste artigo, faremos um breve percurso histórico da língua latina às românicas, desde sua origem e formação da língua. Em seguida, apresentaremos a justificativa do método utilizado para análise.

Etimologicamente, o termo “românico” deriva de “romano”, gentílico de Roma, cujos habitantes eram chamados de “*Romani*” em oposição aos habitantes da região do Lácio, “*Latini*”, e posteriormente a outros povos do Império Romano. Essa população, inicialmente pequena e dispersa em vários povoados, agrupou-se entre os séculos IV e VI a.C. por motivos religiosos; a partir do século III a.C, impôs-se sobre os demais povos, aumentando a distinção entre “latino” e “romano”.

Linguisticamente, todos os que falavam Latim no Império Romano eram chamados “romanos”; por conseguinte, surgiu a denominação “*Romania*”, que designava o conjunto de territórios onde se falava Latim, e depois, as línguas românicas. Após a queda do império romano, os termos “*Romanus*” e “*Romania*” restringiram-se ao campo linguístico e cultural. O adjetivo “*Romani*” designava os que falavam uma língua derivada do Latim; o advérbio

“*Romanice*” ganhou significado de “língua vulgar” (VÄÄNÄNEN, 1971 [1967], p. 33).

Para Bassetto (2010), o significado cultural da expressão “*Romana Lingua*” mostra a existência de novas línguas distintas do Latim, como registra o texto “Juramentos de Estrasburgo”; há, ainda, o termo “*romanicu*”, que remete à idéia cultural e linguística românica, e “*romance*”, que passou a designar as variedades linguísticas do Latim.

No Português, por exemplo, de “*romancium*”, do Latim medieval, originou-se “romanço”. Na Idade Média, esse termo passou a designar as obras literárias escritas nas línguas românicas, muitas ao alcance do povo, os quais não tinham acesso às escritas em Latim, visto serem restritas aos mais cultos. O termo teve um alargamento semântico no final do século XVI, passando a designar não somente a língua utilizada, mas também o próprio texto escrito: o movimento romântico firmou-se como estilo, originando novos campos semânticos ao redor de “romano”.

A denominação “România” foi utilizada em regiões do antigo Império Romano; é o caso da Romênia, cujo nome do país se derivou diretamente desse conceito. Há ainda algumas alterações metonímicas do termo, como “*român*” com o sentido de pastor e escravo, e muitos derivados, restringindo seus exemplos ao Português: romagem, romanceiro, romanesco etc. Deste modo, é clara a influência exercida por Roma, não só como capital política, mas também religiosa, indicando ser esse o mundo com o qual a Filologia Românica se relaciona (KREFELD, 2004).

## LÍNGUAS ROMÂNICAS

Conforme Vidos (2001) e Malkiel (1993), Schuchardt concluiu que não era possível chegar a uma classificação científica para distinguir as línguas românicas, dado não haver critérios adequados. Embora haja diferenças significativas para serem nomeadas irmãs, elas possuem a mesma natureza, mesma origem, não há estabelecimento de classes no sentido próprio do termo. Outros autores, como Diez (1973 [1874]), Ernout (1953 [1926]), Maurer Jr. (1951), Meillet (1948), Meyer-Lübke (1926), dentre outros, também propuseram diversas classificações, tanto para línguas quanto para dialetos, mostrando quão relativo é o assunto, ainda que seja baseado em critérios linguísticos.

Com tantas hipóteses, de acordo com Krefeld (2004), Amado Alonso, em sua obra *Estudos Linguísticos* (1953), propôs a România Contínua, em que buscou novos critérios: partindo do caráter ibérico ou gálico do catalão, chegou à conclusão de que as línguas de ambos os lados dos Pirineus apresentam um parentesco especial na fonética, na gramática e no léxico, ou seja, o Catalão, o Aragonês, o Gascão e o Provençal. Também chegou a dois critérios: grau de latinização inicial e grau de fidelidade posterior à tradição latina; no segundo, leva em conta a época da latinização, a distância em relação a Roma, nível cultural do povo conquistado, resistência oposta à penetração da cultura latina, variação do esforço do colonizador romano, entre outros.

Alonso apontou também um valor relativo na divisão de România Oriental e Ocidental; isola o Romeno e o Dalmático, que constituem o ramo oriental a partir do século IV, e inclui o Italiano nas línguas ocidentais. Também separa o Francês a partir do século VI, por ter sofrido influência dos francos, germanos sem romanização anterior, fazendo que esta se afaste do Provençal, Catalão, Castelhana (KREFELD, 2004; BASSETTO, 2010; MEIER, 1973).

Todos estes aspectos são observáveis nos *corpora* obtidos e nas análises feitas nas línguas escolhidas para este trabalho: observamos uma separação, por exemplo, do Francês, em relação às demais línguas pesquisadas, pois há um mecanismo diferente não somente na construção das palavras, mas também na relação semântica entre elas; além disso, a língua francesa torna-se étimo para as demais na maioria dos casos observados. O Romeno é uma língua que obtém por empréstimo as palavras derivadas em *-ment* e sua produção ocorre por meio do alomorfe *-mânt*, de forma não tão produtiva<sup>3</sup>. O Italiano, ao lado do Português e do Castelhana, possui muitas derivações em comum.

## MÉTODO HISTÓRICO-COMPARATIVO

A linguagem é uma herança social e sua história estende-se por séculos, por isso, acreditamos que um estudo detalhado de seu funcionamento feito sob um olhar diacrônico vai ao encontro do que pesquisamos. Para este trabalho, valemo-nos do método histórico-comparativo, visto que por meio dele podemos determinar o *terminus a quo* (base latina) para chegarmos ao *terminus ad quem* (línguas resultantes do Latim). Assim, estabelecemos uma relação harmoniosa entre sincronia e diacronia, empregada na romanística, por conhecermos a origem das línguas (mais complexa, por exemplo, na germanística ou eslavística), tornando o campo românico um laboratório vasto para pesquisas regidas pelos princípios da indução.

A Filologia Românica tem como objeto as línguas e dialetos românicos, ou seja, aqueles que se originaram do Latim. Se uma palavra existe em várias línguas românicas, é possível indicar com precisão sua forma no Latim vulgar: “\*excappare” (forma suposta do Latim vulgar, ainda não encontrada em uma fonte escrita que a comprove) > escapar (Português, Castelhana, Catalão e Provençal), échapper (Francês), scappare (Italiano) e scăpa (Romeno). Caso algum fenômeno seja apresentado particularmente em uma ou outra língua, não é possível generalizá-lo, somente afirmar que talvez seja um caso isolado, ainda que possa ter sua origem no Latim.

Deste modo, utilizamos neste artigo o método histórico-comparativo, em razão de o *terminus a quo* e o *terminus ad quem* utilizados como *corpus* deste trabalho serem bem conhecidos e documentados. Esse método é aplicável a grupos de línguas genealogicamente comuns, como as românicas. Por meio desse método, a partir da comparação das línguas românicas Francês, Castelhana, Italiano, Português e Romeno, será possível verificar entre elas empréstimos, justificando sua correspondência, pois “*es indiscutible que el método comparativo, con todas las restricciones que se imponen a su respecto, enriquece y precisa nuestros conocimientos del latín popular*”

(VÄÄNÄNEN, 1971 [1967], p. 48). A fim de encontrar suas formas originárias, determinar seus metaplasmos, verificar seus significados, formação de novos campos semânticos e outras questões, seus dados foram colhidos e comparados entre si.

Portanto, esta pesquisa norteou-se pelo comparativismo, ou seja, pela técnica de pesquisa na gramática histórica por meio da comparação das palavras e estruturas gramaticais de línguas que possuem uma origem comum, com o objetivo de estabelecermos a origem, o étimo e a precisão da datação das palavras latinas derivadas em *-mentum* em algumas línguas românicas (Francês, Italiano, Castelhana, Português e Romeno).

## ANÁLISE DE DATAÇÕES

As línguas podem alterar-se num mesmo tempo, ou seja, podem apresentar variações ocorridas devido a alguns fatores específicos. Logo, não podemos impor o certo e errado quando se trata de desenvolvimento de uma língua; este estudo histórico, como qualquer outro estudo científico, por meio da indução, permitirá a elaboração de material essencial para a descrição e explicação diacrônica, principalmente etimológica, de sufixos da língua portuguesa.

Parece coisa extremamente fácil distinguir palavras derivadas de palavras primitivas quando se trata de exemplos [...] que não requerem especial cultivo da inteligência [...]. São entretanto numerosos os casos em que transparece menos lúcida a relação entre o termo derivado e o derivante, sendo necessário algum estudo para se perceber a filiação. Outras vezes tem havido tal evolução de forma e sentido, que surge um curioso conflito entre o pensamento geral do vulgo e o facto encarado à luz da pesquisa científica (SAID ALI, 1931, p. 3).

Analisamos alguns aspectos em palavras formadas pelo sufixo derivacional latino *-mentum*, a fim de comprovarmos os aspectos semânticos relevantes do sufixo no Latim e nas línguas derivadas deste, no caso, as românicas.

Nossa pesquisa foi feita por meio da indução, e não dedução, ou seja, através de dados empíricos que comprovaram nossas hipóteses, a partir da comparação linguística, da etimologia e da datação, bem como das mudanças que, porventura, ocorreram no âmbito linguístico.

Para efetuarmos uma análise de datações entre diversas palavras, foi necessário fazer um levantamento na listagem das palavras, com étimo latino, em cada língua e encontramos: Castelhana – 80 palavras, Francês – 54 palavras, Italiano – 134 palavras, Romeno – 19 palavras e Português – 93 palavras.

Observamos todas as palavras, com suas respectivas datações, e partimos para a comparação de algumas delas, já que é possível esgotar o assunto. Não são poucos os exemplos observados durante o trabalho, principalmente aqueles explanados nas seções de Análise Quantitativa de cada língua. Vejamos, a seguir, alguns deles:

**Exemplo 1:** a palavra latina aditamento, em Português, possui o étimo latino additamentum, com entrada na língua no século XIV. Não há a palavra indicada como latinismo no Francês, tampouco no Romeno. No Italiano, a informação é de sua entrada ser em 1499 (século XV), e no Castelhana, em 1532 (século XIV). Portanto, há três hipóteses, como segue:

- a) a palavra latina entrou no Português e, desta língua, espalhou-se para o Italiano e Castelhana: lat. additamentum> port. aditamento> it. aditamento> cast. Aditamento.
- b) a palavra latina entrou no Português, por sua vez passou ao Castelhana; o Italiano tomou diretamente do Latim:
  - lat. additamentum> port. aditamento> cast. aditamento;
  - lat. additamentum> it. aditamento.
- c) a palavra latina entrou para o Português e, desta, passou de modo independente para as outras duas línguas:
  - lat. additamentum> port. aditamento> cast. aditamento;
  - lat. additamentum> port. aditamento> it. aditamento.

Para nós, a hipótese b é a mais verossímil, embora necessitemos comprovar diretamente em *corpora* tais suposições. De qualquer modo, acreditamos que o Português tenha passado a palavra ao Castelhana, em razão de serem línguas de maior contato do que o Italiano.

**Exemplo 2:** a palavra latina alimentum está indicada como étimo das palavras cast. alimento (XVI), fr. aliment (1120), it. alimento (1279) e port. alimento (1584). Neste caso, as hipóteses são:

- a) a palavra latina entrou para o Francês, passando ao Italiano, depois Castelhana e, em seguida, para o Português:
  - lat. alimentum> fr. aliment (1120) > it. alimento (1279) > cast. alimento (XVI);
  - lat. alimentum> fr. aliment (1120), it. alimento (1279) > port. alimento (1584).
- b) a palavra latina passou para o Francês, língua de prestígio por séculos, que passou para as demais línguas:
  - lat. alimentum> fr. aliment (1120) > it. alimento (1279);
  - lat. alimentum> fr. aliment (1120) > cast. alimento (XVI);
  - lat. alimentum> fr. aliment (1120) > port. alimento (1584).

Neste caso, cremos que a segunda hipótese seja mais plausível, com provável empréstimo entre as línguas da Península Ibérica, o qual não podemos confirmar por não haver data precisa na datação da palavra castelhana.

Vejam, a seguir, algumas das palavras encontradas no Castelhana, no Francês, no Italiano, no Romeno e no Português.

A palavra latina caementum aparece como étimo em todas as línguas pesquisadas neste artigo. Cremos que a palavra latina tenha feito um percurso por essas línguas por meio de divulgação francesa, e não entrado diretamente, de modo isolado, em cada uma delas, considerando somente a entrada da variação “port. cimento”, em detrimento de “port. cemento”, nesta e nas demais línguas, por haver significados diferentes entre essas formas: lat. caementum> fr. ciment (XII) > it. cimento; lat. caementum> fr. ciment (XII) > port. cimento

(XIII); lat. *caementum* > fr. *ciment* (XII) > cast. *cimento* (XIII); lat. *caementum* > fr. *ciment* (XII) > rom. *ciment* (XIX).

O grupo de compostos do latim *plēre* é bastante fértil, porém há somente *complementum* e *supplementum* sendo étimos para palavras em todas as línguas românicas analisadas, exceto para o Romeno, que possui indicação de as palavras *complement* e *suplement* virem do Francês.

Observando as datas de cada uma das formas de *complementum*: fr. *complément* (1308), it. *complemento* (1619), cast. *complemento* (1665), port. *complemento* (1757), nossa hipótese, é de que houve empréstimo latino somente na forma francesa; as restantes provavelmente originaram-se por meio de empréstimo francês.

Para a forma *supplementum*, há a hipótese de o Francês ter dissimulado a palavra, como indicado no étimo romeno, mas também podemos crer que ela tenha sido emprestada de língua a língua, principalmente pelas datas de ocorrência: fr. *supplément* (1313) > it. *supplemento* (XIV) > port. *suplemento* (1541) > cast. *suplemento* (1654).

## CONCLUSÕES PARCIAIS

As análises apresentadas neste artigo não são únicas, mas parte de nossa pesquisa de doutoramento, em andamento, em que faremos diversos cruzamentos panromânicos. Há diversas outras palavras em nossa pesquisa cujas informações poderíamos cruzar, porém nossa intenção não é esgotar esse assunto, mas apresentá-lo como auxiliar e complementar à pesquisa diacrônica.

Deste modo, vimos quão importante, novamente, é fazer uma análise precisa para obtermos prováveis étimos e datas mais próximas da origem das palavras, o que pode nos mostrar não somente a etimologia das palavras, mas seu percurso pelas línguas. Quando trabalhamos com *corpora*, não podemos finalizar a pesquisa, devido a ser uma amostragem, ainda que significativa, representativa e, inclusive, exaustiva. Sabemos que os dados podem se alterar por meio de outros estudos históricos que, porventura, descubram ou constatem a existência de documentos mais antigos em que constem as palavras estudadas.

Após a obtenção das informações sobre a origem do sufixo latino – *mentum* e de suas derivações às românicas, percebemos quão necessários são os estudos linguísticos que se voltem para a diacronia; mais ainda aqueles cujo objetivo seja incorporar vários fatores, inclusive com relação à proximidade dos falares de regiões que compartilham um passado linguístico comum. Pesquisas diacrônicas que foquem os aspectos semânticos comparativos entre as línguas românicas, como o estudo do sufixo *-mentum* em contraste com seus derivados nas línguas aparentadas, serão sempre colaborativas para que haja uma melhor compreensão do desenvolvimento de línguas irmãs.

## NOTAS

- (1) Grupo de pesquisa situado em <<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/gmhp.html>>, cadastrado no CNPq <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0067802A7Q03YV>> Acesso em: 10 out. 2013.
- (2) <<http://www.usp.br/leginf/resol/r6398m.htm>> Acesso em: 10 out. 2013.
- (3) Por esse motivo, neste artigo apresentamos somente exemplos de verbetes romenos com a forma do sufixo -ment, ainda que existam, nesta língua, quase que integralmente por empréstimo francês.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, A. **Estudios lingüísticos**. Madrid: Gredos, 1953.
- BASSETO, B. F. **Elementos de filologia românica**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010 [2005].
- DIEZ, F. **Grammaire des langues romanes**. 3. éd. Genève: Slatkine, 1973[1874].
- ERNOUT, A. **Morphologie Historique du Latin**. 3. éd. Paris: C. Klincksieck, 1953 [1926].
- KREFELD, T. Le roumain et la Romania continua. In: ICHIM, O.; OLARIU, F. T. (Orgs.). **Spațiul lingvistic și literar românesc din perspectiva integrării europene**. Mănuță Dan/Iași, 2004, p. 62-72. Disponível em: <[http://www.romanistik.uni-muenchen.de/downloads/links\\_personen/krefeld/krefe%20Id-iasi.pdf](http://www.romanistik.uni-muenchen.de/downloads/links_personen/krefeld/krefe%20Id-iasi.pdf)> Acesso em: 23 out. 2013.
- MALKIEL, Y. **Etymology**. New York: Cambridge University Press, 1993.
- MAURER Jr., T. H. **Unidade da România Ocidental**. São Paulo: USP, 1951.
- MEIER, H. **Ensaio de Filologia Românica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1973.
- MEILLET, A. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: Champion, 1948.
- MEYER-LÜBKE, W. **Introducción a la lingüística románica**. Madrid: Casa Edit. Hernando, 1926.
- SAID ALI, M. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1964 [1931].
- SAUSSURE, F. **Cours de linguistique générale**. Édition critique par Tullio de Mauro. Paris: Saint-Germain, 1995 [1916].

VÄÄNÄNEM, V. **Introducción al latín vulgar**. Versión española de Manuel Carrión. Madrid: Gredos, 1971 [1967].

VIARO, M. E. Problemas de morfologia e semântica histórica do sufixo **-eiro**. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 35, p.1443-1452, 2006.

VIDOS, B. E. **Manual de Linguística Românica**. v. I – História e metodologia. Trad. de J. P. Silva. 2. ed. Rio de Janeiro: Edição do tradutor, 2001 [1956].



**ASTERIS(TI)CO (\*), UM EXEMPLO DE CRUZAMENTO ENTRE SUFIXOS**

Nilsa AREÁN-GARCÍA  
 Universidade de São Paulo  
 nilsa.arean@gmail.com

**RESUMO:** Sabe-se que o fenômeno chamado de cruzamento vocabular se dá quando a palavra é formada pela união morfofonológica, entre duas ou mais unidades lexicais, motivada pelo resultado semântico e seu âmbito de uso. De modo semelhante, existe o fenômeno que aqui chamaremos de cruzamento entre sufixos, baseado na similaridade fonética, no sentido semântico, na frequência e no âmbito de uso. Assim, a partir das noções de cruzamento vocabular e da teoria do reconhecimento de padrões, neste trabalho, apresenta-se uma análise na língua portuguesa, a título de ilustração, da palavra *asterístico* do ponto de vista do uso do sufixo *-ístico(a)* em detrimento de *-isco(a)*. Para tanto, utiliza-se como *corpus* as ocorrências mais antigas da palavra *asterístico* encontradas em *Google Books*. Deste modo, observa-se que os sufixos podem carregar conteúdos semânticos, como ainda traços indicativos dos gêneros textuais em que se inserem, época de atuação, entre outros traços culturais designativos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Morfologia; Cruzamento entre sufixos; Sufixo *-ístico(a)*.

**CRUZAMENTO VOCABULAR**

É sabido que, na fala popular podemos encontrar com grande produtividade, o que os gramáticos costumam chamar de “erros” por se desviarem da norma culta da língua, mas que estão envolvidos como constituintes nos processos de aquisição de palavras no idioma materno. Muitas vezes, a aprendizagem e criação de novas palavras pelo falante se dá, como no caso de uma criança que está aprendendo a falar, por meio da escuta e repetição pela fala, passando pelos estágios de associação, interpretação semântica, correção e/ou adaptação.

Neste sentido, podemos considerar o fenômeno chamado, entre outros nomes, de cruzamento vocabular ou cruzamento lexical, *mesclas*, *amálgama*, *palavras-valise*, *palavras portmanteau*, *blends*, *mesclagens lexicais* etc, na reprodução de palavras pelo falante. Cujas ocorrências, segundo Cardoso (2010, p. 215), se dá quando a palavra é formada pela união morfofonológica, entre, no mínimo, duas unidades lexicais, impulsionada e motivada pelo resultado semântico e seu âmbito de uso. Por exemplo, quando uma parte da palavra se assemelha a outra foneticamente e sua conotação semântica pode ser próxima. Neste caso, que é muito produtivo no português, embora pouco

estudado no âmbito da formação de palavras, encontramos exemplos como a ameixa *reubennel*, conhecida pelos falantes como *rubi-mel*, cujo resultado fonético se assemelha ao original e sua conotação semântica é mais próxima ao contexto do falante.

A ameixa *reubennel*, cujo nome científico é *Prunus salicina Lindl*, é uma variedade cultivada na África do Sul, pelo menos desde os anos 1970, e de lá foi trazida à região sul do Brasil, onde se tornou, conforme Kluge, Bilhalva e Cantillano (1996), uma das variedades mais bem adaptadas às nossas condições climáticas, principalmente no estado do Paraná a partir dos anos 1990, proporcionando grande rentabilidade e fácil comercialização ao agricultor. Dessa forma, conjectura-se que facilmente esta variedade chegou às feiras, quitandas, mercados, sacolões etc, daí às mesas brasileiras, e com sua grande popularidade passou a ser conhecida pelo nome *rubi-mel*. Se, por um lado, o vocábulo *reubennel*, que possivelmente seja o sobrenome da família cultivadora da espécie importada da África do Sul para o Brasil, não faz sentido por si só para a maioria dos falantes da língua portuguesa, por outro, a palavra *rubi-mel* é foneticamente próxima da original *reubennel* e semanticamente mais coerente no contexto para o falante, já que *rubi* lembra a coloração vermelha da fruta e *mel* é associado ao paladar desejado. Uma vez mais, o nome utilizado pelo falante lhe é muito mais próximo de sua realidade.

Dessa maneira, o falante ouve a palavra e no momento de reproduzi-la fará a correção e/ou adaptação de forma que se torne mais adequada à sua interpretação semântica e ao seu contexto, como também, quando for o caso, à sua variante fonética.

Dessa forma, não obstante o cruzamento vocabular tenha sido pouco estudado e seja atribuído, segundo alguns especialistas da língua, a problemas na escolarização ou ainda à ignorância do falante, pode-se notar que o fenômeno ocorre nas mais variadas camadas sociais e, conforme o exemplo ilustrado anteriormente, pode ser analisado. Assim,

Embora considerado um processo de formação de palavras “marginal”, as mesclas têm sua função e podem ser sistematizadas e estudadas como um processo. Sua principal função, ao se manifestarem no discurso concretamente realizado, é mostrar que o enunciador é capaz de revelar seus conceitos internalizados e os efeitos de sentido que pretende apresentar, por meio da criação lexical. (CARDOSO, 2010, p. 221)

## ANÁLISE DOS CRUZAMENTOS VOCABULARES

Segundo Macedo (2005, p. 19), quando o falante produz uma palavra, esta produção quer ser ouvida, compreendida, respondida e quer, por sua vez, ser rebatida, questionar e ser novamente respondida, pois conforme as teorias bakhtinianas, uma só palavra pode formar um enunciado, parte de um discurso, que está sempre marcado ideologicamente pela mediação de signos linguísticos. Deste modo, no processo de formação de palavras, estas estão sendo sempre carregadas de significações históricas, sociais, ideológicas, que

se alteram com um ou outro morfema na sua construção. A título de ilustração, dizer *pianista* ou *planeiro*, com apenas a troca de um sufixo, altera toda a carga semântica da palavra e até mesmo o contexto que está por trás de cada enunciado. Observa-se, então, que os enunciados são produzidos de forma consciente e, por serem fenômenos dialógicos, implicam a produção de *contrapalavras* vinculadas às palavras do outro, assim se refletem mutuamente por meio de um processo de compreensão e, portanto, não existem por si só, ou isoladamente.

Assim, podemos conjecturar que a formação de palavras pelo falante é um processo dialógico com o outro, e nessa formação entra em cena o discurso, bem como o desejo de compreensão e, muitas vezes, aceitação pelo interlocutor. Neste sentido, os falantes produzem palavras diferentes em diferentes contextos, em diferentes âmbitos e gêneros do discurso. Portanto, cada etapa da aprendizagem e da produção de palavras pelo falante pode ser analisada, pois ocorrem dentro de um contexto específico e visando a um objetivo concreto.

Em contrapartida, ao estudar a formação de palavras, sabemos que:

Da competência lexical do usuário de uma língua fazem parte tanto a capacidade de formar e entender palavras novas como a de atribuir estrutura às palavras já integrantes do léxico. Podemos, portanto, admitir um inter-relacionamento entre as regras de formação de palavras e as regras de análise da estrutura das palavras. Essa interação se confirma quando acontecem formações novas. (SANDMANN, 1991, p. 44-45)

Isto significa que há algumas etapas interligadas no processo de formação de palavras para o falante de uma língua: numa primeira fase, o falante entende as palavras novas, que equivale à formação de paráfrases que explicam o seu entendimento; numa segunda fase, o falante reconhece os elementos envolvidos no processo de formação de uma palavra nova, que equivale ao reconhecimento das regras de formação de palavras; numa terceira fase, o falante produz palavras novas aplicando o mesmo processo reconhecido na segunda etapa, que equivale à aplicação das regras de formação de palavras. A terceira fase desse processo, isto é, a aplicação das regras e a produção efetiva de palavras novas irá indicar a produtividade da regra de formação de palavras. Assim, de acordo com Aronoff (1976, p. 62) e Sandmann (1991, p. 62-64) existe uma estreita e importante relação entre coerência semântica e produtividade na formação de vocábulos.

Tomando como exemplo a palavra *conhecidência*, usada ao invés de *coincidência* no contexto de encontro ao acaso entre duas ou mais pessoas conhecidas, utilizando as fases descritas anteriormente no processo de formação de palavras e tendo-as adaptado ao reconhecimento de padrões pelo falante, conseguimos esquematizar, *grosso modo*, o processo de aprendizagem e reprodução de uma palavra em cinco fases que estão descritas a seguir, partindo da palavra *coincidência* e terminando na produção da palavra *conhecidência*, a título ilustrativo.

Assim, considera-se que a primeira fase do processo é o primeiro contato do falante com a palavra, seja um contato oral ou escrito. Suponhamos, então, que dois colegas de trabalho se deparem, ao acaso, em uma feira livre.

Um deles dirá que é uma *coincidência* tal encontro. O outro terá o seu primeiro contato com a palavra ao ouvi-la.

Inicia-se, então, a segunda fase do processo que é a internalização da palavra, ou seja, o reconhecimento da palavra como nova, dentro do contexto específico de um encontro ao acaso entre conhecidos. Neste dado momento, o falante percebe que *coincidência* não pertence ao seu vocabulário interno de palavras e, portanto, é uma palavra nova que precisa ser aprendida.

Sabemos que o cérebro humano apresenta uma capacidade de processar informações novas por meio de analogias e similaridades com as informações que já conhece e sobre as quais apresenta um bom domínio. Ou seja, o ser humano procura apreender o desconhecido por meio de aproximações ao que já lhe é conhecido. Esta é, então, a terceira fase do processo, ou seja, a busca e o reconhecimento de padrões conhecidos próximos ao da palavra desconhecida. No exemplo, a palavra *coincidência* não pertence ao vocabulário do falante ou lhe apresenta pouca frequência de uso, o mesmo ocorre com *co-incidir* e com *incidir*, que pouco ou nada lhe significam no contexto em que se depara no momento. No entanto, o falante reconhece o sufixo *-ência*, pela sua presença em demais palavras de seu vocabulário interno. Assim, continuando a busca por similaridades fonéticas e semânticas em seu vocabulário interno, o falante encontra a palavra *conhecidos*, que lhe é bastante frequente e faz algum sentido semântico, já que o contexto é um encontro ao acaso entre *conhecidos*. Desse modo, é como se o falante reservasse a palavra *conhecidos* e o sufixo *-ência*, dentro de seus padrões reconhecidos.

Chegamos, agora, à quarta fase do processo que é o reprocessamento da palavra, na qual o falante reestrutura a palavra a partir dos padrões reconhecidos na fase anterior, criando uma nova palavra. Seguindo o exemplo, o processo ocorre como se o falante criasse uma paráfrase sua e interna da palavra *conhecidência*, com a palavra *conhecidos* e o sufixo *-ência*.

A quinta fase é a reprodução e uso da palavra aprendida e reestruturada em seu contexto. Por exemplo, o falante responde ao seu colega dizendo-lhe que foi realmente uma *conhecidência*. E a partir de então usará a palavra *conhecidência* no contexto específico que designa encontro ao acaso entre conhecidos.

Assim, por um lado, o processo de aprendizagem e produção de uma palavra está inserido em um discurso e, portanto, é um processo dialógico que por sua vez faz parte de um contexto e apresenta um gênero. Por outro lado, também é função do inventário individual do falante, da frequência de uso das palavras em determinados contextos, dos padrões estabelecidos pela sociedade para a comunicação em um dado registro, entre outros fatores.

## OCORRÊNCIAS DE ASTERÍSTICO AO INVÉS DE ASTERISCO

É sabido que a palavra *asterisco* é a derivação da palavra *aster*, de origem grega que designa “estrela”, com o sufixo *-ico(a)* de valor diminutivo, significando “estrelinha” ou “pequena estrela”. Entretanto, embora *asterisco* signifique etimologicamente “estrelinha”, atualmente a palavra não está

associada a qualquer estrela pequena, mas, segundo o dicionário Houaiss (2001), unicamente ao sinal gráfico em forma de estrela \* formalmente usado na escrita, em geral, para indicar uma chamada de nota ou para assinalar supressão, dúvida ou outra convenção previamente estabelecida, como em Linguística, em que indica que a forma é agramatical ou em Filologia, em que indica um vocábulo hipotético. Registra também o ponto defeituoso de um original na cópia de documentos.

Por outro lado, segundo Viaro (1998), a palavra *asterístico* encontrada na fala brasileira, ao invés de *asterisco*, é uma analogia proveniente da influência das palavras formadas com *-ístico(a)*, como por exemplo, *característico* e *artístico*, dentre outras frequentes na língua.

Feita uma breve pesquisa em *Google Books*, notou-se que, embora a palavra *asterístico* não seja encontrada em dicionários normativos, é possível encontrar várias ocorrências, na forma escrita. Nos exemplos descritos a seguir, apresenta-se a primeira ocorrência da palavra *asterístico* (destacada em itálico para efeitos didáticos) encontrada na forma escrita em cada língua ou variante linguística.

No português do Brasil, apresenta-se o primeiro exemplo, extraído de *Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs Deputados*, volume 4, partes 1-3, Rio de Janeiro, 1860, página 172:

Sessão em 11 de junho de 1860. [...] deste anno, no qual estao especificadas as datas mais notaveis da vida de cada official, e indicados com um *asterístico* os que têm habilidades praticas, bem como expressamente se diz quaes os que possuem as habilitações ...

No português europeu, apresenta-se o segundo exemplo, extraído de *Archivo dos Açores*, volume 12, edições 67-72, 1892, página 6:

Na Tolha de 1730 levam um *asterístico* (\*) todas as verbas que nao se encontram na folha de 1634 facilitando assim a comparação. Todos os ordenados d'esta folha (excepto os ecclesiasticos) sofreram desconto de 4 e 112 por cento.

No português angolano, apresenta-se o terceiro exemplo, extraído de *Boletim do Instituto de Angola*, edição 26, 1966, página 91:

Tal como fizemos nessas páginas, procuraremos não nos afastar do texto apresentado à cadeira de 'Estruturas Sócio-Culturais Portuguesas', salvo na actualização de mapas e um ou outro caso que assinalámos com um *asterístico*.

Em língua espanhola, apresenta-se o quarto exemplo, extraído de *Principios Elementales de Física y Astronomía. Para uso de los que no han frecuentado las aulas, ni estudiado matemáticas. Por Don Santiago de Alvarado y de la Peña, Notario de los reinos y del ilustre colegio de Madrid*, 1829, página VIII do prólogo:

En fin creo que esta obra agradará: todo lo que contiene es de Bedant, Biot, Brisson, Libes, el padre don Teodoro de Almeida, Vallejo, Verdejo, Antillon, Baíls, Mieg y otros ilustres Autores nacionales y extrangeros de donde lo he recopilado y traducido, como se verá por las citas que hago de ellos al pie, señalando con *asterísticos* cuanto he copiado literalmente de los españoles.

Em língua italiana, apresenta-se o quinto exemplo, extraído de uma nota do editor em edição escolar-didática de *La divina commedia*, volume 3 de Dante Alighieri, 1828, página 477: “...segnando coll'*asterístico* quelli che nessuno studioso di Dante dovrebbe negligere.”

Em língua francesa, apresenta-se o sexto exemplo, extraído de *Traité de mécanique céleste par P. S. Pierre Simon Laplace (Marquís de)*, J. B. M. Duprat (París), em 1802, página 278:

Pour les distinguer, j'ai marqué d'une *astéristique*, celles que Mason a déterminées parla comparaison des observations de Bradley, et qui toutes ont été déterminées de nouveau par Burg, au moyen d'un très-grand nombre d' observation ...

Em latim científico, apresenta-se o sétimo exemplo, extraído de *Le médecin naturaliste* escrito pelo médico francês Jean-Emmanuel Gilbert, publicado em Lyon, em 1799, página 336: “Quæ *asterístico* notantur, à nobis?, in herbario nostro conservantur ...”

Analisando os exemplos postos, pode-se verificar, então, que no português a ocorrência grafada da palavra *asterístico* não se restringe apenas à variante brasileira da língua, ocorrendo também no português europeu e no de Angola. Pudemos notar, ainda, que sua ocorrência não é exclusiva da língua portuguesa, pois a encontramos também no castelhano, na língua italiana, na francesa e mesmo no latim científico.

Observa-se, nos exemplos, que a palavra *asterístico* ocorre majoritariamente no âmbito acadêmico e técnico-científico e é escrita por autores cultos desde o século XIX nas línguas românicas supracitadas e desde finais do século XVIII no latim científico. É notório que, ainda que não pertença à norma culta, esta é uma palavra reproduzida por falantes cultos e em âmbitos acadêmicos ou, pelo menos, em contextos de alta formalidade. Assim, o âmbito de inscrição do fenômeno não é regional, mas é um âmbito marcado pela formalidade e pelos discursos no gênero acadêmico e técnico-científico.

O âmbito de uso da palavra pode ser justificado em parte pela própria designação dela, ou seja, sinal gráfico em forma de estrela \* formalmente usado na escrita, e reforçado pelo sufixo *-ístico(a)*, cuja utilização frequentemente ocorre no âmbito formal, e, portanto, em discursos pertencentes ao gênero acadêmico e técnico-científico, segundo Areán-García (2012, p. 228-229).

Também o seu período de utilização, a partir do século XIX nas línguas exemplificadas, segundo Areán-García (2012, p. 194-197), justifica-se pelo período em que o sufixo *-ístico(a)* começa a mostrar relevância, ocorrendo na formação de palavras, principalmente nas línguas românicas.

Assim, o fenômeno observado é bem mais amplo do que inicialmente se poderia imaginar e não é somente fruto regional de uma variante do português brasileiro, procedente apenas de uma analogia proveniente da influência de palavras formadas com o sufixo *-ístico(a)*. Tampouco é algo procedente de problemas de escolarização ou de um processo de hipercorreção, uma vez que ocorre entre falantes cultos.

## ANÁLISE DO CRUZAMENTO ENTRE SUFIOS

Na análise das ocorrências da palavra *asterístico* ao invés de *asterisco*, do ponto de vista morfológico, evidencia-se o uso do sufixo *-ístico(a)* em detrimento de *-isco(a)*. De modo similar aos cruzamentos vocabulares, mostra-se, neste exemplo, um cruzamento não entre vocábulos, mas entre sufixos: *-isco(a)* e *-ístico(a)*.

Assim, retomando a palavra *asterisco*, nota-se que sua formação se dá com a base culta *aster* derivada com o sufixo *-isco(a)*, cuja função é formar diminutivos. Ao se usar *asterístico* ao invés de *asterisco*, parece haver uma arbitrariedade quanto à função morfemática no uso do sufixo *-ístico(a)*, que é formador de adjetivos relacionais. Vamos, então, tentar entender a motivação do falante ao fazer uso de *-ístico(a)* em detrimento de *-isco(a)*, uma vez que não é funcional, pois *asterístico* é um substantivo, e, portanto, tampouco se mostra como motivação semântica, conforme se coloca nos cruzamentos vocabulares.

Inicialmente, observando o sufixo *-isco(a)*, pode-se dizer que é de origem grega e sua função é a diminutiva com relação à base da palavra. Apresenta pouca produtividade nas línguas românicas, em geral, e pouquíssima frequência de uso. Apesar de ser de origem culta, os vocábulos com ele formados, em sua maioria, inserem-se no âmbito popular de uso. No Dicionário Houaiss (2001), encontramos apenas onze palavras com ele formadas: *abacisco*, *asterisco*, *borrisco*, *chuvisco*, *galisco*, *ladrisco*, *lambisco*, *namorisco*, *pedrisco*, *penisco* e *petisco*; das quais apenas *abacisco* e *asterisco* não são de uso popular.

Daí, podemos entender que, no primeiro contato do falante com a palavra *asterisco*, haja um estranhamento. Considerando-se as fases do aprendizado de uma nova palavra, anteriormente descritas, na primeira fase, o falante se depara com *asterisco*. Na segunda fase, reconhece que *asterisco* é uma palavra nova usada em âmbito douto.

Porém, é na terceira fase que ocorre o estranhamento, pois nessa fase o falante reconhece a base culta *aster-* e um sufixo pouco frequente e usado em âmbito popular, *-isco(a)*, causador do estranhamento.

Procurando por similaridades fonéticas e maior frequência de uso, temos o sufixo diminutivo de origem latina *-ico(a)*, que, embora seja muito mais frequente que *-isco(a)*, tampouco é a opção escolhida pelo falante. Infere-se que, além de bases e o sufixo serem de origens diferentes, contribui de modo contundente o fato de as palavras diminutivas formadas com *-ico(a)* também, em sua maioria, inserirem-se no âmbito popular de uso.

Portanto, o critério usado pelo falante ao escolher o sufixo *-ístico(a)* leva em conta vários fatores, não apenas a similaridade fonética e a maior frequência de uso, mas, preponderantemente, o seu âmbito de uso comparativamente com o sufixo *-isco(a)*.

Assim, o falante, na quarta fase do processo, reestrutura a palavra com o sufixo *-ístico(a)*, criando a palavra *asterístico*, que lhe faz sentido dentro do âmbito douto de uso. E, na quinta fase, o falante reproduz e utiliza a palavra *asterístico*.

Acredita-se também que o signo é modificado pelo contexto em que se inserem o seu significado e seu significante, marcando, assim, o discurso do falante ao proferir *asterístico*. Ou seja, o contexto do símbolo formal \* usado na escrita faz com que o falante esteja ciente de que está diante de um âmbito de grande formalidade. Assim, o falante culto utiliza o sufixo *-ístico(a)* pela semelhança fonética, pela sua maior frequência, mas também pela sua atuação nos âmbitos de grande formalidade, principalmente em contextos acadêmicos e técnico-científicos. Dessa maneira, justifica-se, em parte, a formação do cruzamento com um sufixo morfologicamente não esperado, pois deriva adjetivos, mas contextualmente reconhecido e adequado ao gênero do discurso em prática.

No seu processo de discurso, o falante sente-se mais seguro ao marcar a palavra no contexto, pois também é uma forma de ser aceito e, algumas vezes, de se impor dentro de um âmbito douto. Além disso, convém notar que tal fenômeno somente pode ocorrer a partir do século XIX, pois antes o morfema não mostra produtividade nas línguas românicas, e desta forma, o falante se vale não somente do fato de o sufixo ser culto, tal qual a base *o* é, mas também de ser uma inovação na língua.

Por outro lado, seja por reforço da influência das obras em castelhano, italiano, francês e/ou suas traduções, nas quais a palavra *asterístico* também ocorre em âmbitos semelhantes desde o século XIX, convém notar que o uso de *-ístico(a)* na formação desta palavra também aponta para a produtividade do morfema. Assume-se, então, que os falantes reconhecem o morfema, a base culta *aster-* e o seu âmbito de atuação ao produzirem *asterístico*, verbalmente ou de forma escrita, impulsionando, ademais, a importância de *-ístico(a)* como sufixo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na língua, à semelhança das palavras, seus constituintes apresentam designação semântica e também carregam características tais como a valoração (por exemplo, a pejoratividade), além do gênero em que atuam. Assim, de modo análogo às palavras, os sufixos se transformam formal e semanticamente, se associam entre si, são traduzidos e inseridos por meio de línguas veiculares a línguas naturais, circulam em âmbitos específicos, são decalcados, emprestados e adaptados foneticamente a línguas diferentes da de sua origem e nas quais podem vir a ser produtivos abrangendo novos campos semânticos, formando e ampliando constelações próprias (AREÁN-GARCÍA, 2012, p. 41).



Seguindo esta linha, alguns fenômenos linguísticos que ocorrem no nível das palavras também podem ser observados no nível de seus componentes, por exemplo no nível dos afixos. Especificamente neste artigo, ilustramos o fenômeno conhecido como cruzamento vocabular no nível das palavras e seu equivalente no nível sufixal, que denominamos como cruzamento entre sufixos.

Deste modo, observa-se que os sufixos podem carregar conteúdos semânticos, como ainda traços indicativos dos gêneros textuais em que se inserem, época de atuação, entre outros traços designativos. Portanto, deve-se levar em conta os mais variados fatores, meios e condições que podem interferir no processo de formação de palavras pelo falante, inclusive a aprendizagem e o letramento, conforme sugere Viaro (2011, p. 119).

Sabemos que

A formação de palavras pode ter uma função exclusivamente cognitiva, como categorização. Mas, em termos de comunicação, a palavra se forma também em função do enunciado. Este, por sua vez, tem nas palavras a substância em que se estrutura. Assim, é natural que os processos de formação de palavras tenham ou uma função apenas semântica ou uma função mista, em que se liguem fatores semânticos àqueles relacionados ao enunciado ou à relação falante/ enunciado. (BASÍLIO, 2004, p. 80)

Ou seja, as funções não estão isoladas e exclusivas na formação da palavra diante da comunicação, assim, não há apenas uma função semântica ou morfológica, mas um misto de funções que associa os mais variados fatores ao enunciado e à expressão. Desse modo, embora os estudos estruturalistas e gerativistas procurem deixar de lado a enunciação e o gênero textual contrapondo-se aos estudos de análise do discurso, que, por sua vez deixam à margem a análise de formação de palavras, e ambas as linhas ignoram o estudo diacrônico e etimológico, consideramos que aliar diferentes perspectivas na pesquisa de fenômenos da linguagem só traz contribuições positivas, mais abrangentes e inéditas para o melhor entendimento de tais fenômenos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AREÁN-GARCÍA, N. **Aspectos sincrônicos e diacrônicos do sufixo -ístico(a) no português e no galego**. 2012. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARONOFF, M. **Word formation in Generative Grammar**. Cambridge, Massachusetts: MIT, 1976.

BASÍLIO, M. **Teoria lexical**. São Paulo: Ática, 2004.

CARDOSO, E. A. Cruzamentos lexicais no discurso literário. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 214-222, 2010.

GOOGLE. **Google Books**. Disponível em: <<http://books.google.com.br>>. Acesso em: 26 fev. 2013.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão1. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KLUGE, R. A.; BILHALVA, A. B.; CANTILLANO, R. F. F. Armazenamento refrigerado de ameixas 'reubennel' (*Prunus salicina* Lindl.): efeitos do estágio de maturação e do polietileno. **Scientia Agricola**, Piracicaba, v. 53, n. 2-3, maio 1996. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-90161996000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-90161996000200006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 26 fev. 2013.

MACEDO, M. dos S. **Interações nas práticas de letramento – o uso do livro didático e da metodologia de projetos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SANDMANN, A. J. **Competência lexical**. Produtividade, restrições e bloqueio. Curitiba: UFPR, 1991.

VIARO, M. E. **Etimologia**. São Paulo: Contexto, 2011.

VIARO, M. E. Formas analógicas na conjugação verbal do reto-românico. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA (Cifefil), 1998, Rio de Janeiro. **Anais...** v. 1. Rio de Janeiro: 1998. p. 181-192.

## HISTÓRIA DOS NOMES DE DOCES EM PORTUGUÊS: ELEMENTOS PARA A REVISÃO DOS ÉTIMOS E PARA UM ESTUDO LEXICAL DIACRÔNICO

Mariana Giacomini BOTTA  
Universidade de São Paulo (Pós-doutoranda)  
marianabotta@gmail.com

**RESUMO:** O tratamento lexicográfico de informações etimológicas ainda é um assunto pouco estudado na língua portuguesa. A datação da primeira ocorrência das palavras, dado fundamental para a elaboração de boas propostas etimológicas, é praticamente inexistente nos dicionários, e as poucas informações apresentadas são, muitas vezes, imprecisas e incorretas. Neste artigo, descreve-se uma proposta de investigação sobre a criação ou o aparecimento das palavras no português, por meio do estudo lexical diacrônico de uma pequena parte do acervo lexical: o campo semântico dos nomes de doces. Tal escolha justifica-se pela importância do conhecimento sobre os hábitos alimentares e sobre o saber culinário para os estudos da história e da cultura das sociedades. Esta pesquisa tem início com a localização da possível primeira ocorrência da palavra (ou da acepção, nos casos de polissemia), seguida pela análise de fenômenos semânticos, como mudanças de nome e de sentido, generalizações e especializações do significado e pela revisão do étimo. A investigação acerca do surgimento das palavras no português tem como base documentos escritos, incluídos livros de receitas, obras literárias, jornais e revistas, onde se espera encontrar dados que comprovem ou corrijam informações publicadas nos dicionários.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lexicografia; Lexicologia; Etimologia; Diacronia.

### INTRODUÇÃO

Mesmo o português sendo uma das línguas mais faladas no mundo, ainda são escassos os estudos acadêmicos sobre a origem das palavras de seu acervo lexical. Do universo de mais de 200 mil palavras que compõem o léxico do português, poucas são as unidades que foram objeto de estudo sistemático sobre sua criação ou introdução na língua. As informações que se tem sobre a etimologia são incompletas e fragmentadas, e os dicionários etimológicos apresentam explicações vagas e pouco confiáveis.

A grande maioria das formas e acepções ainda necessita de precisão quanto à primeira ou mais antiga datação documentada, o *terminus a quo*. A datação da primeira aparição das palavras na língua portuguesa, atribuída por filólogos e lexicógrafos em suas obras, apresenta-se, muitas vezes, imprecisa e incorreta, ou simplesmente não é mencionada. Para Biderman (2002, p. 109),

fontes confiáveis para a pesquisa deste tipo de informação são muito raras e, além disso, as poucas obras que se propuseram realizar esta tarefa não cobriram toda a imensidão do léxico. Esta autora afirma que “a língua portuguesa não possui estudos confiáveis sobre a história de seu léxico em seu conjunto para que se possam fazer afirmações categóricas para um número considerável de palavras do nosso vocabulário” (BIDERMAN, 2002, p. 109). Ela também questiona a escolha dos documentos que são usados por lexicógrafos e etimólogos como fontes de datação e etimologia, pois algumas publicações tomam como base dicionários de outras línguas, cujas informações não são relevantes para a história do português.

Segundo Viaro et al (2015, no prelo), as informações etimológicas dos dicionários de língua portuguesa apresentam outras deficiências, entre elas: a) confusão entre derivação prefixal e sufixal com etimologia; b) confusão entre o étimo da palavra e sua origem remota; c) falta de cuidado com étimos de línguas ágrafas (ameríndias e africanas); d) desconhecimento sobre a influência árabe; e) abundância de étimos fantasiosos, que descaracterizam o estudo etimológico como um trabalho científico.

O descuido é ainda maior com as palavras criadas ou introduzidas no português no século XX, das quais não se conhece quase nada a respeito. Além de não ter sido suficientemente estudado, o léxico da língua portuguesa desse período sofreu influência mais efetiva de outras culturas por conta do desenvolvimento de novas tecnologias, do fenômeno da globalização e da transmissão quase instantânea de informações por meio dos veículos de comunicação de massa.

Sintoma evidente da deficiência neste setor é a proliferação de pseudoetimologias e de histórias fantasiosas sobre a origem de algumas palavras, que são divulgadas e reproduzidas não apenas por livros que visam o entretenimento, mas também, atualmente, por sites e blogs na internet.

As palavras não caem do céu, elas aparecem na sua hora, e a data de seu nascimento (que os linguistas chamam uma datação) é interessante na medida em que revela uma modificação na história de uma civilização. (MATORÉ, 1968, p. 23, tradução nossa<sup>1</sup>)

As informações fornecidas pelos dicionários mostram-se ainda mais insatisfatórias se forem levadas em consideração diferentes acepções de um mesmo significante; normalmente, o que se encontra nestas obras é a datação da possível primeira ocorrência da forma na língua, independentemente dos sentidos em que ela passa a ser empregada. Consequentemente, as propostas etimológicas apresentadas não levam em conta acepções distintas, deixando de contribuir para a precisão de alguns estudos em semântica lexical, sobretudo no que diz respeito a polissemia, homonímia e empregos metafóricos e metonímicos das unidades lexicais.

Na pesquisa aqui apresentada, pretende-se realizar um estudo etimológico e léxico-semântico diacrônico do campo semântico da confeitaria, limitado aos nomes de doces. Por meio desta investigação, espera-se levantar dados confiáveis para a reconstrução de sincronias pretéritas, que serão usados na elaboração de verbetes do *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (DELPo), projeto em desenvolvimento e coordenado pelo Prof. Dr.

Mário Eduardo Viaro (NEHiLP–FFLCH/USP). Trata-se de um dicionário etimológico completo e fundamentado em bases científicas, algo inexistente até o momento.

## O CAMPO SEMÂNTICO DA CONFEITARIA E OS LIVROS DE RECEITAS

Dada a imensidão e diversidade lexical da língua portuguesa, para este estudo foi escolhido um campo semântico representativo das diferentes formas de anexação ou de criação de unidades lexicais: a confeitaria, em especial as denominações dadas aos doces. Integram esta categoria nomes de bolos, tortas, bolinhos, pastéis, doces de frutas, docinhos de festa, biscoitos, conservas, balas, pirulitos, sorvetes, caramelos, confeitos, chocolates, doces feitos à base de leite e doces em que o ingrediente principal são frutos secos.

No que diz respeito à Linguística, à Etimologia e à língua portuguesa, esta investigação com base na tradição culinária se justifica pela sucessiva influência, com diferente intensidade, de povos de diversas origens, como os romanos, germânicos, árabes, indianos, chineses, ameríndios, africanos, franceses, espanhóis, alemães, italianos e ingleses, entre outros.

A alimentação de um povo diz muito mais do que se imagina a respeito do mesmo. O permitido, o proibido, o que faz bem, o que faz mal, todos esses fatores gastronômicos estão ligados à cultura e sociedade de cada povo. Saber qual o alimento certo ou errado, nutritivo ou não, vai depender muito da época em que se encontre, da sociedade em que se esteja, da cultura a que o povo pertença e dos hábitos alimentares aprendidos na comunidade de cada um. (ABBADE, 2005, *on-line*)

Pesquisadores como Gilberto Freyre (1987) e Luís Câmara Cascudo (2004) demonstraram a importância do conhecimento sobre os hábitos alimentares e o saber culinário para os estudos da história e da cultura das sociedades. Este conhecimento, transmitido entre as gerações, muitas vezes de forma oral, foi aperfeiçoado através dos tempos, por meio do contato com outras culturas e sabores e pelo desenvolvimento industrial. Além disso, os hábitos alimentares estão intimamente ligados às tradições religiosas e às condições climáticas e geográficas.

Estudos indicam que a transmissão escrita do conhecimento, das tradições e das técnicas de preparo e conservação de alimentos foi inaugurada com *De re coquinaria*, supostamente escrito pelo romano Marco Gávio Apício, no século I. Em português, a primeira obra do gênero já descoberta é *O Livro de Cozinha da Infanta D. Maria de Portugal* (também conhecido como *Tratado da cozinha portuguesa*), nome pelo qual ficou conhecido o Manuscrito I-E 33 da Biblioteca Nacional de Nápoles, erradamente designado por *Trattato di Cucina Spagnuolo*, conforme informa Abbaide (2005, *on-line*). Sem datação, foi supostamente escrito entre as décadas de 1540 e 1560.

De acordo com Monteleone (s/d, *on-line*), algumas das receitas do livro de d. Maria são consideradas medievais por trazerem uma intensa mistura de especiarias, o acentuado gosto agridoce e a combinação indistinta entre doces

e salgados. Para a pesquisadora, nas receitas do manuscrito, é possível perceber o advento da chamada época moderna e, em especial, do tempo em que d. Maria viveu. Com uma leitura mais atenta, descobre-se nas receitas as influências dos descobrimentos, como na receita do “vinho de açúcar que se bebe no Brasil, que é muito são e para o fígado é maravilhoso” – uma mistura fermentada de água e açúcar – ou mesmo da presença árabe, como na galinha mourisca, que levava salsa, hortelã, limão e canela.

Neste livro, constam receitas de doces como *beilhos darroz*, *paão de llo* e *manjar bramquo*, o que indica que a produção de tais pratos provém de uma época mais remota e que comprova, em parte, a datação atribuída pelo *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa* (2001): “beilhó” (1508) e “manjar” (séc. XIII). Neste dicionário, a unidade “pão de ló” não figura em uma entrada particular, é incluída como locução no verbete pão, mas não há informações sobre seu étimo.

Além de livros de receitas, compõem o *corpus* desta pesquisa publicações periódicas como jornais e revistas, especialmente aquelas com seções dedicadas à culinária, assim como obras de literatura que retratam costumes familiares e sociais de diferentes épocas.

## METODOLOGIA DE PESQUISA

Uma boa explicação etimológica depende de coleta exaustiva de dados associados a datações seguras. Por isso, uma das tarefas do etimólogo é coletar contextos em determinadas obras e associá-los à data de publicação da mesma. Por meio dessas datações, determina-se o *terminus a quo* da palavra, e propõem-se etimologias, ou seja, o estabelecimento da data da primeira ocorrência da palavra na língua é o primeiro passo para se encontrar seu étimo e, assim, chegar à sua origem.

Segundo Viaro (2011, p. 106), a Etimologia é “o percurso entre o étimo ou a origem e a palavra investigada”. Dizer que uma palavra tem étimo latino ou grego, por exemplo, não é o mesmo que afirmar que sua introdução no português tenha se dado por influência direta dessas línguas. Para este autor, a pesquisa etimológica deve seguir etapas rigorosas e, “mesmo assim, as soluções de étimo são múltiplas e sujeitas a revisão” (VIARO, 2011, p. 97). Para ele, a Etimologia não apresenta soluções definitivas, mas seu objetivo é encontrar hipóteses coerentes e baseadas em argumentos bem fundamentados.

A primeira etapa desta investigação consiste no levantamento das unidades lexicais do português que dão nome a alimentos preparados doces. Para isso, foram utilizadas duas edições eletrônicas do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2001 e 2009). Optou-se pelo uso desta obra por ser a única que apresenta grande quantidade de informação sobre datação da primeira ocorrência, mesmo que nem sempre confiável. Neste aplicativo, por meio da ferramenta “pesquisa reversa”, foram coletadas todas as palavras-entrada que, em seu verbete, apresentam alguma ocorrência da palavra “doce”.

Na edição de 2001, foram encontrados 571 verbetes e, na de 2009, 417. Cada um dos verbetes foi lido atentivamente, tendo sido selecionados apenas aqueles em que uma das acepções ou locuções correspondesse à descrição de um doce. Da edição de 2009, permaneceram na lista 122 unidades lexicais, e na de 2001, 141. Consideradas as duas versões, a lista final resulta em 162 unidades. Estas podem, ainda, ser classificadas de acordo com o tipo de doce - bolos, doces de festa, doces de frutas, pães, pastéis etc. -, o que será feito na fase seguinte da pesquisa.

Na sequência, por meio da consulta a dicionários, leitura de livros de receitas, obras literárias e informativas, será avaliado o registro das unidades em dicionários de língua e etimológicos, antigos e atuais, ou seja, será coletada a datação já registrada da primeira ocorrência de cada uma das unidades, preferencialmente das acepções que integram o campo semântico da culinária. Neste momento, será feita a revisão destas informações, por meio da comparação com dados do *corpus*.

Na etapa seguinte, serão identificadas as unidades mais frequentes no século XX, primeiras a serem estudadas. Então, vai ser feita a coleta dos contextos de uso encontrados nos textos analisados, o que será registrado num banco de dados, que servirá de fonte para as abonações dos futuros verbetes do dicionário (DELPO).

A seguir, parte-se para a realização de um estudo do campo semântico da confeitaria (nomes de doces) no português, com atenção aos traços de significação diferenciadores, tais como os ingredientes e o modo de preparo. A classificação em campos e subcampos semânticos é importante para evidenciar relações de hiponímia e hiperonímia, além de diferentes processos morfológicos.

A partir das datas encontradas, das informações etimológicas apresentadas nos dicionários e das especificidades dos subcampos semânticos, serão elaboradas as propostas etimológicas, com a descrição do percurso histórico das denominações na língua portuguesa (entre a origem mais remota e o étimo).

## ORIGENS, INFLUÊNCIAS E ARBITRARIEDADE

O mais antigo documento impresso de receitas culinárias em português conhecido é *Arte de Cozinha* (1680), de Domingos Rodrigues. Este livro traz, por exemplo, na página 124, a receita de “arroz-doce” praticamente idêntica à que é geralmente utilizada hoje em dia, com arroz, leite, açúcar e canela. Entretanto, ao se consultar a entrada para a mesma unidade lexical no dicionário Houaiss de 2001, não há qualquer informação sobre a primeira aparição desta forma na língua portuguesa, nem sobre seu étimo.

Para a palavra “arroz”, há a informação da origem árabe (também citada por CUNHA, 2010), mas o “arroz-doce” pode ter outra origem, pois países que exerceram importante influência sobre os costumes portugueses e brasileiros têm pratos semelhantes, como é o caso da receita francesa *riz au lait*. A obra de Rodrigues é o ponto de partida, informa que tal doce já era conhecido no século XVII. Resta descobrir se existe alguma ocorrência anterior

e, em caso negativo, analisar outras possíveis influências na culinária da época (como livros de receitas em outras línguas), que podem indicar empréstimo ou a criação do nome diretamente no português, a partir de uma descrição do prato.

Outro exemplo interessante é o da variação ortográfica “maçapão”, “massapão” e “marzipã”, as três formas dicionarizadas (embora não constem na obra de CUNHA, 2010). Para “maçapão”, o dicionário Houaiss (2001) cita como data da primeira ocorrência o ano de 1521, com a referência “Copilagem de todas as obras de Gil Vicente [1502-c1536]. Lisboa, 1562” [Fac-símile da 1ª edição] Data aproximada. No campo etimologia deste verbete, há a informação: “esp. *mazapán* (1373) 'doce de pasta de amêndoa e açúcar', do it. *marzapane*, de orig. contrv., que origin. designava (1340) 'o doce' e 'pequena caixa de madeira' (us. para exportar o doce), donde 'recipiente' e 'medida de quantidade'; têm sido propostos como fontes, entre outros, o voc. dial. (Sul da Itália) *martrapane*, o ár. *mautabán* 'nome de uma moeda em curso no tempo das cruzadas', o ár. *mahxabán* der. de *háxab* 'madeira'; f.hist. 1708 massapões.”

Numa pesquisa em obras do século XVI, foi encontrada a forma plural “macapaaees” em *O Livro de Cozinha da Infanta D. Maria de Portugal*, e “maçapães”, também flexionada, na página 154 de “Informação da missão do P. Christovão Gouvêa [...]”, de 1583, do padre Fernão Cardim.

Uma explicação sobre a origem da unidade lexical (e também do doce) pode ser encontrada no 5º volume do *Vocabulario Portuguez & Latino*, do padre Raphael Bluteau (1712–1728), em que ele cita referências a filólogos e tradutores italianos de seu tempo, como Celio Rhodigino e Hermolao Barbaro. O conteúdo do verbete é reproduzido nas figuras a seguir:

MAÇAPÃO. Maça de amendoas, pifadas com açúcar, assim chamada de hum fullano *Marcio*, ou *Março*, ou *Marzo*, que foy o inventor desta golodice. Em huma carta de Hermolao Barbaro, escrita ao Cardeal Francisco Piccolomini, & metida entre as cartas de Policiano,  
Livro

Figura 1: excerto da página 230 do *Vocabulario*



Livro 12. se acha o que se segue. *Quod vero ad munus ipsum attinet, scito saccharas tuas placentas, non modò salutare, & voluptuarias nobis fuisse, verum etiam eruditionis cujusdam interpretationis occasionem dedisse; ut videlicet, aut ab inventore, Martios appellatos dicamus, nam & Martios Pastillos, & Martianum unguentum in Medicinã legimus: aut, si hoc parum placet, a Maza & Pane Mazapanes vocatos existimemus. Em Celio Rhodigino, Livro 9. cap. 12. se acha Marcipanes, & em Cicellolio, no Livro 3. de Perfecta Oratoris aetione, & pronuntiatione, pag. 521. cita Marzapanes. Maçapão. Massilla, ex contulis, ou pinsitis amygdalis, & saccharo.*

Figura 2: excerto da página 231 do *Vocabulário*

A forma “massapão” só aparece em verbete individual na edição de 2009 da mesma obra, com a data 1708 para a primeira ocorrência e a informação “m.q. maçapão”. Para “marzipã”, não há datação na edição de 2001 do Houaiss, mas a de 2009 traz o ano 1975, sem informar a fonte. Neste último, a descrição etimológica se limita a “it. *marzapane* 'id.'”, enquanto na primeira versão consta “it. *marzapane* (1347) 'id.' < ár. *martabán* 'id.'”. No *corpus* da pesquisa, a forma no plural, “massapães”, é atestada no livro *Arte de Cozinha* (1680).

A confirmação da pouca precisão das informações etimológicas apresentadas nesta obra lexicográfica fica mais evidente no estudo da variante “marzipã”: uma busca em livros de receitas disponíveis parcialmente no site Books Google (<http://books.google.com>) demonstra a imprecisão da data alegada para o étimo, pois a palavra é registrada na página 372 da 49ª edição do livro *Dona Benta comer bem: 1001 receitas de bons pratos*, de 1963, editado pela Companhia Editora Nacional. Com dados disponíveis na internet é possível retrodatar em 12 anos a informação do Houaiss.

Pelos dados apresentados, apreende-se que as três formas correspondem a um único referente (a pasta de amêndoas com açúcar e, mais recentemente, ovos), restando responder a diferentes questionamentos: a que se deve a existência de três ortografias? Elas indicariam transformação do significante devida a fatores internos da língua? Ou as diferentes datas de aparecimento na língua (maçapão – 1521, massapão – século XVII ou XVIII e marzipã – século XX) seriam um indício da existência de étimos distintos, decorrentes da influência sucessiva de diferentes países? Sabe-se que as três são empréstimos, mas de quais línguas?

Além da variação, outro desafio desta pesquisa são as denominações não transparentes ou não descritivas. Consideram-se como transparentes ou descritivos os nomes que têm o ingrediente principal como um dos elementos de composição do significante, como “bolo de cenoura”, “doce de abóbora”,

“torta de nozes”. A confeitaria em língua portuguesa, entretanto, é rica em nomes metafóricos para as receitas, como “olho de sogra”, “bicho-de-pé”, “beijinho”, “casadinho”, “nhá-benta”, “bem-casado”, “baba-de-moça” e “papo de anjo”, entre outros.

A etapa inicial da seleção dos nomes de doces em português indica o que pode ser uma preferência histórica pelo uso de palavras compostas e sintagmas nas denominações das guloseimas, como “tucinho do céu” (sec. XV, segundo Houaiss) e “papo de anjo” (1712, em Bluteau). Em *Arte de Cozinha* (1680), embora a maioria dos nomes de pratos apresentados corresponda à descrição do ingrediente principal e do modo de preparo, como “ovos recheados com carneiro”, a denominação mais arbitrária, por meio de sintagmas formados por unidades sem relação com os ingredientes dos pratos, já pode ser percebida pela presença do doce “pastelinhos de boca de dama”, página 126.

Esta característica é também confirmada por receitas mais recentes, como: “baba de moça”, “baba de frade” e “baba de velha”, citadas no *Dicionário do Doceiro Brasileiro*, de Antônio José de Souza Rego (3ª ed., 1892). Na mesma época, *O Doceiro Nacional* (4ª ed., 1895) ensina a fazer “beijos de moça” (p. 83-84), “melindres de moça namorada” (p. 91), “língua de moça” (p. 91-92), “beijos de moça” (p. 212), “bom bocado brasileiro” (p. 119) e “bolo de mãe-benta” (p. 198). Nessa obra aparecem duas receitas do brasileiro “pé-de-moleque” (p. 111-112), que também é citado por Caetano da Costa Matoso em 1749, em *Notícias das taquaras, dos cipós e das muitas comidas que se fazem* (p. 785).

## O CASO DE BRIGADEIRO

O dicionário Houaiss (2001) registra o ano de 1708 como *terminus a quo* da palavra “brigadeiro”, abonado por meio de ocorrência da *Gazeta em forma de carta*, de José Soares da Silva (1701-1709). Neste verbete, a primeira acepção da palavra é “diz-se de ou oficial comandante de uma brigada”. Na sexta acepção, “certo doce feito com leite condensado e chocolate, ger. sob a forma de bolinhas cobertas de chocolate granulado”; sob a rubrica culinária, há a informação “d1950”, sem citação da fonte. Verifica-se, portanto, que os lexicógrafos responsáveis pela obra consideram ser este um caso de polissemia, ou seja, “brigadeiro” (doce) teria a mesma origem de “brigadeiro” (militar) - o primeiro teria surgido a partir deste, descartando a possibilidade de homonímia, que se confirmaria no caso de as palavras apresentarem étimos independentes.

A data aproximada parece confirmar uma das hipóteses mais populares para a origem do nome do docinho: é uma homenagem ao brigadeiro Eduardo Gomes (1896-1981), patrono das Forças Aéreas Brasileiras, candidato à presidência da República pelo partido da União Democrática Nacional, em 1946 e em 1950. A guloseima teria sido distribuída durante comícios das campanhas eleitorais mas, mesmo assim, não há nenhum documento escrito da época que comprove a conexão entre o candidato e o nome do doce.

Uma vez que o leite condensado começou a ser produzido no Brasil na década de 20, por que o doce teria aparecido apenas 30 anos depois? E, se não for este o caso, como ele era chamado antes? Numa busca no *corpus* composto por livros de receita, há ocorrências de “brigadeiro” em *Sei Cozinhar* (1961), *Quitutes de Dona Júlia: salgados, doces e sorvetes* (1956) e *O cardápio nacional* (1948) – esta última a mais antiga encontrada até o momento. Apenas uma abonação anterior a 1940 poderia confirmar a teoria que relaciona a denominação a Gomes:

[...] o doce virtualmente poderia existir antes das campanhas do brigadeiro Gomes, pois já existia o leite condensado. Se existia, tinha outro nome. Mas uma outra data pode ser determinada para sabermos se o étimo é verdadeiro ou não. Se o brigadeiro a que se refere o étimo do doce é de fato Eduardo Gomes, o étimo que vincula o termo "brigadeiro" a essa figura histórica brasileira estará definitivamente errado se encontrarmos a palavra antes de 1941. A razão disso é óbvia: Eduardo Gomes não era brigadeiro antes dessa data. (VIARO, 2012, *on-line*)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tradições culinárias constituem um saber que geralmente é passado de mãe para filha, oralmente ou por meio de cadernos de receitas manuscritos. Também é um conhecimento que circula entre pequenos grupos sociais, criando o costume de se “trocar receitas” entre amigas, o que pode supor o surgimento de denominações dos pratos ligadas à pessoa que ensinou o preparo, como, por exemplo, “marmelada de D. Joana”, que aparece na lista de receitas de *O Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*.

Nos séculos XIX e XX, a transmissão desse conhecimento foi intensificada pelo surgimento de seções dedicadas à culinária em jornais e revistas, programas de rádio e de televisão. Também foi significativa a iniciativa das indústrias alimentícias de publicar livros de receitas, testadas em cozinhas experimentais, para divulgar o uso de ingredientes e produtos, com o objetivo de incentivar novos hábitos de consumo e de criar uma relação de confiança com o consumidor. Bons exemplos são as coleções *Cadernos de receita do açúcar União*, cujo primeiro volume foi lançado em 1960, o livro *ABC Ilustrado* (1928), da Farinha Láctea Nestlé, além do *Livro de receitas: alguns pratos deliciosos* (1930), que tinha o leite condensado como base da maioria das fórmulas.

A divulgação das formas de preparo de alimentos por diferentes meios, assim como as variadas maneiras de transmissão do conhecimento culinário são alguns dos obstáculos ao trabalho etimológico aqui proposto, pois “o étimo é um dado de difícil rastreamento” (VIARO, 2011, p. 101). Segundo este autor, toda e qualquer informação é relevante para se desvendar a origem de uma palavra, pois é praticamente impossível conhecer, na prática, a data de criação de uma palavra, mas a datação da ocorrência mais antiga em documentos

datados é importante como prova de que a unidade já era usada em determinada sincronia.

## NOTA

- (1) No original: Les mots ne tombent pas du ciel, ils apparaissent à leur heure, et la date de leur naissance (que les linguistes appellent une datation) est intéressante dans la mesure où elle révèle une modification dans l'histoire d'une civilisation.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBADE, C. M. S. O vocabulário do livro de cozinha da infanta D. Maria. In: **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, v. IX, n. 17, 2005. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/17/18.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

BIDERMAN, M. T. C. Análise de dois dicionários gerais do português contemporâneo: o Aurélio e o Houaiss. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 5, p. 85-116, 2002. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/flp/images/arquivos/FLP5/biderman2002.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2010.

BLUTEAU, R. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico [...]. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 8 v.

CARDIM, F. **Informação da missão do padre Christovão Gouvêa às partes do Brasil** [...]. 1980/ 1583. [banco de dados do projeto “DHPB – Dicionário Histórico do Português do Brasil: séculos XVI, XVII e XVIII” (FCL/CAr – UNESP / CNPq)].

CASCUDO, L. C. **História da alimentação no Brasil**. São Paulo: Global, 2004.

CUNHA, A. G da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DIAS, C. M. de M. **O cardápio nacional**: com noções de alimentação dietética. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1948.

**DOCEIRO nacional ou arte de fazer toda a qualidade de doces**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1895. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00655700#page/1/mode/1up>>. Acesso em: Acesso em: 10 fev. 2012.

**DONA Benta:** comer bem - 1001 receitas de bons pratos. 49. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963. Disponível (parcialmente) em: <<http://goo.gl/62aUdW>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

FREYRE, G. **Açúcar:** em torno da etnografia, da história, e da sociologia do doce no Nordeste canavieiro do Brasil. 3 ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, 1987.

JAPUR, J. F. **Quitutes de Dona Júlia:** salgados, doces e sorvetes. São Paulo: Gráf. Ed. Prelúdio, 1956.

M., R. C. **Cozinheiro imperial ou nova arte do cozimento e do copeiro em todos os seus ramos.** Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03907900#page/1/mode/1up>>. Acesso em: 14 fev. 2012.

MATORÉ, G. **Histoire des dictionnaires français.** Paris: Larousse, 1968.

MATOSO C. C. **Notícias das taquaras, dos cipós e das muitas comidas que se fazem.** 1999/ 1749 [integra o banco de dados do projeto “DHPB – Dicionário Histórico do Português do Brasil: séculos XVI, XVII e XVIII”( FCL/CAR – UNESP / CNPq)].

MONTELEONE, J. Por uma história dos livros de receitas e tratados de cozinhas. In: **Brasiliana.** São Paulo: on-line, s/d. Disponível em: < <http://www.historiadaalimentacao.ufpr.br/artigos/artigo018.html>>. Acesso em: 28 set. 2014.

REGO, A. J. S. **Dicionário do doceiro brasileiro.** Organizado por Raul Lody. São Paulo: Editora Senac, 2010 [1892, 2. ed.]. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=QVHODGIreqIC&printsec=frontcover&dq=Dicionario+do+doceiro&hl=pt-BR&sa=X&ei=0wY8TnWCcHTgQeRyoGZCw&ved=0CD8Q6AEwAA#v=onepage&q=Dicionario%20do%20doceiro&f=false>>. Acesso em: 28 set. 2014.

RODRIGUES, D. **Arte da cozinha.** Lisboa: Oficina de João Galvão, 1680. Disponível em: <<http://purl.pt/16742/2/>>. Acesso em: 30 set. 2014.

ROSALINA, M (pseud..). **Sei cozinhar.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.

UNIÃO BIBLIOTECA. **Livros de receitas.** 1960-2005. Disponíveis em: <<http://www.ciauniao.com.br/biblioteca>>. Acesso em: 30 set. 2014.

VEHLING, J. D. Apicus: Cookery and dining in imperial Rome. A bibliography, critical review and translation of the Ancient Book known as Apicius *de re Coquinaria*. In: **Project Gutenberg** (e-book). 2009. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/29728/29728-h/29728-h.htm>>. Acesso em: 08 set. 2014.

VIARO, M. E. et al. O desafio da retrodatação para os estudos etimológicos de língua portuguesa. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL ESTUDOS DO LÉXICO E SUAS INTERFACES (CINELI), 1, 2015, Araraquara. **Atas...**Araraquara: 2015. (no prelo)

VIARO, M. E. O doce enigma do brigadeiro. **Revista Língua Portuguesa**, São Paulo: Segmento, v. 78, 2012 (abril). Disponível em: <<http://revistalingua.uol.com.br/textos/78/o-doce-enigma-do-brigadeiro-255322-1.asp>>. Acesso em: 22 set. 2014.

VIARO, M. E. **Etimologia**. São Paulo: Contexto, 2011.

VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss Eletrônico da Língua Portuguesa**. Versões 1.0 e 3.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001;2009.

## FORMAÇÕES EM *-IVO* E PROBLEMAS DE DATAÇÃO

Solange Peixe Pinheiro de CARVALHO  
Universidade de São Paulo (Pós-doutoranda)  
solangepinheiro@usp.br

**RESUMO:** Uma das linhas de pesquisa do Grupo de Morfologia Histórica do Português (GMHP – USP) está voltada para o estudo da formação sintagmática de palavras em uma perspectiva diacrônica, com o intuito de possibilitar uma maior compreensão do desenvolvimento da língua portuguesa ao longo dos séculos. Os processos de formação sintagmática podem ser a prefixação, a sufixação, a composição e a parassíntese; dentro desse campo, selecionamos as formações por derivação, especificamente, com o sufixo *-ivo*, para fazer um estudo comparado com outras línguas românicas nas quais um sufixo cognato pode ser encontrado, bem como com o inglês, tendo por objetivo estabelecer similaridades e diferenças nas formações com *-ivo* nessas línguas e verificar a possível influência da língua francesa sobre a portuguesa no enriquecimento do léxico. Essa pesquisa também permite verificar outra questão muito importante para os estudos diacrônicos e sincrônicos da língua portuguesa: a datação das formações em *-ivo*, que, além de auxiliar estudantes da língua portuguesa, também pode ser uma ferramenta útil em outras áreas, como a tradução, possibilitando uma maior precisão no uso do léxico em textos literários ou técnicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Morfologia; Sufixação; Datação.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é o resultado de uma investigação preliminar para a elaboração do projeto de pós-doutoramento a ser desenvolvido na área de Morfologia Histórica na Universidade de São Paulo. Inserido na linha de pesquisa do GMHP (Grupo de Morfologia Histórica do Português), liderado pelo Prof. Dr. Mario Viaro, que realiza um estudo da formação de palavras em uma perspectiva diacrônica, o projeto tem como ponto central de investigação o sufixo de origem latina *-ivo*, (*-ivus*, *a*, *um*) e as palavras com ele formadas, não somente na língua portuguesa, mas também nas demais línguas românicas – francês, italiano, espanhol, catalão e romeno; bem como em línguas minoritárias faladas na Itália (piemontês, sardo, friulano e siciliano) e na França (gascão e provençal)<sup>1</sup>. Também serão incluídas na pesquisa línguas do ramo germânico – inglês, alemão e holandês –, dada a existência de um léxico considerável formado pelo sufixo *-ive* na língua inglesa.

Até o presente momento, o projeto está sendo desenvolvido a partir de dois objetivos básicos: estudar a formação das palavras e verificar questões relacionadas à datação. Em relação a esta última, consideramos a importância de uma pesquisa mais aprofundada, dadas as inconsistências encontradas nas diversas fontes consultadas (*corpora* e dicionários) e a necessidade de termos informações precisas que possam auxiliar, no futuro, estudantes, professores e pesquisadores da língua portuguesa.

O sufixo *-ivo* foi escolhido como objeto de pesquisa justamente por ser encontrado em diversas línguas, e tencionamos verificar se ele pode ser incluído na lista do que Correia (2004) denominou de sufixos internacionais:

Tendo tido origem latina ou grega, os sufixos internacionais apresentam sufixos cognatos em diversas línguas e comportamentos semelhantes em todas aquelas em que surgem, nomeadamente nas línguas românicas e em inglês. As unidades que os exibem constituem frequentemente internacionalismos, isto é, unidades que têm uma estrutura semelhante em diferentes línguas e que, por isso, são mais facilmente compreensíveis e traduzíveis, e podem ter uma das seguintes origens: ou foram construídas em latim e foram transplantadas para o português, ou se construíram numa outra língua viva, seja ela românica ou seja a língua inglesa, ou, finalmente, se construíram em português, o que aparentemente ocorre com menos frequência.

Contudo, para estabelecermos se o sufixo é ou não internacional, devemos analisar a questão da produtividade: se as palavras terminadas em *-ivo* e em seus sufixos cognatos entraram em suas respectivas línguas há séculos, e se não há produtividade na língua falada ou escrita contemporânea (com o surgimento de neologismos literários e da linguagem técnica, por exemplo), será difícil acrescentar *-ivo* nessa lista estabelecida por Correia, por considerarmos a produtividade um fator importante para a expansão não apenas do léxico, mas também para a consolidação dos processos de formação e dos sufixos, em português e nas demais línguas abordadas na pesquisa. E, para definir essa questão, o problema da datação é de extrema importância, pois será por meio da verificação do momento de entrada de palavras terminadas em *-ivo* nas várias línguas que poderemos determinar a (im)produtividade do sufixo.

Conforme pudemos atestar até o presente momento, as formações em *-ivo* em português seguem o padrão descrito pelo Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa<sup>2</sup>: o sufixo *-ivo* se origina nas formas do latim clássico *-ivus*, *a*, *um*, que “desde o sXIV se vem expandindo, quase sempre fiel à sua form. original, isto é, conexão com um rad. verb.”. Esse radical verbal é o particípio passado ou o supino do verbo latino. O supino é uma forma infinitiva ou nominal do verbo latino, que indica finalidade e não é determinada por uma pessoa e cuja construção é feita a partir da adição de *-t-* ao radical do verbo ou da palavra primitiva; nos radicais em dental, o *-t-* se transforma em *-s-* (STOCK, 2000, p. 35). Ele é encontrado em duas formas, terminado ou em *-tum* ou em *-u*: a primeira, usada com verbos que indicam movimento; a segunda, com certos adjetivos, e sempre tem significado passivo (ALMEIDA, 1997, p. 206). O



particípio, por sua vez, não indica sequência temporal, mas a relação de tempo com o verbo a que está ligado, e é usado como atributo, nome predicativo e predicativo. Devido a essas características de formação, as palavras terminadas em *-ivo* indicam majoritariamente adjetivos, tanto em português quanto nas demais línguas pesquisadas até o momento, e durante o processo de consolidação do léxico parece ter havido um processo de nominalização que fez com que determinadas formações passassem também a ser substantivos.

Segundo o DEH, na língua portuguesa, as formações em *-ivo* são divididas em três grandes categorias: 1) *-ivo*, em palavras emprestadas do latim, p.ex. *cōercēō + -ivum* > *coercivo*; *cadō* > *cadīvus* > *cadivo*; 2) *-tivo*, o mesmo sufixo sendo antecedido pelo *-t-* do particípio passado ou do supino, p.ex. *accumulātus + -ivum* > *acumulativo*, *adversāri* > *adversativus* > *adversativo*; e 3) *-sivo* (*-ssivo*, *-xivo*), ou seja, o mesmo sufixo sendo antecedido pelo *-s-* final do supino ou de uma forma factícia analógica: *abusīvus* > *abusivo*, *comprehensivus* (radical de *comprehensum*, supino de *comprehendēre*) > *compreensivo*.

Nas demais línguas românicas, o processo de formação de palavras em *-ivo* é o mesmo, o que ajuda a explicar a relativa homogeneidade das formas encontradas nas línguas pesquisadas até o momento. No inglês, essas formações entram no léxico vindas diretamente do latim ou a partir do francês; no alemão, as pesquisas preliminares ainda não permitiram determinar como as palavras passaram a fazer parte do léxico, mas, supomos que o processo seja parecido com o da língua inglesa, talvez com uma maior influência do francês, já que a inclusão das formações em *-iv* no léxico alemão é mais recente do que em inglês.

A tabela abaixo ilustra a questão da relativa homogeneidade do léxico terminado em *-ivo* e seus sufixos cognatos, apresentando algumas formações em português e nas demais línguas estrangeiras já pesquisadas. A tabela apresenta somente palavras iniciadas pela letra A, até o presente momento, a pesquisa mais detalhada já feita<sup>3</sup>:

português	acusativo	afirmativo	Alternativo	alusivo	Atrativo
espanhol	acusativo	Afirmativo	Alternativo	alusivo	Atractivo
galego	acusativo	Afirmativo	Alternativo	alusivo	Atractivo
asturiano	acusativu	Afirmativu	Alternativu	alusivu	
catalão	Acusatiu	Afirmatiu	Alternatiu	al·lusiú	Atractiu
provençal	acusatiéu	Afirmatiéu	Alternatiéu		Atratiéu
gascão	Acusatiu	Afirmatiu	Alternatiu	allusiu	Atractiu
francês	Accusatif	Affirmatif	Alternatif	allusif	Attractif
piemontês	Acusativ	Afermativ	Alternativ	alusiv	
friulano	Acusatîf	Afermatîf	Alternatîf	alusîf	Atratîf
sardo	accusativu	Affirmativu			
sardo	accusatibu	affimmatibu			
italiano	accusativo	affermativo	Alternativo	allusivo	Attrattivo
romeno	Acusativ	Afirmativ	Alternativ	aluziv	Atractiv
inglês	accusative	Affirmative	Alternative	allusive	Attractive
alemão	Akkusativ	Affirmativ	Alternativ		Attraktiv
holandês	accusatief		Alternatief		

## O SUFIXO -IVO E OS PROBLEMAS DE DATAÇÃO

Em sua obra *Elementos de Filologia Românica* (2001), Bassetto discorre no capítulo 1 sobre a datação das palavras e sua importância para os estudos filológicos, mencionando as dificuldades encontradas pelos pesquisadores para chegar a um consenso a esse respeito, e ele salienta que “Determinar a data, o ano ou, pelo menos, a época em que o documento foi escrito pode ser muito útil para a compreensão de seu conteúdo, de sua forma, finalidade e outros aspectos, já que um escrito, de uma forma ou outra, é um reflexo de sua época.” (p. 52). Pensando nas formações em *-ivo* em português e sua relação com formações semelhantes em outras línguas, um maior esclarecimento a respeito da datação poderá também informar com precisão se essas palavras entraram diretamente na língua vindas do latim ou se, conforme supõem alguns estudiosos do assunto, houve uma acentuada influência francesa no processo de expansão lexical do português.

O estudo da datação será importante para confirmar se o sufixo *-ivo* também pode ser colocado na lista dos sufixos internacionais proposta por Correia. Consideramos que a existência do léxico relativamente homogêneo por si só não pode ser o único dado usado para a confirmação da hipótese, já que a produtividade e o uso também são fatores importantes para a compreensão do desenvolvimento e consolidação do léxico terminado em *-ivo* nas diferentes línguas, sobretudo as que não pertencem ao grupo românico. Tomando como exemplo o alemão, é possível encontrar a existência de um léxico relativamente grande terminado em *-iv* nessa língua; entretanto, muitas dessas palavras são cultas, usadas em contextos específicos (léxico especializado, como medicina, ciências, linguística), e não são conhecidas por falantes nativos que não fazem estudos mais aprofundados nas áreas mencionadas. Podemos verificar também a coexistência de palavras de origem não latina, de uso mais frequente, como, por exemplo, *Hauptwort/ Substantiv*, esta última sendo aprendida por alunos nativos alemães quando começam a estudar línguas estrangeiras.

O trabalho de correção de datações encontradas no DEH é um dos objetivos propostos pelo GMHP, já que as inconsistências encontradas entre as diversas fontes consultadas levam, muitas vezes, a datações equivocadas, que prejudicam os estudos da língua portuguesa e não permitem um entendimento adequado do processo de transformação da língua e de inclusão de palavras no léxico: podemos citar como exemplos os trabalhos de Freitas (2008) e Areán-García (2011). Seguindo a metodologia proposta pelo GMHP, vários dicionários monolíngues estão sendo consultados para a elaboração não apenas de listagens de palavras terminadas em *-ivo* e seus sufixos cognatos, mas também para a comparação de dados relativos à datação e origem dessas formações. Apresentaremos a seguir alguns exemplos dessa pesquisa, com palavras tiradas da listagem inicial fornecida pelo DEH. Essa listagem abrange todas as palavras terminadas em *-ivo/-iva* na língua portuguesa, mas que, não necessariamente, são formadas pelo processo de sufixação, como *goivo*, *noivo*, *xiva* (forma aportuguesada da divindade indiana Shiva), entre outras, as quais não farão parte da nossa pesquisa. Dessa listagem inicial, com 1272 palavras, cerca de 1000 serão analisadas durante a pesquisa de pós-

doutorado; destas, sete foram escolhidas aleatoriamente para o presente trabalho.

Comunicativo – sec. XV; lat. *communicativus, a, um* (DEH);  
 Comunicativo – sec. XVI (CP); ]  
 Communicative – 1398 c.; a.F. *communicatif*, f. L. *communicat-* (OED);  
 Communicatif – 1282 ; bas lat. *communicativus* (GR);  
 Comunicativo – 1729 (RAE);  
 Comunicativo – sec. XVI (CE);  
 Comunicativo – vc. dotta lat. tardo *communicativu(m)*, 1406 (Z);

Superlativo – sec. XV; lat. *superlativus, a, um* (DEH);  
 Superlativo – sec. XVI (CP);  
 Superlative – 13th c.; a. OF. *superlatif*, ad. late L. *superlativus* (OED);  
 Superlatif – XIIIe; bas lat. *superlativus* (GR);  
 Superlativo – 1739 (RAE);  
 Superlativo – sec. XV (CE);  
 Superlativo – vc. dotta lat. tardo *superlativum*, 1367 (Z);

Motivo – sec. XII; lat. tar. *motivus, a, um* (DEH);  
 Motivo – sec. XVI (CP);  
 Motive – 1362; a.F. *motif* [Chaucer, Man of Law's Tale, 1386]; (OED);  
 Motif – 1314; bas lat. *motivus* (GR);  
 Motivo – 1734 (RAE);  
 Motivo – sec. XV (CE);  
 Motivo – vc. dotta lat. tardo *motivum*, 1282 (Z);

Contemplativo – sec. XIV; lat. *contemplativus, a, um* (DEH);  
 Contemplativo – sec. XVI (CP);  
 Contemplative – 1340; a. OF. *contemplatif*, ad. L. *contemplativus* (OED);  
 Contemplatif – 1170, lat. *contemplativus* (GR);  
 Contemplativo – 1729 (RAE);  
 Contemplativo – sec. XVI (CE);  
 Contemplativo – voc. dotta lat. tardo *contemplativu(m)*, 1288 (Z);

Alusivo – 1722; alusão + -ivo (DEH);  
 Alusivo – 1899 (CP);  
 Allusive – 1656, f. L. *allus*, as if ad L. *\*allusivus* (OED);  
 Allusif – 1770, du rad. de *allusion* (GR);  
 Alusivo – 1726 (RAE);  
 Alusivo – sec. XVIII (CE);  
 Allusivo – 1704 (Z);

Modificativo – 1844, rad. part. *modificado* sob a f. lat. *modificat + -ivo* (DEH);  
 Modificativo – sec. XIX (CP);  
 Modificative – 1661, ad. med. L. *modificativ-us* (OED);  
 Modificatif – 1490, de *modification* et *-if* (GR);  
 Modificativo – 1803 (RAE);  
 Modificativo – sec. XIX (CE);

Modificativo – 1673 (Z);

Deprecativo – 1616, lat. *deprecativus, a, um* (DEH);

Deprecativo – não consta CP;

Deprecative – 1490, a F. *déprécatif*, ad L. *deprecativus* (OED);

Déprécatif – 1370, bas lat. *deprecativus* (GR);

Deprecativo – 1732 (RAE);

Deprecativo – 1872 (CE);

Deprecativo – 1395 voc. dotta lat. tardo *deprecativu(m)* (Z);

## CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A observação dos poucos exemplos mencionados acima permite ver a discrepância existente entre as datações encontradas, principalmente entre inglês (uma língua não pertencente ao grupo românico) e português: mesmo considerando a grande influência francesa (normanda) na corte inglesa dos séculos XII, XIII e XIV (período de domínio da dinastia Plantageneta, 1189-1377), a existência de documentos confirmando o uso da palavra *communicative* em 1398, contra uma datação imprecisa do DEH (sec. XV), e uma ainda posterior do *Corpus* do Português (sec. XVI), leva ao seguinte questionamento: seria essa discrepância somente devida a uma questão de ausência de documentos em português, ou de pesquisas mais detalhadas sobre o assunto? Se observarmos a existência de uma palavra como *motive* em um texto literário (Chaucer), podemos supor que formações de origem latina não estavam circunscritas apenas à nobreza anglo-normanda: textos científicos indubitavelmente foram escritos em latim até o século XVIII, porém, textos literários começaram a ser produzidos em línguas vernáculas em um período muito anterior, como atestam as obras de Dante (Itália, começo do século XIV) e do próprio Chaucer (Inglaterra, segunda metade do século XIV). Portanto, algumas formações em *-ive* (ou *-if*, conforme grafia da época) já eram conhecidas e usadas na Inglaterra por pessoas letradas que não eram nobres, mas tinham contato com a cultura das classes mais altas. Em Portugal, onde a influência do latim se fazia sentir de forma mais direta, o léxico de origem latina deveria ter uma difusão ainda mais rápida e abrangente, ideia que reforça nossa suposição de que as discrepâncias de datação se devem, ao menos parcialmente, à falta de pesquisas na área da morfologia histórica.

Verificamos também, no DEH, uma mistura entre informações etimológicas e morfológicas, caso do verbete *alusivo*, no qual a única informação fornecida na seção etimologia é *alusão* + *-ivo*, ou seja, uma explicação a respeito da formação da palavra. A informação etimológica será encontrada no verbete *alusão* (lat. *allusio, onis*), um detalhe aparentemente sem grande importância, mas que pode causar confusão entre estudantes da língua portuguesa não familiarizados com a diferença entre *origem* e *processo de formação* de uma palavra.

As questões relacionadas à datação são um problema para o pesquisador interessado na língua portuguesa; o surgimento de *corpora* eletrônicos como os de português e espanhol é uma boa ferramenta de

trabalho, que deverá ser usada em conjunto com dicionários impressos; vale a pena também observar que, em relação às línguas minoritárias ou regionais (provençal, piemontês, sardo, gascão, friulano), até o momento só foram encontrados dicionários bilíngues, nos quais não há indicação nem de datação e, na maioria dos casos, da etimologia das palavras. Em relação ao espanhol, observamos que o site consultado (RAE) não oferece a datação da palavra, mas sim, a edição em que ela aparece nos dicionários, dificultando o trabalho de pesquisa. Esperamos que essa lacuna possa ser suprida com a consulta a outras obras voltadas para a língua espanhola, como o *Dicionário Crítico e Etimológico Castellano*, de Joan Corominas. Constatamos igualmente a necessidade de verificar datação em alemão, para compreender como as palavras terminadas em *-iv* entraram na língua.

Finalmente, notamos a dificuldade para estabelecer se, em inglês, a palavra vem diretamente do latim ou via francês. Esse problema também é encontrado na língua portuguesa, e esperamos que o desenvolvimento da pesquisa possa oferecer respostas mais confiáveis para essa questão. De modo geral, acreditamos que o estudo aprofundado do sufixo *-ivo* e seus cognatos possa responder à questão formulada acima: ele pode ser incluído na lista dos sufixos internacionais, proposta por Correia, bem como ampliar o campo de estudos morfológicos da língua portuguesa falada no Brasil.

## NOTAS

- (1) Embora estejamos cientes das controvérsias a respeito da denominação “provençal”, nós a usamos neste trabalho por ela ser usada nas fontes de consulta para a pesquisa, o dicionário Félibrige, de Frédéric Mistral, e o Dicionário Littré.
- (2) Doravante citado como DEH.
- (3) A grafia do provençal, também ela bastante controversa, não é objeto desta pesquisa; portanto, nos exemplos citados será mantida a grafia da fonte consultada: o sufixo *-iéu*, *-ivo*, *-ibo* segundo Mistral, ou então *-iu*, *-iva*; segundo Littré.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, N. M. de. **Gramática latina**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

AREÁN-GARCIA, N. **Aspectos sincrônicos e diacrônicos do sufixo -ístico(a) no português e no galego**. 2011. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BASSETTO, B. F. **Elementos de Filologia Românica**. v. 1. São Paulo: Edusp, 2001.

BRERO, C. **Nuovo vocabolario italiano-piemontese/ piemontese-italiano**. Turin: Editrice Il Punto/Piemonte in Bancarella, 2004.

CORREIA, M. Terminologia e morfologia: marcas morfológicas da gênese do vocabulário da náutica em português. In: IX SIMPOSIO IBEROAMERICANO DE TERMINOLOGÍA. La terminología em el siglo XX, 16, Barcelona, 2004. **Actes...** Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada/ Universitat Pompeu Fabra, 2004. Disponível em: [hppt://www.iltec.pt/handler.php?action=investigadores&act=view&id=mcf](http://www.iltec.pt/handler.php?action=investigadores&act=view&id=mcf). Acesso em: 26 abr. 2013.

DAVIES, M. **O corpus do português**[CP]. Disponível em: <http://www.corpusdoportugues.org/>. Acesso em: 16 abr. 2013.

DAVIES, M. **Corpus del español** [CE]. Disponível em: <http://corpusdelespanol.org/x.asp>. Acesso em: 16 abr. 2013.

DICIONÁRIO ELECTRÓNICO ESTRAVIZ. Disponível em: [www.estraviz.org/pesquisa-avanzada.php](http://www.estraviz.org/pesquisa-avanzada.php). Acesso em: 10 fev. 2013.

DICIONÁRIO HOUAISS ELETRÔNICO DA LÍNGUA PORTUGUESA [DEH]. Versão 2.0.1.

DICCIONARIU DE LA LLINGUA ASTURIANA [DALLA]. Disponível em: [www.academiadelalingua.com](http://www.academiadelalingua.com). Acesso em: 15 abr. 2013.

DICOD'ÒC Multidictionnaire français-occitan. Disponível em: [www.locongres.org/](http://www.locongres.org/). Acesso em: 10 abr. 2013.

DICȚIONARE ALE LIMBII ROMÂNE. Disponível em: [www.dexonline.ro](http://www.dexonline.ro). Acesso em: 10 abr. 2013.

DVLF- Dictionnaire vivant de la langue française. Disponível em: <http://dvlf.uchicago.edu/>. Acesso em: 12 abr. 2013.

FREITAS, É. S. S. de. **Em busca do mento perdido**. Análise semântico-diacrônica do sufixo -MENTO em português. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GÖTZ, D., HAENSCH, G., WELLMANN, H. **Langenscheidt Großwörterbuch Deutsch als Fremdsprache**. Berlin und München: Langenscheidt KG, 2008.

GRANT DIZIONARI BILENGÂL TALIAN-FURLAN. Disponível em: [www.claap.org](http://www.claap.org). Acesso em: 15 abr. 2013.

LE GRAND ROBERT DE LA LANGUE FRANÇAISE. Edition électronique.

MULTIDICCIONARI FRANCÉS-OCCITAN. Disponível em: [www.locongres.org](http://www.locongres.org). Acesso em: 15 abr. 2013.

NUEVO TESORO LEXICOGRÁFICO DE LA LENGUA ESPAÑOLA [RAE]. Disponível em: <http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle>. Acesso em: 08 abr. 2013.

OXFORD ENGLISH DICTIONARY [OED]. Versão 4.0. Oxford: Oxford University Press, 2009.

RUBATTU, A. **Dizionario universale della lingua di Sardegna. Italiano-Sardo-Italiano antico e moderno**. 2 v. 2ed. Editrice Democratica Sarda, 2006. Disponível em: <http://www.sardegnaicultura.it/j/v/290?s=7&v=9&c=2475&c1=2802&o=1&bt=1&na=1&n=1000>. Acesso em: 08 abr. 2013.

STOCK, L. **Gramática de latim**. Trad. de Antonio Moniz e Maria Celeste Moniz. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

ZINGARELLI, N. **Lo Zingarelli**2008. CD-ROM.

## VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA OBRA *AMAR É CRIME: A LINGUAGEM OBSCENA* NO LÉXICO DE MARCELINO FREIRE

Elenice Alves da COSTA  
Universidade de São Paulo (Doutoranda)  
elenicecosta@yahoo.com

**RESUMO:** Este artigo propõe-se a discutir de que maneira podemos analisar a obra de Marcelino Freire *Amar é Crime* do ponto de vista do léxico. Ao lermos esse texto literário escrito por Freire (2010), percebemos em suas escolhas vocabulares um léxico pontuado por chulismos e palavras de baixo calão, o que nos faz pensar que esse tipo de análise lexical pode contribuir para a compreensão da obra como um todo. Para efetuarmos esse tipo de estudo, pensou-se em um marco teórico que pudesse entender qual é a função da chamada “linguagem proibida” em diversos tipos de contextos, no nosso caso, o literário. Para tanto, destacou-se, neste tipo de propósito, o livro *A linguagem proibida – um estudo sobre a linguagem erótica* de Dino Preti (1984), obra fundamental para compreender as relações entre chulismo e identidade social, caminho que irá pontuar os objetivos traçados por este objeto de pesquisa. Também trataremos, ainda que de maneira superficial, de algumas metáforas presentes na obra de Freire (2010), em que se destacam as metáforas de caráter obsceno circunscritas a este tipo de literatura que podemos denominar literatura brasileira contemporânea.

**PALAVRAS-CHAVE:** Léxico; Chulismo; Identidade; Marcelino Freire.

### INTRODUÇÃO

“A miséria no Brasil, [...], é pornográfica.”

Se *Amar é crime* nos contos de Marcelino Freire, entendemos que há um tipo de linguagem expressa nessa obra que é recriada como pano de fundo marginal do ponto de vista do léxico.

Quando pensamos aqui em conjunto de vocábulos, pretendemos investigar de que maneira Freire (2010) escolhe palavras que vão imprimir uma identidade temática narrada em sua obra. Preti (2003), por exemplo, defende que em nenhum outro nível de linguagem o vocabulário pode revelar uma identidade social.

Na leitura de *Amar é crime*, observamos uma linguagem repleta de chulismos, palavras obscenas e grosseiras. Desprovida de caráter poético, a linguagem chula, nessa obra, revela mais uma vez traços da linguagem oral tão perseguida ao longo da literatura brasileira contemporânea.



Prostitutas, homossexuais, homens senis, obesos, assassinos, moradores de rua, desvalidos, enfim, personagens “excluídos” da sociedade dita padrão aparecem dispostos a “amar”, que no sentido desta obra afeiçoam-se e desafeiçoam-se em um outro nível de compreensão: vivem um tipo de amor de cunho erótico-sexual, que vai além do imaginário romântico a que estamos acostumados a ler nos livros “lírico-amorosos” ou a assistir nas telenovelas brasileiras.

Para representar a fala dessas personagens, o autor impregna a linguagem de oralidade, gírias e chulismos, dando assim autenticidade e identidade social a cada uma delas com o propósito, sobretudo, de apresentar uma sociedade marcada pela violência e pelo preconceito.

Este tipo de análise justifica-se, então, uma vez que sobejam do ponto de vista lexical palavras, gírias carregadas de eroticidade e também de uma agressividade que não poderiam deixar de ser estudadas neste artigo. Uma obra fundamental para este tipo de leitura será o livro *A linguagem proibida – um estudo sobre a linguagem erótica*, de Dino Preti.

## LÉXICO E LINGUAGEM PROIBIDA

Para Preti (1984), o léxico é constituído pelo conjunto de palavras memorizadas por uma comunidade, e, através de sua existência, passa a ser a expressão da própria história dessa comunidade, de sua estrutura e ideologia, enfim, das normas sociais que a regem.

Sob a perspectiva moral, por exemplo, as frágeis linhas que marcam os limites dos “bons costumes”, cujos conceitos continuamente se renovam dentro de uma comunidade, são transpostas para o campo do léxico. Formas vulgares se incorporam à fala culta ou vice-versa. A vida das palavras torna-se um reflexo da vida social e, em nome de uma ética vigente, proibem-se ou liberam-se palavras, processam-se julgamentos de “bons” ou “maus” termos, apropriados ou inadequados aos mais variados contextos: tabus linguísticos aparecem como decorrência de tabus sociais.

Guilbert (1975) afirma que um vocabulário de “boa qualidade” decorre de certas regras de “savoir vivre”, aquelas da boa sociedade, que proibem o uso de termos crus, com referências às realidades fisiológicas e sexuais. Cria-se a barreira do eufemismo ou das reticências para evitar o emprego dessas palavras proibidas. Às pressões do *savoir vivre* juntam-se os imperativos estéticos a propósito dos quais se fundamenta a suspeita contra as palavras científicas de uma morfologia e fonologia julgadas repugnantes.

Conforme Preti (1984), se é de fato grande a ligação entre léxico e costumes, muito maior se torna, quando se refere a certos vocabulários, como, por exemplo, aqueles que representam o ato sexual e as práticas eróticas, porque os juízos da sociedade também são transferidos para o léxico – o que passa a ser encarado como “linguagem proibida”. E, nessa denominação não vemos apenas o fenômeno do tabu linguístico, mas também o problema sociolinguístico das palavras cujo uso depende das conveniências e de um prestígio de natureza social que os termos apresentam, em função da classe dos falantes que os usam e da situação.

## MAS O QUE VEM A SER LINGUAGEM OBSCENA?

O povo atribui valores éticos aos vocábulos e esses valores só se alteram em função da mudança dos próprios costumes. Tradicionalmente sempre se pensou que a linguagem grosseira ou obscena fosse exclusiva do povo inculto. Contudo o gosto pela obscenidade não é exclusivo da classe popular, também a classe nobre, em certos momentos históricos, fez largo uso da linguagem obscena, como ocorreu na França, no século XVIII. Apesar disso, pode-se dizer, em geral, que esse tipo de vocábulo vem sempre associado a certa classe de falantes menos cultos, exceto quando é empregado para a função injuriosa ou blasfematória, ocasião em que se perde essa relação. E, nessa função, os termos grosseiros coincidem com um tom mais forte, que lhes acentua o caráter agressivo, tornando-se um veículo de expressão de sentimentos, muito mais do que de comunicação (PRETI, 1984).

Para Benveniste (1974), as palavras obscenas cumprem essa função de caráter agressivo quando estamos sob a pressão de um sentimento brusco e violento, impaciência, furor e desgraça. Mas essa palavra não é comunicativa, é somente expressiva, apesar de ter um sentido. A fórmula pronunciada em blasfêmia não se refere a nenhuma situação objetiva em particular, a mesma blasfêmia pode ser dita em circunstâncias totalmente diferentes. Ela só exprime a intensidade de uma reação a essas circunstâncias.

Conforme afirma Preti (1984), o crescente processo desmitificador do sexo tem alargado ainda mais o uso da linguagem obscena, hoje comum até como índice de coloquialismo, perdida a sua conotação injuriosa, em determinadas situações em que se pretenda forçar uma intimidade maior com o ouvinte. Daí sua presença nos dicionários mais modernos da língua como *Aurélio* e *Houaiss*, registradas tais palavras como tabuísmos (apresentadas nos dicionários como *pej.*= pejorativo).

Para o mesmo autor (1984), dentro dos padrões da vida moderna, em particular, o chamado palavrão tem parecido a alguns um importante elemento catártico para aliviar a crescente tensão social e, nesse sentido, o vemos extrapolar as chamadas classes “baixas” para todos os níveis sociais da comunidade. Sob certos aspectos, poderíamos dizer que isto significa uma mudança de atitude em relação à linguagem grosseira, e, um dos índices desse fato é a incidência maior de tais termos em contextos de comunicação de massa, como, por exemplo, na propaganda.

O principal problema para a análise e classificação da linguagem grosseira ou obscena estaria em definir em que consiste a obscenidade e grosseria, mesmo porque tais conceitos estão sujeitos, quase sempre às limitações de uma cultura e de uma época.

Segundo Guiraud (1976), a linguagem obscena pode definir-se pelo seu conteúdo, isto é, pelas coisas a que se refere, tais como a sexualidade, a defecação, a digestão, e pelo seu uso, isto é, as classes sociais – mais ou menos populares, vulgares, baixas que a empregam comumente. Estas duas noções, palavra grosseira (originada de seu conteúdo) e palavra baixa (originada de seu usuário) não se confundem.

O critério social (e, mais do que social, econômico, pois o conceito de classe “baixa” repousa na idéia de pequeno poder material, quase sempre),

conforme foi falado, já não oferece, atualmente, um índice seguro para a classificação dos termos obscenos, pois eles já extrapolaram para outros níveis da comunidade.

Quanto ao conteúdo, é considerada grosseira toda palavra que tende a descrever, a pôr em relevo o corpo e suas funções, e em particular, as mais baixas. E essa grosseria é tanto mais “indecorosa” quando ela se exprime por meio de termos de origem e uso popular. Termos que, por sua natureza, atualizam as imagens mais materiais e corporais das coisas e funções designadas e às quais, por outro lado, se ligam o descrédito e o desprezo de que são objeto aqueles que os empregam.

Em geral, pode-se dizer que um dos índices do vocábulo grosseiro e obsceno é a sua referência a uma vida sexual quase sempre deformada, que se fundamenta nos comportamentos de exceção, nos vícios e exageros eróticos.

Se a classe social não significa hoje uma variável segura na avaliação e triagem dessas palavras, devemos considerar a situação como um elemento importante nessa distinção.

É a situação (condições extraverbais que cercam o ato de fala) que nos permitirá distinguir o que vulgarmente costuma chamar-se de palavrão, utilizado como blasfêmia ou injúria. E, nesse caso, podemos falar de uma linguagem obscena propriamente dita, com um rol de vocábulos mais ou menos fixos através dos tempos e que, por constituírem tabus linguísticos, se vêm mantendo quase sem alteração. Boa parte deles já não evoca no falante ou no ouvinte o sentido original e primitivo dos termos, permanecendo apenas a consciência do valor injurioso ou blasfematório, a função depreciativa do significado. Servindo como representação vocabular de tabus sexuais e escatológicos, eles revelam, ainda segundo Guiraud (1976), que, “além desses tabus e bem anteriormente a eles, em nível profundo, o sexo, a defecação e a podridão são arquétipos de um sistema de não-valor, de negação de todo valor”.

Levando em consideração essas questões para a obra *Amar é crime*, de Marcelino Freire, percebemos, por exemplo, no conto “Vestido longo”, a ocorrência de uso do baixo calão *caralho* para expressar não somente a sexualidade da jovem menina prostituta, mas, sobretudo, uma blasfêmia e injúria, protestando a personagem em questão pelo fato de nunca ter podido usar um vestido longo, e, tendo surgido a oportunidade, deseja veementemente vesti-lo, pois durante a sua infância corrompida sempre teve de andar “nua”:

Por isso eu vim aqui. Por causa deste vestido longo. Aquele da vitrine, sim. Eu quero este vestido longo. Para que, hein, é que eu me mato de trabalhar? Para andar sem roupa, sempre? O caralho (grifo meu)! Ora, ora. Que brilho de vestido! Se minha mãe me visse agora. Nesse estilo comprido. De fazer gosto. Antes eu tivesse tido condição, não teria acontecido o que aconteceu, não teria [...]. (p. 26)

Nesse exemplo, o critério socioeconômico também é um índice que justifica o uso da palavra obscena, identificando uma parcela da população de condição social menos favorecida, no caso, o “baixo” meretrício. Este tabuísmo linguístico aparece em vários momentos do livro, a ponto de, no capítulo final

da obra denominado “Microcontos”, o vocábulo assumir a condição de definir a própria essência deste tipo de gênero narrativo: “Todo cara tem a cara do caralho (grifo meu) que tem”. (p. 155)

## PALAVRAS OBSCENAS, SEXO E VIOLÊNCIA

Se, para Guiraud (1976), o vocábulo grosseiro e obsceno na maioria das vezes refere-se a uma vida sexual quase sempre “deformada”, não vamos entrar no mérito da questão, uma vez que não pretendemos julgar os comportamentos sexuais neste tipo de trabalho.

Na psicanálise, não é raro ouvirmos que todo ato sexual tem um componente “agressivo” e muitos especialistas dessa área afirmam que as pessoas não fazem “amor”, mas sim “sexo”. Esse tipo de sondagem “psicanalítica” pode nos levar a crer que em *Amar é crime* o palavrão expressa uma visão das relações amorosas cujo comportamento entre os pares sexuais passa a ser gerido por um forte componente sexual de cunho violento.

Amantes da literatura “romântica”, com certeza, sentiriam-se incomodados com a leitura de *Amar é crime*, pois o amor representado em seus contos, na maioria das vezes, apresenta uma conotação bastante sexual descrita semanticamente, em algumas situações, por um léxico “chulo” quebrando, desta forma, convenções sociais representadas por um imaginário, na maioria das vezes, de ordem lírico-amorosa.

Ainda tecendo considerações sobre os microcontos inscritos nessa obra, há uma intensa alusão ao amor de tipo violento no microconto [17] quando a personagem diz, por exemplo: “Matei, sim. Ele batia na vizinha, doutor, e não em mim.” (p. 156). Nesse conto, apesar de não haver referência a algum tipo de vocabulário obsceno, percebemos que este tipo de “afeição” gera violência pelo simples fato de a personagem não se sentir amada, pois não era agredida, fazendo o tipo “bate que eu gosto”.

No microconto [5], “Não cospe, porra (grifo meu), engole” (p. 153), o vocábulo grifado apresenta não só um componente do ato sexual associado ao sexo oral do tipo felação, mas também sugere injúria e ofensa, associando desta forma sexo à agressão, não de caráter físico, mas, se assim podemos dizer, moral.

Um outro exemplo em que o baixo calão e a violência aparecem como elementos cruzados ocorre em uma das narrativas do conto “Crime”, no qual o narrador descreve, para sua mãe, o plano de sequestrar a própria namorada (p. 65):

– MÃE, ó, o meu é assim, uma viagem, vai vendo, eu sequestro a minha namorada, porque ela me traiu, quis me deixar, rá, aí eu trago ela aqui para casa, pela garagem, dou um tapa, jogo no sofá, esculhambo, vai vendo, bato xingo ela de vaca (grifo meu) aí ela vai negar, tudinho, vai negar, rá, rá, vai dizer que me ama, aí eu, puto (grifo meu), [...] é quando eu pego na arma, saca, mãe, saca, [...] e aí eu esfrego bem no rosto dela o cano do revólver velho, também mostrarei uma faca que rasparei no cabelo da condenada [...], toda mulher é, sim, uma

cadela (grifo meu), menos a senhora, mãe, que é de outro tempo [...]”.

A cena “rodrigueana” de violência urbana, acima narrada, reflete-se em um tipo de léxico cuja identidade social refere-se a uma cena popular típica do imaginário marginal tão bem representada, na atualidade, pela mídia televisiva brasileira. Se nas peças de Nelson Rodrigues havia representações de um erotismo latente que eclodia de suas personagens, normalmente oriundas da classe média, em Marcelino Freire esse erotismo refere-se à classe popular, e, talvez, por isso mesmo, verificamos em sua leitura uma ocorrência maior das palavras de baixo calão.

## METÁFORAS OBSCENAS

Embora muitos ainda afirmem que a metáfora representa um recurso ornamentativo, não extrapolando as barreiras da abordagem aristotélica e tratem-na como um recurso poético, fincaremos solo na abordagem cognitiva a qual afirma que a metáfora está infiltrada em nossa vida cotidiana.

Lakoff e Johnson (2002) defendem a metáfora como um processo de cognição, uma forma de compreender o mundo por meio do nosso cotidiano. O homem e a natureza que o cerca constituem material profícuo para a formação de metáforas. Logo, nada mais interessante do que comentar as metáforas de caráter obsceno, levando em consideração essa perspectiva teórica, uma vez que essas metáforas, normalmente, atendem muito a uma necessidade de compreensão do nosso cotidiano expressas por uma linguagem polissêmica oriunda de uma realidade exacerbada, o grotesco.

Metáforas como “pau”, empregada para se referir a pênis, conceitua a sua compreensão em termos de natureza relacionada à madeira, referindo-se àquilo que é rijo. Para Preti (1984), este tipo de metáfora é a do tipo visual (concreta) cujo significado é facilmente perceptível. O mesmo autor (1984) ainda afirma que o processo metafórico da linguagem erótica reflete bem uma tendência da linguagem popular: o uso de um mecanismo figurado essencialmente primário, de fundo emotivo, no qual, quase sempre, se evoca um objeto concreto por uma imagem também concreta, valorizando uma de suas propriedades, talvez a mais expressiva.

De uma forma geral, essas metáforas baseiam-se numa relação física (forma, cor, cheiro som etc). São desse tipo quase todas as metáforas que se referem às partes anais, como por exemplo “caroço do cu” que aparece em *Amar é crime*, que põe em evidência os semas/forma, volume, exibição e constituem imagens muito banais de compreensão praticamente imediata. Vejamos, a seguir, o contexto no qual o exemplo aparece: “A miséria no Brasil, puta que pariu, é pornográfica. De nascença. Todo mundo nu. Assim que nasce, aparece, cresce exibindo a bunda, mostrando o caroço do cu.” (p. 25).

Outros tipos de metáforas bastante recorrentes neste tipo de linguagem são as que se referem a animais. Por exemplo, “cadela”, que aparece no dicionário *Houaiss* com o primeiro sentido de fêmea do cão, nas demais acepções ocorre apresentando o sentido de mulher “pouco digna, de baixa

condição social ou de comportamento ou de hábito reprováveis”, “mulher vulgar, desavergonhada ou prostituta...”.

Outra metáfora animal que aparece neste tipo de *corpus* é a palavra “vaca”, cujo primeiro sentido no dicionário *Houaiss* é dado por fêmea do boi; na sétima acepção dada pelo verbete do dicionário, o sentido polissêmico pejorativo do vocábulo é alterado para mulher de vida devassa.

Apesar de o *Houaiss* ser um dicionário etimológico, não sabemos desde que momento as acepções que se referem a animais, de forma pejorativa, têm as suas primeiras abonações. Sobre a datação dessas palavras, sabemos que o primeiro significado a que se refere o sentido enciclopédico dos vocábulos “cadela” e “vaca”, por exemplo, datam dos séculos XII e XIII. Essas metáforas obscenas surgem muito provavelmente da observação humana sobre as relações que envolvem a sexualidade de caráter espontâneo, não regidas pelas convenções sociais perseguidas por nossa cultura.

É interessante observar ainda que essas metáforas obscenas relacionadas ao gênero feminino revelam que das mulheres é cobrada uma conduta social mais moralizadora do que em relação aos homens. Vejamos, a seguir, como essas metáforas se representam em *Amar é crime*, momento em que, no conto “Crime” (p. 65), o narrador ofende a namorada (ainda que ela não esteja presente) denominando-a “vaca” e “cadela”, afirmando que todas as mulheres são “cadelas”, demonstrando, assim, um tipo de desprezo ao gênero feminino. Para o narrador-personagem, as únicas mulheres que estariam isentas dessa estereotipia são as mães - conceito bastante hipócrita - pois toda mãe é mulher, a qual cumpre a função biológica da maternidade por meio da relação sexual.

-MÃE, ó, o meu é assim, uma viagem, vai vendo, eu sequestro a minha namorada, porque ela me traiu, quis me deixar, rá, aí eu trago ela aqui para casa, pela garagem, dou um tapa, jogo no sofá, esculhambo, vai vendo, bato xingo ela de vaca (grifo meu) aí ela vai negar, tudinho, vai negar, rá, rá, vai dizer que me ama, aí eu, puto (grifo meu),[...] é quando eu pego na arma, saca, mãe, saca, [...] e aí eu esfrego bem no rosto dela o cano do revólver velho, também mostrarei uma faca que rasparei no cabelo da condenada [...], toda mulher é, sim, uma cadela (grifo meu), menos a senhora, mãe, que é de outro tempo [...].”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos que a análise da linguagem erótica e obscena em Marcelino Freire torna-se importante para este tipo de reflexão, uma vez que em *Amar é crime* a referência aos termos ditos chulos é bastante profícua nos contos dessa obra, constituindo esse vocabulário grosseiro e obsceno não somente a face mais popular da “linguagem proibida”, mas também a mais estigmatizada, dentro de uma perspectiva social do léxico.

Cada vez mais presente na literatura brasileira contemporânea do tipo urbana e/ou marginal, urge a interpretação desse tipo de vocabulário do ponto

de vista semântico-lexical. O conjunto de palavras da linguagem grosseira e obscena estudadas neste artigo revelam do ponto de vista semântico uma conotação acentuadamente "carnal/sexual" no que se refere ao tema do "amor", delineando o imaginário popular contemporâneo da cultura brasileira sobre amor e sexo representados por personagens excluídas socialmente, e que, mesmo relegadas às margens da sociedade, não deixam de representar o desequilíbrio social como um todo.

Também é chamada por alguns críticos de literatura ultrarrealista. Nela, o escritor agride o leitor não apenas pelos temas que escolhe, mas também pelos recursos técnicos que emprega, tirando o leitor de sua passividade. Para isso, por exemplo, a escrita aproxima-se do pensamento, adota a gíria, elimina as diferenças entre o texto escrito e o falado, buscando nas personagens não convencionais uma maneira de mostrar a sociedade por imagens não idealizadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENVENISTE, E. **Problèmes de linguistique générale II**. Paris: Gallimard, 1974.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário eletrônico Aurélio versão 5.0**. Regis Ltda, 2004.

FREIRE, M. **Amar é crime**. São Paulo: Selo Editora, 2010.

GUILBERT, L. **La créativité lexicale**. Paris: Larousse, 1975.

GUIRAUD, P. **Les gros mots**. Paris: PUF, 1976.

HOUAISS, A; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. Trad. de Maria Sophia Zanotto. Campinas: Mercado das Letras/ São Paulo: Educ, 2002.

PRETI, D. Variação lexical e prestígio social das palavras. In:PRETI, D. (Org.). **Léxico nalinguagem oral e escrita**. São Paulo: T.A. Queiroz/Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

PRETI, D. **A linguagemproibida**: um estudo breve sobre a linguagem erótica. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.

## CONSIDERAÇÕES EM TORNO DO CONCEITO DE APORTUGUESAMENTO

Vito MANZOLILLO

Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Universidade de São Paulo (Pós-doutorando)  
vicemanzolillo@globomail.com

**RESUMO:** O tema do presente trabalho constitui parte de uma pesquisa mais ampla denominada *Vocabulário técnico e crítico do empréstimo linguístico*, investigação começada por ocasião da elaboração de tese de doutorado homônima. Atualmente, no estágio de pós-doutoramento que realizamos, damos prosseguimento à análise de termos ligados ao empréstimo linguístico então iniciada – *purismo, decalque, retroversão, estrangeirismo, xenismo, empréstimo semântico, anglicismo e galicismo* são apenas alguns deles. Assim, o objetivo principal desta comunicação é expor, de forma crítica, o conceito de *aportuguesamento* a partir do ponto de vista de autores relevantes que tenham se dedicado ao assunto. Essa comparação evidenciou o fato de que a noção em pauta não é encarada de modo uniforme pelos pesquisadores consultados, situação comum no âmbito dos estudos linguísticos, caracterizados, frequentemente, pela “falta de uma sistematização terminológica [que] acaba transformando muitas considerações pertinentes em demérito, [pois] o que conta, na prática, é a corrente em voga, normalmente esquecida por outra mais influente que surge a seguir” (VIARO, 2011, p. 21).

**PALAVRAS-CHAVE:** Léxico; Empréstimo; Adaptação; Aportuguesamento.

## INTRODUÇÃO

Dando ideia de “proximidade”, o prefixo presente no termo – e em outras palavras também – é capaz de fornecer esclarecimentos sobre seu significado preciso. Assim como o **achocolatado** não é **chocolate**, mas um produto que apresenta algumas características deste (o sabor e a cor, por exemplo), ou o **afilhado** não é **filho**, mas alguém de quem se cuida igualmente de forma especial (como sói acontecer com os filhos de fato), ou o rapaz **afeminado** não é **fêmea** (mulher), mas alguém cujo comportamento, de alguma forma, se identifica com a maneira de proceder das mulheres, a palavra **aportuguesada** também não é **portuguesa**, mas, em função de ter passado pelo processo que será agora comentado, acaba por se assemelhar àquelas que verdadeiramente o são.



Nesse sentido, o processo em pauta consiste na adaptação que sofre o item lexical estrangeiro após sua introdução no português, o que se dá em diferentes níveis: fonético/ fonológico, morfológico e ortográfico<sup>1</sup>. Frequentemente, o aportuguesamento completo é usado como atestado de incorporação definitiva da unidade léxica peregrina ao vocabulário do português, mas esse é um critério lábil<sup>2</sup>.

Como se sabe, toda língua apresenta certas possibilidades para a organização de sua combinação sonora. Assim, uma palavra inglesa como *snob* não se estrutura de acordo com o padrão português – a sua forma fonética – já que, nessa língua, as consoantes “s” e “b” não aparecem desacompanhadas de vogal no início e no fim da sílaba. Para que a referida unidade léxica possa parecer um item lexical desse idioma, é necessário o acréscimo de um “e” inicial (protético) e de um outro final (paragógico), sendo *esnobe* a forma resultante. Nesse caso, de maneira simples e direta, pode-se dizer que a palavra foi aportuguesada.

Segundo Monteiro (2002, p. 200),

a adaptação gráfica é consequência da ortoépica. Usam-se as letras que compõem o nosso alfabeto em vez das que nos parecem estranhas. Escrevemos o vocábulo de acordo com a pronúncia portuguesa. Ex.: **tape** → **teipe**; **bouquet** → **buquê**; **bidet** → **bidé**; **bibelot** → **bibelô**; **knock-out** → **nocauté**.

Nem sempre, contudo, a explicação é tão fácil assim. A adaptação total (som, morfologia e grafia) é fruto de um período mais ou menos longo de vivência da palavra importada no novo ambiente, mas não é realizada apenas em função do fator tempo. Itens léxicos há muito por aqui admitidos, como *show*, *jeans* e *tutti frutti*, ainda conservam a grafia original. Por outro lado, quando a configuração fonética do lexema estrangeiro é compatível com a do português (cf. *granizo*, *bolero*, *gana*, *cascata*, *pane*, *pose*, *piloto*, *bar* etc.), esse processo pode ser bastante simplificado e apressado.

A respeito da relação existente entre o processo de aportuguesamento e o fator tempo, Martinez (2003, p. XII) tece os seguintes comentários:

Os protectionistas, às vezes, pedem para acelerar esse processo de aportuguesamento, mas é como pedir para seu filho crescer mais rápido. Esse processo tem de ser orgânico. É uma transição muitas vezes paulatina, mas que, para funcionar, tem de surgir naturalmente. Um exemplo disso é a palavra *freelance*, que significa trabalho sem vínculo empregatício. Originalmente, a palavra era pronunciada e escrita no Brasil sem muitas modificações. *.../Freelance* e *freelancer* estão virando *freela* e *frila*. Ninguém pode prever qual vai ser a versão portuguesa final, mas do que se tem certeza, é que essa palavra não será mais inglesa. Tanto que a sua versão portuguesa já é superior à inglesa. Em português diz-se *fazer um frila* e para expressar o mesmo em inglês seria *to do afreelance job* – bem mais longo!

É igualmente verdadeiro que a dificuldade específica daquelas palavras e expressões que apresentam – como no caso de *know-how*, *workaholic*,

*skinhead* e *pool* – alguma distância entre grafia e pronúncia pode postergar ou complicar a adaptação.

No espaço de tempo compreendido entre a chegada da palavra e sua nativização, são normais variações de toda ordem<sup>3</sup>. Os falantes da língua receptora não constituem um bloco homogêneo e compacto a marchar sempre unido na mesma direção. Por isso, hesitações e flutuações podem suceder durante esse período, não sendo incomum a coexistência de mais de uma possibilidade de naturalização antes que se chegue a um resultado final.

Assim,

*menu* ora é pronunciado *menu ora meni*, havendo ainda os que pronunciam à francesa: *menü*; *stress* ora é pronunciado *stres*, ora *estres*, ora *estresse*, sendo que os derivados estão definidos como *estressar*, *estressado* e *estressante*; *surf* aparece grafado assim no *Aurélio* e na forma *surfe*, ao lado de *surf* e *surfista*, estes últimos perfeitamente adaptados<sup>4</sup>. Quanto ao esporte, meus informantes universitários dizem que a pronúncia *surfe* não é ainda vencedora, aliás predomina a pronúncia inglesa *sɜrf*. (SANDMANN, 1992, p. 72-73)

No entanto, algum tipo de adaptação fonético-fonológica parece existir desde o início, inclusive devido às dificuldades práticas proporcionadas pela articulação de fonemas pertencentes a sistema linguístico diverso. Certos falantes, porém, conhecedores da língua exportadora, podem, eventualmente, esforçar-se por manter as características sonoras do idioma de onde parte o empréstimo, a despeito de tal atitude soar, por vezes, um tanto pedante.

Em português, também são dignos de nota aqueles vocábulos estrangeiros que não se mostram completamente aportuguesados sob a perspectiva morfológica. Os itens léxicos ingleses *barman*, *cameraman* e *showman*, por exemplo, apresentam certa oscilação na forma de realização do plural. Aqueles falantes que sabem inglês e que desejam demonstrar esse conhecimento optarão pelos plurais vigentes na língua de origem (*barmen*, *cameramen* e *showmen*, respectivamente). Os demais farão o plural de acordo com a regra portuguesa, ou seja, *barmans*, *cameramans* e *showmans*<sup>5</sup>.

Às vezes, entretanto, mesmo plurais discordantes das regras da língua portuguesa acabam por generalizar-se. Isso é o que ocorre, no Brasil, com *gols*, plural do substantivo de origem inglesa *gol* (*goal*). No português europeu – e, de acordo com Ferreira (1999: *gol* e *golo*), igualmente no Rio Grande do Sul –, tal inadequação não se verifica, visto que a forma do singular que lá aparece é *golo*<sup>6</sup>.

A imprensa escrita também serve de divulgadora de estranhas formas “aportuguesadas”. Nesse meio, é bastante comum o emprego do substantivo *imbróglio* (a partir do italiano *imbroglia*). Na língua de origem da palavra em questão, o dígrafo *gl* representa o som *lh* do português. Os jornalistas disso não fazem caso, mas o acento agudo na pretensa versão portuguesa nunca é esquecido, como se vê nos seguintes exemplos: “/.../ pode-se dizer, com segurança, que boa parte da população aproveitou o imbróglio do fichamento dos cidadãos americanos que desembarcam aqui para destilar seu veneno contra a maior potência do mundo” – *IstoÉ*, 28.01.2004, p. 54, “No imbróglio que se seguiu, até um advogado da organização criminosa [PCC] foi desmentir

a entrevista do *Domingo Legal* – *Veja*, 17.09.2003, p. 118, “A TV Globo prefere ficar, pelo menos na teoria, fora do imbróglio que envolve autores e a direção do SBT” – *Jornal do Brasil*, Caderno B, 02.11.2002, p. B8, “Quem saiu mais chamuscado neste imbróglio sobre a perda de pontos do Flamengo no Campeonato Brasileiro, que rachou a diretoria rubro-negra, foi o gerente jurídico de futebol, André Galdeano” – *O Globo*, 21.12.2013, p. 39, “Como também não há nada igual ou paralelo, na história do futebol do mundo, algo tão enrolado quanto o imbróglio protagonizado pelo quarteto Neymar pai, Barça, LAOR e Santos, envolvidos até a medula na ida de nosso Pelezinho para a Catalunha” – *Agora São Paulo*, Vencer, 23.02.2014, p. C9 e “O primeiro volume do longa [*Ninfomaníaca*] de Lars Von Trier também não sairá no formato [*blu-ray*], ao contrário do que a California Filmes planejava, quando o imbróglio surgiu em fevereiro” – *Jornal da Paraíba*, Vida & Arte, 14.03.2014, p. 3<sup>7</sup>.

Outro caso de aportuguesamento estranho é o da forma *tchau* (a partir do italiano *ciao*). Apesar de não respeitar o padrão silábico português, apresenta altíssima frequência de uso.

A relação aportuguesamento/ registro lexicográfico também merece alguns comentários. A esse respeito, Cavaliere (2002, p. 278) faz oportunas observações. Em primeiro lugar, o autor salienta a incoerência de uma obra como o VOLP (*Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*) relacionar entre seus verbetes unidades léxicas com grafia estrangeira, uma vez que “as diretrizes das Instruções de 1943 /.../ preceituam a inclusão dos estrangeirismos e neologismos de uso corrente no Brasil, mas com a devida adaptação ao sistema ortográfico do português”. Obviamente, continua ele (2002, p. 278), é notória a existência de

inúmeros /.../ vocábulos /.../ cujo uso entre nós manteve a grafia original, sem que se possa vislumbrar viabilidade de mudança. Esse o caso de *show*, *short*, *pizza*, *blitz*, *hardware*, *software* etc., já consagrados com as grafias de origem, a ponto de somente assim serem reconhecidos na leitura. Um restaurante que ousasse oferecer uma “pítiça” aos clientes, por melhor que fosse, estaria certamente fadado à falência. Ora, o que se observa nessa situação é que tais vocábulos, não obstante inequivocamente presentes no léxico corrente do português, não têm grafia própria nessa língua, logo não hão de ser registrados em um vocabulário que se intitula ortográfico. Haverão, sim, de merecer registro nos dicionários, ou mesmo em vocabulários de outra natureza, como, por exemplo, um vocabulário de anglicismos, italianismos ou galicismos no português contemporâneo.

Melhor procedimento, prossegue o autor (2002, p. 279), seria confeccionar um volume exclusivo para as palavras com grafia original ou, como já fazem os dicionários de língua geral, listar tais itens usando “entradas especiais, que bem demonstrem ao consulente que aquele dado registro não é propriamente ortográfico, mas lexical”.

Cavaliere (2002, p. 278) explica ainda que outra foi a postura adotada por A. G. Cunha em seu dicionário etimológico, já que, publicado em 1982,

o volume escuda-se de registrar inúmeros estrangeirismos à época já consagrados, como *shopping-center*, *show*, *short* e *pizza*, para recolher-se à menção apenas dos que já contam com grafia consoante o padrão ortográfico do português. A rigor, Cunha só recorre às grafias alienígenas, como no caso do dígrafo *sh*, do *w* e do *y*, no registro de adjetivos ou termos técnicos derivados de nomes próprios estrangeiros em que tais letras estão presentes, o que decerto se coaduna com a melhor técnica lexicográfica.

Concluindo, mencione-se ainda que Biderman (1998, p. 171) cobra uma postura mais firme dos lexicógrafos brasileiros no tocante ao aportuguesamento de palavras alienígenas, feitos, em algumas situações, segundo ela, de forma canhestra:

o dicionário e os dicionaristas deveriam cumprir um importante papel normalizador. O desejável seria que esse papel fosse também normativo, buscando impor padrões mais conformes à fisionomia da nossa língua para que esses estrangeirismos não a desfigurassem como vem ocorrendo.

## NOTAS

- (1) O conceito de adaptação ortográfica deve ser entendido em sentido amplo. Assim, ele compreende também, por exemplo, casos como escrever um substantivo alemão com letra minúscula, quando, na língua de origem, palavras dessa classe gramatical são escritas com maiúscula.
- (2) Em outra ocasião, já tivemos oportunidade de explicitar o que de fato evidencia a incorporação de itens lexicais estrangeiros na língua de chegada (cf. MANZOLILLO, 2013).
- (3) É comum que, nesse período de flutuação, os falantes sugiram formas tidas como as mais acertadas, como se vê no seguinte trecho: “Então, muitas vezes, demoro meses para conhecer os últimos mimes. (Sim, lanço aqui uma campanha para, em português, escrevermos ‘mime’ em vez de ‘meme’. A pronúncia, com ‘i’ depois do primeiro ‘m’, é a correta, mesmo em inglês. A inspiração para a criação da nova palavra, popularizada pelo biólogo Richard Dawkins, vem do grego ‘mímesis’, lembrando imitação. Por isso, no lugar de ‘memética’, ‘mimética’ também explica melhor o objeto da nova ciência”.) (VIANNA, Hermano. O Globo, Segundo Caderno, 04.10.2013, p. 2)
- (4) Quanto à frequência de uso, segundo Neves (2003: surf, surfe, surfar, surfista), a distribuição que se tem é a seguinte: surfe (68%) e surf (32%).
- (5) Relativamente ao adjetivo inglês *sexy*, Rodrigues (2002) faz os seguintes comentários: */.../* é feio ler na imprensa, como lemos o tempo todo, que os modelitos do estilista tal são *sexys* – assim mesmo, com flexão de número. Atenção, folks, não se flexiona adjetivo em inglês! Pessoas e coisas sensuais serão sempre <sexy>, por mais numerosas que sejam. Da mesma forma, ninguém é frequentador de *happy hours* ou apreciador de *reds wines*. Vale

acrescentar que, se flexão houvesse, mesmo assim *sexys* seria uma bobagem. Pela formação de plurais em inglês, teríamos *sexies*”.

- (6) Sobre essa questão, assim se manifesta Possenti (2000, p. 73): “Considere-se o português falado, não a grafia, que às vezes engana. Na fala, não há um ‘l’ final em ‘gol’, mas um ‘w’, de forma que o plural é perfeitamente português: ‘gows’, com um ‘s’ acrescentado a uma semivogal (como em ‘maus’). Dir-me-ão que ainda há os que pronunciam o ‘l’ em final de sílaba. E é verdade. Mas, muito frequentemente, esses falantes não marcam o plural em nomes. Dirão ‘dois gol’. Outra objeção possível o ‘l’ também permanece na fala de pessoas mais idosas, mesmo se cultas /.../. Também é verdade. Responderia que esse não será o único caso em que uma língua ainda está se acomodando. /.../. Muitos elementos emprestados já se submeteram à estrutura da língua, outros ainda não. ‘Gol’ ainda é uma palavra nova /.../. Se estivesse na língua há trezentos ou quinhentos anos, teria já uma feição portuguesa, ou brasileira. Seria ‘gows’ ou ‘goles’ ou ‘góis’ ou ‘gôis’. Ajeitar-se-ia ao lado de outras.” Já Cavaliere (2010, p. 151) afirma: “Como se sabe, os monossílabos terminados em l via de regra formam plural com acréscimo regular de –es: mel, meles; mal, males etc. Por esse motivo, alguns dicionários recentes optaram por abonar a forma goles (tb. gois) como plural do estrangeirismo gol. Na boca do brasileiro, entretanto, só se ouve o plural gols, que muitos supõem equivocadamente tratar-se de um barbarismo. Na verdade, considerando que tal termo ingressou no português brasileiro numa fase em que o l final já fora substituído pela semivogal /w/, seu plural manifesta-se regularmente, mediante mero acréscimo de –s: gol [gow], gols [gows], à semelhança de show, shows. A confusão se deve ao fato de havermos mantido a grafia da palavra inglesa com l, não obstante a pronúncia seja diferente”.
- (7) No caso específico dessa palavra italiana, surpreendentemente, tanto Ferreira (1999) quanto Houaiss e Villar (2001) também registram a forma pretensamente aportuguesada *imbróglgio*. Cunha (1991) e Cegalla (2009) preferem *imbrólio*. Este último comenta: “Em italiano se pronuncia *imbrólio*, em português, *imbrólio*, e assim deveria ser grafado este vocábulo já aportuguesado. No entanto, os dicionários trazem *imbróglgio*, grafia inaceitável”. Neves (2003: *imbróglgio*, *imbrólio*) também se manifesta a respeito da questão: “*Imbróglgio* é a forma dicionarizada e usada como correspondente ao substantivo italiano *imbroglio*, que significa ‘grande confusão’, ‘trapalhada’. É uma forma graficamente irregular, porque se registra o acento agudo, mas mantém-se GL como grafia do som LH, o que não constitui representação gráfica própria do sistema português”. Os dicionários de língua geral costumam deixar muito a desejar quando o assunto é aportuguesamento. Só para dar mais um exemplo, em Houaiss e Villar (2001: *esfirra*), lê-se que a unidade lexical de origem árabe *esfirra* “vem sendo aport., no Brasil, como *esfirra*, ou *esfiha* e tb. *sfiha*.” Ora, como é fácil perceber, o adjetivo “*aportuguesado*” jamais poderá ser aplicado às duas últimas formas, ambas (especialmente a segunda) em franco desacordo com o padrão silábico português.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIDERMAN, M. T. C. O dicionário como norma na sociedade. In: CARVALHO, N. M. de; SILVA, M. E. B. da (Orgs.). *Lexicologia, lexicografia e terminologia: questões conexas*. In: ENCONTRO NACIONAL DO GT DE

LEXICOLOGIA, LEXICOGRAFIA E TERMINOLOGIA DA ANPOLL, 1, 1998, Recife. **Anais...**Recife, 1998. p. 161-180.

CAVALIERE, R. **Pontos essenciais em fonética e fonologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ Lucerna, 2010.

CAVALIERE, R. Duas observações sobre o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. In: AZEVEDO FILHO, L. A. de; RODRIGUES, M. M. (Orgs.). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LEXICOGRAFIA E LITERATURAS NO MUNDO LUSOFÔNICO, 2002, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ágora da Ilha, 2002. p. 275-282.

CEGALLA, D. P. **Dicionário de dificuldades da língua portuguesa**. 3. ed. rev. e ampl. de acordo com a nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexikon, 2009.

CUNHA, A. G. da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. 2. ed. rev. e acresc. de um suplemento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. totalm. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MANZOLILLO, V. Empréstimos e estrangeirismos: confrontos e contrastes. **Philologus**, Rio de Janeiro, ano 19, n.57, suplemento. Anais da VIII JNLFLP. Set./dez. 2013, p. 435-445.

MARTINEZ, R. **Inglês made in Brasil**: origens e histórias das palavras do inglês usadas no nosso português. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MONTEIRO, J. L. **Morfologia portuguesa**. 4. ed. rev. e ampl. Campinas: Pontes, 2002.

NEVES, M. H. de M. **Guia de uso do português**: confrontando regras e usos. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

POSSENTI, S. **Mal comportadas línguas**. Curitiba: Criar Edições, 2000.

RODRIGUES, S. Sexys? Ouch! **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 01.09.2002, Caderno B, Col. Língua Viva, p. B4.

SANDMANN, A. J. **Morfologia lexical**. São Paulo: Contexto, 1992.

VIARO, M. E. **Etimologia**. São Paulo: Contexto, 2011.

